UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

200306718

Luciano Mendonça de Lima

Derramando susto: os escravos e o Quebra-Quilos em Campina Grande

Texto da Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Leila Mezan Algranti.

Este exemplar corresponde à redação final defendida e aprovada pela Banca Examinadora, em 11/12/2001.

Banca Examinadora:
Profa. Dra. Leila Mezan Algranti (Orientadora)
Prof. Dr. Robert W. Slenes (Membro)
Profa. Dra. Maria Helena P. T. Machado (Membro)
Profa. Dra. Isabel Andrade Marson (Suplente)

Campinas – Dezembro de 2001

UNIDADE BC
Nº CHAMADA: UNICAMP
L628d
V. 47621
TOMBO 837/02
PROC. RS 11,00
DATA 07-02-02
Nº CPD

CM00163052-9

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

L 628 d

Lima, Luciano Mendonça de
Derramando susto: os escravos e o Quebra-Quilos em Campina Grande / Luciano Mendonça de Lima. -- Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador: Leila Mezan Algranti.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Escravos. 2. Escravidão. 3. Experiência. 4. Conflito social – Brasil, Nordeste – Séc. XIX. 5. Liberdade. 6. Brasil – História – Revolta do Quebra-quilos, 1874. I. Algranti, Leila Mezan. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

À memória de...

Maria do Socorro Mendonça de Lima, minha mãe

Walter Mendonça de Lima, meu irmão

Helena Nunes Mendonça de Lima, que nem bem chegou ao mundo já se foi sem dizer adeus.

Para...

Luísa Nunes Mendonça de Lima, minha filhinha querida

Valdemar Amaro de Lima, seu Deminhas, meu generoso pai

Dos Anjos, minha mulher.

RESUMO

O objetivo maior desta dissertação é investigar a participação de escravos em um movimento social de homens livres. Trata-se da revolta popular do Quebra-Quilos, que teve inicio no antigo município de Campina Grande, entre os últimos meses do ano de 1874 e inícios de 1875, tendo depois se estendido para vilas e cidades de quatro províncias do norte do Império.

Partimos do pressuposto de que, ao se aproveitarem da conjuntura que então se vivia, os cativos campinenses imprimiram significados próprios ao mencionado movimento. Para que esses acontecimentos adquiram inteligibilidade histórica plena é preciso recuar no tempo, pois essas ações estiveram fortemente informadas por uma rede de experiências políticas e culturais, tecida no mais das vezes subterraneamente, e que foi acionada por escravos e libertos para ampliar e conquistar espaços de liberdade diante de seus senhores, num momento em que a instituição escravista passava por processo de crescente desligitimação, resultante de divisões no interior da comunidade dos homens livres, de um lado, e as lutas históricas dos trabalhadores escravizados, de outro.

Para atingir o objetivo traçado acima, partimos das evidências diretas e indiretas, resultantes da pesquisa feita na documentação compulsada, como também de um diálogo com a bibliografia que tratou do tema, interrogando inclusive os seus silêncios.

ABSTRACT

The main objective of this paper is to investigate the involvement of slaves in the popular Revolt of Quebra –Quilos (the smashing of weights and measures), a social uprising which started in the ancient town of Campina Grande in the Northeast of Paraiba from late 1874 until early 1875 and spread out to villages and other towns in the four provinces of the north of the empire.

Our assumption is based on the fact that the local captives had their way of life as a reason to give the movement a specific conotation. To provide the incidents with total historical inteligibility, it was essential to return in time to search for political and cultural experiences which strongly influenced them. Such a network of influences, secretly achieved most of the times, was burst by slaves and even by men who had been set free with the purpose to enlarge and hold their chances of freedom before their masters as the slavery institution underwent a growing process of dislegitimization resulting from both the disruptions inside the communities of free men and the enslaved workers' historical struggles.

To meet the goal of this work, we searched for direct and indirect evidences from the research conducted through documents recorded as well as the contact with the bibliography concerning the topic by questioning even the silence of the texts.

AGRADECIMENTOS

Ufa! Finalmente chegou o tão esperado momento dos agradecimentos. Nesta longa jornada acadêmica e existencial, necessária para a realização do mestrado, me deparei com muitas pessoas, que de uma forma ou de outra, terminaram sendo responsáveis por eu ter chegado ao fim são e salvo. Se alguma coisa de boa existe nesta dissertação, o seu resultado eu divido com todos vocês. Quanto ao resto, a responsabilidade é exclusivamente minha.

Em primeiro lugar e antes de tudo, gostaria de agradecer a todos os meus colegas do Departamento de história e geografia da UFPB-Campus II, em Campina Grande. Sem esse suporte nada teria sido possível, e isto por vários motivos. A começar do fato elementar de que foram eles que seguraram as "pontas", de terem que acumular mais tarefas e trabalho durante os três primeiros anos em que estive afastado das atividades docentes, e ultimamente mais três meses de licença-prêmio, necessários para a redação final do texto.

Com alguns deles a minha convivência extrapola em muito a condição de colegas de trabalho, convivência essa pontuada por laços de amizade forjados e partilhados ao longo dos últimos anos. A esses eu gostaria de citar nominalmente. A Gervácio, o "velho" G. B. Aranha, grande amigo e interlocutor de toda hora, obrigado por tudo que você fez pelo meu crescimento intelectual e humano, desde a época da graduação até os dias que correm. Espero continuar a merecer a sua amizade. Um outro amigo do "peito" é Benjamim Montenegro, um dos sujeitos mais espirituosos que já conheci em toda a minha vida. Além das muitas conversas e momentos de descontração que tivemos juntos com a inumerável turma do "zepa", você foi dos que mais me incentivou a ser persistente e não desistir nunca. A Socorro Rangel, exemplo de professora e pesquisadora de "mão cheia", eu deixo um grande abraço. Em momentos bastante críticos que tive que enfrentar, lá estava você com sua presteza e solidariedade, pronta a oferecer um ombro amigo para aparar minhas lágrimas. Com Durval Muniz(apesar de um certo afastamento nesses últimos tempos) eu aprendi muito do que sei em termos de história e ainda hoje lhe sou grato, inclusive por poder continuar a partilhar de seu

convívio. Outro sujeito que se revelou um grande amigo foi Severino Cabral, o homem da "voz de ouro". Seus "puxões de orelhas" terminaram surtindo algum efeito para que eu retomasse o trabalho e finalmente conseguisse concluí-lo. A Fabio Gutemberg devo muito. Se tivesse que nomear mais diretamente um responsável por eu ter readiquirido o ânimo para terminar o trabalho, esse alguém é você Fabio. A começar da leitura de sua tese de doutorado, recentemente defendida, que me inspirou de várias maneiras. Você também foi o interlocutor mais próximo, lendo atentamente cada parte do trabalho, com suas críticas e sugestões. Além do que, a sua ajuda na parte de informática foi absolutamente imprescindível para que a dissertação fosse se materializando. Pode ter certeza que a nossa amizade só fez se agigantar durante esse tempo, apesar (ou por causa, não sei) das nossas diferenças em relação a muitos aspectos da vida.

Em se tratando de DHG, não poderia esquecer de suas antológicas funcionárias, pelo apoio logístico e a convivência diária. Agradeço em especial a Socorro, Edinalda, Lourdinha e dona Nenzilda.

Para realizar o mestrado fui obrigado a fazer muitas viagens, algumas reais outras tantas imaginárias. Como sempre acontece nesse tipo de situação, experimentei as perdas e ganhos do processo. Em primeiro lugar, tive que me deslocar para Campinas, cidade onde morei durante o ano de 1994. Aí minha maior dificuldade foi de adaptação, pois de vez em quando a saudade - na sua forma mais aguda de se manifestar, o "banzo" - ameaçava tomar-me de assalto e se instalar definitivamente em meu ser. Para contrabalançar essa terrível tendência, foram fundamentais as redes de apoio que fui estabelecendo com as pessoas do lugar, algumas "nativas" e outras "estrangeiras", como eu.

Em primeiro lugar devo muito ao ambiente acadêmico e humano da UNICAMP, instituição em que tive o privilégio de estudar. Tive a sorte de contar com uma turma muito boa, com quem dividi interessantes momentos de discussões, não só nas disciplinas cursadas como também em horas de intensas brincadeiras, que analisadas em retrospectiva foram cruciais para manter o astral num nível suportável. Aqui mencionaria em especial a Ana Rosa, Silvia Cristina e Jeziel, que apesar de passado tanto tempo ainda guardo muitas lembranças do

nosso convívio. Dizem que em cada recanto do mundo você encontra um cearense. Para além de qualquer estereótipo, esse ditado não deixa de ter suas razões históricas. Em Campinas convivi com um desses sujeitos, chamado Raimundo Barroso, meu colega de trabalho na UFPB, que à época estava fazendo o doutorado em história. Nossas idas ao Mercado público da cidade, sempre aos sábados pela manhã, foram muito divertidas, apesar da falta de dinheiro ocasionada pelo atraso nas bolsas do PICD. Os funcionários das bibliotecas Central e do IFCH, onde eu passava a maior parte do tempo, foram muito prestativos e merecem todo o meu reconhecimento.

Agradeço imensamente a todos os professores. Quer seja nas disciplinas ou na linha de pesquisa em escravidão, podem ter certeza que aprendi muito com todos vocês. Tive o redobrado privilégio de fazer um curso que me foi de muita valia, intitulado "História e narração em Walter Benjamin", ministrado por uma das maiores conhecedoras do pensamento do filósofo alemão, a professora Jeanne Marie Gagnebin, do IEL. Embora não tenha feito nenhuma disciplina com o professor Sidney Chalhoub, devo aqui confessar uma dívida intelectual. A leitura de seus livros inspirou e marcou muito a maneira de eu conceber o meu próprio objeto de estudo, claramente perceptível nas páginas que se seguem.

À professora Leila Mezan Algranti eu teria que fazer um capítulo de agradecimentos à parte. Com ela fiz um importante curso de "Teoria da história", que me ajudou a redefinir pontos fundamentais do trabalho. Foi em função dessa experiência acadêmica e pessoal que fiz o convite para a orientação, convite esse de pronto aceito. Leila é daquelas orientadoras que todo orientando gostaria de ter. Não só pela competência profissional, pelo estímulo, abertura para o diálogo mas, acima de tudo, a liberdade de criação que propicia. Infelizmente, por culpa única e exclusivamente minha, a nossa convivência foi interrompida por muito tempo e assim não pude usufruir plenamente de seus ensinamentos. Apesar disso, quando tudo parecia estar perdido, mais uma vez ela deu uma demonstração de grandeza ao aceitar retomar a orientação, mesmo que à distância. Por isso mesmo Leila, não há palavra que possa expressar a profunda gratidão que acumulei para com você. A essa altura dos acontecimentos, o que

menos importa é o destino institucional deste texto. De todo modo, o fato de ter escrito já foi absolutamente vital e parte do mérito eu credito a você. Muito obrigado por tudo.

Para que a dissertação fosse possível, tive que pesquisar em várias instituições por esse Brasil afora. Em todas elas, em que pese as dificuldades materiais de praxe, encontrei funcionários sempre dispostos a ajudarem na localização exata da documentação de que precisava. No Rio de Janeiro estive no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional, e em ambas fui bem assistido por profissionais anônimos, porém qualificados e competentes. No Recife, o professor Armando Souto Maior teve a gentileza de me receber para conversar uma manhã inteira sobre o Quebra-Quilos, nosso tema de pesquisa em comum. Em João Pessoa, o professor José Octávio abriu portas para a pesquisa, inclusive a de sua valiosa biblioteca. Ainda nessa cidade passei alguns bons, e agradáveis, meses do ano de 1995 "enfronhado" no Arquivo Público do Estado, NIDHIR e IHGP.

De volta à terra natal, pesquisei em vários arquivos, a exemplo do Museu Histórico, SEDHIR e Fórum Afonso Campos. Deste último guardo boas recordações, em especial dos serventuários do Cartório da primeira vara criminal, nas pessoas do Lúcio e Ivanete.

Na reta final do trabalho pude contar no exame de qualificação, realizada em 5/10/01, com as presenças da professora Isabel Marson e o professor Robert Slenes, que na ocasião fizeram sugestões e críticas muitos pertinentes. Na banca de defesa, tive a honra de contar novamente com as argüições do professor Slenes e a participação da professora Maria Helena P T Machado. A todos meu muito obrigado.

Nestes últimos anos temos assistido a um perverso processo de destroçamento das universidades públicas no Brasil, que atinge em especial o ensino e a pesquisa nas ciências humanas. Tenho tido a oportunidade de participar de um grupo formado por colegas que, além de profissionais sérios, não se conformam com tudo isso e militam na batalha cotidiana do movimento docente. Lembraria aqui a Antonio Berto, Antonio Glaucio, Josevaldo Cunha e em

especial Edilson Amorim, que além disso tem sido um interlocutor permanente no diálogo entre a história e a literatura.

Quando estava prestes a fechar a versão final do trabalho, o computador resolveu se rebelar contra um incompetente digitador, ameaçando dar uma pane geral em pleno dia de finados. Para minha sorte o velho Pedro Quirino, "doutor" em informática, se antecipou aos fatos e evitou uma catástrofe de proporções incalculáveis.

Exercer a docência tem sido a minha "sina" nestes últimos dez anos. Além de ensinar alguma coisa, tenho aprendido muito com meus alunos da graduação em história. Na impossibilidade de citar nome por nome, gostaria de fazer uma homenagem simbólica, na figura de um quarteto feminino ímpar: Aleksandra, Kyara, Juciene e Raquel.

Esse trabalho foi concebido e escrito, em grande medida, sob o signo da indignação e é uma espécie de acerto de contas com o passado e o presente da cidade, conhecida por destruir sistematicamente a sua memória histórica. A algum tempo atrás a prefeitura municipal de Campina Grande, de forma unilateral e autoritária, comprou o prédio de um velho cinema, o Capitólio, para demolí-lo e sobre seus escombros erguer um camelódromo. Houve uma considerável mobilização de segmentos sociais e culturais da sociedade local, que por um momento evitou o pior, batalha essa que ainda em curso. Nesse meio tempo feito de lutas, tive a oportunidade de conhecer pessoas extraordinárias. Uma dessas pessoas se chama seu Barreto, a quem eu tenho a honra de privar de sua amizade e a quem eu rendo todas as minhas homenagens, pelo exemplo de honradez e dignidade humana, qualidades cada vez mais raras nestes tempos sombrios em que estamos todos mergulhados.

Embora eu seja meio avesso à idéia de família, entendo que enquanto realidade concreta ela é um suporte emocional e afetivo fundamental para a sobrevivência de qualquer indivíduo. Por isso gostaria de agradecer as minhas irmãs e meus irmãos pela força, em especial ao velho Ximbica, amigo de todas as horas. A meu pai, Valdemar Amaro de Lima, eu devo quase tudo que sou.

Lembre-se meu generoso pai, que o senhor sempre será um exemplo de reserva moral contra as hostilidades do mundo.

No período de anos que separa a minha entrada da minha saída do mestrado muito coisa aconteceu. Nesse interregno casei com Maria dos Anjos, mulher que tem sido um suporte existencial imprescindível para eu atravessar as agruras e as delícias da vida cotidiano. Tivemos duas filhas. Uma infelizmente morreu precocemente. A outra é a razão de ser da minha vida. Na medida em que ia escrevendo a dissertação, minha menina foi crescendo e adquirindo contornos de "gente". Nas muitas noites que tive que passar em claro, para concluir o trabalho à tempo, ela chegava e me perguntava "pai o que tu tá fazendo aí". Só eu sei o quanto isso foi importante para não desanimar e seguir em frente. Por isso mesmo Luísa, minha filhinha querida, esse trabalho é dedicado a você, do fundo do meu coração.

A luta de classes, que um historiador educado por Marx jamais perde de vista, é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais. Mas na luta de classes essas coisas espirituais não podem ser representadas como despojos atribuídos ao vencedor. Elas se manifestam nessa luta sob a forma da confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e agem de longe, do fundo dos tempos. Elas questionarão sempre cada vitória dos dominadores. Assim como as flores dirigem sua corola para o sol, o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o sol que se levanta no céu da história. O materialismo histórico deve ficar atento a essa transformação, a mais imperceptível de todas.

(WALTER BENJAMIN - *SOBRE O CONCEITO DA HISTÓRIA*)

Escrevo por não ter nada a fazer no mundo: sobrei e não há lugar para mim na terra dos homens. Escrevo porque sou um desesperado e estou cansado, não suporto mais a rotina de me ser e se não fosse a sempre novidade que é escrever, eu me morreria simbolicamente todos os dias. Mas preparado estou para sair discretamente pela saída da porta dos fundos. Experimentei quase tudo, inclusive a paixão e seu desespero. E agora só quereria ter o que eu tivesse sido e não fui.

(CLARICE LISPECTOR - *A HORA DA ESTRELA*)

SUMÁRIO

Introdução 01
Primeiro Capítulo: O Quebra-Quilos ou o medo num instante de perigo 19
1. O contexto: Economia e sociedade 19
2. "Scenas horrorosas": Tecendo a trama 28
3. Leituras do Quebra-Quilos: entre selvagens e pré-políticos..... 44
4. A lógica da multidão..... 54
5. E os escravos entraram em cena..... 67

Segundo Capítulo: A comunidade escrava às vésperas do Quebra-Quilos ou em busca das "raízes do efêmero" 71
1. Estrutura e posse da população escrava: o trabalho e o cotidiano 73
2. As cartas de alforria: liberdade 91
3. As ações de liberdade: liberdades 106

Terceiro Capítulo: Sombras em movimento ou os escravos no Quebra-Quilos 129
1. A Ação 129
2. Uma insurreição de escravos? Sobre os significados históricos 133
3. Imagens da repressão 185

Conclusão 193

Fontes e Bibliografia 201

Anexos 215

INTRODUÇÃO

Corria o ano de mil oitocentos e setenta e quatro da era cristã. Naquele tempo, Fagundes, com a sua famosa serra do Bodopitá, pertencia ao município de Campina Grande.

Aquele último sábado de outubro, aparentemente, tinha tudo para ser um dia como outro qualquer. Já de madrugada, os feirantes iam chegando no pátio da feira e colocando seus produtos à venda; os comerciantes, a postos, esperavam "pesar" bons negócios; os arrematadores não viam a hora de começar a recolher os impostos; aos poucos a população se aproximava do local, com objetivos variados; os policiais procuravam manter essa onda de ordem e tranqüilidade pública.

De repente, acontecimentos inusitados e surpreendentes contagiaram esta aparente calmaria, gerando espanto aos olhos dos contemporâneos: populares, formando pequenos grupos, armados de pedaços de paus, pedras e armas de fogo, entram em confronto com as forças policiais, que, atônitas, são obrigadas a se retirar de forma desordenada.

Logo depois estes episódios se espalham e atingem a cidade de Campina Grande. Sob a liderança do João carga d'Água, os populares chegam, mais uma vez num sábado de feira, entoando palavras de ordem. Desta vez, além de paus, pedras e espingardas, os revoltosos lançaram mão de uma arma de guerra nada convencional: as barras de rapadura, expostas à venda num dos mercados locais. Foi justamente com uma dessas barras de rapadura que os populares deram início a confusão: o doce das pesadas rapaduras se misturou com o sangue da cabeça do delegado local, atingindo-o em cheio. O arremesso foi tão certeiro que deixou o sujeito desacordado por algum tempo.

A esta altura dos acontecimentos, com as forças policiais desarticuladas e em baixa, os populares continuaram agindo durante os dias que se seguiram. Os pesos e medidas do novo sistema métrico – decimal, recentemente implantados, foram arrancados das mãos dos comerciantes e inutilizados; cartórios e coletorias de

renda têm seus papéis e móveis destruídos; a cadeia é arrombada por duas vezes, tendo todos os seus presos entrado em férias por tempo indeterminado.

Na medida em que estes acontecimentos ganham corpo, uma verdadeira legião de descontentes - nos bastidores ou publicamente - vai se envolvendo no movimento: proprietários arruinados com a crise que grassava a região; políticos liberais descontentes com a administração do conservador Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, o futuro Barão do Abiaí; padres e bispos irritados com as medidas tomadas pelo Imperador em relação à chamada questão religiosa. Enquanto isso, grupos de escravos se aproveitaram da caótica situação reinante para entrar em cena e reivindicarem coletivamente a liberdade.

Em pouco tempo a revolta vai cada vez mais se alastrando para outras localidades da então Parahyba do Norte, para finalmente chegar a três outras províncias do norte, a saber: Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.

As autoridades constituídas começaram a se mobilizar, preocupadas que estavam com a proporção que os acontecimentos estavam tomando. Dos delegados e sub - delegados, passando por chefes de polícia e juizes de Direito, até os presidentes de províncias, articula-se rapidamente uma contra-ofensiva para controlar e debelar o movimento dos sediciosos. A situação de perigo chegou a tal ponto, que ecos dos eventos chegam à Corte, de onde tropas militares, sob o comando do Coronel Severiano da Fonseca, são deslocadas para as províncias rebeldes. Juntas, forças federais e locais, ajudam a espantar o fantasma da "desordem" então reinante, foco de desassossego das classes dominantes. No começo do ano seguinte, depois de muitas marchas e contra - marchas, a "tranqüilidade pública" foi enfim imposta a ferro e a fogo.

Na repressão exemplar que se seguiu, percebe-se na postura das autoridades policiais e judiciais uma certa seletividade na acusação e punição dos envolvidos. Para os "notáveis" que pertenciam aos extratos sociais dominantes a

absolvição ou anistia, enquanto que para os populares identificados a prisão, a arbitrariedade e o tormento do famigerado "colete de couro".[1]

Inseridos num contexto de transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas estes acontecimentos, brevemente sumariados, passaram a ser conhecidos para a posteridade como movimento ou revolta popular do Quebra - Quilos. Ao longo do tempo, várias interpretações foram construídas, buscando compreender diferentes aspectos da questão. Porém, em que pese as diferenças de enfoque e preocupação dos autores, sentimos uma lacuna básica na bibliografia disponível: a ausência e o silêncio quase que completo sobre a participação dos escravos no movimento. Como explicar essa produção histórica do esquecimento? Teria isso a ver com a própria insignificância dessa participação, diluída que foi no contexto mais geral dos acontecimentos ? Questões de ordem metodológica e teórica? Preconceitos ideológicos? Precariedade das fontes, que dessa maneira não permitiria uma reconstituição da experiência negra no Quebra - Quilos?

Será que com o avanço da pesquisa e os novos questionamentos teóricos e políticos postos hoje pela disciplina, ainda se justifica esse silêncio? Qualquer que seja o caminho escolhido, a resposta não é fácil, o dilema permanece. Da nossa parte, resolvemos assumir os riscos e prazeres do desafio, tentando assim dar a nossa contribuição para o enriquecimento do tema. Sendo assim, o objetivo maior da dissertação será o de discutir e investigar, em perspectiva histórica, os significados da participação de escravos num movimento social de homens livres, ou seja, o Quebra - Quilos, no antigo município de Campina Grande, interior da província da Parahyba do Norte, nos últimos meses do ano de 1874. Para ser mais preciso, o nosso interesse é de mostrar que é possível entender a natureza e o significado desta participação, que guarda particularidades históricas importantes e, portanto, não se reduz as práticas dos demais grupos sociais envolvidos no referido movimento. O recorte espacial se justifica plenamente, pois além de centro irradiador do movimento foi no antigo município de Campina Grande

[1] Ver, .Almeida, Elpídio. *História de Campina Grande*, 2ª ed., JP, Ed. UFPB, 1979,pp 147/158.

que O Quebra – Quilos se singularizou, dentre outros fatores, devido a peculiar participação de escravos.

Além de suas próprias lutas individuais e coletivas, os escravos brasileiros se aproveitaram de determinadas conjunturas históricas para engrossar as fileiras de movimentos de outros grupos da sociedade em que viviam, dando com isso um colorido especial a estes últimos. Neste sentido, a participação deles, em maior ou menor grau, em movimentos de homens livres não é novidade na história do Brasil, bastando para isso consultar a bibliografia disponível. Desde o período colonial, temos notícia da participação de escravos nos principais movimentos que procuraram contestar aspectos do chamado pacto colonial. O exemplo mais notório e significativo a este respeito, talvez seja o da Revolta dos Alfaiates de 1798, na Bahia. O mais popular de todos os movimentos sociais e políticos que antecederam a emancipação política, o 1798 baiano foi também o único que colocou a abolição dos escravos como perspectiva da luta, aspecto esse componente de um projeto maior em construção, no caso uma possível independência política para a América portuguesa. Entusiasmados com as promessas de fim das discriminações sociais e de cor, alguns forros e escravos não só se deixaram levar pelas palavras de ordem de inspiração francesa em torno de "liberdade, igualdade e fraternidade", como chegaram até a compor a sua liderança em momentos cruciais da revolta. Para se ter uma idéia deste quadro, basta dizer que das trinta e duas lideranças presas como cabeças do movimento, onze eram escravos, um dado bastante significativo.[2]

Porém, é no contexto do tumultuado processo de construção de uma nação escravista e do Estado monárquico brasileiro ao longo do século XIX, que essa história adquire novos significados. No próprio processo de independência, que por linhas nem sempre tão retas levou ao sete de setembro, a presença (muitas vezes

---

[2] Ver, Tavares, Luiz Henrique Dias. "Escravos em 1798". *CLIO*. UFPE. Recife, vol.1, nº14, 1993. pp.25/53; Jancsó, István. "A Sedução da liberdade: Cotidiano e contestação política no final do século XVIII". In. Souza, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil* - Vol.I, S.P, Comp. das Letras, 1997.pp. 338/437; Villalta, Luiz Carlos - *1789.1808: O Império Luso - Brasileiro e os Brasis.* S.P, Comp. das Letras, 2000. pp. 95/116.

inesperada e incômodas aos olhos das elites) dos escravos foi uma constante. Mesmo que o projeto das elites proprietária em formação tenha momentaneamente triunfado, isto não se fez de forma linear e homogênea. Como a pesquisa histórica mais recente vem mostrando, foi preciso muitos embates, feitos de marchas e contramarchas, para que o referido projeto se efetivasse. Esta nova historiografia evidencia cada vez mais que a chamada independência não se reduziu a um conflito entre o partido português e o partido brasileiro. Para além desta dicotomia reducionista, havia muito outros interesses e projetos em disputa para a nação que aos poucos ia ganhando contornos políticos, sociais e culturais. Em várias províncias, setores sociais subalternos procuraram tirar partido das divisão das elites de então, buscando assim influir no curso dos acontecimentos. Índios aculturados, místicos, plebe urbana, forros e escravos etc, tentaram também fazer com que seus interesses fossem levados em consideração na futura nação emancipada. Na Bahia, por exemplo, a temperatura política chegou quase que ao limite do transbordamento, em função das particularidades históricas que o processo histórico ali adquiriu. Contaminados, mais uma vez, por certas palavras de ordem , repetidas à exaustão nos panfletos e discursos políticos de então, grupos de escravos baianos foram à luta, pegando em armas e procurando forjar a sua própria idéia e experiência social em torno da liberdade. Alguns chegaram a cerrar fileira no que os contemporâneos chamaram de "partido negro", formado também por negros livres e libertos, cujas ações as elites procuraram alijar e reprimir.[3]

O projeto de independência das elites proprietárias de terras e gente do Brasil escravista, apesar de hegemônico, teve que passar por várias provas de fogo ao longo da primeira metade do século XIX. Da Confederação do Equador de 1824,

---

[3] Ver, Reis, João José. "O Jogo duro do dois de Julho: O "Partido Negro" na independência da Bahia". In. Reis, João José e Silva, Eduardo (Organizadores). *Negociação e conflito*. S.P, Comp. das Letras, 1989. pp. 79/98; Ricci, Magda Maria de Oliveira. "Nas Fronteiras da independência. Um estudo sobre os significados da liberdade na região de Itu (1779 - 1822)". Campinas, Unicamp, 1993. (Dissertação de Mestrado) pp. 170/265;

passando pela conturbação social da regência, expressa nos diversos movimentos que eclodiram nas províncias, até a chamada Revolução Praieira de 1848, as mesmas questões reaparecem: divergências entre o poder central e grupos de interesses regionais; divisão no seio das elites proprietários locais; eclosão de conflitos sociais, com a entrada em cena dos "de baixo"; repressão seletiva em relação aos diversos agentes sociais etc. Em quase todos esses movimentos, novamente a movimentação escrava se fez presente, quer seja como força coadjuvante ou mesmo na condição de grupo de interesse organizado e com liderança própria. Por guardar certas semelhanças históricas com o Quebra - Quilos, mencionaremos com maior detalhe uma dessas revoltas, qual seja, a Balaiada, ocorrida na província do Maranhão entre os anos de 1838 e 1840.[4]

Um dos mais importantes movimentos sociais e políticos de toda a história brasileira do oitocentos, a Balaiada esteve inserida no contexto maior de consolidação do Estado e da economia imperial. Em função de conflitos intra-elite, gerados pela disputa de poder entre liberais e conservadores locais, as elites proprietárias ligadas a pecuária e a economia algodoeira tendiam a se dividir em momentos cruciais, dando margem a eclosão de conflitos sociais. É neste quadro pós - independência de tensões e crises que os grupos sociais subalternos procuram tirar partido da situação então vivida na província do Maranhão. Neste contexto de crise, lideranças populares vão surgindo e assumindo posição de destaque no transcorrer da luta, a exemplo do cafuzo Raimundo Gomes, Francisco Ferreira - o fazedor de balaio - e o negro Cosme Bento das Chagas. Este último, por sinal, chegou a liderar um contigente de três mil escravos fugidos e aquilombados, desenvolvendo uma batalha paralela na conquista e alargamento de espaços de liberdade.

Alencastro, Luiz Felipe. "Vida Privada e ordem privada no Império". In. Alencastro, Luiz Felipe (Org). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. II, S.P. Comp das Letras, 1997. pp. 12/93.

[4] Ver, Carvalho, José Murilo de. *Teatro de Sombras: A Política Imperial*, S.P, Vértice, 1988. pp. 11/21.

Num primeiro momento, a liderança do movimento ficou a cargo das elites liberais dissidentes. Só que com a intensificação dos confrontos políticos e militares, as camadas populares passaram a ter cada vez mais importância na luta, levando a um claro recuo dos setores dominantes, ligados politicamente a ordem. Expressão dessa hegemonia popular na Balaiada é dada pela conquista da segunda maior cidade da província, Caxias. Apesar dessa vantagem inicial, desentendimentos entre as várias lideranças populares levou a uma divisão em suas fileiras, o que facilitou o posterior controle e repressão comandada pelo então coronel Luís Alves Lima e Silva, o futuro duque de caxias, cuja "fama" começou a ser forjada por esse tempo. É interessante observar que um dos pontos do acordo que estabeleceu a anistia aos revoltosos foi de que os cativos envolvidos no movimento teriam que ser reescravizados, uma demonstração da solução de compromissos com a escravidão entre "rebeldes" e legalistas. Percebendo o teor da trama em curso, o negro Cosme e seus milhares de comandados continuaram a luta pela liberdade, que só foi parcialmente interrompida em 1842, com prisão e morte de muitos dos escravos levantados, inclusive o enforcamento do seu líder maior.[5]

Ao contrário do que a historiografia oficial do século XIX sustentou por muito tempo - fazendo coro com uma imagem política construída historicamente pela elite imperial - a história do segundo reinado, em que pese a consolidação de um determinado projeto de nação e de Estado, esteve bastante distante de qualquer ideal de paz e harmonia social, sendo, pelo contrário, atravessada por diversos tipos de conflitos. Se estes acontecimentos não tiveram, em termos historiográficos, a mesma importância que muitos dos ocorridos anteriormente, é uma tarefa a que alguns pesquisadores de hoje vêem se dedicando, no sentido de melhor esclarecer a questão.[6]

Além das tensões e conflitos cotidianos que continuaram a marcar a sociedade escravista brasileira da segunda metade do oitocentos, movimentos sociais de

---

[5] Ver, Santos, Maria J.V. *A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão* S.P, Ática, 1983. pp. 63/102.

relevo se desenrolaram por aqueles tempos, envolvendo as populações pobres livres, escravos, grupos urbanos e outros segmentos sociais. A título de exemplo, poderíamos citar o Ronco da Abelha, revolta popular de fins de 1851 e inícios de 1852, contra alguns decretos governamentais referentes ao censo e ao registro civil e de óbito ; uma greve de escravos ganhadores de Salvador contra uma postura municipal em 1857; um motim popular contra a fome e a carestia, conhecido como "Carne sem Osso e Farinha sem Carroço", também ocorrido em Salvador no ano seguinte, ou seja, no ano de 1858 e muitos outros.[7]

O Quebra - Quilos, enquanto movimento de caráter político e social, se insere nesse contexto maior. Porém, quais as particularidades do mesmo em comparação com todos estes movimentos que ocorreram ao longo do oitocentos? O primeiro aspecto a ser ressaltado em relação a tudo isso, é que este movimento ocorre num contexto e numa temporalidade distinta da que até então caracterizava a sociedade imperial, com o surgimento de novas demandas políticas. Os tempos eram outros. Nas últimas décadas do século XIX, as questões que afetavam o Império eram outros. Modificações de natureza econômica, política e cultural começavam a modificar mais intensamente as base de sustentação do Estado e da sociedade escravista brasileira. A década de setenta pode ser tomada como um marco divisório neste processo, que, no limite, vai redundar no colapso de suas duas grandes instituições, a saber: a escravidão e a monarquia.

Este quadro histórico implicou em novos rearranjos entre indivíduos, grupos e classes em suas múltiplas relações internas e com o Estado Imperial. É justamente neste contexto de prenúncio de crise que eclode o Quebra - Quilos. Qual a postura das elites locais a essa complexa conjuntura? Como as camadas

---

[6] Ver, Marson, Isabel Andrade. "O Império da Revolução: Matrizes Interpretativas dos conflitos da sociedade monárquica". In. Freitas, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia Brasileira em perspectiva.* S.P, Contexto, 1998. pp. 73/101.

[7] Ver, Monteiro, Hamilton de Mattos. *Nordeste insurgente (1850 - 1890).* S.P, Brasiliense, 1981. pp. 33/45; Reis, João José. "A Greve Negra de 1857 na Bahia". In. *Revista U.S.P.* Dossiê Brasil/ África. nº 18, 1993. pp. 8/29; Reis, João José e Aguiar, Marcia Gabriel D. "Carne sem osso e Farinha sem caroço. O motim da fome de 1858 contra a carestia na Bahia". *Revista de História.* nº 135, FFLCH . USP, 1996. pp. 133/160.

populares vivenciaram e reagiram a esse contexto? De que maneira as grandes questões desse momento histórico, particularmente a discussão em torno da Lei do Ventre Livre, afetaram a vida dos escravos? Como eles interpretaram a conjuntura, traduzindo-a em ações políticas? Que tradições políticas e culturais os mesmos vinham tecendo ao longo das décadas anteriores? Que relações de cooperação e/ou conflitos havia entre estes mesmos escravos e as diversas camadas de homens livres pobres? No transcurso dos acontecimentos, teria havido uma insurreição de escravos no interior de um movimento de homens livres? São questões que esperamos, se não respondê-las de todo, pelo menos equacioná-las em novas bases, apontando novas diretrizes narrativas e interpretativas para o tema em foco.

Circunscrito a dezenas de vilas e cidades das quatro províncias do norte do Império, o Quebra - Quilos terminou tendo repercussão nacional, o que bem demonstra a complexidade dos interesses que estiveram em jogo. Na Fala do Trono de 16/03/1875, o Imperador D. Pedro II assim se reportou aos acontecimentos sediciosos:

"A ordem pública foi perturbada em vários pontos do interior de quatro províncias do norte. Bandos sediciosos, em geral movidos por fanatismo religioso e preconceitos contra a prática do sistema métrico, assaltaram as povoações, destruindo os arquivos de algumas repartições públicas e os padrões dos novos pesos e medidas. Felizmente, sufocou - se de pronto o movimento criminoso, sendo a autoridade pública auxiliada por cidadãos dos mais prestante daquelas localidades".[8]

Em relatório datado do mesmo ano, o ministro da justiça fez menção ao evento e lamentou a violência e ignorância das "massas desenfreadas", cobrando ao mesmo tempo medidas enérgicas para a restauração do sossego pública. Ecos do movimento também invadiram os salões nobres da Assembléia Geral do Império, que em sessões especiais discutiu o assunto em plenário, a partir da iniciativa de parlamentares das províncias atingidas.

Razão maior teve o presidente da Parahyba do Norte para apresentar o seu rosário de queixas, pois nesta província os eventos adquiriram proporções dramáticas. Em relatório apresentado a assembléia provincial de 09/10/1875 ele assim se expressou:

"Esta província que sempre se distinguiu em todas as éphocas pelo seu conhecimento espírito d'ordem e respeito as autoridades em novembro do ano próximo passado foi vítima em diversos municípios dos agitadores e fanatismo religioso, sob o pretexto dos impostos provinciais e leis de alistamento do exército e armada e do systema métrico decimal".[9]

Estas diversas falas - produzidas, por assim dizer, no calor dos acontecimentos - terminaram contribuindo para a construção e instituição de uma determinada memória política do movimento. Esta memória esteve intimamente vinculada a imagem e auto - imagem que as elites buscaram elaborar, não só sobre si mesma, mas também da sociedade em que viviam, ligada a valores em torno da estabilidade e ao progresso. Ora, uma manifestação política e social da dimensão do Quebra - Quilos destoava desse figurino apaziguador da "boa" ordem imperial, trazendo à tona a recorrente metáfora do "vulcão da anarquia". Daí a tentativa de autoridades e os agentes ligados a repressão, no sentido de exorcizar os fantasmas, reduzindo toda a complexidade dos acontecimentos a meras querelas conjunturais, expressas, por exemplo, nas paixões políticas e religiosas envolvendo setores das camadas dominantes.

Estas imagens, cristalizadas historicamente, terminaram dando, em grande medida, o mote para muitas das visões historiográficas surgidas posteriores sobre o Quebra - Quilos. Grosso modo, podemos dividir estas abordagens em duas grandes matrizes interpretativas. Os primeiros trabalhos se vinculam a uma certa tradição ligada aos institutos históricos locais. Estes se caracterizam por trabalharem acriticamente as fontes que utilizam e se basearem numa visão tributária dos vencedores. Já a outra vertente é mais recente, e de caráter mais acadêmica.

---

[8] Ver, *Falas do Trono: Desde o ano de 1823 até o ano de 1889.* Brasília, INL, 1977, p. 428.

[9] Ver, Relatórios de Presidentes da Província da Paraíba. Época do Império., UFPB/Nedhir, JP., 1869 a 1877.

Embora esta tenha mudado as questões em relação a documentação e avançado em aspectos da compreensão do tema, ainda permanece prisioneira de problemas de ordem metodológica. Nessa segunda perspectiva, os autores são movidos por uma ótica que poderíamos denominar de "lógica da carência". Assim, aos homens e mulheres que participaram da revolta supra citada faltaram organização, ideologia política, clareza de objetivos, ou seja, não passaram de gente pré - política. Foram raros os que conseguiram fugir dessa dicotomia.

Como ficará claro ao longo do trabalho, nosso caminho será um pouco diferente. Buscaremos - no duplo e incessante movimento de diálogo das evidências empíricas com as categorias de análise - reconstruir a lógica histórica do movimento e a lógica das experiências dos sujeitos sociais em conflito envolvidos naquela trama, vendo na história um campo aberto de possibilidades. Neste sentido, as nossas opções se aproximam das preocupações da chamada historiografia do protesto popular.[10]

Por outro lado, se a preocupação maior da nossa investigação é de resgatar a participação dos escravos no Quebra - Quilos, precisamos passar em revista a literatura que tratou da resistência negra no Brasil.

As imagens da escravidão na historiografia brasileira formam um verdadeiro caleidoscópio. Discutiremos em seguida apenas algumas dessas imagens, enfatizando a maneira como os escravos são percebidos nestes estudos.[11]

Se é verdade que nem tudo começou com Gilberto Freyre, mais verdadeiro ainda é o fato de que torna-se humanamente impossível discutir a escravidão no Brasil, sem fazer referências concretas aos trabalhos do sociólogo pernambucano. Segundo este autor, teria vigorado no Brasil uma escravidão de natureza patriarcal, em função da herança cultural e histórica do colonizador ibérico, o que associada às próprias influências do novo ambiente humano e ecológico dos trópicos

---

[10] Essa discussão será retomada e aprofundada mais adiante, no tópico referente a análise da historiografia do Quebra - Quilos.

[11] Um bom resumo deste debate está em, Schwartz, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes.* Bauru, Edusc, 2001. pp. 21/82.

americanos, teria redundado em relações harmônicas entre os senhores da casa grande e os negros escravos da senzala.

Mesmo que as contradições e os conflitos não estejam de todo fora do horizonte de análise do autor, ao final o que prevalece são as tendências à harmonização de interesses, ou, em outras palavras, ao equilíbrio de antagonismos . É o que se depreende da seguinte passagem, em que analisa as transformações do português na américa portuguesa:

"Somos duas metades confraternizantes que se vêem mutuamente enriquecidas de valores e experiências diversas; quando nos completarmos enriquecidos num todo, não será com o sacrifício de um elemento ou outro".[12]

Daí para a famosa tese da democracia racial foi só um passo. Quanto aos escravos, só lhes é permitido fazer história pela entrada dos fundos da casa grande, que, de acordo com o olhar senhorial do nosso simpático sociólogo - escritor, é onde acontece a história. Isto explica, em parte, a sua opção preferencial pelos diversos tipos de escravos domésticos - ama de leite, mucama, moleques, preto velho, cozinheira, etc - que aparecem com destaque ao longo de seus estudos sobre o tema.[13]

Em grande medida, os textos escritos pelo sociólogo e historiador Clóvis Moura funcionaram como uma espécie de contraponto à visão freiriana da escravidão. As imagens de um escravo dócil e submisso são substituídas pela figura do escravo rebelde. No lugar de Pai João, entra triunfalmente Zumbi dos Palmares. O autor prossegue dizendo que "o escravo (...) se de um lado, era apenas coisa, do

---

[12] Ver, Freyre, Gilberto. *Casa Grande e Senzala.* 31 ed., R.J, Record, 1996. pp 283/480. É bom lembrar que algumas idéias básicas de Gilberto Freire, a exemplo das diferenças profundas entre a escravidão ibérica em relação a anglo-saxônica, são retomadas de autores do século XIX, como é o caso de Joaquim Nabuco. Ver, Nabuco, Joaquim. *Minha formação.* R.J, Ediouro, S/D. pp. 134/142.

[13] É sua a frase segunda a qual "devemos salientar a doçura nas relações dos senhores com escravos domésticos, talvez maior no Brasil do que em qualquer outra parte da América". Aqui, mais uma vez, o método impressionista do autor não atenta para as nuanças das situações históricas concretas. Se por um lado, é verdade que a proximidade entre os escravos da casa grande e seus senhores poderia levar a relações mais apaziguadoras, por outro lado também é verdade que esses mesmos cativos, em função da posição especifica que ocupavam e de certos "privilégios" daí advindos, terminaram se transformando em elos de ligação com a escravaria do eito, passando de aparentes colaboradores a assassinos de seus senhores e até em lideres de rebeliões ocorridas, por exemplo, ao longo do século XIX . Ver, Freyre, Gilberto. Op.cit. p. 352.

outro lado era ser. Por mais desumana que fosse a escravidão, ele não perdia, pelo menos totalmente, a sua interioridade humana. E isto era suficiente para que, ao querer negar-se como escravo, criasse movimentos e atitudes de negação ao sistema". Nesta curiosa dialética do senhor/escravo, o autor parece também acreditar que "o primeiro ato humano do escravo é o crime". Daí seu interesse em enfatizar estes "movimentos e atitudes de negação ao sistema", em forma de fugas, guerrilhas, quilombos, insurreições etc.[14]

Os méritos destes pioneiros trabalhos de denúncia política e moral das iniqüidades da escravidão e, ao mesmo tempo, a recuperação da rebeldia negra no Brasil, são tantos quanto os problemas. Pois se por um lado o autor enfatiza a secular resistência dos negros à escravidão no Brasil, algo nada óbvio para a época em que escreveu, por outro, ele faz esta operação substituindo um mito por outro. Como toda mitologia na história esta do "escravo herói" serve muito mais para confundir do que para explicar a complexidade dos processos históricos e humanos em que grupos oprimidos estão inseridos.

Aliás, esclarecedor a este respeito é a divisão que o autor faz no interior da escravaria, entre o que chama de escravos dinâmicos, ou ativos, e escravos conservadores, ou passivos. Os primeiros são os reais heróis da resistência e os segundos os acomodados e alienados. Ora, com estas polarizações rígidas estabelecidas pelo autor corre-se o risco de não se perceber aspectos fundamentais do próprio fazer/ saber dos escravos. Como uma nova historiografia vem chamando a atenção já de algum tempo, é inadmissível que se continue a jogar na lata do lixo da história as lutas e ações cotidianas dos trabalhadores escravizados, só porque elas não estejam conforme esquemas teóricos imaginários.[15]

O esforço intelectual de desmonte do mito da democracia racial no Brasil prosseguiu sua acidentada trajetória com os importantes trabalhos de historiadores e sociólogos da chamada Escola paulista, dentre os quais se destacam os nomes de Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Armados de um

---

[14] Ver, Moura, Clóvis. *Os quilombos e a Rebelião Negra*. 2ª ed., S.P, Brasiliense, 1981. pp. 9/14.
[15] Ver, Moura, Clóvis . *Rebeliões da Senzala*. Liv. Ed. de Ciências Humanas, S.P., 1981. pp. 247/253.

instrumental teórico eclético, em que se combinavam pitadas epistemológicas desiguais de Weber, Marx e Durkheim, saiu-se a campo em busca da execução de um projeto intelectual e político gigantesco. Em tela estava o "drama humano" do negro, num momento em que a antiga ordem social escravocrata se desagregava e em seu lugar emergia uma nova "ordem social competitiva". Neste quadro maior, o esforço era de desnudar os mecanismos sociais e econômicos que transformavam a escravidão num sistema profundamente violento, e os escravos e seus descendentes em vítima da exploração e opressão. Esta, sem dúvida, foi a maior contribuição dos autores para o estudo da escravidão no Brasil. Só que, mais uma vez, no afã da denúncia terminou-se indo longe demais, jogando-se fora a criança junto com a água do banho, pois os escravos foram transformados em testemunhos mudos da história. Nascia assim o que de forma muito apropriada um crítico chamou de "teoria do escravo-coisa".[16]

Nestes estudos, partia-se do pressuposto de que, em função da violência histórica inerente ao sistema escravista, haveria como que uma tendência à coisificação social e subjetiva dos escravos. Desta forma, pouco espaço restava a estes últimos, no sentido de empreenderem ações com um mínimo de autonomia no interior do próprio sistema, já que o cativo "tornava-se uma peça cuja necessidade social era criada e regulada pelo mecanismo econômico de produção". Deste modo, só restava aos negros, através de gestos desesperados, a negação total do sistema. Mais uma vez, o mito de Zumbi a "zunir" nas boas cabeças dos nossos intelectuais! Do trio citado, Fernando Henrique Cardoso foi o que levou as últimas conseqüências essa empreitada. Estudando o que denominou de processo de "socialização incompleta", o autor é taxativo: "Tudo isso, porém, agia de tal forma que tornava o escravo incapaz de reagir coordenadamente contra a situação de espoliação de que

---

[16] Ver, Fernandes, Florestan. *A Integração do negro na sociedade de classes*. Vol. I, S.P, Ática, 1978. pp. 9/14; Cardoso, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. R.J, Paz e terra, 1977. pp. 125/153; Ianni, Octavio . *As Metamorfoses do escravo*. S.P, Difel, 1962. pp. 131/ 183. Com importantes ressalvas teóricas e históricas, em comparação com os adeptos da escola paulista, é útil consultar também .Costa, Emilia Viotti. *Da Senzala a Colônia*. 3ª ed., S.P, Brasiliense, 1989. pp. 254/320. Para uma refinada crítica a "teoria do escravo coisa" remetemos a .Chalhoub, Sidney. *Visões da liberdade*. S.P, Comp. das Letras, 1990. pp.35/42.

era vítima". O que para os outros autores da escola era apenas uma tendência, nas mãos do "principe-rei" da sociologia brasileira virou imperativo categórico. Talvez resida aí o maior de todos os impasses e problemas destas abordagens, na medida em que transformam as estruturas em entes epistemológicos mais ou menos autônomos, retirando dos agentes sociais e históricos(não só os escravos, mas também os próprios senhores) a condição de sujeitos da história, o que, diga-se de passagem, traz sérios problemas de ordem metodológica e política. Ora, sabemos que no processo histórico não há espaço para vitimização. No que podemos falar é em vencidos e vencedores e, portanto, em dominação política e social, que precisa ser reelaborada permanentemente, inclusive no espaço da memória histórica.[17]

Outra discussão, correlata a essa última, que esteve em voga nos círculos acadêmicos brasileiros por essa mesma época(ou seja, os anos sessenta e setenta do século passado) se deu em torno da teoria dos modos de produção, debate esse fortemente marcado pela chegada do marxismo na academia brasileira. O grande móvel da questão, era saber se até o século XIX o Brasil teria sido feudal, capitalista ou escravista. Ao redor do ambiente intelectual universitário se destacaram as reflexões de Jacob Gorender, com o seu importante *O Escravismo Colonial*. Nesta polêmica obra, seu autor buscou estabelecer nada mais nada menos que uma espécie de Teoria Geral do Escravismo no Brasil - quiçá nas Américas como um todo - ou em outras palavras, a reprodução de toda a complexidade dos processos históricos em Leis categoriais. Frente a esse ousado edifício teórico, os escravos e suas lutas históricas foram relegados a um segundo plano, transformados que foram em meros objetos nas malhas des estruturas sócio-econômicas, isto tudo, claro, em última instância.[18]

Finalmente chegamos a atual, e diversificada, historiografia da escravidão brasileira. Esta, em sintonia com as mudanças teóricas e metodológicas que a

---

[17] Ver, Cardoso, Fernando Henrique. Op. cit., p. 147.

[18] Ver, Gorender, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 4ª.ed, S.P, Ática, 1985. pp. 39/76. O outro autor que no Brasil foi o pioneiro na discussão da escravidão negra vista como um modo de produção foi, justiça seja feita, Ciro Flamarion Cardoso. Ver, Cardoso, Ciro Flamarion. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis, Vozes, 1979.

história vem sofrendo desde pelo menos os anos oitenta do século XX, tem procurado redimensionar a discussão em torno do tema, incorporando aspectos e questões até então vistas como secundários e de menor importância. Nesse leque de novas aberturas, se destaca o estudo da família escrava; os mecanismos de controle social na escravidão; o imaginário da escravidão; a resistência escrava pensada em seus muitos aspectos; a cultura negra etc. Duas questões gerais merecem ser mencionadas acerca destes estudos. A primeira diz respeito à profunda preocupação e cuidado no uso das fontes. Todos esses trabalhos primam, e trazem em si, um levantamento enorme de documentos, principalmente de natureza cartorária e judicial. O segundo, intrinsecamente ligado ao primeiro, tem a ver com a própria noção de teoria que embasa estes textos. Não que eles tenham abandonado as preocupações teóricas para mergulhar num empiricismo cego, como afirmam os críticos mais contumazes dessas correntes. É que ela, a teoria, deixa de ser vista como um conjunto de conceitos ocos - as famosas grandes sínteses totalizantes - para se transformar em algo bem menos pretensioso e rígido. Assim, o trabalho do historiador passa a ser visto como um exercício entre as evidências empíricas e os conceitos permanentemente testados.[19]

O já citado texto do historiador Sidney Chalhoub, é apenas um exemplo destas novas abordagens. Nele, o autor faz uma espécie de acerto de contas com

---

[19] Além das influências locais, esta nova historiografia foi beneficiada dos estudos da escravidão norte - americana, do Caribe e da África. Embora não formem, a rigor, uma escola, é perceptível nestes trabalhos uma forte influência da história social inglesa, em particular as reflexões de E. P. Thompson. Talvez o fruto mais bem acabado dessa safra seja o *Rebelião Escrava no Brasil*, do historiador baiano João José Reis, um belo estudo de uma das mais importantes insurreições escravas das Américas, o levante dos malês de 1835. Nesta obra de história o recorte original, o trabalho com as fontes, o rigor conceitual, a erudição e a elegância de estilo se conbinaram com uma rara felicidade. Um balanço parcial destas questões está em. Lara, Silvia H. Blowin'In The Wind: E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil". In.*Revista Projeto História*. PUC. S.P, 1995, pp. 43/56. Para um contraponto virulento a esta nova historiografia da escravidão, Ver. Gorender, Jacob . *A Escravidão Reabilitada.* S.P, Ática, 1990. pp. 19/43. Mesmo que pertinentes em certos aspectos pontuais, os pressupostos da crítica de Gorender são, entretanto, equivocados. No afã de restaurar a "verdade histórica" da escravidão - segundo ele reabilitada ideologicamente pelos neopatriarcais - nosso crítico termina cometendo verdadeiras caricaturas em relação aos autores e obras que passa em revista, como por exemplo, confundir deliberadamente a noção de paternalismo com a idéia freiriana de patriarcalismo. Reconhecer a inventividade e a complexidade da experiência dos escravos no Brasil ao longo do tempo, não significa, necessariamente, desconhecer os efeitos terríveis dos mecanismos de coação e violência presentes no cotidiano do cativeiro. Neste sentido, continuar a insistir em polarizações deveras rígidas, é perder de vista as reais bases da divergência e do debate.

os adeptos da "teoria do escravo-coisa". Ao recuperar as múltiplas visões em torno da liberdade, elaboradas pelos diversos agentes históricos na Corte das últimas décadas da escravidão, o historiador mostra que os próprios escravos tinham noções acerca do que significavam as palavras "cativeiro" e "liberdade", procurando vivencia-las em suas experiências cotidianas. Referindo-se aos campos de possibilidade abertos aos próprios cativos, ele chega a afirmar que "os cativos agiam de acordo com lógicas ou racionalidades próprias, e seus movimentos estiveram firmemente vinculados à experiências e tradições históricas particulares e originais".[20]

Como ficará mais ou menos claro ao longo das páginas que se seguem, nosso trabalho se aproxima destas últimas preocupações, isto por vários atalhos. Ao reler a história do Quebra-Quilos a partir da experiência dos escravos Campinenses, tentaremos fugir de algumas ciladas - tipo estrutura versus experiência, resistência versus acomodação, Zumbi versus Pai João - e com isso atribuir novos significados sociais e políticos a ação daqueles sujeitos históricos, que embora condicionados e limitados pelas circunstâncias que os cercavam, souberam acionar mecanismos políticos e culturais capazes de(se não mudar radicalmente) alterar aspectos importantes de suas vidas e do mundo em que estavam mergulhados. Assim fazendo, esperamos resgatar dos "imensos ares de condescendência da posteridade" acontecimentos que durante muito tempo ficaram perdidos na poeira do tempo e do esquecimento, reduzidos que foram a meras notas de pé - de página dos livros de história.[21]

Uma palavra final sobre as fontes. Quando iniciamos a pesquisa para a confecção da dissertação, lá nos idos da década de noventa do milênio passado, imaginávamos que além do processo mais geral instaurado pelas autoridades para investigar o rol dos culpados no Quebra - Quilos, houvesse também alguma peça processual - em forma de inquérito policial ou sumário de culpa - para apurar o envolvimento dos escravos no episódio, suspeita essa alimentada por indicações de

---

[20] Ver, Chaloub, Sidney - Op.cit, p. 252.

[21] Ver, Thompson, E.P. *A formação da classe operária inglesa.* Vol.1, R.J.,, Paz e Terra, 1987. p.13.

personagens contemporâneos dos fatos. Essa documentação era fundamental para viabilizar o trabalho, pois esperávamos encontrar naquele tipo de material as falas e percepções dos cativos em torno dos acontecimentos, algo sem o qual dificilmente poderíamos testar as nossas hipóteses e seguir adiante. Não que tivéssemos a ilusão de encontrar com isso a "verdadeira" história dos escravos no Quebra – Quilos. É que pela qualidade desse tipo de fonte, poderíamos ter, se não respostas definitivas, a dissipação de muitas das dúvidas que desde há muito nos inquietavam. Infelizmente, pelo menos durante o tempo em que durou as buscas, não localizamos a mencionada peça documental, se é que ela existiu algum dia. Esse fato acabou frustando parcialmente as nossas expectativas, abatendo o moral e interrompendo por um bom período a pesquisa e a própria perspectiva de terminar o trabalho. Em compensação, durante a pesquisa nos deparamos com outros "tesouros" documentais antes inimagináveis, a começar do "sumário de culpa por sedição", o nosso principal "guia" na investigação. Diante desse quadro, fomos obrigados a refazer o caminho e redimensionar um conjunto de questões, buscando outros indícios diretos e indiretos nas fontes que de fato conseguimos compulsar, formada por processos – crimes, ação civil de liberdade, cartas de liberdade, censos, posturas municipais, relatórios de presidente de província, correspondência da polícia, inventários *post mortem* etc. O nosso procedimento diante das fontes foi de interroga-las permanentemente, estabelecendo as múltiplas conexões e assim questionando os seus silêncios.

Com isso esperamos dar conta de, pelo menos, três dimensões do nosso objeto de estudo, a saber: recolocar em novas bases empíricas e interpretativas o Quebra–Quilos; reconstituir o universo político e cultural dos escravos em Campina Grande às vésperas do movimento e recuperar os possíveis significados históricos que esses mesmos escravos imprimiram àquele movimento social, questões essas espalhadas pelo corpo dos três capítulos que se seguem.

PRIMEIRO CAPÍTULO
O QUEBRA-QUILOS OU O MEDO NUM INSTANTE DE PERIGO

1- O contexto: Economia e sociedade.

O Quebra-Quilos, movimento político e social que durante os últimos meses do ano de 1874 e inicio de 1875 atingiu diversas vilas e cidades de quatro províncias do norte do Império, surgiu e se desenvolveu numa conjuntura histórica bastante específica.[1]

Na segunda metade do século XIX operava-se uma mudança na correlação de forças sociais e políticas, significando um novo rearranjo na geografia do poder nacional entre as elites, os grupos subalternos e o Estado Imperial, processo esse caracterizado por transformações de natureza econômica, política e ideológica, com nítidas e substanciais variações regionais. De um lado, as elites proprietárias do norte, que viviam as dificuldades advindas do que se convencionou chamar de "crise da grande lavoura", quadro esse agravado devido à queda no preço do açúcar e do algodão no mercado internacional. De outro, a ascensão das novas elites cafeeiras do centro-sul, que se aproveitaram da proximidade da Corte para consolidar os seus interesses cada vez mais hegemônicos.

Este quadro mais geral levou a uma paulatina redefinição nas relações de dominação e de poder. Percebendo a crescente perda de seus velhos privilégios, as classes dominantes nortistas – a partir de uma complexa operação ideológica e cultural - procuraram transformar a sua crise numa poderosa arma de barganhar favores para si e seus aliados junto aos cofres públicos, através de medidas de incentivo à lavoura, empréstimos a juro baixo, construção de estradas de ferro e outros melhoramentos materiais e morais[2].

---

[1] As primeiras manifestações contra o novo sistema métrico-decimal, e medidas correlatas adotadas pelo governo monárquico na década de setenta do século XIX, se deram na Corte, quando populares saíram nas ruas atacando lojas e gritando, a plenos pulmões, "quebra os quilos". Daí a denominação Quebra-Quilos, utilizada posteriormente no contexto ampliado dos acontecimentos das províncias do norte do Império. Para uma visão panorâmica das lutas populares entre o final da Monarquia e o início da República, ver Hahner, June E. *Pobreza e Política:Os Pobres Urbanos no Brasil (1870/1920)*. Brasília, Ed. UnB, 1993. pp.49/94.

[2] Desde já é importante deixarmos claro uma questão. Entendemos que o Nordeste, enquanto realidade histórica e cultural, nem sempre existiu, pois pensar assim seria incorrer num sério erro de análise: O anacronismo. Em verdade, a noção e a realidade do que, posteriormente, se convencionou chamar de Nordeste foi algo construído entre a segunda metade do século XIX e início do século XIX, dentro de um processo histórico bastante complexo. A grande divisão que antes vigorava era entre o sul e o norte, tendo como referência a Corte. Com o surgimento de novos interesses hegemônicos e a crise da segunda metade do século XIX, as velhas elites agrárias do norte - acuadas por diferentes fatores - foram paulatinamente transformando essa crise em um eficiente discurso para arrancar favores junto a quem de direito. Assim, esses interesses deixaram de ser apenas provinciais para serem pensados regionalmente. Daí os traços desse novo espaço em construção estarem associados a certas imagens impactantes: a seca, a fome, a vitimização etc. Esta operação política e cultural foi, muitas vezes, encoberta por essa mesma elite, que tentou suprimir da memória histórica esse momento de tensão, ao transformar a noção de Região Nordeste em algo homogêneo, destituída das lutas e conflitos que estiveram em

Ao mesmo tempo, o Estado imperial buscava - com apoio de grupos espalhados por várias províncias - traçar um projeto que implicava em um conjunto de reformas capazes de enfrentar as questões de ordem interna e externa, logo após a Guerra do Paraguai[3].

No centro desse debate estava a problemática das relações de trabalho e suas múltiplas e delicadas implicações, pois essa era uma questão que atravessava e dividia o cotidiano daquela sociedade, tanto horizontal como verticalmente. Neste ponto, pelo menos três posições se destacavam, com argumentos que se excluíam e outros que se cruzavam, uma proposta não implicando, necessariamente, na anulação de outras. Assim, havia o grupo que continuava apegado aos interesses da propriedade e da exploração escrava. Para estes escravocratas empedernidos as relações entre senhor e escravo não deveriam sofrer grandes intervenções do Estado, a não ser em assuntos muito pontuais. Daí sua oposição, às vezes de forma sistemática, à maioria das leis emancipacionista, em especial a do Ventre Livre de 1871. Mesmo com o fim do tráfico negreiro, em 1850, e a crescente desligitimação da instituição escravista na década de setenta, estes setores continuavam a afirmar que ela se extinguiria naturalmente, o que não deixava de ser um sofisma político. Embora concentrados, majoritariamente, nas províncias cafeeiras do centro-sul, esses grupos tinham adeptos em todas as áreas do Império, inclusive no norte. Um segundo grupo defendia a imigração, subvencionada pelo Estado, de europeus para substituírem ou trabalhar ao lado dos escravos, preferencialmente como parceiros ou então através de formas particulares de assalariamento. Além dos argumentos econômicos, este discurso era acompanhado por uma forte carga de racismo, já que havia também o desejo de embranquecer a população do país, no contexto das teorias raciológicas do momento histórico que se vivia. Estes grupos estavam localizados majoritariamente em São Paulo, e demais províncias do sul. Por último, os que apresentavam como alternativa para a crise a transformação dos homens pobres livres em trabalhadores disciplinados para o trabalho sistemático da lavoura. Para isso se fazia necessária, mais uma vez, a ação do Estado, com auxilio dos proprietários, para internalizar nesses homens e mulheres uma nova ética do trabalho, num duplo movimento de persuasão e de repressão, materializado em leis de regulamentação do trabalho e de

---

sua gênese e continuam a estar presente em seu núcleo até hoje. O Quebra - Quilos mais ou menos coincide com estas transformações. Aliás, houve quem, vencida a revolta através da repressão, tentasse instrumentalizar os seus efeitos para reivindicar favores para as províncias atingidas pela revolta, no sentido de evitar novos perigos sociais. Para essa discussão, dentre outros, ver - Albuquerque JR. Durval Muniz. *Falas de Astúcia e de angústia: A seca no imaginário nordestino (1877 - 1922).* Campinas, UNICAMP, 1987. pp.15/83.(Dissertação de Mestrado).

[3] Ver, Melo, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império (1871 - 1889).* R.J, Nova Fronteira, 1984; Carvalho, José Murilo de. *Teatro de Sombras: A política imperial.* S.P, Vértice, 1988; Carvalho, José Murilo de. *A Construção da Ordem: A elite política Imperial.* Brasília, Ed. UnB, 1981.

combate à vadiagem. Por razões históricas, estas últimas idéias tiveram mais influência nas províncias do norte. Obviamente, qualquer que tenha sido o caminho trilhado pelo Estado e pelas elites proprietárias, na chamada transição do trabalho escravo para o trabalho livre, esse sempre foi um processo tenso e conflituoso, quer seja no plano local ou mesmo nacional[4].

Na maioria das vezes, essa resistência se expressou de forma disseminada no cotidiano de escravos, imigrantes e de homens livres pobres. Em outras ocasiões se transformou em ações coletivas variadas. O Quebra-Quilos foi um desses momentos, e teve como pano de fundo esse quadro histórico mais amplo que estamos apresentado. Porém, precisamos compreender melhor alguns aspectos particulares da sociedade nortista e a inserção das camadas populares e escravas, nossos principais personagens, naquela conjuntura de crise social e política. Vejamos agora como as transformações da segunda metade do oitocentos atingiram os diversos agrupamentos sociais, e como tudo isso se expressou no momento da eclosão da revolta.

Ao contrário da açucarocracia, sua congênere do litoral que se dedicava à cultura da cana-de-açúcar, os grupos proprietários do agreste e do brejo tinham os seus interesses vinculados mais diretamente à economia algodoeira e à pecuária. O algodão, gênero conhecido desde os primeiros anos da colonização, geralmente era plantado em consórcio com culturas de subsistência, tais como o feijão, o milho e a mandioca. Essas propriedades variavam em extensão e qualidade, indo desde as grandes fazendas, passando pelas médias propriedades e até aos pequenos sítios. A realidade de cada propriedade também variava de acordo com a riqueza e os bens que cada proprietário possuía[5].

---

[4] Existe uma extensa literatura sobre os vários aspectos do processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre ou, em outros termos, a desagregação da ordem escravista e imperial. Teremos oportunidade de voltar ao assunto, detalhando e explicitando melhor algumas questões, até aqui apenas esboçadas. Para aspectos locais da questão, ver - Sá, Ariane Norma de Menezes. *Escravos, libertos e livres: A Paraíba na segunda metade do século XIX.* S.P, USP, 1994. (Dissertação de mestrado);Peter, L. Eisenberg. *Modernização sem mudança.* RJ, Paz e Terra, 1977.pp.201/233.

[5] Mesmo não tendo sido exclusivo de uma determinada área, o Quebra-Quilos eclodiu, majoritariamente, em vilas e cidades do chamado agreste, que, em comparação com o litoral, foi colonizado num segundo momento, a partir do século XVII. Semelhante em muitos aspectos com a tradicional área açucareira(grande propriedade, expropriação e violência contra os indígenas etc) o agreste guardava particularidades históricas importantes, como, por exemplo, uma maior diversidade nas formas de produção e um grande contigente de grupos pobres livres na composição das populações locais. Embora os estudiosos tenham negligenciado e subestimado a participação dos escravos, em termos de força de trabalho e relações sociais, a verdade é que eles tiveram um peso bem maior nessas sociedades do que durante muito tempo se admitiu, conforme novas pesquisas vêem demonstrando. Para duas visões distintas sobre a história e a sociedade agrestina, uma mais geral e outra mais específica e atualizada, ver, respectivamente - Andrade, Manuel Correia de. *A terra e o homem no nordeste.* S.P, Brasiliense, 1963; Costa, Dora Isabel Paiva da. *Posse de escravos e produção no agreste paraibano: Um estudo sobre Bananeiras(1830-18888).* Campinas, UNICAMP, 1992. A noção de "açucarocracia" está em Melo, Evaldo Cabral de.Op.cit, pp.157/187. O estudo clássico sobre aspectos gerais da vida dos homens pobres livres no século XIX, é - Franco, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata.3 ed.* S.P, Kairos, 1983.

Nas grandes fazendas o algodão era plantado e beneficiado com maquinário adquirido por alguns poucos proprietários. Além do complexo algodoeiro, eles possuíam grandes rebanhos de gado, que serviam tanto para a alimentação como para força motriz e meio de transporte, no interior e fora das propriedade. Era também comum alguns desses potentados serem, eles próprios, comerciantes. Já os médios proprietários formavam uma parcela significativa do grupo de proprietários da região. Além do cultivo, beneficiavam também o algodão, só que com máquinas mais rústicas, como as velhas bolandeiras, ou então se transformavam em fornecedores de matéria-prima para os primeiros. Alguns possuíam as famosas casas de farinha, produtoras de um alimento essencial na dieta da maior parte da população: a farinha de mandioca. Estes também possuíam gado, só que em proporção bem menor do que os grandes proprietários mencionados acima. Outros poucos tinham engenhocas, pequenos engenhos especializados na produção de dois subprodutos da cana, a rapadura e a aguardente, estes últimos de largo consumo na região.

Quanto aos pequenos proprietários, possuíam alguns hectares de terra, geralmente trabalhados com o auxílio da mão-de-obra familiar. Não devia ser fácil seu modo de vida, pois, mesmo que trabalhassem duro, ainda assim havia a possibilidade de serem expropriados. Em anos de bonança, comercializavam o pouco excedente de que dispunham nas feiras locais, para em seguida comprarem o que lhes faltava, ou seja, aquelas mercadorias que não conseguiam produzir.

A tendência histórica que se observa no período em foco, é de uma crescente concentração da propriedade e uma cada vez maior mercantilização da produção. Em outras palavras, boa parte dos médios proprietários foi obrigada a se desfazer de muitos bens, engrossando assim as fileiras dos pequenos proprietários, cuja situação econômica e social tendeu a se agravar. Nesse sentido, passado o *boom* algodoeiro da década de sessenta, adveio a crise que atingiu de forma diferenciada todos os setores sociais.

Apesar de um relativo poderio social e econômico, setores da elite algodoeira do agreste tinham seu espaço político dificultado em função da presença dos tradicionais grupos açucareiros, que ocupavam os cobiçados cargos burocráticos e monopolizavam outros benefícios, especificamente no plano local. Se isto não gerou um confronto aberto entre essas facções de grupos de proprietários, nem por isso deixou de gerar desavenças, que se expressavam nas próprias tomadas de decisão no interior do aparelho administrativa, em cada província. A questão da política era apenas uma dessas contendas, que muitas vezes colocava em lugares distintos esses setores, por exemplo, nas contendas partidárias e

guerras pessoais e de famílias, aspectos constitutivos da dinâmica histórica destas sociedades.

No plano nacional, os grupos de interesses dominantes do norte paulatinamente perdiam espaços em função da emergência de novas elites ligadas à economia cafeeira do centro-sul. Esta conjuntura de crise regional, em que os principais produtos como o algodão e a cana-de-açúcar sofriam a concorrência de similares no mercado interno e, principalmente, internacional, acabou contribuindo para um redimensionamento no pacto da política imperial. Algumas das medidas centralizadoras, baixadas pelo governo imperial, se transformaram em motivo de indisposição das elites regionais para com um estado de coisas que então se delineava.

É diante deste quadro de deslocamento da hegemonia regional e nacional, que diferentes membros da elite dominante se colocam na conjuntura, procurando explorá-lo a seu favor, no sentido de barganhar com as autoridades provinciais e imperiais. Esta era uma postura bastante contraditória e tinha lá seus riscos políticos, como ficará claro com o desenrolar dos acontecimentos em torno do Quebra-Quilos, pois com isso se liberavam energias sociais que tendiam a fugir ao controle dos setores dominantes.

A maioria da população local era constituída do que então se convencionou chamar de homens pobres livres. Nesta ampla e heterogênea categoria, se incluíam tanto alguns moradores dos núcleos urbanos como os grandes contingentes populacionais do campo. Eram esses os setores mais diretamente atingidos pela crise econômica e social então vivida, agravadas pelas medidas modernizantes da burocracia imperial. Tentaremos detalhar um pouco melhor alguns aspectos da vida desses estratos sociais, para que nossa linha de raciocínio até aqui seguida fique mais explícita.

Nos acanhados núcleos urbanos, os homens livres pobres desempenhavam os mais variados ofícios manuais, embora a oferta de emprego fosse relativamente limitada, em função de fatores estruturais e conjunturais. De qualquer maneira, dentro destes limites, a presença destes segmentos sociais e profissionais era uma constante. No universo dos trabalhadores urbanos, se destacavam os pedreiros, marceneiros, ferreiros, padeiros, sapateiros etc. Geralmente trabalhavam só ou então acompanhados de um ou mais ajudantes, inclusive escravos. Na maioria das vezes, trabalhavam por encomenda, na própria oficina ou no local estabelecido pelo contratador. Neste sentido, sua situação era bastante instável, dependendo das oscilações da conjuntura e de pequenos arranjos cotidianos.

Periodicamente eram utilizados como mão-de-obra ocasional em trabalhos públicos, tais como a construção ou consertos de estradas, pontes, açudes, cemitérios e cadeias.[6]

Entretanto, era no campo que se concentrava a maior parte desses homens pobres livres, já que era zona rural que estava a maioria da população e das atividades econômicas desta sociedade ainda marcadamente agrária. Neste universo social e demográfico destacavam–se os chamados posseiros, que ocupavam (geralmente de forma precária) as franjas das grandes propriedades. Na medida em que estas últimas se expandiam, através da mercantilização da produção em curso, estes posseiros tendiam a ser expropriados. Sua situação se agravou em função da lei de terras de 1850, que, ao transformar a terra em mercadoria, dificultou em muito uma das poucas possibilidades dos pobres do campo terem acesso à terra.

Também bastante conhecidos eram os agregados e moradores. Estes mantinham uma complexa relação de dependência com o proprietário da terra ao qual se vinculavam. Em troca do cultivo de uma parcela de terra e de uma moradia, cediam parte da colheita ou então trabalhavam alguns dias da semana nas terras do patrão. Além dos vínculos de caráter econômica, a relação entre estes trabalhadores e os proprietários era permeada por uma série de obrigações recíprocas - como o compadrio - mas que em determinadas condições históricas podiam ser rompidas por uma das partes, tornando a violência latente do cotidiano em algo manifesto. Não obstante às vezes se tornarem massa de manobra, dentro da lógica da política coronelista tradicional, estes mesmos homens "pacíficos e ordeiros" se transformavam, em certas circunstâncias históricas, numa multidão rebelde ou, como diria Thompsom "o mesmo homem que faz uma reverência ao fidalgo de dia – e que entra na história como exemplo de deferência – pode à noite matar as suas ovelhas, roubar os seus faisões ou envenenar os seus cães".[7]

---

[6] É comum por essa época as câmaras municipais estabelecerem contratos com empreiteiros para execução desse tipo de obras. Neste particular, se sobressai a construção de cadeias, o que não deixa de ser uma ironia, pois esses mesmos trabalhadores pobres, responsáveis pela construção dos cárceres, eram os potenciais candidatos a ocupá-las como prisioneiros, em especial nos períodos de estiagem, quando os conflitos e delitos sociais tendiam a se agravar. A título de exemplo, o poder municipal contratou, em 1870, os serviços de Alexandrino Cavalcante de Albuquerque, pela bagatela de quinze contos de reis, para construir uma nova cadeia em Campina Grande, obra essa que só foi concluída muito tempo depois, dando margem a muito corrupção. Ver, Ofício do presidente da Câmara municipal da cidade de Campina Grande ao presidente da província em 22 de junho de 1870. Arquivo Público da Paraíba, J.P, CX.054, 1870. Desde já alertamos o leitor para o fato de que, em relação a citação dos documentos de época, preferimos manter todas as suas características originais, a exemplo da ortografia, pontuação, sintaxe etc.

[7] Ver, Thompson, E.P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. S.P, Comp. das Letras, 1998.p.64. Em relação ao fenômeno do coronelismo, visto numa perspectiva "de cima", remetemos para o clássico - Leal, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 2ª ed, S.P, Alfa Ômega, 1975. Para uma recente abordagem sobre o surgimento histórico da multidão e suas ações durante os períodos de seca ver, Neves, Frederico de Castro. *A multidão e a história: Saques e outras ações de massas no Ceará*. RJ, Relume Dumará, 2000. pp.9/62.

Outro segmento social subalterno típico da região era o vaqueiro. Originário de famílias pobres - ou ricos arruinados que mantinham algum vínculo de dependência com os grandes proprietários - o vaqueiro era uma espécie de administrador das fazendas de gado. Trabalhava no esquema da quarta, ou seja, para cada quatro crias nascida, ele ficava com uma. Alguns, depois de muitos anos de trabalho e espera, podia se transformar num pequeno fazendeiro; a maioria, porém, permanecia a vida toda na mesma situação penosa da dura e arriscada labuta cotidiana.

Em maior ou menor escala, esses trabalhadores assalariavam-se temporariamente, principalmente em períodos de expansão da economia agro-exportadora, cuja demanda por mão-de-obra aumentava em função desse processo. Eram os chamados jornaleiros ou "proletários", que em troca de um salário monetário ou em espécie, trabalhavam uma jornada previamente fixada.

Não podemos deixar de mencionar aqueles que, por opção ou - como era o caso da maioria - por não terem uma ocupação claramente definida, em função do próprio caráter excludente dessa sociedade, eram vistos como "desclassificados sociais". São os *mendigos*, os *vadios* e os *criminosos* que infestavam cadeias, vagavam pelas estradas e engrossavam as cifras das autoridades policiais e administrativas. Era um dos contingentes populacionais que mais crescia e que mais preocupações trazia para as elites, justamente pela sua fluidez e intermitência. Daí os debates para a criação de leis e mecanismos para reprimi-los e/ou coagi-los ao trabalho e aos costumes sociais e culturais vigentes.

Aqui convém dar um pouco mais de textura a nossa argumentação, com uma pequena narrativa que detalha melhor o processo. Muitas vezes aquilo que nós historiadores costumamos denominar de relações sociais, às vezes se reveste de um caráter hilariante, com fortes toques surrealistas. É o que podemos perceber pela seguinte história: Para combater a 11 indivíduos, todos eles considerados de alta periculosidade e, portanto, foras da lei, o juiz municipal de Campina Grande, Manoel Januario Bezerra Montenegro, organizou pelos idos de 1866 uma diligência composta de 22 pessoas (incluindo ai escrivão, oficial de justiça e praças) e se deslocou para o lugar chamado Surrão, foco de atuação dos malfeitores. O local em que estes se encontravam entrincheirados era uma tapera de difícil acesso. Por se achar há mais de três meses enfermo "com a perna esquerda aberta em chaga", o dito juiz determinou que a tropa seguisse adiante, para assim furar o cerco aos criminosos. Enquanto isso, armou um rancho debaixo de uma árvore, onde ficou ansiosamente aguardando o resultado da operação, que esperava ver executada no mais curto espaço de tempo e da forma mais tranqüila possível. Qual não foi sua surpresa quando

dai a pouco chegou alguém solicitando sua presença no campo de batalha. Mesmo enfrentando terríveis dores, o magistrado foi ao local e constatou o malogro de seu plano pacientemente traçado. Ainda chegou a tempo de ver uma cena, no mínimo, patética: de um lado o chefe do bando, um tal de Bello Gato, armado e nu da cintura para cima, gritando "aquelle que der um passo adiante será torado ao meio" e, de outro, os homens da lei acuados, dentre os quais se destacava, em matéria de medo, o Oficial de justiça, que "ao avistar-se com os criminosos, em vez de accomette-los com a tropa, desceu as calças a fazer o que só uma dôr de barriga obrigaria". Alguns dias depois desse verdadeiro vexame, o mesmo juiz chegou a se deparar com alguns membros do bando, que saíram do mato e vieram soltar um de seus companheiros que seria remetido como soldado para uma outra guerra, a do Paraguai. O grupo prometeu que haveria "de tomar o criminoso Henrique Guedes, ainda que fosse preciso destampar" a cabeça daquela autoridade. Fechamos o relato, pelo menos por enquanto, com um pequeno comentário. Tudo isso é interessante, porque mostra o quanto os papéis podiam ser facilmente invertidos em certas ocasiões e que o controle social era uma batalha travada cotidianamente, entre homens de carne e osso, e cuja vitória nem sempre estava assegurada pelos dominadores no processo de transformação de valores e práticas sociais, ligado, por exemplo, ao recrutamento militar e a compulsão ao trabalho[8].

Como podemos perceber, a sociedade nortista vivia um momento crítico e insatisfações era o que não faltava. Como já vimos, parcelas das elites locais tinham alguns motivos para desfilar suas lamúrias, estrategicamente amplificadas na Imprensa e no Parlamento por seus porta-vozes. Queixavam-se da falta de incentivos para a grande lavoura, que enfrentava a crise dos anos setenta. Na ótica interessada do grupo, em vez de apoio, o governo central, no intuito de sanar as finanças públicas, tachava ainda mais os produtos de exportação, dificultando assim sua viabilidade nos mercados internacionais. Reclamavam dos rumos que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre estava tomando na região, cobrando das autoridades competentes leis de regulamentação do trabalho e contra a vadiagem, no sentido de manter sob controle social a vastíssima gama de homens livres pobres. Criticavam as reformas sociais e políticas do Império, que estava colocando esses mesmos grupos sociais numa posição subalterna na nova correlação de forças que então se configurava

---

[8] Ver. Ofício do juiz municipal da comarca de Campina Grande ao presidente da província em 23 de dezembro de 1866,APP,JP,CX.048,1866. Para uma discussão acerca dos aspectos gerais da desclassificação social, consultar - Souza, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII*. R.J, Ed. GRAAL, 1982. pp.11/90.

Por sua vez, as camadas populares eram as que mais sofriam com a situação então reinante. Se as elites tinham para quem apelar, os de baixo estavam muitas vezes entregues à própria sorte. Para manter os ganhos com o algodão, por exemplo, os proprietários ampliaram as áreas plantadas às expensas dos terrenos onde antes se cultivavam culturas de subsistência, que, como vimos, formavam a base da dieta dos pobres e cujo excedente era direcionado para os mercados locais. Quer dizer, para tentar manter os lucros das décadas anteriores, os plantadores do "ouro branco" aumentaram o plantio para compensar a queda nos preços, o que, como veremos, significou mais exploração para pobres livres e escravos. Uma outra questão, correlata a esse processo, foi, por um lado, o reforço na concentração da propriedade e do poder e, por outro, uma tendência à expropriação de pequenos proprietários e posseiros, além da expulsão de agregados e moradores das antigas fazendas. Com a redução das áreas para o plantio de subsistência, estes produtos escasseavam, levando muitas vezes a uma alta considerável dos preços para a população mais pobre. Diante deste quadro, por si só já crítico, os comerciantes atravessadores se aproveitavam para especular. Para completar o quadro, as autoridades locais baixaram uma série de leis aumentando os impostos já existentes ou então criando novos. Como a maior parte do tributo incidia sobre os produtos de largo consumo, tais como carne, farinha e aguardente, podemos imaginar o grau de insatisfação que ia se acumulando, em especial nas hostes populares.

Outras ameaças também pairavam por sobre os corpos e mentes das populações pobres. Com a crise da escravidão e a intensificação do tráfico interprovincial, os proprietários das províncias do norte passaram a ver na utilização dos pobres livres a solução para o que na época se convencionou chamar de "fome de braços". Só que as elites dominantes perceberam que não era preciso apenas a presença física destes homens e mulheres. Era necessário transformá-los em mão-de-obra diligente. E isto só seria possível, na ótica dessa mesma elite, combinando-se a propagação de uma nova pedagogia em torno do trabalho, a ser internalizada pelo trabalhador, e a repressão àqueles que não se moldassem a essa nova moral. Não por acaso, é por essa época que as casas de caridades, frentes de trabalho, escolas agrícolas e outras instituições são criadas para que uma nova ética fosse absorvida por essa legião de desenraizados e deserdados.

Só que esses homens pobres não se subordinaram tão facilmente a nova lógica do tempo e do trabalho. Daí suas várias formas de resistência a esse processo. O que para as

elites e autoridades da época era "vadiagem e vício", para eles era simplesmente outra maneira de encarar a vida, baseada no tempo da natureza, das estações e das colheitas, e não o tempo útil da produção mercantil[9].

Daí porque a desconfiança dessas camadas populares contra as novidades do governo, que quase sempre alteravam para pior o seu cotidiano. Não por acaso, a população passou a interpretar a última lei do recrutamento militar de 1874, que eles chamavam de imposto de sangue, como a lei do cativeiro, cujo objetivo fundamental seria transformar os filhos do povo em escravos, percepção essa que tinha sua razão de ser, divido as arbitrariedades cometidas pelos dominantes. Quando o governo imperial regulamentou o decreto do novo sistema métrico decimal, o cenário do conflito estava mais ou menos definido em seus traços gerais. Obviamente que nem tudo ocorreu linearmente nem de forma pré–determinada. De qualquer maneira, entre a data de criação do decreto que acabou se transformando em estopim da revolta, em 1862, e sua efetivação a partir de 1874, mudanças históricas importantes haviam ocorrido. Cada agrupamento social tomou partido, de acordo com expectativas e experiências históricas distintas, procurando interferir no curso dos acontecimentos.

Quanto aos escravos, embora já fossem de algum tempo uma minoria em todas as províncias do norte, inclusive naquelas onde o Quebra–Quilos se desenvolveu, também sofriam os efeitos particulares da conjuntura. Por essa mesma época, já tinham uma longa tradição de lutas, que procuraram acionar, num momento histórico que lhes pareceu favorável. Antes de resgatar essa experiência negra, o principal objetivo do trabalho, tentaremos antes situar melhor a trama geral do movimento, privilegiando num primeiro momento a lógica da ação popular em seu interior, para retomar ao final do capítulo o núcleo das nossas preocupações.

2- *"Scenas horrorosas"* : Tecendo a trama

Pretendemos aqui reconstituir "passo a passo" as ações dos Quebra - Quilos, tendo como ponto de partida as várias falas presentes na documentação pesquisada. Estas falas não deixam de expressar, à sua maneira, as múltiplas experiências que deram densidade ao

---

[9] Ver, Diniz, Ariosvaldo da Silva. *A maldição do trabalho: Homens pobres, mendigos, ladrões... no imaginário das elites nordestinas(1850-1930)*. J.P, UFPB, 1988. PP.41/98. (Dissertação de mestrado). Embora peque por excesso de foucaultianismo e padeça de poucas evidências empíricas, esse trabalho tem o mérito de colocar pela primeira vez e de forma crítica os pobres no mapa da história da Paraíba do séc. XIX.

movimento, constituindo assim as tensões e expectativas manifestas pelos indivíduos e grupos sociais que se envolveram naqueles acontecimentos.

Como definimos no tópico anterior, as províncias do norte do império, incluindo aí a Paraíba, viviam uma conjuntura de transformações históricas na segunda metade do século XIX, mudanças estas que atingiam, de forma diferenciada, é verdade, o cotidiano das classes e grupos sociais da região, o que também levou a percepções e leituras diferenciadas da crise que então se manifestava.

Ao que tudo indica, as autoridades constituídas, responsáveis pela manutenção da ordem pública, procuraram minimizar ao máximo os efeitos daquela conjuntura. É o que se pode depreender do relato do chefe de polícia da província da Paraíba, Sr. Claudino P. Cavalcante, alguns meses antes da eclosão das manifestações populares que resultariam na sedição do Quebra-Quilos. Dirigindo-se ao Presidente da província, ele afirmava textualmente que:

"O socêgo publico não tem soffrido alteração e menos ha sido perturbado, graças a indole pacifica e laboriosa da população, sendo para confiar-se que esse estado lisonjeiro que annuncio a V. Exa. perdurará por muito tempo"[10].

Estas expectativas rotineiras em torno da paz social continuaram a ser alimentadas por estas mesmas autoridades. É ainda este mesmo chefe de polícia que, em pleno dia 31/10/1874, reafirma o mesmo bordão:

"Scientifico a V. Exª., que das participações recebidas hoje nesta repartição não consta que fosse alterada a ordem pública da província"[11].

---

[10] Ver, Relatorio apresentado pelo chefe de polícia interino Claudino Bezerra Cavalcante, em 1 de julho de 1874 ao presidente da província da Parahyba do Norte, Sr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha - Anexo A - NEDHIR, UFPB, 1875. A imagem de um "povo" pacífico e ordeiro aparecia com relativa freqüência no discurso das elites locais. O que não impedia que, volta e meia, a esse mesmo "povo" fosse atribuída uma "indole naturalmente turbulenta", principalmente quando incitado por outros. Essa ambigüidade às vezes estava presente numa mesma fala, pessoa ou corpo documental. É o caso dos Relatórios de presidentes de província, eles próprios uma expressão das transformações históricas daquela sociedade, rumo a uma maior burocratização das funções do Estado. Na parte referente à chamada segurança pública, raramente mencionavam-se fatos que alterassem a tranqüilidade e paz social destas mesmas elites; já quanto à segurança individual e da propriedade a situação era bem diferente, com notícias e fatos ligados a roubos, crimes, formação de quadrilhas e grupos de salteadores sendo referidos em abundância. Para uma interessante discussão sobre a polissêmia que o termo Povo/povo poderia adquirir, no contexto dos conflitos sociais na época do 1º Reinado, mas válida em parte para o nosso período, ver. Ribeiro, Gladys Sabino . "'Pés – de-- Chumbo e garrafeiros'. Conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no primeiro Reinado (1822 - 1831)". *Revista Brasileira de História.* S.P, ANPUH/ Marco Zero, Vol. 12, nº 23/24, Set.1991/ Agosto - 1992.pp. 141/165.

[11] Ver, Secretaria da policia da Parahyba, 31 de outubro de 1874. APP, JP, CX.060, 1874. Por essa mesma época a Paraíba contava com 375.541 habitantes, sendo 352.899 homens livres e 22.642 escravos. Sua economia estava baseada na pecuária, cana de açúcar e o algodão, em que pese a crise que esses produtos de exportação enfrentavam. O seu presidente era o conservador Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, futuro Barão do Abiaí e senhor de Engenho, membro de uma das mais poderosas famílias locais. Quanto à representação política, tinha uma assembléia provincial composta por 30 deputados. Na assembléia geral do Império, sua bancada parlamentar era constituída de cinco deputados e três senadores. Estes cargos - disputados por liberais e conservadores em eleições à bico de pena - eram ocupados por proprietários, padres, profissionais

A situação, no entanto, parecia ser bem mais complexa do que estes seletivos olhares nos fazem crer, pelo menos em algumas localidades do interior. Nestas últimas, o clima de insubordinação parecia estar no "ar" desde pelo menos alguns meses antes. A rigor, notícias envolvendo conflitos dos mais variados tipos entre populares e autoridades nas feiras e seus arredores remontam, de acordo com a nossa pesquisa, pelo menos ao ano de 1871, conforme ainda teremos oportunidade de voltar a discutir no 3º capítulo. A este respeito, Antonio da Costa Gadêlha, que no momento da eclosão do Quebra - Quilos "retirou-se amedrontado para a capital, por ter sido ameaçado, uma vez que tinha em seu poder o padrão da camara municipal", chega a afirmar em seu depoimento "que em principio do anno de mil oitocentos setenta e quatro notou elle respondente grande rezistencia da parte da feira desta cidade para o pagamento do novo imposto municipal (...) e que deram algum tempo, havendo na feira da Povoação de Fagundes, na mesma ephoca igual opozição chegando a ponto de haverem ferimentos na pessôa do subdelegado de polícia que pretendeu auxiliar a cobrança devida, e fazerem-se desacatos ao cobrador do mesmo imposto, que difficilmente pode continuar a cobrança". Tudo isso é importante porque, de um lado nos ajuda a reestabelecer os laços subterrâneos dessa trama em pleno curso e, por outro, relativiza o ponto de vista de alguns autores que nos deixam a impressão que a revolta surgiu do nada, por pura geração espontânea no dia 31/11/1874, perdendo de vista os possíveis nexos com esses antecedentes históricos[12].

Nos arredores de Campina Grande, por exemplo, corriam notícias sobre supostos tumultos populares. Uma testemunha nos fornece um retrato mais ou menos vivo desse quadro de apreensões múltiplas e difusas[13].

---

liberais, magistrados e bacharéis, estes últimos formados em sua grande maioria pela Faculdade de Direito do Recife. Ver, Mariz, Celso. *Apanhados Históricos da Paraíba.* 3ª ed., JP, Ed. UNIÃO, 1994.pp.139/173.

[12] Ver, Summario... - Auto de perguntas feitas a Antonio da Costa Gadêlha, 21/01/1875, Op.cit.

[13] O que vamos começar a narrar daqui por diante está baseado no "Sumário de culpa", processo aberto pelas autoridades constituídas para investigar e/ou punir suspeitos e participantes do Quebra - Quilos. O processo foi instaurado em dezembro de 1874, na Comarca de Campina Grande, pelo delegado local e o chefe de polícia da província. Após a sua conclusão, seguiu para julgamento no Tribunal da Relação do Recife e chegou até a corte de apelação do Rio de Janeiro em meados de 1875. Na verdade, se constitui de um conjunto de peças processuais que foram sendo juntadas ao longo do tempo, como a denúncia do promotor, a formação de culpa, o inquérito policial, as sentenças, o arrazoado dos advogados de defesa, auto de perguntas etc. Por suas dezenas de páginas manuscritas vemos passar diversos personagens, na condição de testemunhas de acusação ou de defesa, acusados, suspeitos, delegados, juizes, promotores e advogados, se constituindo por isso mesmo numa riquíssima fonte para se acompanhar os acontecimentos e assim reconstituir "por dentro" aspectos importantes do movimento. Se lido com critério e os devidos cuidados metodológicos que qualquer fonte requer por parte do historiador, ele pode ampliar o nosso horizonte de conhecimento. Se não, pode levar a uma verdadeira cilada epistemológica,, já que além de uma peça jurídica se constituiu também em arma política nas mãos de certos grupos para incriminar adversários históricos ou de ocasião. Uma cópia desse documento se encontra depositada no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, na parte que trata da correspondência do ministro da Justiça do Império com o presidente da província da Parahyba do Norte. Quando de sua localização, solicitamos, à época - 1994 - uma cópia microfilmada, que foi minuciosamente lida e anotada. Até onde sabemos, se trata de material inédito, não tendo sido usado em sua integridade por nenhum outro pesquisador brasileiro. Ver, Correspondência do Ministério dos Negócios da Justiça com a província da Parahyba do Norte. Summario

Felippe Aranha de Albuquerque Montenegro era um "andarilho". Natural de Pernambuco, ele exercia a função de cobrador de diversas casas de comércio da cidade do Recife. Pelas próprias exigências de seu ofício, via-se na contingência de se deslocar permanentemente por lugares e tempos diferentes. Nestas caminhadas, devia conhecer pessoas, hábitos e costumes também muito variados, e assim fazer um juízo de como enfrentar as dificuldades que, às vezes, encontrava pela frente.

Além das vilas e cidades de sua terra natal, costumava fazer suas cobranças nas praças comerciais da província vizinha, a Paraíba. Numa destas muitas viagens interior a dentro, às vezes feita no velho lombo de burro ou mesmo à pé, chegou a Campina Grande. No momento em que chegou, tratou logo de se aclimatar ao novo ambiente dessa cidade–mercado do agreste da borborema e, assim, exercer melhor as suas atividades. Parece que esses contatos logo surtiram algum efeito, pois tempos depois o dito Felippe , a partir de uma atribuição da Câmara Municipal, se tornou arrematante oficial de impostos. Apesar da pouca idade que tinha, 22 anos, ele talvez soubesse por experiência própria "de ver ou ouvir dizer", que o desempenho de suas funções tinha lá suas vantagens, mas também os seus perigos. Se, por exemplo, ele podia ter um bom ganho, superior ao que era obrigado a pagar à municipalidade pelo arremate, esta mesma situação, particularmente em conjunturas de dificuldades, poderia colocá-lo em "maus lençóis" perante setores das populações locais.

A chegada do arrematante coincidiu justamente com um desses momentos de penúria coletiva. As reclamações e impaciência dos mais pobres, em relação às últimas novidades baixadas pelo governo, só faziam aumentar, concentrando-se especificamente no problema da tributação, um das razões mais fortes para a eclosão do Quebra-Quilos, Quando desse último, Campina Grande tinha apenas dez anos de emancipação política, sendo cronologicamente a quinta cidade, depois da capital, a adquirir este status na província. Para isso muito contribuiu, além da influência política de sua elite, o primeiro **boom** algodoeiro dos anos sessenta. O município tinha um território de pouco mais de 3.000 quadrados, dividido entre a sua sede e os vários distritos, povoados e termos que lhe pertenciam, tais como Fagundes, Pocinhos, Queimadas, Boa Vista, Baixa - Verde, Campinotes, Surrão, Marinho, etc. Falar em Campo/Cidade por esse tempo é só força de expressão, pois não havia uma

---

de culpa por sedição = Ex - officio, contra os sediciosos. Copia – 1875. Arquivo Nacional, RJ, 1875. A partir de agora citado abreviadamente como Summario.... . Quanto à imputação recaída sobre os acusados, o código criminal de 1831 considerava sedição como sendo um tipo de crime contra a segurança interna e pública tranqüilidade do Império, assim definido em seu artigo 111:"Julgar-se-ha commetido este crime, ajuntando-se mais de vinte pessoas, armadas todas ou parte dellas, para o fim de obstar a posse do empregado publico nomeado competentemente e munido de título legítimo, ou para privar do exercício do seu emprego, ou para obstar a execução e cumprimento de qualquer acto ou ordem legal da legítima

divisão nítida entre estes dois espaços. De qualquer maneira, para efeito de análise, diríamos que na zona rural estavam situadas as fazendas de gado e de algodão, os engenhas de rapadura e aguardente, as casas de farinha, os pequenos roçados produtores de alimentos e a maior parte da população, formada 15,249 habitantes, enquanto que na zona urbana se concentravam as atividades administrativas e comerciais. Em relação à cidade propriamente dita, ela possuía duas igrejas, a Matriz e a do Rosário; dois açudes, o velho e o novo; um cemitério; a casa da Câmara e do Júri, que também servia de cadeia pública; três largos, quatro ruas e oito becos, por onde se distribuíam, desordenadamente, trezentas casas, estas na verdade simples casebres e alguns poucos sobrados. Neste labiríntico cenário, em que homens e animais disputavam com freqüência o mesmo espaço, se destacava os mercados, onde se realizavam as duas concorridas feiras semanais: a de cereais e alimentos, no sábado, e a de gado na quinta-feira. O primeiro, o Mercado velho, ficava na rua da Matriz e foi construído em 1824 por Balthazar Gomes Pereira Luna, que além de negociante - proprietário era o principal chefe liberal do município. Já o outro, o Mercado novo, foi mandado erguer em 1864 na rua do Seridó, pelo forasteiro Alexandrino Cavalcante de Albuquerque, também negociante - fazendeiro e líder dos conservadores. A distância física a separar um do outro era de, aproximadamente, 100 metros no sentido sul/norte. Uma curiosa lógica definia onde as feiras se realizavam, se no velho ou no novo mercado. De acordo com o partido político que estivesse no poder, a sua realização podia se dar em um ou outro local. Por volta de 1874, em que os conservadores estavam no governo , era no mercado novo que acontecia as feiras semanais.[14]

Neste cenário histórico, o chamado imposto do chão tornava-se cada vez mais o alvo preferencial do furor popular e, como vimos acima, era justamente aos setores pobres da população que os arrematantes estavam encarregados de cobrar, algo cada vez mais delicado de se cumprir. Um certo dia de julho do ano de 1874, por exemplo, um desses

---

autoridade", variando a pena de trabalho forçado a 12 anos de reclusão. Ver, Pierangelli, José Henrique - *Códigos penais do Brasil. Evolução Histórica.* Bauru, Ed. Jalovi, 1980. pp.199-200.

[14] Ver, Summario...auto de perguntas feitas a Felippe Aranha de Albuquerque em 12/12/1874. As informações básicas para a montagem do cenário de Campina Grande à época do Quebra-Quilos, estão em, Câmara, Epaminondas. *Os Alicerces de Campina Grande.* 2ed., C.G, Ed.Caravela, 1999.pp.78/98. Em relação aos impostos, estes eram arrematados em praça pública, a exemplo do dízimo da lavoura, gado, aguardente, aferição dos novos pesos e medidas etc. Os interessados pagavam um valor pelo arremate. Com esta operação se viam obrigados a arrecadar o suficiente para cobrir as despesas e ainda ter ganhos ou lucros, o que muitas vezes levava a prática de abusos. Quanto ao imposto do chão, como o próprio nome diz, era uma taxa fixada em 200 réis por carga de pesar e 100 réis por carga de medir, que os feirantes eram obrigados a pagar por cada mercadoria colocada no chão do espaço da feira, gerando com isso encarecimento extra dos gêneros de primeira necessidade. Porém, a fértil imaginação popular se encarregava de juntar aos impostos reais, outros curiosos e imaginários tributos. Dizia - se, por exemplo, que o governo passaria a cobrar taxas do marido que viajasse ou da mulher que amarrasse os cabelos, notícias essas que acrescentavam mais ingredientes na impaciência daquela mesma

arrematadores, o já mencionado Felippe Montenegro, estava caminhando pelas imediações do mercado novo quando, de repente, foi cercado por alguns populares de espíritos mais exaltados, que o ameaçaram com palavras de baixo calão. Diante deste aviso prévio, preferiu não arriscar e, receoso de sofrer algo mais grave, "julgou mais acertado mudar-se do que expor sua vida", transferindo-se logo depois para a distante vila de Pedras de Fogo. Parece que a sua má sorte não mudou muito com essa transferência, pois o sujeito achou de ir justamente para um lugar, no caso a Vila paraibana de Pedras de Fogo, onde alguns meses depois o Quebra-Quilos também explodiu com toda força[15].

Nada nos impede de especular, baseado em outras evidências, que incidentes deste tipo continuassem a ocorrer pelos dias e meses que se seguiram. Porém, acontecimentos mais graves e inusitados estavam por vir, em que os populares passaram das ameaças veladas para a ação direta, dando inicio a uma revolta generalizada[16].

Com a saída de cena do arrematante fujão, assumiu o seu posto Francisco Antonio de Sales. No dia 31 de outubro de 1874, um sábado, ele estava na feira de Fagundes quando foi "embaraçado por grande número d'indivíduos armados de facas e cacetes" que o impediram de cobrar os impostos, fato este que o obrigou a sair em debandada carreira em direção aos matagais próximos. Aproveitando-se da pouca força policial presente, um popular de nome João Nunes, morador perto da povoação, tomou a frente de um grupo de pessoas e rasgou uma lista contendo o nome dos devedores de impostos da localidade, que acabará de ser fixada havia alguns dias antes, em praça pública. Logo depois, este grupo dirigiu-se ao estabelecimento comercial de João Valdevino da Costa Leite com o intuito de matá-lo, só não o fazendo porque sua loja estava fechada. Após o que foram a uma venda e "beberam à vontade" muita cachaça, para em seguida se dispersarem.[17]

Nos dias seguintes, novos feitos vieram se somar a este. Desta vez os populares, liderados por Marcolino de tal, entraram novamente na feira gritando que "não se pagava o tributo do chão", já que "o chão era do povo e que por elle não deveria pagar impostos", após o que arrebentaram os pesos e medidas do sistema métrico decimal e "forçaram todos

---

população. Ver, ofício da Câmara municipal da cidade de Campina Grande ao presidente da província, em 11 de junho de 1870. APP,JP, CX.056,1870.

[15] Ver. Summario...auto de perguntas feitas a Fellippe Aranha de Albuquerque Montenegro em 12/12/1874, Op.cit.

[16] Uma outra testemunha nos informa que Marcos de Tal, morador em Piabas, teria aparecido na feira de Fagundes em um sábado que antecedeu o dia 31/10/1874 e tentou se opor ao imposto do chão, no que não teria sido acompanhado pelo povo. Coincidência ou não, o fato é que este mesmo personagem reaparece no Quebra - Quilos como um dos principais líderes dos grupos populares em Campina Grande. Ver, Summario... auto de perguntas feitas a João Valdevino da Costa Leite em 22/01/1875,Op.cit.

[17] Sintomaticamente a lista contendo o nome dos devedores de impostos foi afixada na porta de um açougue, algo bastante significativo, já que marchantes participaram da revolta. Ver, Summario... autos de perguntas feitas a Innocencio G. T. Mello em 31/12/1874 e Francisco Alvez da Luz em 22/01/1875,Op. Cit.

a comprar e vender pelas medidas e pezos do systhema antigo". Desta vez, antes de se dispersarem, ameaçaram invadir a sede do município.[18]

Enquanto isso, na cidade de Campina Grande o clima não parecia ser dos melhores, principalmente depois das alarmantes notícias chegadas de Fagundes. De fato, após os eventos narrados acima, um grupo de mais de duzentas pessoas saiu da localidade de Fagundes para cumprir a promessa, ou seja, invadir a sede da comarca. Ao saber disso, o zeloso juiz de Direito local, o Bacharel Antonio da Trindade de A. Meira Henriques, "reuniu muitos cidadãos armados" para fazer frente àquela ameaça. Nesta operação de defesa da cidade, o juiz de Direito da Comarca de Campina Grande reuniu ao seu redor o que poderíamos denominar de "núcleo duro" da classe dominante local, incluindo aí proprietários de terras e escravos, burocratas, padres, militares etc. Lá estavam, por exemplo, os coronéis Honorato da Costa Agra e João Lourenço Porto, o Vigário Calixto Correia da Nóbrega e o juiz municipal, Bento José Alves Vianna. Parece que estas medidas surtiram algum efeito, pois o mencionado grupo recuou à meia légua de distância da entrada para a cidade, no sentido sul. Não seria desta vez que Campina seria acometida pelos populares[19].

Nem por isso a situação de temeridades e apreensões se alterou, pois neste ambiente de tensões latentes qualquer incidente poderia gerar novos conflitos. Foi o que aconteceu no sábado seguinte. Cientes das ameaças e acontecimentos de Fagundes e demais povoações do município, as autoridades de Campina Grande procuraram pôr em prática um conjunto de medidas preventivas e assim reforçar a vigilância com a exígua força policial disponível. Para isso, priorizaram os locais públicos mais vulneráveis a ajuntamentos e movimentações populares como, por exemplo, o mercado novo, situado na rua do Seridó, que conforme vimos anteriormente, era onde se realizavam as concorridas feiras semanais.

Foi justamente neste local que a guarda, sob o comando do Delegado de Polícia, o Capitão João Peixoto de Barros, se concentrou para, através de rondas, manter a ordem no local e seus arredores. Tudo corria aparentemente bem, quando, na feira do dia 14/11/1874,

---

[18] Ver, Summario... autos de perguntas feitas a Innocencio G. T. Mello em 31/12/1874 e Francisco Alvez da Luz, 22/01/1875, Op. cit.

[19] Além de juiz de Direito, Antonio da Trindade Antunes de Meira Henrique foi deputado provincial pela corrente conservadora, tendo sido nomeado posteriormente desembargador. Como teremos oportunidade de mostrar à exaustão, este magistrado um personagem chave na história do Quebra-Quilos, inclusive em relação ao posterior levante dos escravos. Quanto às intenções do grupo que vinha de Fagundes em direção à cidade, há controvérsia acerca de suas reais intenções. Nessa linha de raciocínio, segundo alguns contemporâneos, o objetivo principal do dito grupo era arrombar a cadeia; já outros afirmavam que era para quebrar os novos pesos e medidas; por fim, havia aqueles que diziam que o real motivo era para dar uma "surra" nos dois juizes da Comarca e num padre, também deputado, de nome Ambrósio, estes três últimos responsáveis pela feitura da Lei provincial que estabeleceu os novos impostos. Ver, Summario... autos de perguntas feitas a José Lourenço Porto em 30/12/1874 e Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque em 31/12/1874, Op. cit; Ofício do juiz de Direito da Comarca de Campina Grande ao presidente da província em 5 de novembro de 1874. APP, JP, CX.059, 1874.

o "povo" começou a espalhar que não se pagava mais o imposto do chão, notícia essa que de pronto chegou aos ouvidos dos feirantes ali aglomerados.[20]

Um desses feirantes, chamado Manoel José de Figueirêdo, conta em seu depoimento que estava junto de sua valiosa carga de rapaduras, mercadoria essa que procurava vender a seus potenciais consumidores. Em vez de compradores, o que recebeu foi a ingrata visita do arrematante, que veio lhe cobrar o imposto do chão. A partir daí se deu um interessante diálogo entre as partes. Pressionado pelo cobrador de impostos, o dito Manoel respondeu a este último que só pagaria o imposto se os demais feirantes também assim o fizessem. Como àquela altura dos acontecimentos ninguém estava mais disposto a pagar nada, iniciou-se uma pequena discussão entre o coletor e o feirante. Nesse ínterim, o Capitão - delegado foi chamado e já chegou arrebentando, ameaçando prender de forma arbitrária o vendedor de rapadura, caso este insistisse em não querer pagar o imposto do chão. Enquanto isso, no meio da feira se instaurou um novo conflito envolvendo, de um lado, um soldado de nome Serafim, e de outro um popular. Incontinente, o delegado e as demais praças da força militar, foram em socorro de seu companheiro, mal imaginando o que os aguardavam pela frente. De pronto, o comandante da tropa foi recebido com uma certeira cacetada desferida por um matuto, que o deixou prostrado ao chão. Em seguida, se iniciou uma verdadeira guerra de pedras e outros objetos não identificados, lançados quase todos ao mesmo tempo do meio da multidão, em direções e alvos distintos.

Resultado parcial do confronto entre as autoridades constituídas e os populares: vários paisanos feridos, de um lado, e baixa geral entre os três praças e o delegado de polícia. Por sinal, este último foi levado às pressas, desacordado e todo ensangüentado, para uma das lojas no interior do mercado, onde recebeu os primeiros socorros e escapou por pouco. Ao saber deste "facto lamentável (...), que bem revella o estado anormal e assustador d'esta comarca, pelo espírito de insubordinação do povo as autoridades constituídas e desrespeito a lei", o juiz de Direito se dirigiu ao palco dos acontecimentos para persuadir os "cidadãos de bem", no sentido de colaborarem para o restabelecimento da ordem pública, o que depois de muito esforço parece ter conseguido[21].

---

[20] Ver, Ofício do juiz de Direito da Comarca de Campina Grande ao presidente da província em 14 de novembro de 1874. APP, JP, CX.059,1874.

[21] Ver, Summario... auto de perguntas feitas a Manoel José de Figueirêdo em 15/01/1875, Op. cit. Segundo um estudioso do Quebra - Quilos, um dos objetos que atingiu a cabeça do delegado de Campina Grande foi uma rapadura, que pesava em torno de meio quilo. Com o relato que fizemos acima, esta informação parece se tornar mais plausível e nos dar a medida exata do estrago causado na massa cefálica daquela autoridade. Ver, Joffily, Geraldo Irenêo. *O Quebra - Quilos: A revolta dos matutos contra os doutores(1874.)*. Brasília, Theasaurus , 1976.

Pela primeira vez - com um certo atraso, é verdade - estes mesmos acontecimentos se tornaram objeto de notícia por parte da imprensa local, adquirindo assim uma nova visibilidade. Ao se referir aos conflitos de Fagundes e de Campina Grande, o articulista do Jornal da Parahyba, órgão ligado ao partido conservador, procurou minimizar a gravidade dos fatos, atribuindo-os a meras maquinações de políticos da oposição liberal, no sentido de atingir o governo provincial. A sua expectativa daí por diante era de que, com as enérgicas providências tomadas, voltasse a reinar a "plena paz na Comarca" de Campina Grande. Estas primeiras notícias sobre o Quebra - Quilos apareceram, por assim dizer, perdidas entre tantas outras mais importantes, na ótica ideológica do jornal, quase ao pé da página, em coluna cujo titulo é sugestivo: "notícias diversas". Apenas no editorial do dia 09/12/1874 foi que o jornal admitiu a gravidade dos acontecimentos, atribuindo-os a oposição liberal, ao fanatismo religioso e a ignorância das massas. Quando o perigo começou a se dissipar no horizonte, o articulista pôde enfim respirar aliviado ao constatar que "ja lá foi esconder-se nos abysmos do passado anno de 1874, cujos ultimos dias foram cheios de graves acontecimentos para a nossa provincia" [22].

As expectativas do articulista do periódico conservador convergiam, naquele momento, com os desejos das autoridades locais. Como vimos há pouco, estas autoridades, tendo à frente o juiz de Direito, saíram da feira acreditando terem apaziguado os ânimos. De fato, após a conversa alguns populares voltaram para suas casas e retomaram seus afazeres. Só que esse clima de distencionamento perdurou por pouco tempo e acontecimentos proporcionalmente mais graves voltariam a se repetir pelas semanas que se seguiram. A cidade passou a ser atacada por diversos grupos populares, que armados e provenientes de diferentes povoados da comarca, chegaram e agiram em dias alternados do mês de novembro de 1874.

O primeiro grupo a se apresentar foi o de João Vieira da Silva, o João Carga D'água, que arregimentou sua gente pelas bandas de Pocinhos e Várzea Alegre, todos armados de cacetes, machados e armas de fogo. A "multidão turbulenta e vociferante" entrou triunfalmente em Campina Grande no dia 21/11/1874, disposta a "acabar com os tributos"

[22] Não nos esqueçamos que este jornal era propriedade de nada mais, nada menos, que Silvino Carneiro da Cunha, o presidente da província. Ver, *Jornal da Parahyba*. Edições de 11/11/1874, 14/11/1874, 16/11/1874, 18/11/1874, 09/11/1874 e 8/1/1875.BN, RJ, 1874/1875. Para um histórico da Imprensa paraibana no Séc. XIX, ver. Araújo, Fátima. *Paraíba: Imprensa e vida*. 2ª ed., J.P., Ed. GRAFEST, 1986. pp.31/136.

pois "não era possível soffrer". Para isso, incontinente se deslocou para a feira, colocando em prática os seus primeiros intentos sediciosos[23].

Ao saber disso, a "tropa de Choque" da ordem, mais uma vez capitaneada pelo juiz de Direito, entrou em campo. João Carga D'Água foi chamado, através de um emissário, a comparecer imediatamente à casa do Vigário Calixto Correia da Nóbrega, onde se encontravam as mais altas autoridades do lugar. Todos ali presentes foram unânimes em persuadir os revoltosos a entregarem as armas e pararem de cometer "desatinos", pois aquilo tudo que estavam praticando era ilegal. Carga D'água retrucou dizendo que "queria o papel dos tributos" para destruí-los. O juiz de Direito, fazendo uso da palavra, afirmou a este último que os ditos tributos não existiam, eram pura invencionice dos inimigos da lei e se visse "alguém cobrando-os, prendessem a sua ordem", o que não convenceu de todo o líder popular. Tanto é assim que em seguida Carga D'água ameaçou se retirar do recinto.

Enquanto estas tensas negociações se desenrolavam, notícias de renovados distúrbios na feira se espalhavam. Desta vez, as massas entoaram algumas palavras de ordem do tipo "abaixo os impostos e viva a religião católica" e começaram a quebrar todos os pesos e medidas que encontravam pela frente[24].

Ao que tudo indica, desta vez a tática apaziguadora das autoridades pareceu não dar certo e a situação começou a fugir a qualquer controle, pelo menos aos olhos da classe dominante e de seus representantes. No dia seguinte, os amotinados locais receberam o reforço de novos grupos populares vindos de Fagundes, que conseguiram finalmente furar o cerco e entrar na cidade, tendo à frente líderes como Marcolino de tal, Manoel Piaba, João

---

[23] João Carga D'água, indivíduo caboclo, tinha essa alcunha por causa de sua profissão, a de aguaceiro. Com o início da repressão sistemática aos revoltosos de Campina Grande, se refugiou na Comarca de Teixeira, alto sertão paraibano, onde inclusive houve um foco de amotinados. Foi capturado e preso em fevereiro de 1875, em Santa Luzia do Sabugy e remetido para a Capital. Provavelmente esteve em Campina nos sábados anteriores a 21/11/1874, pois segundo se dizia ele teria participado dos conflitos do dia 14/11/1874, que resultaram nos ferimentos ao delegado de polícia. Indagado por uma testemunha acerca da acusação que lhe pesava, teria respondido que não se importava, querendo a partir dali "ficar mais criminozo" ainda. Ver, Summario... autos de perguntas feitas a Manoel Ignacio Ferreira da Silva em 15/01/1875 e Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque em 31/12/1874, Op. cit; *A Nação*. Rio de Janeiro - Edição de 02/04/1875, BN, RJ, 1875. A expressão "multidão turbulenta e vociferante" é do historiador inglês E.P. Thompson, de resto fonte de inspiração para muitas das nossas reflexões. Ver, Thompson, E.P. Op. cit.p.35.

[24] Ver, Summario... auto de perguntas feitas a Bento Gomes P. Luna em 27/1/1875, Op. cit. O novo sistema métrico decimal, de origem francesa, veio para substituir o antigo sistema vindo de Portugal, baseado na cuia, vara, braça etc, remontando à época colonial. O novo sistema, por sua vez baseado no litro, quilo e metro, fazia parte de um projeto mais amplo de "modernização" por parte do governo imperial. As autoridades procuraram impô-lo de uma forma autoritária, sem nenhuma preparação prévia, perante uma população acostumada com as tradicionais e antigas medidas que conheciam bem. Quanto ao significado de uma das palavras de ordem entoada pelos populares, não devemos esquecer que o Quebra - Quilos se deu no contexto da questão religiosa, envolvendo os bispos do Recife e de Belém em sua cruzada ultramontana contra a maçonaria, gerando atritos em diversas partes do Império, uma espécie de cisma momentânio entre Igreja e Estado. Em Campina Grande essas rixas colocaram, de um lado, o já mencionado vigário de nome Calixto Correia da Nóbrega e, de outro, os adeptos da loja macônica Segredo e Lealdade; Mello, Josemir Camilo de. "Os duzentos anos do sistema métrico

Nunes e outros. Acompanhados ao som e ritmo de música, os populares fecharam diversas casas comerciais da rua do Seridó e prosseguiram no serviço de inutilização dos pesos e medidas, prometendo ainda acabar com os maçons "como se corta carne no açougue", algo no mínimo inusitado dentro daquele contexto. Isto porque um dos personagens que aparecem como um possível líder do Quebra-Quilos se chamava Manoel Marchante. Quer dizer, naquela conjuntura de tensões sociais o seu instrumento de trabalho, a faca, poderia ter mil e uma utilidades, inclusive picar gente. Aliás, outra palavra de ordem dos populares era que "tinha boi na linha" para se comer[25].

Na sucessão de acontecimentos dramáticos que Campina Grande viveu naqueles dias, novos lances ainda estavam por vir. Na noite de 23/11/1874, um pequeno grupo saído de Queimadas chegou à cidade, liderado por Manoel de Barros, que veio com a clara intenção de libertar seu pai, que se encontrava cumprindo pena por crime de homicídio. Este episódio, o do arrombamento da cadeia, é quase que uma história à parte. Foi captaneado por menbros da família Barros, residente no distrito de Queimadas. Pai e filho foram acusados de emboscar e matar o subdelegado Hippolito Caciano d'Araújo, fato esse ocorrido em 3/08/1873. O filho, Manoel de Barros, fugiu, enquanto que o pai, João de Barros, foi preso, julgado e absolvido. O juiz de Direito, Sr. Meira Henrique, recorreu da sentença, por coincidência às vésperas do Quebra - Quilos. Daí se entender melhor as palavras e a ira que nutriam por esse mesmo juiz. Por outro lado, essa não foi a primeira vez que a cadeia local foi arrombada. Nestes termos, era relativamente comum episódios de ataques às cadeias e soltura de presos, em especial aqueles recrutados para o serviço militar, outro importante motivo explicativo da revolta em tela.[26]

Dito isso, vejamos como uma testemunha ocular descreveu a entrada do grupo liderado pelos Barros na cidade:

---

decimal". In. *Revista Ariús.* C.G, Vol. 7, nº 6, 1995, pp. 53/58; Barros, Roque Spencer M. de . "Vida Religiosa. A Questão religiosa". In. Hollanda, Sérgio Buarque de (Org.) *.H.G.C.B.*, TOMO II, Vol. 4, 4 ed, SP, Difel, 1985.pp. 317/365.

[25] Ver, Summario... auto de perguntas feitas a Domingos Limeira Cariry em 31/12/1875, Op. cit.

[26] A maior parte das informações referente à família Barros foram retiradas de, Summario de culpa por crime de morte. Queixoza, dona Anna Thereza de Araújo. Reos, Manoel de Barros Souza e outros. Cartório da primeira vara criminal, CG, 1873. Ver também, Ofício do juiz de Direito da comarca de Campina Grande ao presidente da província em 23 de novembro de 1874, APP, JP, CX.059, 1874. Por outro lado, referindo-se às contraditórias relações entre criminosos comuns e a multidão, no contexto das revoltas populares da França e Inglaterra pré - industriais, o historiador George Rudé afirma que "longe de serem companheiros inseparáveis(o crime e o motim, L.M.L) foram apenas companheiros ocasionais e não muito à vontade entre si". Guardadas as devidas diferenças, podemos dizer que a relação do grupo liderado pela família Barros com o Quebra - Quilos foi dessa natureza, pois se envolveram nos acontecimentos mais para soltar um parente e depois queimar o processo - crime em que este era réu, do que qualquer outra veleidade moral ou política. Como ainda teremos oportunidade de comentar, esse mesmo grupo terá um papel fundamental na repressão ao levante dos escravos campinenses. Ver, Rudé, George - *A multidão na História.* R.J., Ed. Campus, 1991. p.219.

"(...) por volta de uma hora da noite de 23/11/1874 um grupo de oito homens armados assaltou a cadeia pública desta cidade, arrombou o alçapão da prisão dos homens, e dela fez subir o criminoso João de Barros Souza (...) e todos os mais sentenciados em número de vinte e quatro ali encerrados, e após esse ato se dirigiram todos a rua do Seridó, onde na venda de Manuel Nunes beberam aguardente, e dali ao lugar da Baixa Verde , sítio do mesmo João de Barros , de cuja casa dispersaram. Pouco dias depois em pleno dia , quando os excessos das massas pelo movimento popular haviam derramado o terror em todos os espíritos, foi de novo assaltada a mesma cadeia também por um grupo armado que arrombando o alçapão que dá entrada a prisão das mulheres e que escapou do primeiro assalto , deu saída a todas as sentenciadas que ali se achavam (...)[27]"

Este objetivo foi facilitado pela anuência dos policiais encarregados da guarda dos presos, que não só não resistiram ao ato como também entregaram as suas armas e se juntaram aos arrombadores. Quanto ao destino dos presos, alguns aproveitaram a oportunidade para fazer escaramuças e acertar contas com inimigos pessoais; outros simplesmente entraram em férias por tempo indeterminado, se refugiando em certos lugares – esconderijos das proximidades.

Depois disso tudo, um grupo saiu pelas ruas dando vivas "a República" e desafiando publicamente as autoridades locais, particularmente o juiz de Direito, pessoa que eles esperavam "picar a facão" caso aparecesse naquele momento[28].

Após esse ousado e ameaçador gesto, não restou outra alternativa para proprietários e autoridades ainda constituídas, a não ser a retirada estratégica da cidade. Foram poucos os que se arriscaram a ficar. Mais uma vez, coube ao sobressaltado juiz de Direito (sempre ele!) organizar, na calada da noite, a fuga: alguns preferiram rumar direto para a capital da província, outros se refugiaram em suas propriedades rurais, lugares onde esperavam encontrar a garantia de suas vidas ameaçadas pelos sediciosos, paz essa nem sempre alcançada plenamente. A fuga desse juiz se revestiu de um caráter vexatório e ridículo. Segundo uma testemunha de vista, nessa mesma noite o magistrado "passou escondido dentro de um barreiro com um criado seu escravo de nome Faustino, e antes do dia

---

[27] Ver, Summario de culpa por arrombamento de cadeia, Cartório do terceiro ofício, CG, 1875.

[28] Era relativamente comum a menção à República, como palavra de ordem, em alguns dos movimentos ocorridos por essa época. O que não significa dizer, necessariamente, que o Quebra - Quilos foi deliberadamente pensado para derrubar a monarquia e implantar um novo regime político. De qualquer maneira, conseguimos localizar um documento confidencial remetido pelo ministro da Justiça do Império, em que este solicita ao presidente da província "recommendar-lhe que trate de verificar, com as precauções e reservas necessarias, se existe nessa província alguma associação secreta para promover a revolução em bem da idéia republicana". Ainda estar por ser feita uma história das idéias republicanas na Paraíba, e seus possíveis vínculos com os movimentos políticos e sociais do século XIX. Ver, Ofício do ministro dos negócios da Justiça ao presidente da província da Parahyba do Norte em 16 de outubro de 1874, APP,JP, CX.059, 1874. Confidencial.

amanhecer seguiu para a Capital" em debandada carreira. Como veremos, esta sua experiência pessoal pode ter contribuído para a forte impressão que o levante de escravos de Campina Grande lhe causou, apenas alguns dias depois[29].

Com essa mudança na correlação de forças internas, Campina Grande - pelo menos por alguns dias - ficou em mãos dos populares, que continuaram a agir, ação essa agora facilitada pelo arrefecimento do controle social. Tanto é assim que, na noite de 26/11/1874, um grupo de aproximadamente cem pessoas, liderado por João Carga D'água e outros, arrombou e invadiu os prédios da câmara municipal (onde ficavam depositados os padrões de medição dos novos pesos e medidas), coletorias municipal e provincial, arquivos dos cartórios civil, criminal e de hipotecas, não deixando pedra sobre pedra, ou melhor, papel sobre papel: toda a papelada encontrada nestas repartições foram reunidas e depois incineradas em praça pública. Ainda encontraram tempo e disposição para irem à sede da loja maçônica "segredo e lealdade" destruir móveis e livros e, logo depois, à abandonada casa do juiz de Direito, de onde arrancaram "uma das portas penetrarão no interior e queimarão livros e papeis que encontrarão", tudo isso regado a cachaça e em ritmo de barulhenta música[30].

No dia 28/11/1874, mais uma vez à noite, os vários grupos populares de Campina Grande se reuniram com seus respectivos chefes e, ato contínuo, rumaram para a casa do Alferes João Baptista dos Santos, agente do correio, quebraram móveis e se apropriaram de toda a correspondência lá existente, cortando assim qualquer forma de comunicação com o exterior, após o que tomaram vinho e fumaram cigarros no estabelecimento de Antonio Martins de Souza e se dispersaram em seguida[31].

Como vimos anteriormente, grande parte das autoridades e proprietários locais se retirou às pressas, temendo represálias por parte dos sediciosos. Com a momentânea saída de cena dos grupos de elite ligados a velha ordem, os populares, à sua maneira, tentaram estabelecer na cidade uma espécie de contra - ordem, a ponto de haver um tal de Luiz de

---

[29] Ver, Barbosa, José Mancio. "A Sedição Quebra – Quilos". In. *Voz Borborema*,19/10/1938. SEDHIR, CG, 1938; Summario... auto de perguntas feitas a Alexandrino Cavalcante de Albuquerque em 31/12/1874, Op. cit.

[30] Um dos principais combustíveis etílicos da revolta, a aguardente, popularmente conhecida por cachaça e outras dezenas de denominações regionais, é um sub - produto derivado da cana - de - açúcar e desde os tempos coloniais fazia parte da dieta da população. Algumas autoridades chegavam a associar o aumento da criminalidade ao "vicio da embriagues por demais inveterado no pôvo". Para uma interessante discussão sobre a história e o folclore dessa que é um verdadeiro símbolo nacional, ver Cascudo, Luís da Câmara . *Prelúdio da Cachaça*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1986.

[31] Ver, Summario... auto de perguntas feitas a Antonio Martins de Souza em 18/01/1875,Op. cit. Embora o Código Criminal considerasse o crime cometido à noite como um agravante, os populares aproveitaram-se da situação como um fator a mais em seu benefício, isto numa época em que não existia iluminação elétrica pública. Aliás, os poucos lampiões à querosene encontrados pelos revoltosos foram estrategicamente quebrados. Nestes atuais tempos de apagão, ver as luminosas páginas

tal, conhecido por Lôla, que se auto - intitulou secretário dos amotinados. De fato, nesse "governo" provisoriamente instalado, algumas medidas foram tomadas. Além de continuarem reticentes em relação ao pagamento dos tributos municipais e provinciais, com a quebra generalizada de todos os padrões de medidas (que eles recusavam "por que não querião medidas estrangeiras no Brasil"), os revoltosos "comecarão a comprar pelos antigos pezos e medidas", o que não deixa de expressar uma certa moral da multidão, cuja história ainda tentaremos desvendar mais adiante.[32]

Enquanto as coisas assim se passavam, as notícias rapidamente se espalharam e o "carro da sedição" foi aos poucos chegando às demais vilas e cidades da província, enchendo de novos temores as elites e autoridades encarregadas de manter a ordem social e política. Nestes lugares, algumas ações das massas foram bastante semelhante aos fatos narrados até aqui, reproduzindo uma certa ritualística em torno daquele movimento. De qualquer maneira, valeria a pena mencionar alguns desses lances, na medida em que amplificam ou reforçam o que acabamos de constatar no plano local de Campina Grande.[33]

As vilas de Alagoa Grande e Alagoa Nova, separadas de Campina Grande por alguns quilômetros, foram palco de "scenas tristes" no dia 21/11/1874, um sábado de feira. Neste dia, estes lugares foram tomados por mais de mil pessoas, ocasião em que a Câmara, os Cartórios e Coletorias foram invadidas e seus papéis queimados, tudo isso "com grande algazarra e terríveis ameaças". A multidão gritava que nos sábados seguintes visitaria a vila de Bananeiras e a cidade de Areia, áreas quase limítrofes do território das duas vilas. Alguns dias depois a promessa foi cumprida, ou seja, a ameaça foi consumada e as palavras se transformaram em gestos concretos, para desespero geral das autoridades locais[34].

A primeira a ser alcançada foi Bananeiras. O seu juiz de Direito, magistrado encarregado de "manter a ordem publica e prestar seguras garantias a liberdade individual e direito da propriedade", sentindo-se impotente diante da situação descreveu com tintas fortes a chegada dos amotinados. Em correspondência reservada, endereçada ao presidente da província, ele constatou impotente e temeroso que:

"(...) foi surpreendida esta Villa (23 de novembro à noite) por um trôco de homens armados de clavinotes, espingardas, foices, machados e cacêtes, fasendo-se proceder de

---

que tratam do medo da noite e da escuridão em, Delemeau, Jean. *História do medo no ocidente*. S.P, Cia das Letras, 1989. pp 96/106.

[32] Segundo um outro observador observador, quando o Coronel Severiano da Fonseca chegou em Campina Grande, proveniente da Corte, em dezembro de 1874, se deparou com "um governo provisorio, cobrando impostos e dispondo a seu talento da fortuna e da vida dos habitantes pacificos". Ver, *Jornal da Parahyba* . 21/04/1875, BN, R.J,1875.

[33] A metáfora do "carro da sedição" se encontra no, *Jornal da Parahyba*.14/04/1875, BN, R.J, 1875.

estripitosa voseria, de vivas à liberdade do pôvo, e fora à escravidão, em que o governo quer colloca-lo! Era solemne esse momento, em que sôara o horrorôso grito de destruição à tudo, quanto até então havia sido objeto de respeito e acatamento, por parte do pôvo pacifico de Bananeiras! Nem eu podia bem acreditar n'esse espectaculo tristissimo de anarquia! Minhas circunstancias n'esse momento (que jamais se afastará de minha memória) erão mais que graves(...)"[35].

Durante os quatros dias seguintes a vila foi tomada pelos populares, que ficaram à vontade para quebrar balanças, pesos e medidas do novo sistema, queimar papéis de repartições públicas e ainda ameaçar tomar as armas do pequeno contingente militar, formado por dez soldados, ações essas sempre feitas "em tom festivo, ao som de musica, que para isso convidarão, e de vivas repetidos, com que celebrarão o acto", como que a obedecer a um certo ritual simbólico[36].

Em Areia, importante cidade do brejo paraibano, o Quebra - Quilos lá também se instalou por um bom número de dias, pondo em polvorosa parte de seus habitantes. Tudo começou na manhã do dia 26/11/1874, quando a cidade foi invadida "por uma multidão de desordeiros com mais de 600 pessôas, a qual praticou as scenas mais lamentaveis, não chegando a mais, e nem havendo victimas por ser contida por diversas pessôas, (...) que aparecerão fallando a dita multidão e a desviando dos seus intentos". Esse contenção da ira popular foi só parcial, já que as ações dos revoltosos prosseguiram até o começo de dezembro. Além das já tradicionais demonstrações de queima de papéis e quebra de pesos e medidas, esta cidade presenciou, pelo menos, duas cenas originais em relação a outros lugares. A primeira foi a tentativa, por parte dos populares, de invadir e incendiar o teatro local; a segunda foi a busca e apreensão de "um retrato de sua Majestade o Imperador, de bello formato, que ali havia", que não conseguiu escapar da ira popular, sendo de pronto

---

[34] Ver, Oficio do juiz de Direito da Comarca de Bananeiras ao presidente da provincia em 21 de novembro de 1874. APP, JP, CX.059,1874. Reservado

[35] Nesta vila as autoridades também foram obrigadas a debandar, a exemplo do dito magistrado, que se viu na contingência "de abandonar precipitadamente a casa para refugiar-me em uns mattos próximos!", segundo suas assustadas palavras. Ver, Oficio do juiz de Direito da Comarca de Bananeiras ao presidente da província em 7/12/1874. APP,JP, CX.059,1874.

[36] Ver, Oficio do juiz de Direito da Comarca de Bananeiras ao presidente da provincia em 7/12/1874. APP, JP, CX.059,1874. A imagem de populares agindo ao som de música, nos faz lembrar uma bela passagem de um aforisma de Walter Benjamim, segundo a qual "para a multidão, em sua existência mais profunda (...), festejos e incêndios são apenas jogos, nos quais se prepara para o momento da emancipação, para a hora em que pânico e festa, irmãos separados por longo tempo, ao se reconhecerem, se abracem (...)". Ver, Benjamim, Walter - *Obras escolhidas. VOL II.* S.P, Brasiliense, 1987.p. 274.

destruído e queimado perante a vista de autoridades atordoadas, numa total inversão simbólica da imagem oficial construída em torno do monarca brasileiro.[37]

Em Mamanguape, situada no litoral da província, embora fatos de maior gravidade não houvessem se dado até então, era voz corrente que a cidade podia ser acometida a qualquer momento por "um bando de homens vadios, perdidos, verdadeiros reos de policia" e assim "os boatos vão se aproximando da verdade", deixando para seus moradores "essa desagradável impressão" no ar.[38]

Já na distante serra do Teixeira, sertão paraibano, as notícias dos fatos praticados em Campina Grande, ao chegarem ali "poserão em alvoroço o povo desta comarca , de indole naturalmente turbulenta e despertarão-lhe o desejo de tambem revolucionar-se". Pouco depois dessas notícias alguns homens armados arrebentaram os pesos e medidas por ocasião da feira do dia 14/12/1874 e "desde então pesão e medem por pêsos e medidas antigas, não pagão impostos, e vivem alli na mais completa anarquia", segundo as preocupadas palavras do juiz interino de Direito da localidade.[39]

Embora a Capital nunca tenha sido acometida por manifestações populares semelhantes às descritas anteriormente para vários lugares da província, houve momentos em que esta hipótese não foi descartada, levando a um certo clima de apreensão e medo. A este respeito, é significativo que por várias noites o presidente da província tenha sido obrigado a dormir em um navio estacionado no porto da capital, cidade da Parahyba do Norte. Por outro lado, "dizia-se geralmente que os grupos armados de Ingá entendião-se e combinavão-se com os de Campina Grande e de outros lugares, para precipitarem-se, todos reunidos sobre a capital, onde a resistencia era impossível por falta absoluta de força, sendo que apenas nella existia o numero indispensavel de pracas para a guarnição da praça, cujo serviço se fazia, por isso mesmo, muito irregular e atropeladamente".[40]

Traçado este quadro geral do Quebra - Quilos, e antes de prosseguirmos em nossa jornada interpretativa, vejamos como estes mesmos acontecimentos foram lidos por uma historiografia que foi se constituindo ao longo dos anos em torno do tema.

---

[37] Ver, Oficio do juiz de Direito da cidade de Areia ao presidente da província em 27/11/1874, APP,JP, CX.060, 1874. Este teatro, de nome Minerva, ainda hoje é o orgulho da elite areiense, por se trarar do mais antigo da província, tendo sido inaugurado em 1859. Por seu palco desfilaram grupos locais, do Recife e outras cidades do Império, cujas peças procuravam expressar valores e modos de bem viver ligados a esta mesma aristocracia. Ver,. Almeida, Horácio de . *História da Paraíba, Tomo II.* 3ª ed., J.P, Ed. UFPB, 1997.pp.119. Para a construção da imagem de Dom Pedro II como monarca dos trópicos, ver Schwartz, Lilia Moriz. As barbas do imperador. S.P, Com. das Letras, 1998, pp 85/100

[38] Ver, Oficio do juiz de Direito da Comarca de Mamanguape ao presidente da província em 26/11/1874. APP,JP, CX.059, 1874.

[39] Ver, Oficio do juiz de Direito da Comarca de Teixeira ao presidente da província em 24/12/1874. APP, JP, CX.059, 1874.

[40] Ver, *Jornal da Parahyba.* 9/1/1875. B.N, RJ, 1875.

3. Leituras do Quebra-Quilos: Entre selvagens e pré-políticos

As primeiras interpretações sobre o Quebra - Quilos, enquanto fenômeno histórico, foram feitas quase que no "calor da hora" por autores contemporâneos dos acontecimentos, que o tomaram como objeto de análise, algo que não deixa também de ter suas implicações, tanto teóricas como ideológicas. Procuramos fazer um levantamento o mais completo possível, em termos bibliográficos, num arco temporal que vai da década de setenta do século XIX até a década de noventa do Séc. XX. Este material é formado por capítulos de obras mais gerais, artigos, ensaios e livros, sendo, portanto, algo bastante desigual em termos de profundidade de análise, uso de fontes, perspectiva teórico - metodológico etc. Nossa intenção foi de, ao apresentar e discutir estes autores, situar o nosso próprio trabalho e a nossa perspectiva. Como toda análise historiográfica, a nossa também não está imune a simplificações e implica no risco de avaliar, em poucas páginas, trabalhos cuja densidade está muito além das nossas possibilidades de apreensão. De qualquer maneira, ao fazermos isso estamos reconhecendo a nossa divida intelectual com cada um deles, na medida em que a leitura dessas obras tornou possível as nossas próprias reflexões sobre o Quebra-Quilos[41].

Podemos dizer que o primeiro grande trabalho a se fixar como leitura do movimento se intitula "*Os Quebras -Kilos e a crise da lavoura*", publicado em 1876 na cidade do Recife, em Pernambuco por Augusto Henrique Millet. Este era engenheiro e veio para o Recife em 1840, fazendo parte de uma equipe de técnicos franceses para viabilizar um projeto de melhoramento material da província em termos de infra - estrutura: reforma urbana, construção de estradas de rodagens, ferrovias etc, durante a gestão "modernizadora" do conservador Francisco do Rego Barros, o Barão da Boa Vista, poderoso político e proprietário pernambucano. Ao chegar ao Recife, se aclimatou de tal modo ao lugar que logo se casou com a filha de um senhor de engenho, tornando- se depois proprietário e administrador do espólio. A partir daí se transformou num dos mais articulados porta-vozes das reivindicações de seu grupo social. Reivindicações essas que defendeu com muita convicção, por exemplo, na Imprensa e no Congresso Agrícola do Recife em 1878, este último uma resposta das elites nortistas a sua exclusão do realizado no mesmo ano na província do Rio de Janeiro. Em relação ao Quebra - Quilos, seu discurso terminou se transformando em juízo de autoridade, pois os historiadores se referem ao mesmo apenas

[41] No que diz respeito ao tratamento que esses mesmos autores dispensaram à participação dos escravos no movimento, optamos por discutir melhor esse tópico no terceiro capítulo.

como fonte documental, retirando daí dados quantitativos de natureza econômica que, de fato, abundam na mencionada obra. Esquecem, porém, que o autor fala de forma interessada, de um determinado lugar social: em suas mãos o Quebra-Quilos, passado o perigo das primeiras horas, foi instrumentalizado e transformado em arma política para barganhar favores para os grupos decadentes da região, junto ao governo Imperial. Foi um misto de senhor de Engenho e intelectual, preocupado com as questões de seu tempo. Como o próprio título da obra revela, para o autor a revolta só pode ser entendida se inserida na crise econômica mais geral que as províncias do norte então viviam. Demonstrando estar perfeitamente sintonizado com os cânones da ciência econômica, ele definiu os acontecimentos como sendo:

"Movimento sediciosos, oriundos da província da Paraíba, têm lavrado no centro desta, do Rio Grande do Norte e das Alagoas; grupos numerosos, embora as mais das vezes desarmados, têm invadido as povoações do interior na ocasião das feiras semanais, opondo-se à percepção dos direitos municipais, quebrando ou dispersando as medidas do novo padrão, atacando as coletorias e câmaras municipais para queimar os respectivos arquivos, e praticando mais alguns desses desacatos, próprios das massas ignorantes quando se acham desenfreadas"[42].

Após elogiar a repressão promovida pelo governo a essas "massas ignorantes" e no sentido de evitar novas perturbações à "oficina social", sugere um conjunto de medidas a serem implantadas pelo Estado, no sentido de soerguer os interesses da lavoura e do comércio de exportação, interesses esses que ele tende a confundir com o conjunto da sociedade.

Outro contemporâneo que também escreveu sobre o Quebra-Quilos, ainda no século XIX, foi Irinêo Joffily, considerado um pioneiro da historiografia paraibana. Nasceu no antigo município de Campina Grande e se formou em Direito na Faculdade do Recife. Após a conclusão do curso, retornou à sua terra natal e montou banca de advogado. Exerceu cargos públicos e políticos, como juiz de órfão, promotor, vereador e deputado provincial. Ajudou a fundar o primeiro jornal de Campina, o *Gazeta do Sertão*, em 1888, órgão republicano e abolicionista. Em função de suas posições políticas teve problemas com o novo regime, que cassou o seu mandato de deputado constituinte e empastelou seu jornal. Seu livro,

---

[42] Ver, Millet, Henrique Augusto. *Os Quebra - Kilos e a Crise da lavoura.* 2ª ed., S.P, Ed. Global, 1987. Para uma leitura do pensamento de Millet e a discussão em torno da questão da idéia de nação no século XIX(neste sentido com uma visão diferenciada da nossa), ver Marson, Isabel. "Performances da Nação Liberal no Brasil do século XIX: O projeto do engenheiro Millet para a crise da lavoura açucareira nas províncias do norte". *Varia História.* DH/UFMG, Belo Horizonte, n 13, 1994, pp.5/25.

prefaciado por Capistrano de Abreu, resultou de um conjunto de artigos que escreveu originalmente para o *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro*, tratando de aspectos históricos e geográficos da província da Paraíba, dentro daquele tipo de história que vigorava à época, ou seja, a do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição da qual era sócio. No seu livro "*Notas sobre a Parahyba*", publicado pela primeira vez no Rio de Janeiro em 1892, o autor dedica-lhe algumas linhas de análise. Negando que o movimento tivesse como causa motivações religiosas ou políticas, ele vai buscar na decretação dos novos impostos as razões para a sua existência. Depois de lamentar a queima de papéis "pela turba desenfreada", considera que o movimento fracassou porque não teve um chefe capaz e iluminado para dirigi-lo, sendo, pelo contrário, resultado da ignorância das massas interioranas, distantes dos ares da civilização[43].

Estas versões preconceituosas, tributárias de uma certa memória política dos acontecimentos, adquiririam um certo ar de cientificidade nas primeiras décadas do século XX, com a divulgação de dois artigos que apareceriam na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano,* ligada ao IHGP. O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano foi criado em 1905, na gestão de Álvaro Machado, presidente do Estado no inicio da república, a partir da articulação de letrados, políticos e burocratas. Como vários de seus similares estaduais, a idéia implícita desse empreendimento intelectual e político era de contribuir para a formação da História Nacional, enfatizando os feitos, datas e personagens locais e assim estabelecer as bases para a construção de uma identidade histórica e cultural . Para isso seus mentores voltam-se para o passado em busca das "raízes do ser paraibano", no sentido de organizar aqueles eventos e atores dignos de comporem a verdadeira História da Paraíba. É nesta perspectiva, que o Quebra - Quilos é apropriado desde então por essa historiografia oficial, não sem antes ser esvaziado de toda sua complexa concretude histórica. Tudo isto fica mais ou menos claro na seguinte passagem do artigo de Simão Patrício , em que recomenda que o movimento deve ser lembrado acima de tudo "como uma forte manifestação da personalidade coletiva, ainda imprecisa, de nossa raça". Em outras palavras, esta entidade abstrata e homogênea, a tal da "personalidade coletiva", é a paraibanidade, pairando acima dos interesses de classes, grupos e ideologias.

---

[43] Como advogado Irinêo participou da defesa de dois acusados de serem cabeças do Quebra – Quilos, a saber, o Vigário Calixto Correia da Nóbrega e o comerciante Antonio de Souza Martins. Há até quem insinue que ele chegou a se envolver nos acontecimentos. Ver, Joffily, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba.* 2ª ed., Brasília, THESAURUS, 1977, pp.186/188. Para uma "biografia autorizada" do autor, ver. Joffily, José- *Entre a monarquia e a república: Idéias e lutas de Irenêo Joffily.* Kosmos,R.J, 1982.

O primeiro dos mencionados artigos foi publicado em 1912, por Coriolano de Medeiros. Após a descrição dos fatos e o levantamento das causas da revolta (cobrança dos impostos, nova lei do recrutamento militar etc.) o autor chega a afirmar que "a horda avolumou-se tanto que toda a Parahyba tremeu de susto", sendo necessário mais de mil homens para reprimi-la. O outro texto a que fizemos referência, saiu no ano de 1928. Seu autor, Simão Patrício Netto, explica na apresentação que este artigo era, na verdade, apenas algumas notas preliminares, base para um futuro livro que pretendia escrever sobre o Quebra - Quilos, idéia essa que ficou apenas na promessa. De todo modo, podemos imaginar o que seria essa planejada obra, lendo o que o autor de fato escreveu. Na sua perspectiva, o movimento do Quebra - Quilos foi resultado de pura pilhagem "de um povo atrazado que não admite inovações" e que como uma "horda criminoza" protagonizou "scenas macabras" na terra natal do autor, a "bella cidade de Areia", celeiro do brejo paraibano, como gostavam de caracterizá-la suas antigas elites escravocratas.[44]

Em 1935, Aderbal Jurema escreveu um pequeno livro sobre as lutas populares ao longo da história do Brasil. Nesta obra, o autor dedica um capítulo para o estudo do Quebra - Quilos. Lançando mão de um esquema interpretativo bastante tosco, ele vai situar o movimento no contexto das querelas políticas do império, concluindo que ele foi resultado de uma luta hegemonizada pela "jovem burguesia brasileira" - identificada ao partido liberal - contra o que ainda restava de "feudalismo luso - brasileiro", encarnado no partido conservador.[45]

Por sua vez, o historiador paraibano Horácio de Almeida, em texto dos anos cinquenta do século do XX, relativiza o peso que fatores tais como a adoção do sistema métrico decimal, aumento de impostos e a nova lei do recrutamento militar tiveram para a explicação do Quebra - Quilos. Do seu ponto de vista , a revolta foi conseqüência da chamada questão religiosa, que na década de setenta opôs a igreja ao Estado imperial. Depois de descrever a ação dos sediciosos - segundo ele uma "horda de homens rústicos"- chega a afirma que

---

[44] Ver,. Medeiros, Coriolano. "Quebra – Kilos". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.* Vol. 4, Parahyba do Norte, Imprensa oficial, 1912.; Patrício, Simão. "Notas sobre a sedição dos Quebra – Kilos". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.* Vol 6, Parahyba do Norte, Imprensa Oficial, 1928. Para uma discussão sobre o ideário histórico do I.H.G.P., ver. Dias, Margarida Maria Santos. *Intrepida ab origine: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local - 1905/1930,* J.P, Almeida gráfica e Editora, 1996.

[45] Mesmo padecendo de um esquematismo crônico este autor tem o mérito de, já nos anos trinta, buscar resgatar a história dos negros no Brasil numa perspectiva marxista, o que para o ambiente intelectual conservador da época já era um feito digno de nota. Ver, Jurema, Aderbal. *Insurreições negras no Brasil.* Recife, Ed. Mozart, 1935.pp.51/56.

estes foram vítimas inertes da pregação fanática de bispos e padres em sua luta contra o governo maçom de D. Pedro II e seus aliados locais.[46]

O livro do historiador campinense Elpídio de Almeida é passagem obrigatória para quem deseja discutir o tema. Isto porque ele leva, às últimas conseqüências, uma tese que os seus colegas de confraria, o IHGP, até então haviam apenas esboçado e anunciado. Segundo Elpídio, o Quebra-Quilos:

"Foi um movimento sedicioso sem idealismo, selvático, sem orientadores conhecidos, sem chefes descobertos e responsáveis. Grupos de camponeses ignaros, a que se iam agregando desajustados e criminosos, saíram a invadir povoações, vilas, cidades, soltando presos, perseguindo maçons, tomando dinheiro, ameaçando, destruindo pesos e medidas, incendiando arquivos públicos"[47].

A linguagem do autor é tão crua e direta que pode chocar um leitor mais sensível à primeira vista. De qualquer maneira, isto não deve surpreender muito, devido a maneira como o historiador trabalhou as fontes que teve a seu dispor, como também em função do próprio lugar social e institucional que ocupava quando escreveu a obra. Escrito em 1962, às vésperas do centenário da emancipação política de Campina Grande, este livro é, até hoje, uma espécie de história oficial da cidade. Embora haja apenas um capítulo dedicado ao Quebra - Quilos, podemos dizer que a *História de Campina Grande* é, do começo ao fim, uma exorcização contra alguns de seus fantasmas, que mesmo passados quase cem anos de sua ocorrência, continuava a atormentar o cérebro de alguns vivos. Sempre que pode, o autor destila o seu veneno verbal e ideológico contra os sediciosos e seus crimes, particularmente o maior de todos eles: a queima dos documentos.

Fazendo aqui mais uma vez uma analogia com as reflexões do historiador canadense George Rudé, diríamos que Elpídio é daqueles historiadores para quem "as ações da multidão eram totalmente censuráveis, ela parecia ser levada pelos motivos mais vis, pela atração do saque, do ouro, do estupro, ou pela perspectiva de satisfazer outros instintos criminosos em potencial". [48]

---

[46] Horácio é outro que, no afã de discutir as causas do movimento, termina caindo na armadilha das fontes oficiais, ao ler a versão dos contemporâneos de forma acrítica, como por exemplo, o debate que se estabeleceu na época sobre a chamada Questão Religiosa e seus complexos vínculos com a revolta. Ver, Almeida, Horácio de. *Brejo de Areia.* R.J, MEC, 1958.pp.93/99.

[47] Historiador autodidata e médico por profissão, o autor foi prefeito da cidade por duas vezes, entre as décadas de quarenta e cinqüenta do século XX. Ver, Almeida, Elpídio de. *História de Campina Grande*, 2ª ed., Ed. UFPB, 1979. pp.147/164.

[48] Ver, Rudé, George. Op. cit. p.231.

Nesta mesma linha interpretativa podemos situar o trabalho de Antonio Freire, publicado no começo dos anos setenta do século passado, em que ,dentre outras coisas, afirma:

"Na paraíba esse movimento subversivo assumiu proporções de desordem generalizada pelo interior da província, com aspectos mais sinistros que em qualquer outro ponto do território nacional".[49]

Esta citação faz parte de um ensaio, que originalmente foi o discurso de posse do autor como membro efetivo de uma cadeira do I.H.G.P. Numa certa altura do texto, ele faz um paralelo entre passado/presente que bem demonstra o caráter conservador deste tipo de visão historiográfica: "Corriam paralelamente duas sedições, a dos Quebra - Quilos propriamente dita e a dos bandoleiros, que à semelhança do que faziam até bem pouco tempo os comunistas infiltrando-se no meio dos estudantes tirando partido dos movimentos estudantis, os bandidos aproveitavam a confusão para o cometimento dos desatinos registrados pela História". Nunca é demais lembrar que o ano de 1971, data da publicação da mencionada obra, foi o ápice da repressão aos movimentos de oposição ao regime militar no Brasil, em plena ditadura do Governo Médice , que, ao mesmo tempo, estimulou de várias maneiras este tipo de história tradicional[50].

Os estudos sobre o Quebra-Quilos ganharam uma nova dimensão qualitativa ainda na década de setenta do século XX, com a publicação de quatro importantes obras, em maior ou menor grau influenciados pelas novas preocupações historiográficas e políticas da década.

A primeira delas foi *Quebra-Quilos: A revolta dos matutos contra os doutores*, publicada, em forma de livro, por Geraldo Joffily em 1977. Para o autor, o Quebra - Quilos foi, basicamente, uma revolta das massas pobres da região (os matutos, moradores do mato) contra os doutores – bacharéis(que ocupavam cargos chaves na burocracia imperial em seus vários níveis) estes últimos vistos como a encarnação de todos os males econômicos e sociais que a região vivia naquele momento histórico. Embora o trabalho seja bem documentado e guiado por uma problemática, o autor não tira, do nosso ponto de vista, as conseqüências devidas dos fatos, funcionando (o material empírico que utiliza) como mera

---

[49] Ver, Freire, Antonio. *Revolta do Quebra- Quilos (causas e origens)*, J.P,CEFET,PB, 1971,pp.19/48.
[50] Idem.

peça ilustrativa de um raciocínio, no mais das vezes, apressado e apriorístico. Neste sentido, podemos dizer que seu texto é uma espécie de "colcha - de - retalhos".[51]

Outro trabalho escrito por essa época foi o do brasilianista Roderick J. Barman. Este talvez seja o único texto que escapa, pelo menos parcialmente, às cilada da lógica dual do selvagem e do pré-político, termos imputados aos revoltosos pela historiografia. Após caracterizar a formação histórica do agreste, baseada na influência da cultura algodoeira, na atuação das missões religiosas e na importância das feiras semanais, o autor busca compreender a dinâmica da sociedade rural numa conjuntura de crise, no caso a segunda metade do século XIX, situando os camponeses da região nesse quadro mais geral. Mesmo que movimentos como o Quebra-Quilos não deva ser tomado como modelo de resistência coletiva dos camponeses, ainda segundo a sua análise, não há dúvida que ele foi uma importante forma de manifestação política desse segmento social componente das comunidades locais, a que os historiadores do Império deveriam prestar mais atenção. Neste sentido, o autor é claro: tratou-se de uma revolta movida por uma racionalidade, distinta, é verdade, do mundo tradicional da política oficial de elites, mas nem por isso menos eficiente, informada por uma cultura autonôma e independente de grupos de camponeses, contra os efeitos da modernização conservadora em curso.

O único reparo a se fazer a esse importante texto, ao qual ainda haveremos de fazer outras referências, é saber se a noção de "camponeses" é aplicável à realidade social e histórica do agreste no século XIX. Temos nossas dúvidas e restrições , até porque esse é um termo, pelo menos no Brasil, que só tem validade plena para situações mais recentes, no contexto da luta pela reforma agrária. Entendemos que as categorias de trabalhadores do campo, na época do Quebra-Quilos, eram muito mais complexa do que se imagina, conforme ainda veremos adiante[52].

O trabalho do historiador pernambucano Armando Souto Maior, além de ser o único que mapeia a ação do Quebra - Quilos nas quatro províncias por onde se espalhou, tem o mérito de incorporar fontes inéditas e apresentar novas questões para o debate, possibilitando assim um melhor e mais aprofundado conhecimento do tema. Depois de apresentar a conjuntura específica da segunda metade do século XIX - que caracteriza como sendo de ocaso da ordem imperial - o autor discute em seguida a natureza e implicações do movimento:

---

[51] A primeira versão deste trabalho foi publicada, em forma de artigo, na velha *Revista de história* da USP, em 1976. Ver, Jofffily, Geraldo Irenêo. Op. cit.pp.103/145.

"Histórica e sociologicamente o movimento do Quebra - Quilos poderia ser classificado como uma forma primitiva ou arcaica de agitação social. Em algumas cidades é mais do que tumulto é menos do que revolta, noutras é uma revolta quase articulada, onde se nota a interferência de juizes ou padres e reflexos da dicotomia partidária imperial"[53].

Nota-se nessas linhas reproduzidas acima, ecos do pensamento de Eric Hobsbawm. Como é sabido, este último elaborou uma tipologia para o estudo dos movimentos sociais. Este esquema tendia a classificar a estes movimentos em políticos, ou modernos, e pré-políticos ou arcaicos. Sabemos hoje o quanto esse modelo, eivado de uma certa visão evolucionista da história, tem de problema, já que muitas vezes não consegue dar conta das particularidades históricas dos fenômenos estudados, ou seja, das diferenças. No contexto dos anos cinqüenta e sessenta do século XX, os trabalhos do historiador inglês se constituíram num marco, pois buscavam alargar a história dos "de baixo" para além da política institucional de partidos, sindicatos e outras entidades formais, como era costume até então nas análises tradicionais da historiografia de esquerda de inspiração marxista. Só que ao fazer a famosa distinção entre políticos e pré-políticos, este historiador terminou cedendo a um certo esquematismo, e por mais que tente explicar os seus pressupostos, cai em novas contradições infindáveis. Embora tenha inspirado trabalhos importantissimos sobre os excluídos, não podemos negar que, neste ponto, suas idéias também estimularam muitas vulgarizações mundo afora, inclusive no Brasil.[54]

Apesar disso, em Hobsbawm há uma preocupação em evitar generalizações apressadas. Preocupação essa que não encontramos em autores como Armando Souto Maior, pois este consegue agravar ainda mais o problema, ao combinar as idéias do historiador inglês com uma interpretação sociologizante, de inspiração marcadamente positivista, conforme se pode perceber por outro trecho de seu livro aqui analisado, segundo o qual "A tragédia dos quebra-quilos ficou historicamente na obscuridade dos episódios

---

[52] Ver. Barman, Roderick J. "The Brazilian peasantry reexamined: The implations of the Quebra-Quilos revolt, 1874-1875" In *Hispanic American Historical Review*, vol. 57, n° 3, pp. 401-424.

[53] Este trabalho foi originalmente a tese de doutoramento apresentada em 1976 na UFPE, sendo a primeira abordagem acadêmica, e de fôlego, sobre o Quebra- Quilos. As críticas que se seguem não representam nenhum demérito ao autor, cuja obra é, de longe, a mais completa e sistemática contribuição ao tema até hoje produzida. Ver, Maior, Armando Souto. *Quebra - Quilos: lutas sociais no outono do império*, S.P, Ed. Nacional, 1978. p.1 e seguintes.

[54] Obviamente que as nossas modestas observações não anulam a grandeza da obra de Hobsbawm, a cuja matriz teórica nosso trabalho de alguma maneira se aproxima. Ver, Eric, Hobsbawm. *Rebeldes Primitivos*. RJ, Zahar,1978, pp.11/21. Ver também do mesmo autor, onde procura refletir sobre as críticas que se acumularam ao longo do tempo sobre a "cara" noção de pré-político, Eric, Hobsbawm. "Movimentos pré-políticos em áreas periféricas". In. Pinheiro, Paulo Sérgio (org.). *O Estado Autoritário e os movimentos populares*, R.J, Paz e Terra,1979, pp.241/304. O estudo clássico sobre os rebeldes primitivos no Brasil é - Facó, Rui. - *Cangaceiros e Fanáticos*, 9ª ed., RJ., ED. Bertrand. Brasil, 1991.

pouco estudados e a complexidade de sua mecânica social desestimulou trabalhos definitivos sobre o assunto"[55]. (O grifo é nosso).

Ao final, o que temos em termos de interpretação? Ao ser caracterizado pelo autor como "uma forma arcaica de agitação social", portanto pré-político, o Quebra-Quilos só adquire alguma coerência quando tem a participação de dissidentes das classes dominantes locais; quando entregue à "turba" de populares não passa de simples tumulto, sem organização ou ideologia política. Neste ponto, a sua leitura se aproxima de autores mais tradicionais, ligados a herança dos institutos históricos locais, que terminaram desqualificando o movimento, principalmente o fazer história dos grupos subalternos que participaram dos eventos.

Um dos maiores méritos dos trabalhos de Hamilton de Matos Monteiro, foi o de ter ajudado a desmistificar uma certa concepção, até então enraizada na historiografia brasileira que tratou da história do Brasil da segunda metade do século XIX. Esta visão, construído em grande parte pela elite política e letrada do império e posteriormente absorvida por muitos interpretes, consistia em afirmar que após a fase instável e conflitiva da primeira metade do século XIX, expressa, por exemplo, nas rebeliões regenciais, seguiu-se a época de estabilidade política e paz social do segundo reinado, cujo símbolo maior era a sobriedade do imperador Dom Pedro II. Para além dessa aparente pasmaceira, segundo esse mesmo historiador, e ao contrário dos estudos anteriores, continuava a imperar a violência cotidiana de uma sociedade assentada na escravidão, grande propriedade e o monopólio da força, violência essa que por sua vez era respondida pelos grupos ou classes dominadas, através de uma série de reações individuais ou coletivas, tais como os movimentos messiânicos, banditismo social, motins urbanos etc.

Neste contexto maior da história do Brasil , e para comprovar sua tese, o autor prioriza o que chama de "nordeste brasileiro", tomada como área de estudo, no período compreendido entre 1850 e 1889. Dentre os vários movimentos sociais que aborda, destaca-se o Quebra-Quilos. Como esse é o ponto que nos interessa mais diretamente dessa importante obra, gostaríamos de fazer alguns comentários pontuais sobre a sua leitura. Aqui podemos começar apontando os problemas mais visíveis da abordagem em tela. O primeiro desses aspectos, diz respeito aos vínculos de continuidade histórica que o autor tenta estabelecer entre o Quebra-Quilos e uma série de movimentos de caráter liberal, ocorridos anteriormente, como por exemplo, a Insurreição de 1817, a Confederação do Equador de

[55] Ver, Maior, Armando Souto. Op. cit.

1824 e, principalmente, a Revolução Praieira de 1848. Nesta perspectiva, a revolta de 1874 seria uma espécie de renascer, segundo suas próprias palavras, do espírito "liberal radical", ideário esse propagandeado por lideranças remanescentes do movimento praieiro.

Ora, essa idéia é, no mínimo, questionável, na medida em que não leva em conta o tempo a separar historicamente os movimentos liberais citados do momento específico do Quebra - Quilos, como se as ideologias fossem a-históricas, independentes dos contextos históricos e os interesses em jogo. Além do mais, as evidências que o autor apresenta para comprovar a sua tese são precários, se constituindo muito mais numa operação de lógica dedutiva do que de investigação históricas. Ao fazer isso, o historiador aqui comentado impede qualquer possibilidade de se compreender a revolta enquanto fenômeno histórico singular, movido por uma lógica própria.

Outra questão que não poderíamos deixar de mencionar neste momento, se refere mais especificamente ao arcabouço teórico-metodológico que o autor utiliza. Seu texto é bastante influenciado por um certo tipo de marxismo que começava a ganhar terreno em alguns dos mais influentes centros acadêmicos brasileiros dos anos setenta/oitenta, esquema esse que consistia na aplicação(de forma muitas vezes mecânica) de conceitos bastante rígidos em realidades históricas complexas. Por exemplo, segundo Hamilton, o Quebra-Quilos seria a expressão de dois níveis de contradição vividos pela sociedade "nordestina", ou seja, "a contradição lógica entre as duas classes sociais básicas, num processo de crises econômicas, e entre as forças produtivas que se alteravam e a estrutura política". Ele chega a essa conclusão sem levar em consideração qualquer outra mediação, que não os fatores econômicos, o que resulta - ainda segundo a nossa leitura - em um certo esquematismo de feição economicista, que não leva na devida conta o papel do agenciar humano na configuração dos processos históricos.[56]

Por fim, outro que se deixou influenciar pelo vocabulário da historiografia do pré - político foi o brasilianista Marc Hoffnagel, para quem o Quebra-Quilos é visto como uma forma "de agitação social caracterizada pela espontaneidade, falta de organização e a ausência de ideologia política", ou seja, o movimento é caracterizado muito mais por suas

---

[56] Toda a discussão que fizemos até aqui está baseada em, Monteiro, Hamilton de Mattos. *Crise Agrária e Luta de Classes (o nordeste brasileiro entre 1850 e 1889).* Brasília, Horizonte Editora, 1980. pp.121/151. Ainda nesta linha de raciocínio, para o autor a crise agrária vivida nas províncias do "nordeste" teria funcionado como que um "gatilho" para a detonação do Quebra - Quilos, esquema explicativo esse que aparece claramente em uma outra obra sua, mais ou menos nos seguintes termos: "tratava-se(...)da explosão de revolta de uma população vivendo em condições sub - humanas, reagindo de forma aparentemente irracional contra um estado de coisas cada vez mais pior e sem perspectivas aparentes de melhoria". Em outras palavras, o que deveria ser tomado como ponto de partida, é aqui absolutizado. Isso sem falar no caráter problemático do uso de termos tipo "nordeste", um claro anacronismo no contexto do século XIX. Ver, Monteiro, Hamilton de Mattos . *Nordeste insurgente (1850 - 1890)* S.P, Brasiliense, 1981, p.57.

carências do que pela sua possível lógica histórica. De todo modo, esse pequeno, porém estimulante texto, em outros aspectos, abre novas possibilidades para se entender melhor a vida e as lutas sociais e políticas dos homens pobres livres da região e sua inserção naquela revolta popular.[57]

Depois desta breve incursão pela historiografia do Quebra - Quilos, é chegada a hora de retomarmos o argumento e assim propor uma leitura alternativa, a partir de um conjunto de questões, de ordem geral e específica, sobre a política da multidão em movimento.

4- A lógica da multidão

Antes de mais nada, tentaremos avançar numa interpretação para o Quebra - Quilos que dê conta de aspectos apenas tangenciados ou simplesmente negligenciados pelos autores que trataram do tema. Neste sentido, a nossa estratégia discursiva obedecerá a um duplo movimento, de diálogo crítico com as evidências empíricas e de outro com a bibliografia, tendo como questões norteadoras os seguintes pontos: o Quebra-Quilos e a tradição de protesto popular; o Quebra-Quilos e o processo de modernização conservadora; o Quebra-Quilos , a política da multidão e a dominação paternalista; o Quebra-Quilos e o padrão de comportamento da multidão; o Quebra-Quilos e sua composição social e o Quebra - Quilos e o medo numa perspectiva histórica.

O primeiro aspecto a se destacar é de que o Quebra - Quilos deve ser inserido dentro de uma tradição de protesto popular, tradição essa que foi se constituindo historicamente ao longo do tempo. Porém, aqui é preciso explicitar um pouco melhor o nosso ponto de vista, no sentido de facilitar o acompanhamento do raciocínio em aspectos importantes da nossa própria avaliação. Por exemplo, entendemos que não se tratou de um motim da fome clássico, daqueles que ocorreram em épocas passadas na região, embora (como vimos em páginas anteriores) encontremos algumas características daquele tipo de ação coletiva também no Quebra - Quilos. Mas isto não deve nos desviar do caminho de buscarmos enfatizar as particularidades históricas que singularizaram o movimento social como manifestação política. No contexto da segunda metade do século XIX, o que mais se aproxima do Quebra - Quilos, enquanto protesto popular, é o Ronco da Abelha, episódio a

[57] Trata-se de um trabalho escrito como contribuição para um curso sobre a história da Paraíba, promovido pela UFPB em meados dos anos oitenta, tendo sido publicado em 1990. Sua tentativa de resgatar as experiências sociais dos homens pobres livres na segunda metade do Séc. XIX, abre possibilidades interessantes para uma melhor compreensão do Quebra - Quilos. Hoffnagel, Marc. "O trabalho livre, marginalização e manifestações políticas: O homem livre pobre na sociedade paraibana". In. *Revista ciência histórica*, nº 3, J.P, 1990, pp.43/56.

que já fizemos referência. Este foi uma reação das populações pobres das províncias de Pernambuco, Paraíba e Ceará contra alguns decretos do governo imperial de fins de 1851 e começo de 1852, que estabeleciam, dentre outras coisas, a obrigação do registro de nascimento e óbitos nos cartórios e o censo populacional. Interpretando essas medidas como uma tentativa de escravização(preocupação essa que reaparece no Quebra-Quilos) os populares invadiram cidades e vilas , queimando os papéis referentes aos decretos. O impacto do movimento foi tal, que o governo foi obrigado a recuar e suspender temporariamente ambas as medidas.[58]

Se o Quebra - Quilos não foi apenas mais um motim da fome, isto se deve a um conjunto de fatores, tais como o contexto histórico particular em que se deu, a configuração de forças sociais e políticas que colocou em movimento, a abrangência e proporção temporal e espacial que tomou e as expectativas geradas no seu curso. Não nos esqueçamos que o Quebra - Quilos extrapolou em muito os limites de um ou outro lugarejo, em termos de extensão territorial e impacto político. Como já vimos, foram quatro províncias conflagradas, com pelos menos 78 vilas ou cidades com focos de revoltas, milhares de pessoas envolvidas, alguns meses de duração e uma ampla e intensa repressão promovida pelos agentes da ordem.[59]

O Quebra - Quilos foi, antes de tudo, uma espécie de reação das populações pobres livres contra um surto de modernização que naquele momento se processava, e que se expressava num conjunto de medidas de caráter racionalizador. Este processo - comandado por setores ligados a própria burocracia do Estado Imperial e seguimentos da elite proprietárias - alterava aspectos significativos da vida cotidiana das populações pobres do campo e da cidade. Estas, informadas por um conjunto de valores que sedimentava o seu mundo tradicional, se viram na contingência de, através de uma ação coletiva, redefinir o rumo dos acontecimentos.

E assim ia se estabelecendo um processo de tensão cada vez mais crescente entre uma ordem burocrática e letrada, e um mundo tradicional ainda fortemente caracterizado pela oralidade e informalidade. Neste sentido, é sintomática a ação dos populares ao quebrarem os pesos e medidas, queimarem uma série de papéis e hostilizarem algumas autoridades. Estes eram os símbolos mais visíveis dessa nova situação, que além do mais

---

[58] Ver, Monteiro, Hamilton de Mattos. Op. cit. pp .33/44. Para uma bela análise de um típico motim da fome, ver Reis, João José e Aguiar, Márcia Gabriel D. "Carne sem osso e farinha sem caroço": O motim de 1858 contra carestia na Bahia" In. *Revista de História*, nº 135, FFLCH-USP,SP, 1996, pp.133/160.

[59] Ver, Maior, Armando Souto. Op.cit.1/18.

significavam novas formas de exploração econômico - social e opressão política, expresso em medidas tais como o recenseamento, recrutamento militar, reforma judiciária, mercantilização da terra etc. Não é também por acaso que o movimento tenha eclodido durante a gestão do gabinete conservador do Visconde do Rio Branco, cujo governo encarnou como nem um outro esse espírito reformista.

A este respeito, não surpreende que a arena destes combates tenha sido os mercados e seus arredores. Enquanto que para as elites proprietárias e seus prepostos as feiras eram cada vez mais um espaço de controle social, em que estas novidades primeiro chegavam (novos padrões de pesos e medidas, decretos e leis escritas anunciando novos impostos e obrigações diversas) para a população pobre formada de agricultores, feirantes, vendedores ambulantes e consumidores os mercados eram muito mais do que um lugar de trocas mercantis e padronização de comportamentos.

Nas feiras semanais essa população móvel se encontrava periodicamente, para colocar as conversas em dia e se inteirar das novidades de cada um e dos outros. Era também onde se mediam forças simbólicas e reais entre, de um lado, essa população numerosa e de outro os poucos agentes da lei, representada por policiais, juizes, agentes fiscais etc. Em certas circunstâncias, esta realidade latente terminava se manifestando, através de variados tipos de conflitos individuais e coletivos, de que a crônica de época estar repleta de indícios.

Valeria a pena recuperar dois episódios do Quebra-Quilos e tentar decodificá-los, tendo como parâmetro esse contexto maior. Como vimos, um dos alvos preferenciais da ira dos populares foi a recusa a pagar o imposto do chão, que na sua ótica era algo ilegítimo e, acima de tudo, injusto. Por que isso? Porque para essa população o chão simplesmente não era de ninguém, melhor dizendo, era do povo. Ora, aqui temos instaurado um conflito em torno de um certo território, informado por diferentes valores, percepções e práticas sociais cotidianas. De um lado o Estado, com seu batalhão de funcionários (coletores, policiais, fiscais etc) tentando esquadrinhar um espaço tradicional com um conjunto de regras, normas e leis, no sentido de manter a todo custo a ordem social e política. De outro, os proprietários e comerciantes, que, principalmente depois da lei de terras de 1850, buscavam transformar esses ambientes em espaços mercantilizáveis, numa extensão de seus negócios privados. A este respeito, é exemplar o fato de que as feiras semanais de Campina Grande - e de resto outras localidades do agreste - ocorriam justamente ao redor dos mercados de propriedade

de dois dos maiores potentados locais, atraindo não só fregueses como prestígio social e político. Por fim, havia os populares com seus difusos, porém arraigados, valores em torno de noções de justiça e propriedade muito particulares. Valores esses informados por uma forte tradição oral, transmitida de geração em geração, com claros e variados traços de vida comunitária. Daí, por exemplo, a lógica da queima dos papéis oficiais, símbolos de uma ordem letrada e burocrática, e a recusa a pagar impostos por algo(no caso, o uso do chão da feira) que a princípio era de todos.[60]

Outro aspecto que não deve passar desapercebido na análise, é a própria quebra de pesos e medidas que, como vimos, obedecia também a um certo ritual. Havia aqui uma razão óbvia para isso , pois com os novos padrões os populares saiam perdendo, levando menos bens para casa pelo preço que anteriormente levavam mais, de acordo com os padrões tradicionais anteriores. Porém, o mais interessante em tudo isso é que logo após inutilizar balanças e pesos, os amotinados voltavam a comprar e vender pelos velhos padrões. O que aos olhos das autoridades era um estado de "mais completa anarquia", para os revoltosos era uma tentativa de restabelecer o precário equilíbrio de um mundo ameaçado de desmoronar, mundo esse que, apesar de baseado na exploração e desigualdade, era mais ou menos conhecido e manipulado em suas regras por esses homens comuns.

Por outro lado, muito se fala e pouco se esclarece acerca da participação e do real papel desempenhado por indivíduos e grupos sociais de elite no Quebra-Quilos. Embora haja um certo consenso de que todas ações até aqui descritas foram empreendidas por elementos populares - mesmo admitindo-se o caráter heterogêneo dessa categoria, em termos de composição social e experiências culturais - o mesmo não se pode dizer em relação ao grau de autonomia e o significado das ações e gestos desses mesmos grupos na revolta. Como vimos anteriormente, alguns autores chegam a reduzir o Quebra-Quilos como sendo resultado de uma querela política entre liberais e conservadores, no contexto da crise da sociedade imperial. Outros vão mais longe ainda e afirmam que esse mesmo movimento teria sido uma reatualização da pauta de algumas revoltas liberais das elites regionais, que remontariam à primeira metade do século XIX. Por sua vez, existem aqueles que atribuem um peso desmensurado à influência da Questão Religiosa. Mesmo que muitas destas questões sejam pertinentes, no sentido de melhor se compreender os acontecimentos em

---

[60] Ver, Summario... auto de perguntas feitas a Innocencio. G.T. Mello em 31/12/1874, Op. cit. Alguns dispositivos legais procuravam manter a ordem política e moral nas feiras, de acordo com o figurino desejado pelas elites dominantes, a exemplo do seguinte artigo de uma postura municipal da época, segundo a qual "os que fizerem vozerias e proferirem palavras obcenas nos açougues e feiras sofrerão 48 horas de prisão", o avesso do que a inventividade popular foi capaz de fazer durante o tempo em que durou o Quebra-Quilos. Ver, Lei municipal de 1862. Apud. Almeida, Elpídio de. Op. cit, 271.

foco, entendemos também que por trás de tudo isso existe um erro de origem, que precisa ser explicitado. Na raiz destas perspectivas interpretativas acima apresentadas, existe uma incapacidade dos autores de atribuir qualquer autonomia à lógica popular, quase sempre vista como massas de manobra de vontades alheias, quer seja de proprietários insatisfeitos com a crise econômico-social, políticos liberais dissidentes ou de pregações religiosas de padres e bispos em luta contra os maçons e o governo.[61]

Embora reconheçamos que ação e o ideário dos revoltosos só adquirem algum sentido dentro do contexto e da correlação de forças daquele momento histórico, entendemos também que é preciso diferenciar os interesses em conflitos. Se alguns religiosos e proprietários foram coniventes com a revolta, em especial em seu inicio, também é verdade que outros tantos não tiveram dúvida e de pronto distinguiram o que estava em jogo e trataram logo de combatê-la. Neste sentido, a nossa hipótese é de que os populares fizeram uma leitura própria da conjuntura e buscaram traduzir tudo isso em ações e expectativas particulares, aspecto esse que pode ser melhor esclarecido com uma análise atenta dos fatos.

Assim, por exemplo, quando entraram em Campina Grande, os populares foram procurados por autoridades da cidade, como o leitor deve recordar. É até possível que alguns daqueles amotinados lá estivessem a conselho, ou influenciados, por palavras pronunciadas em espaços privados ou públicos vindos daqueles homens "grados" do lugar. Porém, uma coisa é a intenção das palavras e outra bem diferente são as conseqüências práticas que estas últimas podiam gerar ou estimular. Talvez a intenção dos representantes da elite local, fosse a de utilizar aqueles homens como massa de manobra contra seus inimigos pessoais, políticos ou ideológicos. Só que as intenções desses mesmos populares poderiam ser outras, principalmente em circunstâncias sociais críticas. Já vimos o quanto o encontro dos populares e autoridades apaziguadoras foi movido por uma certa tensão. Se, de fato, a intenção dos grupos de elite era conter os revoltosos, as suas expectativas foram frustadas, pois em vez de se dispersarem eles intensificaram ainda mais o caráter de suas ações, o que gerou do outro lado frustração e medo.

Dentre as autoridades envolvidas na operação "abafa sedição", uma das mais empenhadas foi o vigário da Freguesia, de nome Calixto Correia da Nóbrega, acusado posteriormente de ser um dos principais cabeças do movimento. Segundo o depoimento de várias testemunhas, pelo menos desde o final do ano de 1873 esse mesmo vigário vinha

[61] Ver, Matos, Hamilton Monteiro, Op. cit, pp 45/72; Almeida, Horário, Op. cit, pp 136/138.

pregando ao povo "em quase todos os domingos e dias santificados por occazião da missa" para que não pagasse impostos nem também "obedecer a autoridade nenhuma das existentes ali por serem todos de um governo maçonico", o que deu origem a muito barulho e inquietação entre a população. Entre essas pregações e o início do Quebra - Quilos quase um ano se passou e muita coisa aconteceu, alterando inclusive o sentido original daquelas prédicas.[62]

Ao se deslocar para a feira e lá se deparar com João Carga D'água e seus companheiros quebrando os pesos e medidas, fechando lojas e gritando "morra Maçons" o vigário teria ficado extremamente indignado, pois estavam fazendo diferente do que a pouco ele, vigário, havia ordenado na reunião com os populares. Para sua contrariedade e desespero, os mesmos populares resolveram impor, sem meias palavras, uma espécie de justiça "natural", através de uma eficiente ação direta.

Como explicar essa aparente contradição? A resposta à questão talvez não seja muito difícil. Para o vigário e seus aliados, o discurso contra os maçons e a maçonaria significava acima de tudo algo relativamente distante e abstrato, permeado por uma forte carga de moralismo, em função do atrito com o governo imperial. Por outro lado, outra era a percepção dos sediciosos. Não nos esqueçamos, que a maioria dos maçons de Campina Grande ou eram funcionários públicos ou então negociantes. Ora, naquela conjuntura essa tripla combinação, em uma mesma pessoa, ou num grupo social como um todo, funcionava como algo potencialmente explosivo. Isso significa dizer que, aos maçons, era associado um conjunto de valores socialmente depreciativos aos olhos da multidão, já que vistos como os responsáveis pelas últimas leis e decretos, que apesar do propalado sentido civilizatório, só estavam trazendo mais desgraça e exploração para os pobres; e, acima de tudo, eram associados a figura dos açambarcadores, com tudo que isso implicava em termos de especulação com mercadorias em tempos de escassez. São muitos os casos de elementos

---

[62] Não devemos esquecer da importância histórica das missões religiosas para as sociedades do agreste no século XIX, particularmente na conjuntura que cercou o Quebra-Quilos. A este respeito, em dezembro de 1873 o padre Ibiapina, um religioso bastante reverenciado por essa época, esteve em Campina Grande, pregando contra os maçons locais e sua Loja, a Segredo e Lealdade, entidade essa fundada alguns meses antes. Com a saída de cena do mencionado padre, a tarefa missionária prosseguiu com os sermões do vigário Calixto Correia da Nóbrega. Por ocasião do Quebra - Quilos, este já tinha uma larga folha de serviços prestados à manutenção da ordem e aos bons costumes. Em seu depoimento, prestado "livre de ferro e sem constrangimento algum" negou veementemente a acusação de sedicioso, evocando em seu favor, além de várias testemunhas do processo, uma carta datada de 25/02/ 1852, em que o chefe de polícia da província à época, Sr. Claudio Manoel de Castro, agradecia àquele religioso por ter ajudado a desarmar os populares e "chamar os homens a obediencia segura ao governo" durante o Ronco da Abelha, na vila do Ingá, lugar em que servia por esse tempo. Também durante o Quebra - Quilos, todas as autoridades civis, a exemplo dos juizes de Direito e o Municipal, o Promotor Público etc, foram unanimes em inocentar o dito vigário. Ver, Summário... autos de perguntas feitas ao capitão Pedro Américo de Almeida em 09/12/1874 e Vigário Calisto Correia da Nóbrega em 27/01/1875, Op. cit. Sobre a vida e a obra religiosa do padre Ibiapina, ver. Mariz, Celso. *Ibiapina, um apóstolo do nordeste*. 2ª ed., João Pessoa, Ed. da UFPB, 1982.

maçons ligados à loja "Segredo e lealdade" tidos como comerciantes e/ou burocratas em: Bento Gomes Pereira Luna, Pedro Américo de Almeida, João Valdevino da Costa, Raymundo Theodorico José Dornellas, Estevão Alexandre etc. Mesmo tendo hostilizado outras pessoas gradas - casos de Alexandrino Cavalcante de Albuquerque e o juiz de Direito, Sr. Meira Henrique, que, até onde sabemos, não pertenciam àquela entidade - o fato é que os populares tomaram os maçons como alvo predileto de sua revolta. Talvez isso se devesse também ao caráter hermético e secreto de seus rituais, algo estranho aos olhos de uma população desconfiada, que tendia a associá-los, especialmente em períodos de crise, a forças estrangeiras e opressoras. Alias, certas cenas do Quebra-Quilos nos fazem lembrar dos movimentos "mata maroto", típicos de um período da história do Brasil do século XIX. Por outro lado, o papel que os comerciantes desempenhavam como atravessadores(os morcegos da irônica linguagem popular) fica expresso num outro artigo do Código de posturas de 1862, segundo o qual: "É proibida nesta vila e povoações de seu termo vender-se por atacado os gêneros de primeira necessidade que entrarem para sustentação dos habitantes, antes da hora de meio - dia, e, nos lugares onde houver feira, antes das duas horas da tarde, segundo o costume. Os infratores, vendedores e compradores, pagarão a multa de dois mil réis". (o grifo é nosso)[63].

Deste modo, a escolha de maçons-negociantes-burocratas como alvos preferenciais das ações da multidão faz algum sentido e, ao mesmo tempo, explica a atitude, no mínimo, ambígua do dito Vigário, já que provavelmente ele não esperava os desdobramentos práticos que suas palavras ajudaram a traçar no horizonte, levando a uma perigosa situação de descontrole social. Estas tensas e conflituosas relações que acabamos de analisar entre, de um lado, a política da multidão em ação e os representantes de uma ordem ainda fortemente paternalista - em que pese as mudanças modernizantes da época - no interior do Quebra - Quilos, nos fazem lembrar uma sugestiva passagem de Thompson, que referindo-se à realidade social e política dos motins populares da Inglaterra do séc. XVIII afirma: "Pois num aspecto a economia moral da multidão rompia decisivamente com a dos paternalistas. A ética popular sancionava a ação direta coletiva, o que era categoricamente reprovado pelos valores da ordem que sustentavam o modelo paternalista", algo que o dito padre e dissidentes da ordem local deixaram claro.[64]

---

[63] Ver. Código de posturas de 1862, apud Almeida, Elpídio, op. cit., p. 134.

[64] Ver, Thompson, E.P. Op. cit, p. 167. Para as informações dos últimos parágrafos, ver Summario... autos de perguntas feitas a Alexandrino Cavalcante de Albuquerque 31/12/1874 e Bento Gomes Pereira Luna em30/12/1874, Op. cit. Ver, Código de posturas de 1862. Apud. Almeida, Elpídio. Op. cit, p.134.

Outra questão intrinsecamente ligada ao que discutimos a pouco, se refere aos objetivos e o padrão de comportamento típico dos Quebra - Quilos durante o tempo em que o movimento perdurou. Embora tinha sido, em parte, uma luta para alcançar objetivos imediatos, a ação dos revoltosos combinou, em um grau variado, espontaneidade e organização, estando longe de ter sido algo irracional e destrutivo, como deixam transparecer algumas fontes e autores que se defrontaram com o tema. Surpreende, por exemplo, o fato de que mesmo armados em algumas ocasiões, os populares não fizessem nas hostes inimigas nenhuma vítima fatal. À exceção de alguns confrontos físicos de maior gravidade, o que prevaleceu na maioria dos casos foi a força numérica da multidão, com sua presença e suas palavras de ordem ameaçadoras, o que de certa maneira implicava a seleção de certos atos em detrimentos de outros. A este respeito, fosse útil, mais uma vez, citar e comentar alguns episódios, no sentido de dar mais consistência ao nosso raciocínio.

Em uma de suas muitas investidas à Campina Grande, Carga D'água chegou numa noite, dirigiu-se à rua do Seridó e cercou a casa que servia como Coletoria de rendas do município. Inicialmente bateu na porta, dizendo ao coletor que lá se encontrava para que abrisse logo a porta. Como este se recusou, alegando que só abriria na manhã seguinte, João Carga D'água não contou conversa: ameaçou pôr o prédio abaixo e em seguida começou a forçar a dita porta. A certa altura, o coitado do funcionário percebeu que aquela era uma causa perdida e tratou de salvar a sua própria pele, antes que fosse tarde demais. Após abrir a porta da discórdia, teve que assistir impávido os homens de Carga D'água queimarem impiedosamente os papéis que descobriram em gavetas, mesas e demais locais.

O mais interessante nesta história toda, é que na busca pelos tão almejados papéis oficiais, o líder do Quebra - Quilos encontrou, numa das gavetas da repartição pública, uma certa quantia em dinheiro, no valor de duzentos mil reais. Em vez de se apropriar desse dinheiro para si ou dividir com seus camaradas, Carga D'água achou por bem devolvê-lo ao coletor, o que deve ter ficado a este surpreso com o fato. Para Carga D'água e seu grupo, talvez aquela fosse a atitude mais sensata, já que não entraram no movimento para promoverem pura pilhagem, mas, fundamentalmente, para não mais sofrerem, como bem salientou uma testemunha participante. Este exemplo, mais uma vez, contrasta com as imagens que fontes e autores comprometidos com a ordem e a memória dos vencedores procuraram estabelecer sobre o Quebra – Quilos, imagens essas ligadas ao roubo, saque generalizado, selvageria, canibalismo, irracionalismo etc. Embora tenha havido atos mais

violentos, praticados contra pessoas ou propriedades, este não foi o padrão típico do comportamento dos populares, sendo mais exceção do que a regra. Esse comportamento "pacífico", porém eficiente, chegou a surpreender algumas autoridades encarregadas de manter a ordem pública, por isso mesmo cheias de preconceitos. Uma dessas autoridades chegou a afirmar que "achando-se tranquillamente" em sua casa no domingo, 29/11/1874, ouviu alguns vivas dados na rua por uma multidão formada por mais de 200 pessoas, que começou a quebrar os pesos e medidas do novo padrão e queimar os papéis da câmara e coletorias municipais, após o que "nada mais tendo o povo a fazer, dissolveo - se em bôa ordem sem ter felismente sido feito a menor offensa a pessôa alguma"[65].

Por outro lado, devemos lembrar, mais uma vez, que o Quebra - Quilos coincidiu com um momento em que uma draconiana legislação contra a vadiagem estava sendo posta em prática, no sentido de impor formas compulsórias de trabalho aos homens pobres da região, que vivia a crise da escravidão. Uma das formas mais odiosas em que se materializava esse tipo de trabalho era a chamada "tutela e soldada". Por ela, os país suspeitos de "maus costumes" - a exemplo do alcoolismo, prostituição etc. - eram obrigados a entregar seus filhos ao juiz de órfão local, que por sua vez assoldadava esses menores a terceiros(até eles atingirem a maioridade) em troca de certas obrigações, por parte do tutor, e um pequeno salário. Uma cópia desses contratos ficava registrada em cartório. As reclamações contra maus tratos e exploração, provenientes desse tipo de relação, eram muitas e constantes, levando à mudança de tutores e novos abusos. Neste contexto, é sintomático que uma testemunha tenha afirmado que um dos papéis mais procurados por João Carga D'água e sua gente tenha sido, justamente, os de inventários e tutelas, algo, ainda segundo essa mesma testemunha, a que eles se referiam com muita irritação e que não queriam mais que existisse.[66]

Ainda nessa linha de reflexão, devemos rememorar outra passagem significativa da ação popular em Campina Grande. Logo que saíram da coletoria, ainda segundo testemunhas, alguns pessoas se dirigiram para um estabelecimento comercial e exigiram que seu dono lhes oferecessem bebida, pois estavam com muita sede. Neste exato

---

[65] Ver, Ofício do juiz de Direito da Comarca da Borborema ao presidente da província em 4 de dezembro de 1874. APP, JP, CX.059. 1874.

[66] Ver, Summario... autos de perguntas feitas a Manoel .I. F. da Silva em15/01/1875 e Alexandrino Cavalcante de Albuquerque em 31/12/1874, Op. cit. A historiadora Marly Vianna, em pesquisa realizada sobre o antigo município de Campina Grande, localizou, para o período de 1861-1902, a 371 pedidos de tutela, sendo que 280 ou 75,5% do total estiveram concentrados entre os anos 1863 e 1877, ou seja, a conjuntura que cerca o Quebra-Quilos. Esta autora também chamou a atenção para o fato de que, por essa mesma época, as Assembléias provinciais do norte, inclusive a da Paraíba, criarem leis de repressão contra a vadiagem. Ver, Vianna, Marly de Almeida Gomes. *A estrutura de distribuição de terras no antigo município de Campina Grande(1840-1905)*. Campina Grande, UFPB, 1985, pp.121/136(Dissertação de mestrado)

momento, Carga D'água aparece novamente e repreende seus comandados, afirmando que "não consentia que sua gente bebessem, bastava que fumassem", e nada mais. A intenção destas palavras, carregadas de uma forte carga moral, talvez fosse a de evitar que aqueles sujeitos mais entusiasmados - com o "quengo" já transbordando de aguardente - praticassem atos que descambassem para a violência gratuita. Afinal de contas, se muitos beberam para vencer o medo e dessa maneira criar coragem para enfrentar o imprevisível, o excesso poderia tirar o juízo de alguns e assim levar tudo a perder. Mais uma vez, isto pode ser interpretado como um sinal de preocupação, no sentido de dar uma certa lógica e eficiência às ações do movimento em seus objetivos, tudo isso informado por um certo padrão de conduta.[67]

A esta altura do trabalho uma pergunta se impõe. Qual a real composição social do Quebra - Quilos? Afinal de contas, quem foram aqueles homens e mulheres que, correndo todos os riscos, resolveram se envolver em dramáticos acontecimentos, que de certa maneira rompiam com suas rotinas cotidianas?

Como alguns historiadores vêm chamando a atenção, essa nem sempre é uma questão de fácil solução, em se tratando de movimentos populares. As dificuldades são muitas e já começam com as fontes. Não custa nada lembrar, que boa parte da documentação foi produzida pelas forças da repressão, com o intuito de construir uma certa verdade. Isto requer um trabalho redobrado, por parte do historiador social, interessado em resgatar experiências sociais, em especial dos grupos subalternos. No caso do Quebra - Quilos, os grupos populares formaram o núcleo básico da sedição. Só que esses aparecem com denominações, no mais das vezes genéricas a exemplo de "turba", "classe baixa", "sediciosos", "massas desenfreadas", "trôco" e "ajuntamento". Para avançar nesse processo de decomposição/recomposição da multidão, precisaríamos de dados seriais de seus componentes, ligados ao sexo, ocupação, faixa etária, classe social, instrução, algo que, infelizmente, nem sempre encontramos. A estas dificuldades de ordem mais geral, devemos acrescentar que a repressão era seletiva e, por outro, o anonimato era uma estratégia utilizada por populares para manter suas identidades à salvo de qualquer revelação e/ou punição. Daí se misturarem no meio de dezenas ou centenas de pessoas, ou então se apresentarem à noite, onde, como sabemos, todos os gatos são pardos. De qualquer maneira, temos referências, diretas ou indiretas, no processo a agricultores, agregados,

[67] Ver, Summario ... auto de perguntas feitas a Joaquim Gomes Correia em 26/01/1875. Op. cit.

vaqueiros, ferreiros, pedreiros, marchantes, padeiros etc. Foram esses trabalhadores pobres que formaram a base social do Quebra-Quilos.[68]

Dito isso, resta-nos fazer determinadas inferências e, aqui e acolá, ir juntando fragmentos no sentido de buscar alguns rostos na multidão do Quebra-Quilos, desde aqueles que apenas flertaram até os que assumiram posições de comando.[69]

De todos os populares que aparecem na documentação, o nome que mais se destaca, sem dúvida, é o de João Vieira da Silva, vulgo João Carga d'água. De fato, as evidências indicam que ele teve um papel de destaque na articulação de uma série de ações empreendidas pelos revoltosos[70].

Carga D'água pode ser caracterizado como um daqueles tipos de lideres vindos da própria multidão. O fato de ser carregador de água, contribuiu em muito para que desempenhasse o papel que exerceu no Quebra - Quilos. Ao retirar água dos açudes velho e novo e sair em cima do lombo de jumento, ele precisava fazer longos itinerários para vender o precioso líquido. Embora sua vida não fosse nada fácil, nestas caminhadas entrava em contato com muita gente e assim podia compartilhar determinadas idéias em comum. Nestes lugares, que podia ser uma casa, uma taverna, a beira de uma estrada, tanto trazia como recebia notícias sobre a situação vivida naqueles dias. É possível que sua liderança tenha sido forjada nesta rede subterrânea, e quando a conjuntura se tornou favorável ele se apresentou à frente dos populares, dando uma certa unidade às ações do movimento. Não é à toa que sempre que chegava à Campina para empreender seus intentos, Carga D'água se retirava para os povoados vizinhos e algum tempo depois voltava com novos reforços.

---

[68] Ver, Summario... auto de perguntas feitas a José N. Cavalcanti Maranhão em 10/12/1874. Op. cit. Quanto à participação de mulheres no Quebra-Quilos, valeria aqui uma palavra. Mesmo que não tenhamos encontrado na documentação compulsada referências explicitas ao "segundo sexo"(a não ser no episódio do dia 26/11/1874, que resultou no arrombamento da cadeia, quando as presas foram soltas) não resta dúvida que elas tinham motivos de sobra para se envolverem nos acontecimentos, quer seja como trabalhadoras, donas de casa ou mesmo na condição de mães ou esposas. Eram elas que mais sentiam na pele os efeitos do encarecimento dos gêneros de primeira necessidade e do recrutamento militar forçado de esposos e filhos. Quanto a este último aspecto, era comum elas montarem estratégias originais que, às vezes, funcionavam . Em 1866, por exemplo, um irritado juiz municipal de Campina Grande se queixou de que uma das maneiras usadas pelas mulheres para tentarem evitar o recrutamento de parentes seus, era se acercar das autoridades encarregadas daquele serviço e começarem a chorar, aos prantos, "seus chafarizes de lágrimas de crocodillo". Mesmo com o fim da guerra do Paraguai e a nova lei do recrutamento para o Exército e a Armada, a situação dessa população parece não ter mudado muito, pois as reclamações contra o " imposto de sangue" prosseguiram, sendo um dos combustíveis mais fortes da revolta. Ver, Ofício do juiz municipal de Campina Grande ao presidente da província em 09 de dezembro de 1866. APP, JP, CX.048.1866. Por sua vez, o texto da lei que estabeleceu a reforma dos critérios para o recrutamento militar está reproduzido em, *Jornal da Parahyba*, 11/05/1875. BN.,RJ,1875.

[69] Sobre os rostos na multidão, ver as esclarecedoras páginas de Rudé, George. Op. cit.pp. 211/229.

[70] Para a maioria dos líderes populares do Quebra - Quilos, além de suas ações, só nos restou seus nomes: Galdino Piôlho, Marcolino de Tal, Manoel Marchante, Manoel Piabas, Luis de Tal, Senhorinho de Tal, Francisco Calango e outros. Ver, Summario ...auto de perguntas feitas a Daniel Joaquim .F. Cavalcante em 29/12/1874.

Um desses supostos convidados de João Carga D'água, foi Paulo Professor de Maria,36 anos, casado, agricultor. No momento em que prestou depoimento perante o delegado, ele afirmou que num certo dia de sábado de novembro, foi chamado por Carga D'água para vir à Campina Grande "quebrar os pezos e medidas e acabar com os impostos", convite este que não aceitou de pronto. Quando finalmente se decidiu e foi para a cidade, os sediciosos já haviam entrado em ação. Alguns dias depois, ele estava novamente com Carga D'água, desta vez no povoado de Pocinhos, quebrando pesos.[71]

Outro que terminou se envolvendo nos acontecimentos a convite de Carga D'água, foi Manoel Ignacio Ferreira da Silva, que contava na época com 22 anos, pouco mais ou menos, solteiro, morador em Campinotes e também vivia de agricultura. Segundo ele mesmo confessou, fez parte do grupo que arrombou a casa da câmara, os cartórios, a residência do juiz de Direito e as coletorias[72].

Já João da Matta Bispo, 48 anos, casado, morador de Campina Grande, onde vivia de agricultura, alegou que, juntamente com muitas outras pessoas, foi convidado pelo Vigário Calixto da Nóbrega. O Inspetor de quarteirão, responsável por sua prisão, afirmou que chegou a vê-lo "armado de cacête commettendo disturbios e fazendo parte de um dos grupos sediciosos", o que ele negou[73].

Silvestre Pereira de Albuquerque, 30 anos, tinha a profissão de pedreiro, casado e era natural de Campina Grande. Em um certo dia de novembro, estava trabalhando na igreja do distrito de Queimadas, quando foi convidado por um tal de Capitão Antero para preparar um grupo, no sentido de se dirigir à Campina, após o arrombamento da cadeia da cidade[74].

Em outra passagem deste trabalho apresentamos Manoel José de Figueirêdo, 64 anos, casado, morador em Alagoa Seca, onde vivia de agricultura. Como vimos, ele foi um dos personagens que fez parte do episódio que da confusão no mercado, o que resultou nos ferimento do delegado de polícia. Depois daquele dia, confessou que "não veio mais a feira receoso de soffrer alguma pedrada". Mesmo negando qualquer participação mais direta, reconheceu que dois de seus filhos tomaram parte na revolta, o que pode ser um indício de

---

[71] Para se livrar da prisão, de penas maiores ou mesmo falando a verdade - pouco importa - o fato é que quase todos esses indivíduos lançaram mão do argumento de que tinham sido convidados por terceiros ou aderido à causa constrangidos. Todos se encontravam presos no momento em que depuseram. Ver, Summario ...auto de perguntas feitas a Paulo Professor de Maria em 18/01/1875. Op.cit.

[72] Ver, Summario ...auto de perguntas feitas a Manoel Ignacio Ferreira da Silva em 15/01/1875, Op.cit.

[73] Ver, Summario ...auto de perguntas feitas a João da Matta Bispo em 23/01/1875, Op. cit.

[74] Ver, Summario ...auto de perguntas feitas a Silvestre Pereira de Albuquerque em 18/01/1875, Op.cit

que grupos de famílias chegaram a tomar parte no movimento, sendo esta uma importante rede de comunicação.[75]

Como vimos, o primeiro arrombamento da cadeia de Campina Grande deu-se na noite de 23 para 24 de novembro de 1874, o que levou a fuga de todos os presos que lá se encontravam. Um dos apenados que conseguiu escapar, foi Pedro José Ambuvana, que tinha 30 anos, era solteiro e vivia de agricultura. Depois de sair da prisão, aproveitou-se da situação e foi para a casa de sua mãezinha, no lugar Campinote, onde permaneceu até ser localizado pela polícia e novamente preso.[76]

Podemos concluir esse tópico, discutindo a dimensão do medo no Quebra - Quilos. Aquela sociedade, cuja maioria dos conflitos permanecia latente no âmbito do cotidiano, se viu atravessada de ponta a ponta por um difuso sentimento de insegurança. Este sentimento atingiu os de baixo, com o espectro da fome, da seca e da repressão. Mas, desta vez, quem esteve no centro dos acontecimentos foram elementos ligados aos extratos superiores da sociedade.[77].

Homens proprietários ou investidos de alguma autoridade, acostumados ao poder de mando, e que se viram de uma hora para outra acuados por todo lado e impotentes para conter a situação, apavorados diante da multidão. São coletores de impostos, obrigados a saírem de cena por se verem impossibilitados de continuar a desempenhar em segurança as suas atividades; são policiais, que por temor ou conveniência, não oferecem resistência e até se juntam aos amotinados; são delegados e subdelegados, que no confronto com os populares vêem sua autoridade virar pó ou, mais dramaticamente, sangue; proprietários que saem em debandada para as suas propriedades em busca de alguma segurança.

Talvez quem tenha melhor expressado essa síndrome do medo, foram algumas das mais graduadas autoridades das localidades atingidas pela revolta, os mais fiéis escudeiros da lei e da ordem em tempos de paz social. Aqui, nos referimos particularmente aos juizes de Direito, que tiveram um papel fundamental, antes, durante e depois da repressão ao Quebra

---

[75] Ver, Summario ...auto de perguntas feitas a Manoel José de Figueirêdo em 15/01/1875, Op. cit.

[76] Summario ...auto de perguntas feitas a Pedro José Ambuvana em 15/01/1875, Op. cit. Este indivíduo estava preso desde pelo menos 20/10/1873. Ficamos sabendo desse fato, em função dele ter sido encarregado de acoitar, exatamente naquela data, a um escravo que também será personagem do nosso trabalho, condenado na ocasião a 100 chibatadas de castigo, por um crime de ferimento. Ver, Summario por crime de tentativa de morte. Autor queixoso. Antonio Freire de Andrade. Reos escravos d' Alexandrino Cavalcante de Albuquerque, Antonio Ignacio e Firmino. Cartório da Primeira Vara Criminal, CG, 1872.

[77] Referindo-se a relação medo/sedição no contexto das sociedades ocidentais modernas, o historiador francês Jean Delumeau afirma que "as sedições de toda natureza marcavam com súbitas violências os tempos fortes de uma inquietude coletiva que, entre as explosões, permanecia silenciosa, até mesmo subterrânea". Ver, Delumeau, Jean. Op. cit. p. 151.

– Quilos, que, não nos esqueçamos, aconteceu num momento em que as atribuições daqueles magistrados foram reforçadas, em função da reforma do poder judiciário de 1871.[78]

A ampla correspondência trocada entre estes magistrados e os presidentes das províncias atingidas, é um testemunho singular , ímpar, e talvez exigisse um trabalho à parte. Escrevendo sobre uma realidade processual - sem a censura dos olhares públicos mais diretos - em que os acontecimentos se sucediam de forma precipitada, vertiginosa e imprevisível, estes homens deixaram registrado um profundo sentimento de insegurança generalizada, conforme vimos em diversas passagens do capítulo, sentimento esse que se transformou, ele próprio, numa das tantas camadas de significados históricos sedimentadas à memória do movimento. Como disse um deles "ha um mez tenho estado em completo susto e sobressalto. Escapei das garras desses perversos por um milagre".[79]

Pouco importa que tudo isso tivesse muito de exorcização, teatralização e vontade de poder. O que importa fixar, é que expressaram o medo num instante de perigo, cujos ecos ajudaram a estabelecer uma memória política dos acontecimentos. Memória essa que terminou influenciando parte da historiografia que se formou em torno do Quebra-Quilos, conforme também já mostramos em páginas atrás.

5- E os escravos entraram em cena...

O leitor deve bem lembrar, que nos últimos dias de novembro de 1874 os populares como que tomaram conta da cidade de Campina Grande, em função da fuga generalizada de proprietários e autoridades ali residentes. Só que estes grupos dominantes não se deram por vencidos, não perderam tempo. Mesmo fragilizados momentaneamente, estivessem onde estivessem, começaram a planejar estratégias no sentido de restabelecer a ordem pública através da montagem de um poderosa máquina de guerra, considerável para os padrões de época, formada por forças locais, regionais e até nacional, para assim colocar em funcionamento a repressão aos Quebra-Quilos.

---

[78] A Reforma judiciária de 1871 fez parte de um projeto mais global de racionalização e centralização da máquina burocrática imperial, durante o Gabinete conservador do Visconde do Rio Branco. Consistiu basicamente em estabelecer atribuições diferenciadas entre a polícia e a justiça, o que gerou atritos entre estes dois setores do aparelho estatal, levando algumas vezes a justaposição de poderes entre autoridades . O conflito entre o juiz de Direito de Campina Grande e o Chefe de polícia da província ,durante o Quebra - Quilos, se deu neste novo contexto, o que obrigou aquele magistrado a escrever uma longa resposta às acusações contra a sua pessoa, contidas no relatório do chefe de polícia. Sobre o sentido dessa reforma, ver Leite, Beatriz Westin de Cerqueira . "A Reforma do judiciário de 1871 e sua discussão no senado do Império. In. *História.* SP,1, 1982. pp.61/75.

[79] Ver, Carta do juiz de Direito da Comarca de Campina Grande em 07/12/1874. Apud. Anaes da Camara dos deputados, sessão de 17/04/1875. RJ, Typografia Nacional. Livro I, Tomo I,/Apêndice.1875.

Neste ponto, as autoridades da província seguiram à risca as ordens dos ministros da Guerra e da Justiça, que em comunicação datada de 26/11/1874 foram taxativos: "O que cumpre fazer desde já, sem perda de tempo, e com toda a energia, é reprimir a sedição, e restabelecer o socego publico, procedendo-se ulteriormente contra os culpados por meios judiciaes". A partir desse momento, montou-se uma verdadeira operação de guerra, com uma força de terra e mar constituída por contigentes locais da Guarda Nacional, da Polícia e da Força Pública, além do auxílio de tropas vindas de Pernambuco e da Bahia. Este contigente regional se completou com a chegada posterior de uma grande tropa do exército, egresso da Corte, comandada pelo Coronel Severiano da Fonseca. O somatório desse aparato militar ultrapassou a casa de mil homens, todos armados , inclusive com canhões e outros armamentos pesados. Além da prisão, os populares foram punidos aos milhares com o recrutamento forçado, a generalização da tortura através do sinistro colete de couro e a humilhação pura e simples. Com a abertura formal do processo judicial, a punição exemplar já havia sido executada. Ao final do julgamento, foram pronunciados na Paraíba 36 réus, culpados de cabeças da sedição, posteriormente anistiados. [80]

Tudo caminhava mais ou menor nesse tom quando, de repente, acontecimentos extraordinários colocaram em cena novos personagens nessa trama. Uma testemunha nos deixou a sua impressão:

"No dia 4 de dezembro novo genero de terror veio pungir a população da cidade de Campina; já não eram os sediciosos de dia desrespeitando as autoridades e chasqueando das poucas famílias que por falta de tempo e de meio não tinhão fugido, já não eram os sediciosos arrombando cadeas e derramando o terror na população; já não eram as chamas sinistras dos cartórios incendiados à noite, ao concerto de vaias, imprecações e gargalhadas; eram os escravos insurgidos querendo impor sua liberdade a seus senhores, abusando das circunstâncias críticas em que estes se achavam sob as ruinas da ordem.

Maior desgraça não poderia n'aquela occassião recahir sobre a cidade de Campina Grande. Quando os senhores esperavam encontrar a segurança de vida nas mãos de seus

---

[80]Ver, Oficio do Ministro dos negócios da justiça ao presidente da província da Parahyba do Norte em 26 de novembro de 1874. APP, JP,CX.62.1874; Oficio do Ministro dos negócios da guerra ao presidente da província da Parahyba do Norte em 26 de novembro de 1874. APP,JP, CX.059.1874. As tropas do Exército chegaram à Paraíba por volta do natal de 1874, trazendo um verdadeiro presente de "grego" para os populares. Para um acompanhamento dos "sucessos" e percalços das forças da repressão pelo interior da província, ver *Quebra-Kilos. Relatorio do Commandante das Forças Imperiaes Estacionadas na Provincia da Parahyba do Norte*. Publicações do Arquivo Nacional, VOL. XXXIV, 1937.

escravos, estes armam-se contra elles! Fugira para os infelizes habitantes o fraco apoio com que podiam contar no caso de soffrerem ameaças pessoais![81]"

Quem eram estes escravos? Quais as suas experiências, expectativas e visões de mundo? De onde vinham e em que estavam ocupados? Que falas e gestos acrescentaram ao conturbado cenário em que se transformou Campina Grande durante a sedição do Quebra - Quilos? Por que se insurgiram " querendo impor sua liberdade e seus senhores"? Que reações essa nova ação coletiva causou? Como a historiografia do Quebra - Quilos tratou esse aspecto da questão?

São algumas das questões que tentaremos responder a partir dos dois próximos capítulos, reconstituindo aspectos da vida cotidiana da comunidade escrava do antigo município de Campina Grande às vésperas da eclosão do Quebra - Quilos e sua inserção específica naqueles acontecimentos.

[81] Ver, Ofício do juiz de Direito da Comarca de Campina Grande. Apud. *Quebra - Kilos. Relatorio do Commandante*...Op. cit. pp.115/116. Não há consenso sobre a data destes acontecimentos. Segundo uma outra testemunha, que inclusive foi vítima da ação dos escravos, estes fatos se deram no dia 29/11/1874. Como o juiz de Direito fugiu da cidade em 23/11/1874 e só retornou a ela no início de dezembro, o mais provável é que ele tenha testemunhado apenas parte de uma história que

começou alguns dias antes. Esta não foi a única controvérsia criada pelos escravos desde o momento em que resolveram se rebelar. Ver, Summario ... auto de perguntas feitas a Raymundo Theodorico José Dornellas em 21/1/1875. Op. cit.

SEGUNDO CAPÍTULO
A COMUNIDADE ESCRAVA ÀS VÉSPERAS DO QUEBRA-QUILOS OU EM BUSCA DAS "RAÍZES DO EFÊMERO"

No antigo município de Campina Grande, ao longo do século XIX , os escravos sempre representaram uma minoria em relação à população total.

Esta condição de minoria acabou, dentre outros fatores, contribuindo para que boa parte dos historiadores locais forjasse um silêncio intelectual em torno dos escravos campinenses. É possível até contar nos dedos as linhas que estes estudiosos lhes dedicaram em suas obras. Este é um tipo de indiferença que, às vezes, lembra o mesmo desprezo que muitos senhores nutriam por estes mesmos escravos.[1]

Recuperar traços deste esquecimento histórico se tornou para nós uma verdadeira obsessão, quando há alguns anos atrás iniciamos uma pesquisa sobre a escravidão em Campina Grande. Dela vimos "brotando" dos documentos vidas cativas, mas nem por isso menos intensas, que nos ajudaram a estabelecer um novo contorno para a história do município na segunda metade do século XIX.[2]

---

[1] São poucos os trabalhos que tratam da escravidão na Paraíba, em particular Campina Grande. A exceção de um ou outro estudo - citados no seu devido tempo ao longo da presente dissertação - foi uma raridade os historiadores se preocuparem com essa temática. Para se ter uma idéia do que isso significa, basta dizer que os dois mais importantes livros do Patriarca da historiografia campinense, Epaminondas Câmara, intitulados respectivamente *Os Alicerces de Campina Grande e Datas Campinenses* - são dedicadas apenas 23 linhas ao tema mencionado, isto num universo de 237 páginas. Esta ausência se deve a vários fatores, incluindo aí dificuldades de acesso a fontes, formação intelectual desses historiadores, mas também opções ideológicas, o que leva, no mais das vezes, ao encobrimento de aspectos problemáticos de uma história que se quer oficial. Para um balanço "otimista" desta produção, ver. Octávio, José. *A escravidão na Paraíba: Historiografia e História.* J.P, Ed. UNIÃO, 1988.

[2] Se a história da escravidão na Paraíba ainda está por ser feita, imagine-se o resgate dos escravos como sujeitos desta história! Aqui fazemos um pequeno parênteses, no sentido de esclarecer um certo mal entendido. A pretexto de resenhar o recente livro de entrevistas da historiadora Maria Lúcia Pallares Burke, Evaldo Cabral de Melo tece alguns comentários sobre a chamada historiografia dos marginais, rubrica essa em que inclui os escravos. Segundo ele, estes estudos estão chegando próximo do ponto de saturação, na medida em que começam a se tornarem repetitivos. Por mais respeito que mereça o eminente historiador pernambucano, entendemos que este seu ponto de vista é, no mínimo, equivocado, quando não elitista. Isto porque, em que pese o fato de que dos anos oitenta do século passado para cá tenha surgido e se consolidado uma vigorosa história social da escravidão, o fato é que estes trabalhos continuam bastantes concentrados em certos Estados e Instituições universitárias da Federação, a exemplo

Também em Campina Grande os escravos se recusaram a ser tratados como coisa, não formaram o zero à esquerda de suas existências. De diversas maneiras eles contribuíram para construir - e desconstruir - a história do município. Alguns, após anos de exaustivo trabalho, usaram de muita paciência e astúcia para conseguir a tão sonhada carta de alforria. Outros, apoiados numa extensa rede de solidariedade, foram às barras dos tribunais litigar a liberdade com seus senhores. Os mais "afoitos" fugiram, cometeram pequenos furtos e até atentaram contra a vida de seus senhores. A maioria buscou estabelecer cotidianamente, muitas vezes no fio da navalha, espaços de autonomia econômica, social e cultural no horizonte do próprio sistema.

Tudo isso permitiu que aqueles homens e mulheres escravizados tecessem - às vezes de forma silenciosa e quase imperceptível a um olhar mais apressado - um mundo político e cultural cujo substrato estava na base de ações mais ousadas. Um momento privilegiado dessa ousadia escrava em Campina Grande se deu quando da eclosão do Quebra - Quilos, conforme anunciamos ao final do capítulo anterior.

Antes de buscarmos uma interpretação específica para a cena negra no interior do Quebra - Quilos, na verdade o cerne das nossas preocupações, tentamos reconstituir neste segundo capítulo aspectos desse pequeno, porém denso mundo escravo em movimento, ao longo da segunda metade do século XIX.

---

de São Paulo , Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e, no nordeste, quando muito, Pernambuco e Bahia, em detrimento de outras áreas desse país tão diversificado e excludente, em termos de processos históricos. Neste sentido, entendemos que o esforço histórico e político de resgate da experiência negra no Brasil deve prosseguir, o que não significa ceder, necessariamente, à tentação dos clichês e romantização dos pobres e oprimidos. Ver. Melo, Evaldo Cabral de. "Historiadores no Confessionário". **MAIS** (Suplemento cultural da *Folha de São Paulo)* nº 463, S.P, 24/12/2000; Lima, Luciano Mendonça de - *Pregando Peças, cativando sonhos: escravidão e resistência em Campina Grande - 1850 - 1888*, C.G, UFPB, 1989 (Monografia de Conclusão do Curso de Bacharelado em História).

1 - Estrutura e posse da população escrava: O trabalho e o cotidiano

De acordo com dados do censo de 1872, o antigo município de Campina Grande contava com 15.104 habitantes. Neste universo demográfico, os escravos eram 1.105, ou seja, 7,4% de seu total. A título de comparação, o município paulista de Campinas, de perfil bastante distinto do paraibano, em termos sócio - econômico, possuía em sua população, por essa mesma época, aproximadamente 14.000 escravos, ou em torno de 40% do total de seus habitantes.[3]

Em termos de sexo, os escravos eram 559 e as escravas 546. Isto significa dizer que havia um certo equilíbrio entre os sexos, aonde os homens representavam 51% e as mulheres 49%. Este quadro está bem distante do padrão que vigorou no Brasil como um todo antes do fim do tráfico negreiro em 1850, cuja realidade era marcada por uma forte presença dos homens em detrimento das mulheres.[4]

O ambíguo critério de classificação raciológico do mencionado censo, dividiu essa população cativa em dois grandes blocos: os pretos e os pardos. Os considerados pretos eram 563, sendo 287 escravas e 276 escravos e os pardos 542, por sua vez subdivididos em 283 cativos e 259 cativas. Neste item, também havia um certo equilíbrio nas cores, com uma ligeira vantagem para a categoria dos pretos. De qualquer maneira, o que temos a esta altura da década de

---

[3] Ver. *Recenseamento da população do Brazil a que se procedeu no dia 1 de agosto de 1872.* V.6, 4 parte, RJ, Biblioteca Nacional, Seção de Livros Raros, 1872. A maioria dos escravos paraibanos era de origem Banto, proveniente da África centro - ocidental, aqui chegados por volta das últimas décadas do século XVI . Quando desembaraçados em algum porto de Pernambuco, eram vendidos, por terra ou mar, para as províncias vizinhas. Embora fossem uma minoria no século XIX, o fato do censo constatar um grande número de mestiços na população local pode ser um indício de que, em séculos passados, os escravos tenham tido um peso bem maior no conjunto dessa mesma população. Para um breve histórico da escravidão na antiga Capitania, depois província da Parahyba do Norte, ver o clássico. Vidal, Adhemar. "Três séculos de escravidão na Parahyba" IN. *Estudos Afro-Brasileiros.* 2ª ed, Recife, Fundag, Ed. Massangana, 1988. pp. 105/152.

[4] Ver. Galliza, Diana Soares de. *O Declínio da Escravidão na Paraíba: 1850 - 1888.* J.P, Ed.UFPB,1979.pp.22/75; Eisemberg, Peter. *Modernização sem mudança: A indústria açucareira em Pernambuco:1840 - 1910.* R.J, Paz e terra, 1977.pp.169/200. Conrad, Roberto. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 - 1888.* R.J, Civilização Brasileira, 1975.pp.42/62.

setenta do oitocentos em Campina Grande, é um crescente processo de miscigenação entre os vários grupos étnicos da população.[5]

A chamada crioulização da população escrava campinense já era um processo consolidado naquele contexto histórico. A esmagadora maioria daqueles homens e mulheres escravizados havia nascido no próprio município, na Paraíba ou então nas províncias próximas, particularmente Pernambuco.[6]

Numa sociedade que se definia oficialmente como sendo católica apostólica e romana, não causa estranheza o fato de não aparecer nos dados do censo de 1872 nenhum habitante professando outro credo religioso que não aquele admitido publicamente. No caso específico dos escravos locais, tanto os senhores como os funcionários encarregados da coleta dos dados, tendiam a encarar suas crenças e valores religiosos como sendo pura superstição a ser reprimida ou, no máximo, tolerada como uma forma de melhor estabelecer o controle social daquela população cativa. Como ainda teremos oportunidade de verificar, estas mesmas crenças se transformaram num poderoso instrumento de resistência para os escravos.[7]

Também no item instrução, os dados não chegam a causar surpresa. Num ambiente social pautado por valores tradicionais e práticos, a educação formal não era um valor socialmente relevante para a maioria de seus membros, mais preocupados em lidar com as duras circunstancias da sobrevivência cotidiana. Daí as altas taxas de analfabetismo então imperantes, não só para os

---

[5] Para uma sugestiva discussão sobre o significado político e ideológico das divisões étnicas e sociais na segunda metade do Século XIX, e suas implicações para os processos de liberdade, ver. Castro, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil - Século XIX.* R.J, Arquivo Nacional, 1995.pp.103/105.

[6] Ver. *Recenseamento*...Op.cit. Aqui é importante chamar a atenção para um dado do censo de 1872. É que por este, no antigo município de Campina Grande só foi detectado a presença de apenas um escravo estrangeiro, ou seja, de origem africana. Embora estes últimos formassem uma "minoria da minoria", não há dúvida que existia mais de um, conforme veremos ao analisarmos as ações de liberdade. É possível que esta sub-representação oficial se deva a um temor dos senhores, que por essa mesma época estavam sendo levados às barras dos tribunais, acusados de serem proprietários de africanos entrados no Brasil depois da lei de 7 de novembro de 1831, e por essa razão considerados livres.

[7] Ver. *Recenseamento*...Op.cit. Para uma discussão das religiões e sua importância para a sobrevivência cultural e social dos escravos no Brasil do século XIX, ver. Bastide, Roger. *As Américas negras.* S.P, Difel, 1974; Karasch, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808 - 1850.* S.P, Comp. das Letras, 2000.pp.341/396.

escravos, como também em relação a seus estratos superiores. Em relação aos escravos, não foi registrado nenhum caso de homem ou mulher que soubesse ler ou escrever.[8]

Um aspecto do censo que exige uma análise mais cuidadosa são os números referentes ao estado civil dos escravos . A acreditar neles, poucos eram os escravos e escravas casados e viúvos que constituíram famílias nucleares formais. Neste sentido, apenas 27 escravos estavam legalmente casados, enquanto as escravas que contraíram matrimônio eram exatamente 34 . Se somarmos a esse universo demográfico 9 casos de viuvez, então teremos setenta casos de escravos ou escravas casados, ou seja, menos de 7% da população servil do município. É preciso fazer alguns reparos a estes números, que podem estar a subestimar um certo universo social e demográfico bem mais complexo. Como alguns historiadores vêem chamando a atenção, é preciso todo cuidado metodológico com as estatísticas que tratam de padrões de casamentos e formação de famílias monogâmicas no seio da população escrava no Brasil. Em primeiro lugar, nem sempre era do interesse dos senhores casar os seus escravos perante a igreja, o que quase sempre levava a uma situação de defasagem entre esses números e a realidade cotidiana da escravaria, no que se refere a matrimônios. Além do mais, não devemos esquecer que o censo de 1872, o primeiro a ser realizado em âmbito nacional, foi feito logo depois da chamada Lei do ventre livre, que criou uma série de restrições a separação de cônjuges escravos e seus filhos, o que pode não ter agradado a alguns senhores, e assim ter levado alguns deles a sonegar informações, no sentido de proteger seus interesses e embaraçar os agentes da burocracia imperial no plano municipal. Por outro lado, esses mesmos historiadores procuraram alargar a noção de vida familiar para além da visão senhorial, o que tem levado desde então a um redimensionamento do tema. Neste sentido, além dos

---

[8] Ver. *Recenseamento*...Op.cit. Mesmo que o período estudado se caracterize pela crescente importância das funções burocráticas e políticas na sociedade imperial, processo esse que exigia novas habilitações profissionais e intelectuais, o fato é que os segmentos sociais letrados ainda eram uma ilha em relação ao conjunto da população. Ver. Câmara, Epaminondas. *Os alicerces de Campina Grande*. 2ª ed., C.G, Edições Caravelas, 1999.pp.78/98.

casamentos convencionais sacramentados pela madre igreja, os escravos criaram vários arranjos de vida familiar baseados em padrões próprios de relacionamentos afetivos e sexuais - alguns inclusive de origem africana - algo fundamental para a sua sobrevivência, quer seja como indivíduos, quer seja como grupo étnico e social.[9]

Nesta hora é preciso cruzar os números do censo com dados de outra natureza, no sentido de termos uma compreensão melhor deste quadro histórico. Aqui as listas de matrícula de escravos podem ser uma saída. Nestas últimas é comum, na coluna intitulada de "observações", o proprietário declarar a forma de aquisição de seus cativos. Alguns desses aparecem como tendo sido adquirido por compra, herança, permuta etc. Além disso, é relativamente comum certos cativos serem denominados de "cria" de outros escravos que aparecem na mesma lista como seus pais, mães ou avós, o que pode estar a denunciar um grau bem maior de vínculos e relações de família e parentesco. Encontramos algumas listas que permitem acompanhar a trajetória de cativos de diferentes gerações , o que pode ser um indício de que havia um grau de estabilidade familiar bem maior do que os números anteriormente avaliados admitem. Obviamente que essa estabilidade era historicamente relativa, pois os escravos estavam vulneráveis a todo tipo de arbitrariedades dos senhores. De todo modo, eles lutavam com todas as armas que dispunham para permanecerem juntos ou próximos de seus parentes ou entes queridos, aspecto esse que podia influenciar no tipo de estratégia de resistência estabelecida a cada momento.[10]

---

[9] Ver. *Recenseamento*...Op.cit. Há pelo menos dois livros - é verdade que com diferenças de abordagem internas importantes - que são fundamentais para o debate atual em torno da história e do significado da família escrava no Brasil oitocentista. Enquanto que o primeiro deles enfatiza o papel mais estabilizador da família escrava para o sistema escravista, o segundo destaca a dimensão da resistência sócio - cultural que os vínculos familiares representavam para os cativos no seu dia - a - dia. Ver, respectivamente. Florentino, Manolo e Góes, José Roberto. *A Paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro - 1729 - 1850.* R.J, Civ. Brasileira, 1997; Slenes, Robert. W. *Na Senzala uma flor - Esperanças e Recordações na formação da Família escrava: Brasil Sudeste, Século XIX.* R.J, Ed. Nova Fronteira, 2000.

[10] Ver. *Recenseamento*...Op.cit. Neste ponto, é bom ressaltar que em relação as estatísticas há diferenças quando se compara as fontes. Enquanto o censo registrou para a Paraíba um total de 21.526 escravos, a matrícula geral de 1872 acusou 27.245, numa considerável diferença de 27%, do primeiro em relação a

Os dados do censo que mais nos interessam de perto neste momento da pesquisa são aqueles referentes a ocupação dos escravos, ou seja, os que nos permitem reconstituir aspectos do mundo do trabalho na Campina de então. Excetuando-se os muito novos, os velhos e aqueles que por algum motivo se encontravam inválidos para as atividades produtivas, a população escrava economicamente ativa era de 840 trabalhadores, o que correspondia a 8,2% da população global que trabalhava no município.[11]

Estes escravos estavam distribuídos em duas grandes atividades econômicas, a saber: a agricultura e os serviços domésticos. Aqueles escravos considerados lavradores eram, em termos absolutos, 509 trabalhadores, ou, em percentagem, 60,5%. Quanto ao outro setor, doméstico, havia 329 cativos, o que em percentagem significa 39.3%.Os escravos predominavam no primeiro setor, enquanto que as escravas eram maioria no segundo. Curiosamente, o censo apontou a existência de apenas dois trabalhadores artesãos, o que mais uma vez pode ter sido sub - avaliado . De qualquer maneira, o que importa reter por enquanto é o fato de que essas divisões ocupacionais não eram rígidas. No mais das vezes, nas lides cotidianas o mesmo escravo que trabalhava a terra, poderia estar desempenhando alguma atividade artesanal no interior da propriedade em outro momento. O mesmo poderia ocorrer com uma escrava doméstica, que após os afazeres domésticos na casa de seus senhores, poderia perfeitamente ajudar na lavoura ou então na pecuária. Até porque era comum os proprietários locais passarem uma parte do ano em suas propriedades rurais e a outra na cidade, quando geralmente vinham acompanhados de sua escravaria. Estes mesmos escravos poderiam também se deslocar para a cidade, e na feira negociar os produtos de sua pequena

---

esta última, diferença essa que talvez se reflita em todas as variáveis em estudo. De qualquer maneira, essas observações não anulam o nosso esforço de reconstrução da realidade demográfica e social da escravidão em Campina Grande. Para um aprofundamento dessas questões metodológicas, ver. Slenes, Robert W. "O que Rui Barbosa não queimou: Novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX" In *Estudos econômicos*. V 13, nº 1, Jan/Abril de 1983.pp. 117/149.

[11] Ver. *Recenseamento...Op.cit.*

roça ou artesanato doméstico, permitindo - lhes uma certa liberdade de movimento e circulação.[12]

Os dados do censo, cruzados com informações provenientes dos inventários pesquisados, confirmam uma hipótese que alimentávamos já de algum tempo, qual seja, a importância da escravidão para a economia e sociedade do antigo município de Campina Grande, mesmo num período histórico de declínio da instituição, como foram as últimas décadas do século XIX. Neste sentido, podemos afirmar que não houve setor em que, de alguma maneira, os escravos não estivessem ocupados: nas atividades urbanas, no trabalho doméstico, na pecuária, na produção de alimentos e, principalmente, no setor de ponta da economia local no século XIX, o algodão.[13]

A exemplo de outros municípios e regiões do Brasil, o algodão começou a ser cultivado em Campina Grande desde o período colonial, primeiro em pequenas e médias propriedades de bases familiares, e no século XIX como cultura mercantil extensiva as grandes propriedades. Embora a pequena e média produção algodoeira tenham sobrevivido com o emprego de várias formas de relações de trabalho, o fato é que com o primeiro ***boom*** dos anos sessenta - devido em parte a revolução industrial e, conjunturalmente, aos efeitos da guerra civil americana - as grandes fazendas de algodão experimentaram um momento de consolidação e expansão que durou até a década de sessenta, inclusive com um certo surto de modernização, particularmente no que se refere ao processo de beneficiamento do mesmo, com o uso de máquinas de descaroçar, prensar e ensacar. Foi justamente na cultura do "ouro branco" que os escravos, ao lado de trabalhadores livres, foram

---

[12] Ver *Recenseamento*...Op.cit. Neste ponto, desconfiamos que mesmo distribuídos formalmente por ocupações profissionais, os escravos campinenses eram, na prática, "pau pra toda obra", ou seja, trabalhadores polivalentes.

[13] Dois importantes trabalhos reconstituem a vida econômica de Campina Grande no século XIX, em especial o setor algodoeiro. Ver. Vianna, Marly de Almeida Gomes. *A estrutura de distribuição de terras no Município de Campina grande: 1840 - 1905*. C.G, UFPB, 1985. (Dissertação de mestrado); Silva, Josefa Gomes de Almeida. *Latifúndio e Algodão em campina Grande: Modernização e miséria*. Recife, UFPE, 1985. (Dissertação de Mestrado).

empregados com mais intensidade, incluindo todas as etapas de um complexo processo sócio - econômico.[14]

A longa jornada de trabalho dos escravos começava logo cedo. Municiados de facões, foices, ou machados - que em certas ocasiões poderiam se transformar em armas de luta, conforme veremos mais adiante - eles começavam o trabalho com a limpeza do solo, a tradicional queimada. Após este processo, em pequenos ou grandes grupos eles recolhiam o que ficava à flor da terra, para em seguida iniciarem o plantio das sementes. No intervalo de meses a separar o plantio da colheita, o algodão exigia um certo cuidado com as ervas daninhas ou ataques de pequenos animais. Daí a necessidade de um acompanhamento permanente pelos trabalhadores. Era comum , ao lado do algodão, se plantar de forma consorciada o milho, o feijão e a mandioca, havendo a possibilidade de parte destes - e até do algodão - ficarem para formar o pecúlio de alguns daqueles trabalhadores escravizados. Chegado o tempo da colheita, a fruta era retirada e colocada em sacos, que os escravos traziam nas costas em direção ao engenho. Aí o algodão era descaroçado, beneficiado, ensacado e colocado em forma de fardos, cujo destino era o porto da Capital da província ou do mesmo a cidade do Recife. Dentro do processo de beneficiamento, os plantadores que não dispunham do maquinário necessário para tal, se viam obrigados a entregar a produção para os grandes proprietários detentores das mencionadas máquinas e dos mecanismos de comercialização da safra.

Como podemos vislumbrar por esta breve descrição dos algodoais campinenses do século XIX, o cotidiano dos escravos devia ser bastante difícil, quadro esse diferente, é verdade, do inferno que era o Engenho de cana ou a Fazenda clássica de café paulista, mas nem por isso menos duro e rotineiro

---

[14] Ainda hoje é comum se associar o desenvolvimento de Campina Grande à riqueza produzida pelo algodão, que teria transformado um simples burgo em um dos maiores centros comerciais do norte - nordeste do Brasil. Porém, essas visões apologéticas do nosso passado se esquecem de um aspecto básico da questão. As raízes do "progresso" da cidade, de que tanto as elites de ontem e de hoje se vangloriam, estão assentadas em "costas negras", através de um intenso processo de exploração de trabalhadores

para a maioria daqueles homens e mulheres escravizados, significando na prática extensas horas de trabalho, doenças específicas, castigos corporais, etc. É possível até pensar que no começo da década de setenta do século XIX este processo de exploração estivesse se intensificando, pois era comum os proprietários enfrentarem as crises econômicas - caso especifico do período que estamos analisando - sofisticando os mecanismos de extração de sobre - trabalho e de opressão social. Até por estes motivos básicos, os escravos de Campina Grande tinham as suas razões para estarem insatisfeitos naquela conjuntura histórica.

Poderemos avançar neste intrincado universo escravista, buscando compreendê-lo um pouco mais por dentro e em sua dinâmica histórica, a partir do estudo e compreensão da estrutura de posse escrava, ou, em outras palavras, quem e em que quantidade possuía escravos na Campina Grande da segunda metade do século XIX?

Embora seja verdade que nas últimas décadas da escravidão tenha havido uma certa tendência à concentração da propriedade nas mãos dos grandes senhores, o fato é que a oferta e posse de escravos foi, para os padrões locais, relativamente elástica ao longo do século como um todo. Partindo da análise de 499 inventários que cobrem as quatro últimas décadas do dezenove, tentaremos estabelecer algumas variáveis sobre o padrão de posse escrava no antigo município de Campina grande.[15]

---

escravos. Para uma síntese do processo histórico local, ver. Gurjão, Eliete de Queiroz. (Organizadora). *Imagens multifacetadas da história de Campina Grande.* C.G, SEC,2000.

[15] Ver. Inventários ***post-mortem***, cartório do terceiro ofício, C.G, 1848-1888.Os dados do antigo município de Campina Grande confirmam a idéia básica de uma série de estudos de natureza demográfica que procuram relativizar uma tese historiográfica clássica acerca da estrutura de posse escrava no Brasil. Neste sentido, ao contrário do que se pensou por muito tempo, ter escravos no Brasil não foi privilégio apenas de donos de plantation, havendo, ao lado destes últimos, pequenos e médios proprietários, que chegavam a possuir entre de 1 a 4 escravos, trabalhando não só nas culturas de exportação, como também num conjunto de atividades voltadas para o mercado interno, caso, por exemplo, de outro município do agreste da Paraíba, Bananeiras no século XIX. Além dos aspectos econômicos e demográficos da questão, estas novas evidências históricas têm claras implicações políticas, sendo um importante fator para melhor se entender a longevidade que o sistema escravista teve em nosso país, longevidade essa devida, em grande parte, a essa verdadeira frente de pequenos e grandes interesses que se formava na defesa da instituição escravista, especialmente em conjunturas de convulsão social, como foi o caso da do Quebra - Quilos. Para o debate historiográfico e, ao mesmo tempo, uma comparação com o caso de Campina

Dos 499 moradores do município que durante a vida ou próximo da morte tinham algum bem a deixar como herança para os seus herdeiros ou a quem de direito, 266 declararam possuir escravos, ou seja, 53% do total, o que não deixa de ser um número expressivo. Se fizermos novos cálculos, chegaremos a conclusão de que a média era de 4 escravos por cada proprietário.

Na medida em que decompomos cada vez mais estes números o quadro vai ficando mais interessante, estabelecendo assim contornos mais concretos para essa realidade social. Neste sentido, chama a atenção a expressiva quantidade de proprietários que chegaram a declarar até 4 escravos; foram exatamente 184, o que dá em termos percentuais 69% do total. Baseados em critérios sócio - econômicos, e utilizando outros municípios com perfil semelhante a Campina Grande na mesma época, podemos caracterizá-los como os pequenos proprietários locais. Abaixo destes, havia os que se situavam numa faixa intermediária, possuindo entre cinco e nove escravos. Estes eram 55 proprietários, representando 21% do total. Por fim, temos os considerados grandes possuidores de escravos do município, com um quantitativo acima de 10 escravos, apenas 27 proprietários, ou 10% do universo global de proprietários.

Estes números dão uma idéia aproximada dos interesses escravistas locais. A primeira lição a se extrair destes dados, é de que ter escravos por essa época em Campina Grande não era privilégio de uma meia dúzia de grandes proprietários. Mesmo num momento em que o preço dos escravos tinha o seu valor elevado, em função do fim do tráfico negreiro, ainda era significativo o número de pessoas que tinham escravos, incluindo aí desde os grandes negociantes - fazendeiros, passando por funcionários públicos e profissionais liberais até remediados agricultores, que muitas vezes trabalhavam lado a lado com 1 ou 2 escravos de seu plantel.[16]

Grande, ver. Costa, Dora Isabel Paiva da. *Posse de escravos e produção no agreste paraibano: um estudo sobre Bananeiras, 1830 - 1888.* Campinas, Unicamp, 1992. (Dissertação de Mestrado).

[16] O valor de mercado dos escravos em Campina, como de resto em todo o Brasil, tendeu a subir entre as décadas de 50 e 70, em parte devido ao fim do tráfico negreiro e o surgimento de novas demandas. Para se ter uma idéia, o preço médio de um jovem escravo na década de setenta em Campina Grande chegava a

Praticamente todas as grandes famílias do antigo município de Campina Grande, a chamada aristocracia local, possuía escravos em grande número, sendo parte significativa de sua riqueza constituída destes últimos. Além de monopolizarem as melhores terras, possuírem gados, imóveis no campo e na cidade, estes potentados investiam grandes quantias em escravos. Além de elevarem o status social de seus proprietários, os escravos eram vistos como reserva de valor e, principalmente, mão - de - obra cuja exploração contribuía em muito para aumentar a riqueza daquele grupo social.

O maior proprietário de escravos de Campina Grande era o nosso já conhecido Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque, membro de uma das mais tradicionais famílias da vizinha Província de Pernambuco, de onde veio em 1858 e se instalou na então Vila Nova da Rainha como negociante - fazendeiro, tornando - se, com o tempo, no principal chefe do partido Conservador local, ocupando alguns cargos chaves, como os de delegado de polícia e presidente da Câmara municipal. Era detentor de grandes porções de terra, onde plantava algodão e criava gado. Beneficiava o seu próprio algodão com as mais modernas máquinas existentes na época. Como já vimos anteriormente, mandou erguer o prédio do Mercado novo, onde negociava com diversos gêneros. Em função dessa sua experiência com o comércio a grosso e a varejo, tornou-se também o maior credor da praça de Campina Grande, emprestando inclusive dinheiro a juros. No mercado local de escravos aparece com freqüência, principalmente na condição de comprador, embora também tenha se aproveitado da conjuntura favorável dos anos setenta para vender alguns de seus escravos para as fazendas de café do centro - sul, dentro do contexto maior da política do tráfico interprovincial . Era tido como um senhor particularmente severo, no que se refere ao tratamento dispensado aos seus

---

bagatela de um conto de réis, algo próximo da praça do Recife, embora distante dos valores alcançados em São Paulo. Ver. Lima, Luciano Mendonça de. Op. cit. p.13.

escravos, algo que pode ter impelido alguns destes a se envolverem no Quebra - Quilos, como veremos depois.[17]

Outro poderoso clã que detinha muitos escravos era o dos Agra, a começar pelo seu então patriarca, o Coronel da Guarda Nacional Honorato da Costa Agra, proprietário de várias fazendas de algodão e gado, sendo um dos principais líderes da corrente Liberal do município, possuidor de 32 escravos, distribuídos pelas suas várias propriedades, como por exemplo a fazenda Sôssego. Outro membro dessa família que possuía um número considerável de escravos era José Francisco da Costa Agra. Quando da abertura de seu inventário, em 1873, sua viúva, de nome Delfina da Costa Agra, herdou 16 cativos, sendo oito homens e oito mulheres.[18]

O também chefe liberal e proprietário do Mercado velho, Baltazar Gomes Pereira Luna, era outro membro da classe dominante local que tinha escravos entre os seus bens. De acordo com a Relação de Matrícula nº 143, ele possuía 12 escravos, a maioria apta para o trabalho da lavoura, o que mais uma vez comprova a forte inserção da escravidão nas atividades agrícolas locais.[19]

Além desses grandes escravistas, outros grupos sociais direto ou indiretamente ligados aos setores dominantes da sociedade campinense também estabeleceram vínculos orgânicos com a propriedade escrava. É o caso de alguns funcionários públicos investidos de cargos estratégicos na burocracia local. Neste particular, dois exemplos bastam. O Juiz de Direito, nosso também já conhecido Antonio da Trindade Antunes Meira Henriques, possuía 8 escravos. Como este magistrado morava no núcleo urbano do município, é

---

[17] A esse respeito, basta dizer que em 03/03/1873 Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque comprou, de João de Barros Souza, 9 escravos pelo, valor de 6.200,000, sendo 6 homens e três mulheres, inclusive um de nome Thomé, que será um dos mais destacados personagem de nossa história. Ver. *Livro de notas para escritura de compra, venda e troca de escravo.* Cartório do 1º Ofício, C.G, 1873.

[18] Ver. Inventário ***post-mortem.*** José Francisco da Costa Agra. cartório do primeiro ofício, C.G, 1873. Mesmo que ostente nos dias que correm a mais absoluta decadência econômica e viva o amargor do ostracismo político, a família Agra foi, outrora, uma das mais influentes do antigo município de Campina Grande, em termos de posse e prestígio social. Seus herdeiros ainda hoje se alimentam desse falso fausto e idealização de um passado glorioso. Ver. Entrevista do autor com Dona Esmeraldina da Costa Agra. Campina Grande, 26/01/1989.

[19] Ver. *Relação nº 143 dos Escravos pertencentes a Balthazar Gomes Pereira Luna.* SEDHIR, C.G, 1876.

possível que aqueles cativos compusessem a sua criadagem, que desempenhando as mais diversas funções domésticas em sua residência. Outro juiz local, este de Órfão, possuidor de alguns escravos, era o Bacharel Irinêo Joffily, dono de 2 escravos, também provavelmente domésticos.[20]

Neste universo econômico - social, a Igreja não foi exceção. Encontramos, pelo menos, dois membros do clero secular de Campina Grande possuidores de escravos. Um deles era José Ambrózio da Costa Ramos, que além de padre era deputado provincial e detinha em suas mãos 6 escravos. O outro padre - escravista campinense por nós localizado se chamava Santino Maciel de Atayde, em cujos bens inventariados constavam 5 trabalhadores escravos, que foram avaliados em 2.950000 contos de réis.[21]

Como já vimos anteriormente, era grande o número de pequenos escravistas em Campina Grande. Eram vários os que possuíam entre 1 e 2 escravos. Dentre os muitos casos pesquisados, citaremos apenas alguns. José Alves Pereira era um pequeno proprietário que trabalhava o pouco de terras de seu sítio, de nome "Suspiro", com sua família e a ajuda valiosa do único escravo registrado em seu inventário. Outro que detinha apenas um escravo era José Luís Gonçalves de Freitas, que matriculou a cativa Romana, crioula de trinta e cinco anos, apta para o trabalho na agricultura. Já Rita de Santana Pereira, moradora no lugar denominado Marinho , tinha 2 escravos, avaliados em seu inventário por 1.700 contos de réis, o que dá bem a medida do valor que estes

---

[20] Ver. *Livro de notas para escritura de compra, venda e troca de escravos.* cartório do primeiro ofício, C.G, 1876; Almeida, Elpídio de. *História de Campina Grande.* J.P, Ed. UFPB, 1978.pp.203/217. As relações dos letrados e magistrados com a escravidão em Campina Grande eram contraditórias. Ao mesmo tempo em que atuavam, na condição de advogados e juízes, na defesa e causas de escravos que foram a justiça litigar a liberdade com seus senhores, eles próprios eram possuidores de seres humanos. Ainda teremos oportunidade de voltar a discutir esta questão mais adiante. Sobre os aspectos gerais da ambigüa relação dos jurisconsultos brasileiros com a escravidão na segunda metade do século XIX, ver. Pena, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial. Jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871.* Campinas, Ed.da UNICAMP, 2001.pp.21/69.

[21] Ver. Inventário ***post-mortem.*** Santino Maciel de Atayde. cartório do 3ª Ofício, C.G, 1882. Para uma história do clero campinense do século XIX, ver. Uchôa, Baulanger de Albuquerque. *Subsídios para a História Eclesiástica de Campina Grande.* R.J, Edição do Governo Diocesano, 1964.pp.36/87.

tinham nos bens gerais desses pequenos proprietários, chegando a atingir mais da metade do patrimônio.[22]

Em resumo, podemos dizer que os interesses escravistas ainda permeavam profundamente a sociedade campinense, tanto vertical como horizontal, na conjuntura de transformações históricas da segunda metade do século XIX. Mesmo com a crise sócio - econômica que então se vivia, estes mesmos interesses eram fortes o suficiente para manter uma certa coesão no interior do heterogêneo grupo social que detinha escravos, no sentido de manter a ordem social quanto a qualquer perigo proveniente da movimentação escrava, que ameaçasse desse modo pôr em risco o controle social. Em seu cotidiano, os escravos deviam levar em conta os ritmos desse complexo contexto social e histórico em que estavam inseridos, no sentido de forjarem formas variadas de convivência e resistência perante seus senhores e os demais grupos daquela sociedade.

Na Campina Grande oitocentista, como de resto em todo o Brasil imperial escravista, as relações sociais estabelecidas entre senhores e escravos foram pautadas por muita negociação e conflitos.[23]

Mesmo que, como vimos anteriormente, já fossem uma minoria em termos numéricos, esses mesmos escravos não deixavam de ser alvo da preocupação das autoridades e da classe senhorial, que através de um complexo sistema de normas e práticas visavam manter o controle daquela população. Podemos perceber isso analisando alguns dispositivos legais, como os Códigos de postura da época. Um deles prescrevia o seguinte:

"É proibido(...) vozerias, batuques e descantes a horas próprias do silêncio e descanso dos habitantes, que se contarão das nove da noite às cinco

---

[22] Ver. Inventário ***post-mortem.*** José alves pereira. Cartório do 3° Ofício, C.G, 1851; Inventário ***post-mortem.*** Rita Santana Pereira, Cartório do 3° Ofício, C.G, 1858; *Relação n° 135 do escravo pertencente a José Luis Gonçalves de Albuquerque.* SEDHIR, C.G, 1876.

[23] Aqui nos inspiramos no conceito de paternalismo, aplicado a realidade histórica de sociedades escravistas. Ver. Genovese, Eugene D. *A terra prometida: O mundo que os escravos criaram.* R.J, Paz e Terra, 1988.pp.21/190. Ver também. Reis, joão José e Silva, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista.* S.P, Comp. das Letras, 1989.pp.7/21

da manhã. Os infratores pagarão multa de quinhentos réis cada um, e o duplo nos reincidentes".[24]

Embora isto valesse, em princípio, para todos aqueles indivíduos e grupos que de alguma maneira ameaçavam o chamado sossego público, não resta dúvida de que elas se dirigiam para as populações negras e mestiças, em particular os escravos. Na ótica das elites locais, estes últimos eram a mais perfeita tradução das "classes perigosas", principalmente quando se reuniam sob qualquer pretexto em certos espaço públicos ou clandestinos, em pequenos ou grandes grupos. Porém, o que para essas mesmas elites significava uma onda de desordem e corrupção dos costumes a ser contida, para as populações negras era a possibilidade de extravasamento de energias lúdicas, expressões de sociabilidade e estabelecimento de canais de resistência, aspectos esses fundamentais na sobrevivência daqueles homens e mulheres escravizados. Aqui valeria a pena resgatar uma pequena história, cujos ingredientes podem iluminar algumas questões que temos em vista neste capítulo.

Em 08/05/1872, Maria Magdalena do Nascimento, mulher pobre e viúva, denunciou perante o juiz municipal de Campina Grande a João de Barros Souza, Manoel de Barros Souza, Claudino de Tal e o escravo Thomé, todos moradores no lugarejo chamado de Baixa Verde. Segundo a queixosa, pouco tempo depois que "caio no estado viuval" sua vida virou um verdadeiro inferno. Isto porque tanto o pai, João de Barros, quanto o filho Manoel de Barros, através de toda "sortes de perseguição, ameaças e injurias" queriam porque queriam manter relações sexuais à força com ela. Como resistiu bravamente a estes assédios, pai e filho resolveram "dar uma surra" na dita mulher. De fato, alguns dias depois o intento criminoso dos acusados terminou se efetivando. Na noite do dia 30 para 31 de março daquele ano, após visitar algumas amigas nos arredores, estando já em sua "cama de dormida", ela foi surpreendida com o vulto de alguns homens, que arrombaram a porta de acesso à casa, invadiram o seu quarto e "derão-lhe borduadas com cacêtes" e uma "peia" com um chicote

[24] Ver. *Código de posturas*. 1862. Apud. Almeida, Elpídio. Op. cit.p. 134.

de couro cru. Não satisfeitos com o serviço, os "elementos" ainda chegaram a humilhar a dita mulher, cortando com uma faca todo o seu cabelo. Após diligências da polícia, descobriu-se que o crime fora praticado por Claudino de Tal e o escravo Thomé, a mando de João de Barros, tio do primeiro e senhor do segundo, e o nosso conhecido Manoel de Barros, vulgo Neco de Barros. Essa história toda é interessante por vários motivos. Primeiro, porque mostra o quanto podia ser difícil a vida de uma mulher pobre e, ainda por cima, viúva. Além de ter que batalhar pela sobrevivência material no dia a dia, mulheres como Maria Magdalena - a exemplo de sua homônima anti- heroina bíblica - poderiam ser facilmente confundidas com uma prostituta, alvo fácil para o assédio e a violência daquele meio social fortemente machista e hierárquico. Daí a rede de solidariedade que ela procurou tecer ao seu redor, acionando amigos e vizinhos no sentido de se proteger de investidas de inimigos poderosos. Por outro lado, demonstra um processo de dominação e tensionamento social e político em pleno curso, caracterizado por um certo código de honra sancionado socialmente, baseado em valores rigidamente hierarquizados, cuja desobediência e contrariedade no mais das vezes era resolvido por meio da violência.[25]

Porém, este mesmo processo permite-nos vislumbrar aspectos da convivência cotidiana de pobres livres e escravos na Campina daqueles tempos, convivência essa pontuada por momentos de hostilidades mas também

---

[25] Ver. Summario de culpa por crime de ferimento. Queixoza. Maria Magdalena do Nascimento. Reos. João de Barros Souza e outros. Cartório da primeira vara criminal. C.G, 1872. Essa história bem expressa o clima de impunidade e manipulação da justiça por parte dos poderosos de então. Ao final, a vítima foi obrigada a desistir do processo no meio do caminho, já que foram poucos os que se dispuseram a depor a seu favor, em que pese as evidências do crime. O único punido exemplarmente nesta história foi o escravo Thomé, que após ser capturado em 1875 sofreu a pena máxima de 600 chicotadas, e ainda teve de passar pela humilhante situação de carregar, ao pescoço, uma gargalheira de ferro por dois longos anos. Por outro lado, esse não era um caso isolado. Mais ou menos por essa mesma época uma outra Maria, dessa vez da Conceição, foi vítima de uma surra de cacete aplicada por um escravo e um seu comparsa desconhecido, tendo como pano de fundo o roubo de uma cabra, o que bem demonstra o estado de pobreza em que estavam mergulhados pobres livres e escravos. Após a dita surra, os dois acusados "arrastarão - lhe(a Maria da Conceição, L.M.L.) depois para fora de casa, onde ainda continuarão a maltratal - a, fasendo - lhe graves ferimentos", conforme denúncia pública do promotor local. Ver. Summario de culpa por crime de ferimentos. Autora. A justiça Publica. Reo. Aleixo, escravo de Francisco Rodrigues. Cartório da primeira vara criminal, C.G, 1874.

de colaboração. Para uma testemunha de vista, as desavenças de membros da família Barros com Maria Magdalena remontavam, pelo menos, ao ano de 1870. Em novembro deste mesmo ano João de Barros teria dito "que se a queixosa não se mudasse d'ali soffria uma surra, por que era uma mulher que não se dava ao respeito", dentre outros motivos, porque promovia na casa dela noitadas de sambas alegres e barulhentas, em que compareciam até escravos, inclusive dele, João de Barros. Tomado por um forte sentimento de inveja e raiva, o dito senhor castigou de forma exemplar um de seus cativos, com a intenção de evitar que voltassem a freqüentar aqueles festejos, isto porque desde então eles(escravos) "estavão ficando perdidos". Naquele contexto, o termo "perdidos" poderia adquirir vários significados. É possível que os escravos estivessem desrespeitando a autoridade senhorial. É plausível pensar, também, que ao irem se divertir naqueles batuques - que muitas vezes adentravam a madrugada - e voltarem para casa cansados, alguns deles começaram a fazer "corpo mole" no trabalho. Também é possível fazer uma leitura ao "pé da letra" e imaginar que estivessem fugindo, ou seja, perdidos no meio do mato, distantes por algum tempo das vistas de seu proprietário.[26]

De todo modo, qualquer que seja a leitura a ser feita, este episódio pode ser revelador de fenômenos mais amplos. Essa história pode ser um indício de que, naquele contexto, os escravos de Campina Grande buscavam construir alternativas de lazer e diversão longe do controle de seus senhores. Espaços estes que podiam ser os arredores das próprias propriedades, as tavernas, as

---

[26] Quanto a fugas de escravos em Campina Grande, foram poucos os casos que encontramos para o período estudado. O que não quer dizer, necessariamente, que os cativos campinenses não costumassem fugir, mas que simplesmente estas possíveis fugas não ficaram registradas em documentos. Isto se deve, pelo menos em parte, a ausência de jornais de circulação local até 1888, ano de fundação do primeiro periódico do município. Como sabemos, era neste tipo de publicação que os senhores costumavam colocar anúncios, dando pela falta de seus cativos fugitivos. De qualquer maneira, conseguimos localizar fugas de negros através de outros tipos de fontes. Em 1873, por exemplo, Jozé Gomes de Farias se queixou perante o juiz de órfão do município de seu escravo Miguel, 14 anos, que "nos últimos tempos" deu para fugir. Outro acusado de ser foragido por esse mesmo tempo, era um escravo de aluguel chamado José Modesto Ferreira de Lira, preso desde pelo menos 1872. Ver. Autuamento de uma petição de Jozé Gomes de Farias em que requer concentimento para vender a parte do escravo Miguel como tudo adiante cive. Cartório do 3° Oficio, C.G, 1873; Summario crime por fuga de prezos. Ex. Officio. Reos. Deodato Soares de Souza e outros. Cartório da primeira vara criminal, C.G, 1872.

beiras de estradas, bordéis e outros lugares esconderijos. Aí eles se reuniam, muitas vezes após um dia de exaustivo trabalho, para reencontrar amigos e parentes, trocar idéias, permutar objetos resultante de pequenos furtos, encontrar parceiros ou parceiras para breves intercursos sexuais e afetivos, tudo isso ao sabor de bebidas e ao som de vozeria e algazarras típicas. Mesmo que alguns desses encontros permitissem também vir à luz o afloramento de inimizades pessoais e tensões grupais que ao final poderiam degenerar em atritos e violência , o fato é que eles serviam no mais das vezes para que escravos, libertos e negros livres partilhassem subterraneamente valores e experiências sociais que poderiam resultar num processo de resistência política e cultural mais amplo. Daí a preocupação e vigilância por parte de senhores e autoridades, prontos a intervir e reprimir.[27]

Não eram apenas estes espaços mais "clandestinos" ou mesmo privados que senhores e autoridades procuravam manter sob controle, longe do perigo de ajuntamentos populares. Podemos observar que com o passar dos anos uma certa idéia de esquadrinhamento dos espaços e artérias da cidade e seus termos limites vai cada mais ganhando corpo e adeptos entre os setores encarregadas de manter a ordem e a paz social. Sintoma desse processo, foi a aprovação de uma lei provincial em 1870, que dentre outras coisas previa o seguinte:

"É absolutamente prohibido tomar banho, lavar roupa e animaes no acude novo d'aquella cidade - Campina Grande, L.M.L.- e nas fontes e depozitos d'agua potavel do municipio. O infractor pagará a multa de 5.000 reais, e o não fazendo soffrerá 5 dias de prizão. Sendo escravo será esta pena

---

[27] Outros espaços de sociabilidade e lazer que os escravos de Campina Grande costumavam freqüentar por esse tempo, eram as novenas e as festas juninas. Para a discussão de aspectos da cultura escrava em várias partes do Brasil oitocentista, ver as seguintes obras. Maia, Clarissa Nunes. *Sambas, Batuques, Vozerias e farsas públicas: O controle social sobre os escravos em Pernambuco no século XIX. 1850 - 1888.* Recife, UFPE, 1995. (Dissertação de Mestrado); Mello, Marco Antonio Lirio de. *Reviras, Batuques e carnavais: A cultura de resistência dos escravos em Pelotas.* Ed. UFPEL, 1994; Karasch, Mary. Op.cit.pp. 292/340.

commutada em duas duzias de palmatados, de que ficará isento satisfeita a mencionada multa".[28]

Como vimos no capítulo anterior, os açudes novo e o velho eram as mais importantes fontes abastecedoras de água potável para a população de Campina Grande e a região circunvizinha. Ambos eram passagem obrigatória para quem saia ou chegava à cidade em direção, respectivamente, ao sertão e ao litoral. Eram, juntamente com os dois mercados e as duas Igrejas, os lugares de maior aglomeração de populares, ainda mais porque estavam situados em pontos estratégicos da paisagem da cidade. Era ao redor deles que os famosos tropeiros faziam pouso com seus comboios de burros para descansar, seiar a matar a sede de homens e animais. Nestas viagens feitas de idas e vindas, aqueles característicos homens da região compravam e vendiam mercadorias das mais diversas origens e procedências, tanto do interior da província como de fora dela. Além disso, eles desempenhavam o papel fundamental de levar e trazer notícias, ajudando a fazer circular informações de lugares outros, alguns próximos outros distantes. Podemos imaginar o burburinho e a movimentação geradas naqueles momentos: pessoas e animais se lavando ou tomando banho nas águas não tão límpidas daqueles logradouros; mulheres, livres ou escravas, com suas pilhas de roupas a trabalharem e conversarem debaixo de um sol escaldante; homens que se armavam de anzol, ou algo parecido, para suplementar sua parca dieta com peixe fresco etc.[29]

Certamente que os escravos também freqüentavam aqueles ambientes públicos, tanto é assim que o legislador teve a preocupação de tipificar e estabelecer punições especiais para eles . Esse freqüentar se dava de várias maneiras. Eles poderiam compor os comboios na condição de ajudantes dos tropeiros, executando as mais diversas tarefas. Também poderia acontecer de

---

[28] Além desta interdição a supra citada lei também proibia certos divertimentos populares, como as vaquejadas, derrubadas e parada. Ver. Lei nº 389. Arquivo Público da Paraíba, J.P,Cx.24, 1870.

[29] Como era de se esperar, nem sempre essas proibições surtiam o efeito desejado pelas elites e autoridades constituídas. Tanto é assim que essas queixas atravessaram o tempo, sendo que até décadas mais recentes era comum ainda a imprensa local veicular reclamações, por exemplo, contra jovens a tomarem banho

virem acompanhando seus senhores, que saiam de suas propriedades rurais rumo a cidade, quer seja para fazer negócios ou então participar das festas do calendário profano e religioso da cidade, como era o caso, por exemplo, da festa da padroeira local, Nossa Senhora da Conceição, realizada no mês de dezembro. Os negros ao ganho e aqueles escravos que conseguiam sua economia própria, antes de venderem seus produtos na feira, deveriam circular por esses lugares mais movimentados da cidade e aí se encontrarem com parceiros e conhecidos, pondo-os assim também em contato com diferentes fatos e pessoas, contribuindo para que tivessem uma visão mais ou menos de conjunto da realidade que os circundavam.

Assim, podemos dizer que por mais que senhores e autoridades buscassem transformar os escravos em trabalhadores dóceis e obedientes e ao mesmo tempo esquadrinhar e controlar os seus passos no interior daquela sociedade , nem sempre as coisas se davam conforme aqueles segmentos sociais e políticos gostariam, levando a ajustes e transgressões permanentes. Mesmo tendo que se submeter ao "fardo da escravidão", às vezes por toda uma vida, a comunidade escrava campinense buscou estabelecer, criativamente, através de diversos mecanismos sociais, formas de sobrevivência e, acima de tudo, alargar e vislumbrar experiências múltiplas em torno da liberdade.

2- Liberdade: As Alforrias

O estado atual da pesquisa nos permite afirmar, com um certo grau de confiança, que no antigo município de Campina Grande a maioria de seus escravos viveu e morreu como cativo. Nesta sociedade, que procurava através de mecanismos variados delimitar a distinção entre livres e não livres, os escravos tiveram que estabelecer estratégias permanentes de conquista, manutenção e, em certas ocasiões, alargamento de espaços sociais e culturais

---

totalmente nus naqueles reservatórios, gestos estes vistos como um atentado aos bons costumes e ao pudor das sensíveis damas e senhoritas da sociedade campinense. Ver. Almeida, Elpídio. Op. cit. pp. 105/121.

de autonomia dentro daquela mesma sociedade. Às vezes estas lutas poderiam levar alguns daqueles homens e mulheres escravizados a condição de candidatos à alforria e a partir daí trilhar os tortuosos caminhos que levavam à liberdade e a precária condição de forro. Processo esse cheio de expectativas, angústias e ambigüidades, já que o recém liberto mesmo não sendo mais escravo tampouco adquiria automaticamente o status de homem livre, processo esse que muitas vezes se expressava em sua ambivalente conduta social, um sujeito a transitar ainda por muito tempo entre a escravidão e a liberdade. Neste sentido, alguns desses indivíduos que haviam encarnado concretamente a realidade do cativeiro, buscavam de todas as formas estabelecer mecanismos que lhes permitissem de alguma maneira ascender socialmente, cortando os laços que antes os vinculavam umbilicalmente aos velhos companheiros de sofrimento. Havia outros que, em função das diversas barreiras institucionais, sociais e raciais interpostas e sedimentadas com o tempo, se viam na contingência de (de bom ou mau grado) permanecerem na companhia de antigos parceiros de escravidão. É provável, porém, que a maioria tenha optado por reconstruir suas vidas reforçando os vínculos de pertencimento com a sua comunidade de origem. Afinal de contas, os escravos sabiam, por experiência própria, que a aventura em busca da liberdade era algo que exigia a montagem de uma complexa rede coletiva de atuação, acionadas no momento de sua formalização. Assim, podia acontecer de, por exemplo, o filho ser liberto e os pais ou algum parente próximo permanecerem no cativeiro. Enfim, em que pese a permanência de tensões e conflitos, novas formas de solidariedade eram tecidas no interior dessa comunidade mais ampla que incluía, além dos próprios escravos, libertos e negros livres em busca da alforria e ampliação de espaços de autonomia econômica, social e cultural.

Dito isto, tentaremos agora penetrar e compreender melhor esses labirínticos caminhos que poderiam levar à liberdade na Campina da segunda

metade do oitocentos, caminhos esses feitos de avanços e recuos, veredas e atalhos.[30]

Num marco temporal que abrange vinte e seis anos, foram 115 as alforrias registradas oficialmente no antigo município de Campina Grande na segunda metade do século XIX. Se dividirmos este total pelo número de anos expresso acima, temos uma média de 4,5 escravos libertados ao ano. É um número que não destoa muito da realidade de outros municípios da província, embora esteja muito distante de outros padrões encontrados para regiões mais dinâmicas do Império do Brasil, o que tem a ver, dentre outros fatores, com as diferentes variáveis sócio - econômicas que interagiam de forma específica em cada configuração histórica.[31]

Antes de seguir na argumentação, talvez fosse o caso de apresentar alguns aspectos gerais da alforria, no sentido de melhor esclarecer o leitor e, paralelamente, ir citando e comentando exemplos para uma melhor compreensão da nossa temática.

Como herdeiros da tradição escravista greco-romana, os colonizadores portugueses transportaram para as terras brasílicas este antiquíssimo costume, o que não quer dizer, em absoluto, que a escravidão negra foi entre nós um mero transplante de sua similar da antigüidade, sendo, pelo contrário um fenômeno sócio - econômico historicamente novo. De qualquer maneira, de acordo com esses costumes e as práticas sociais escravistas da época, o ato de alforriar o escravo era visto como uma doação da parte do senhor, o que coloca

---

[30] A este respeito, já existe uma razoável bibliografia sobre o tema da alforria e a experiência do liberto ao longo da história da escravidão no Brasil do século XIX. Ver, dentre outros. Mattoso, Kátia. M. de Queiróz. *Ser escravo no Brasil.* S.P, Brasiliense, 1982; Cunha, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros: Os libertos e sua volta a África.* S.P, Brasiliense, 1987; Eisemberg, Peter. *Homens esquecidos: Escravos e trabalhadores livres no Brasil. séculos XVIII e XIX.* Campinas, Ed. Unicamp, 1996; Wissenbach, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, Vivências ladinas: escravos e forros no município de São Paulo.* S.P, USP, 1989. (dissertação de Mestrado); Karasch, Mary. Op. cit.pp.439/479.

[31] Ver. Livros de Notas. Cartas de liberdade. Cartório do primeiro ofício, C.G, 1858-1888. Trabalhando com 9 municípios da província - Capital, Mamanguape, Pilar, Guarabira, Areia, São João do Cariri, Piancó, Pombal e Bananeiras - a historiadora Diana Soares de Galiza encontrou 1.052 alforrias registradas em cartório, para o período de 1850 - 1888, cujos resultados não diferem substancialmente da realidade de Campina Grande. Por outro lado, pesquisando a região de Salvador- BA. durante 30 anos, a

desde já para nós o problema de sua ideologia. Neste aspecto, a formalização da alforria nem sempre significava o fim das relações entre senhores e escravos. Ao acenar para os cativos com a possibilidade da liberdade a partir de caminhos legais, a alforria terminava sedimentando valores de coesão social, inculcando neles a propensão ao trabalho e obediência a seus senhores. Alguns até seguiram, por linhas nem sempre retas, esse roteiro de vida previamente traçado. Mas, para outros essa situação era vivida de forma bastante contraditória, pois seguir o ***script*** nem sempre era garantia de sucesso naquela empreitada, gerando com isso sentimentos de frustração. Essas expectativas terminavam sendo transferidas para os momentos posteriores à alforria: de um lado, o ex-senhor, o agora patrono, esperando de sua clientela gratidão e reverência, de outro, os libertos, ansiosos por se livrarem da sujeição e viverem "sobre si". Houve o caso daqueles que, de fato, continuaram próximos de seus antigos senhores, obedecendo-os (ou fingindo, não importa) mantendo assim a dependência em graus variados. Só que existiram outros tantos que simplesmente puseram a ideologia senhorial da patronagem de ponta - cabeça, através de uma série de ações e gestos, tais como a recusa à disciplina do trabalho feitorizado, o deboche e a irreverência em relação as ditas normas sociais, a ingestão desbragada de bebida alcoólica, a "indolência" etc, atitudes essas quase sempre alvos das reclamações de autoridades e proprietários. Isso para não falar em outras tantas soluções intermediárias que os ex-escravos construíram, na busca de novos sentidos para as suas existências individuais e coletivas. Neste perspectiva, a análise de algumas cartas de alforria por nós pesquisadas, permite vislumbrar aspectos do universo mental e social de senhores e escravos, ou libertos e patrões. Justamente por ser vista socialmente como uma doação, a alforria era passível de ser revogada pelo senhor, pelo menos até 1871, quando a chamada Lei do ventre livre vetou essa prerrogativa. Qualquer deslize da parte do liberto recém saído da escravidão poderia significar a reescravização. A esse respeito, o historiador Mário José

---

historiadora Kátia Mattoso calculou em cerca de 500 as cartas registradas, em média, ao ano. Ver.

Maestri publicou a alguns anos atrás um documento que mostra as dificuldades de um liberto viver numa sociedade escravista, redundando, no caso, em sua volta ao cativeiro.[32]

Em Campina grande também encontramos histórias semelhantes. Em 1865, Manuel Pereira Pinto libertou a "mulatinha" de nome Josefa, filha de sua escrava Ana. Só que, posteriormente, este mesmo proprietário permutou a dita "escravinha" por uma outra, de propriedade de seu filho, José de Araújo Soares.[33]

Temos aí uma demonstração flagrante de um ato de retorno ilegal de uma pessoa liberta ao estado de escravidão. Aliás, é relativamente comum nas Cartas de Alforria os senhores recomendarem que as mesmas não podiam ser revogadas por seus herdeiros. Essas recomendações expressas podem ser indício de uma prática social mais ou menos disseminada, pesando quase que como uma ameaça permanente para os libertos.

A alforria poderia ocorrer de diversas formas e tempos diferentes. Vejamos alguns aspectos desta questão.

A criança que nascia na escravidão poderia ser liberta na chamada pia batismal. A este respeito, a história da "mulatinha" Veneranda, propriedade de Feliz Gomes do Rêgo, nos serve de amostra:

"Sendo senhor de uma mulatinha de nome Veneranda, filha natural de minha escrava Marcelina, por ocasião de ser batizada a 26/2/1859, na Capella de Alagoa Grande de Santo Antonio de Piancó, com a idade de 2 meses e 12 dias de nascida a forrei na pia pela quantia de 100 mil réis que recebi para este fim dos seus padrinhos, Pedro Malheiro Tavares Brasil e Dona Coletra Maria da Conceição do que lhes passei recibo como tudo consta do acerto do seu Batismo".[34]

Galliza, Diana Soares de. Op.cit. pp 139/163; Mattoso, Kátia M. de Queiróz. Op. cit. P. 61.

[32] Ver. Haestri, Mário José. *Depoimentos de Escravos Brasileiros.* S.P, Ícone, 1988. Para uma discussão sobre padrões de alforria no Brasil e as implicações da legislação moderna e antiga nesse processo, ver. Cunha, Manuela Carneiro da. Op. cit.pp.17/100.

[33] Livro de Notas, Carta de Liberdade. Cartório do 1º Ofício, C.G., 1865.

[34] Livro de Notas, Carta de Liberdade. Cartório do 1º Ofício, C.G. 1861.

A alforria podia também ser concedida como uma disposição testamentária do senhor. Em campina Grande constatamos algumas dessas situações. Foi o caso da escrava "criola" Victorina, de 32 anos, liberta por sua senhora, a viúva Thereza Maria de Jesus, em 17/11/1873.[35]

Por fim, a manumissão podia ser concedida em qualquer momento, momentos esses geralmente revestidos de um certo cerimonial ritualístico, fortemente perpassado da ideologia senhorial. Quanto à modalidade, as alforrias podiam ser gratuitas ou onerosas. Como veremos adiante, esta distinção, na prática, era bastante relativa. Vejamos mais alguns exemplos.

No dia 2/11/1858, na ainda Vila Nova da Rainha de Campina Grande, termo da 2ª Comarca da província da Parahyba do Norte, Joaquina Francisca da Conceição mandou lançar em notas do cartório local a carta de alforria do "cabra" de nome Jorge, 25 anos, escravo seu, herdado do pai.[36]

Mesmo no rol das chamadas alforrias gratuitas, encontramos vários exemplos em que é exigido do recém liberto anos de serviços a serem prestados; ou então que o obrigava a servir ao senhor ou seus parentes, muitas vezes até a morte destes últimos. Alguns vezes os libertandos morriam antes de começar a gozar a sua tão sonhada liberdade, o que mais uma vez poderia gerar sentimentos e atitudes bastante contraditórios. Em 24/9/1859, o "cabra" Maximiano, de 41 anos de idade, foi libertado pela sua senhora com a condição "de ficar em minha companhia servindo-me e trabalhando durante o meu viver neste mundo". Alguns senhores iam mais além, em termos de exigência de trabalho e obediência dos libertos. Pelo menos é o que podemos perceber ao analisar a história de José e Estevão, ex - escravos. Estes foram libertados em 1876, pela sua senhora, só que com a condição de servirem-na até a morte não só desta, como de sua filha solteira, de nome Maria Francisca do Nascimento.[37]

Fica claro por essas histórias relatadas acima que as chamadas alforrias condicionais gratuitas poderiam ser consideradas como uma espécie de

---

[35] Livro de Notas, Carta de Liberdade. Cartório do 1° Ofício, C.G., 1873.
[36] Livro de Notas, Carta de Liberdade. Cartório do 1° Ofício, C.G., 1858.
[37] Livro de Notas, Cartas de Liberdade. Cartório do 1° Ofício, C.G. 1859 - 1876

variante não monetária das efetivamente pagas. Passemos agora à análise de casos de alforrias onerosas ou compradas.

A historiadora Kátia Mattoso, autora de importantes estudos sobre procedimentos e práticas de alforria na sociedade baiana do oitocentos, tem utilizado as cartas de liberdade como fonte complementar, no sentido de melhor compreender a formação dos preços dos escravos, dados relevantes para a compreensão da economia e demografia escravista. Lançando mão de outras fontes, como inventários e contratos de compra e venda de escravos, a autora chegou à conclusão de que o preço pago pelos próprios escravos para adquirir a sua liberdade se aproximava dos valores correntes no mercado da Bahia do século XIX.[38]

Em Campina Grande o preço de algumas alforrias, em comparação com o preço de mercado, variou muito, para mais ou para menos. Neste sentido, infelizmente, devido à precariedade dos dados trabalhados, nem sempre podemos estabelecer um quadro mais preciso. O que podemos fazer aqui é, através de comparações esporádicas, aventar algumas hipóteses acerta dos preços pagos pela alforria na região em estudo. É o caso da "parda" Anna, escrava de Jerônimo Paz Barbosa, que foi alforriada por 100.00 mil réis, numa época em que o preço médio dos escravos locais, em situação semelhante, variava entre 700.000 e 1.1000.00 mil réis.[39]

Encontramos alguns casos em que os valores acusados nas alforrias se aproximavam dos preços correntes no mercado. Em 1867, a escrava Luiza, 42 anos, pagou pela sua carta de liberdade 400.000 mil réis em moeda corrente. Se compararmos este valor com o preço de uma escrava na época, nas mesmas condições, constataremos um certo equilíbrio.[40]

---

[38] Mattoso, Kátia M. de Queiróz. "Notas Sobre tendências e padrões dos preços de alforria na Bahia (1819 - 1888)".IN. Reis, João José. (Org.) *Escravidão e Invenção da Liberdade.* S.P, Brasiliense, 1988.PP. 60/72.

[39] Livro de Notas, Carta de Liberdade. Cartório do 1º Ofício, C.G. 1877.

[40] Por essa época, uma escrava na faixa etária de 41/42 anos estava valendo entre 400.000 e 500.000 mil réis. VER. Livro de Notas, Carta de Liberdade. Cartório do 1º Ofício, C.G, 1867.

Como veremos um pouco mais adiante, não eram apenas os mecanismos de mercado que contribuíam para a formação do preço pago pelo escravo por sua liberdade. Dentre esses outros fatores, as próprias estratégias traçadas pelos escravos nas relações cotidianas com seus senhores são elementos importantes na explicação desse complexo processo.

No já citado livro da historiadora Diana Soares de Galiza, há um capítulo dedicado a explicar o processo de manumissões e suas implicações para a abolição na Paraíba, a partir da amostragem e do levantamento feito em fontes cartoriais para 9 municípios da Província, conforme mencionamos.

Curiosamente, a autora excluiu o antigo de seu horizonte de análise o antigo município de Campina Grande. Não porque a escravidão aqui tivesse tido peso irrelevante, pois, como demonstramos em outro momento deste trabalho, a população escrava de Campina era considerável, em termos comparativos, não podendo, portanto, ser negligenciada por qualquer estudo mais sério aberto às evidências e à análise do material empírico. O problema é que a autora, desde a própria concepção do livro, mais precisamente na introdução, obstruiu o caminho de sua pesquisa, alegando que não havia fontes para o estudo da escravidão na cidade, visto que as aí existentes teriam sido destruídas pelos "sediciosos" do Quebra - Quilos, fato este que tem sido usado até hoje para justificar a ausência de trabalhos mais sistemáticos sobre o nosso tema, gerando uma espécie de "síndrome" de Rui Barbosa local, com todas as implicações teóricas e ideológicas que uma operação como essa acarreta. Ora, os dados empíricos por nós compulsados na pesquisa relativiza essa assertiva. Além do mais, se é verdade que muita coisa foi destruída na época do Quebra - Quilos, por outro lado a mencionada autora esquece que nem tudo que se perdeu deve ser creditado a ação dos revoltosos, estando por trás disso muitos interesses historicamente inconfessáveis de suas elites.[41]

---

[41] Galliza, Diana Soares de. Op.cit. p.17. Ao ficar apenas na lamentação, essa autora terminou não compreendendo os significados específicos que o episódio da queima de papéis desempenhou no contexto da revolta do Quebra - Quilos, detalhe esse que procuramos destacar no primeiro capítulo. Todas as observações críticas feitas até aqui não retiram, de maneira nenhuma, os méritos desta pioneira obra, de

Feita essa ressalva de método, retomemos o nosso raciocínio. Se examinarmos mais detidamente os dados, constataremos que houve uma maior incidência de alforrias na década de setenta. Isto é explicável, pelo menos em parte, devido a conjuntura da época, tanto em termos locais quanto nacionalmente. Como ressaltamos anteriormente, a sociedade nortista passava por uma séria crise, em virtude da reorganização dos espaços produtivos exportadores comandado por setores do centro - sul. Neste contexto, os principais produtos de exportação da região, como o açúcar e o algodão, passavam por dificuldades, em função da concorrência de outros centros exportadores. Com esta crise, e a exigência de braço escravo para as lavouras cafeeiras, muitos cativos foram vendidos das províncias do norte para o Centro - Sul. Após o surto algodoeiro da década de sessenta do dezenove, a economia do município sofreu os seus efeitos. Além do mais, a região experimentou por esse tempo surtos de epidemias e secas. Neste contexto, é possível que alguns senhores tenham procurado se desfazer de alguns de seus escravos, em particular os muito idosos, ou então aqueles com pouca idade para ingressarem no processo produtivo. Além do mais, não devemos esquecer que nos períodos em que a classe dominante enfrentava problemas de ordem econômica e social, os escravos buscavam alargar seus campos de possibilidades, no sentido de barganhar condições menos onerosas de conseguir a liberdade e assim melhorar de vida.

Em Campina Grande, as escravas, em comparação com seus companheiros de cativeiro, tinham maiores chances de conseguir a liberdade. Do total de cartas pesquisadas, 67 era de mulheres, o que dá um percentual de 58% do total verificado. Estes números se aproximam dos verificados em nível de província, que acusou uma participação nas alforrias de 56,5% para as escravas e 43,5% para os escravos. Até aqui nenhuma novidade, pois em quase todas as situações as mulheres se libertavam mais do que os homens,

---

resto o mais importante e completo trabalho até hoje publicado sobre a história da escravidão na Paraíba do século XIX.

sendo essa uma tendência histórica para várias partes do Brasil, conforme ressalta a bibliografia citada no inicio deste tópico.

De qualquer modo, aquela conjuntura que então se vivia, aliada a interação de fatores específicos, deve ter reforçado o quadro histórico por nós descritos. Senão vejamos. Em primeiro lugar, o tráfico de mão - de - obra para outras regiões do império contribuiu para modificar a estrutura populacional do antigo município de Campina Grande. A este respeito, é importante lembrar que predominava, de forma mais acentuada, um permanente desequilíbrio no número de escravos sobre as escravas em quase todas as sociedades escravistas, devido não só a sua dinâmica interna, mas também a certas características sócio - culturais de povos africanos , que se refletiam no tráfico negreiro internacional. O tráfico interno (dentre outras razões históricas), ao contrário, verificado na segunda metade do século XIX , contribuiu para um maior equilíbrio entre os sexos na população escrava, a ponto do censo de 1872, conforme já vimos em linhas atrás para o caso de Campina Grande, confirmar essa tendência. Ligado a este último fator tráfico, está o fato das mulheres escravas serem menos valorizadas no mercado de trabalho do que os homens escravo. Além do mais, como vimos também, boa parte das mulheres desempenhava atividades domésticas, em que o grau de relação pessoal com os seus senhores poderia contribuir para as estratégias de busca da alforria, embora isso por si só não fosse garantia de nada e às vezes levasse ao contrário do desejado por elas, ou seja, abusos sexuais, castigos, perseguições devido a ciumeira de senhoras preteridas etc. Por outro lado, da parte da comunidade escrava lutava - se, prioritariamente, pela emancipação das cativas, não só pela sua importância social no interior daquela, como também pelo fato de que seus futuros filhos, ao nascerem, seriam considerados livres. Assim, é possível ter um melhor entendimento da realidade das alforrias na Campina Grande do período, a partir da variável sexo.

Quanto à cor especificada no momento da alforria, predominou amplamente os "cabras", "pardos" e "mulatos", em número de 71, em relação

aos chamados "pretos", apenas 28 casos registrados, restando 16 sem referenciar essa característica. Num tempo em que as teorias raciológicas modernas começavam a circular com desenvoltura por certos círculos intelectuais e políticos do Império brasileiro, não há dúvida de que esse debate influenciou as novas hierarquias sociais e raciais em construção. Deste modo, é possível que a cor da pele tenha ganhado cada vez mais importância para os candidatos à alforria. Quanto mais ela se aproximasse dos padrões de branqueamento exigidos pela ideologia das elites dominante, maiores as possibilidades do indivíduo ser alforriado. Além do mais, os de pele mais clara - ou menos escura, como queiram - por estarem a gerações sucessivas vivendo a experiência da escravidão, por isso mesmo, aperfeiçoavam cada vez mais as estratégias de barganha e negociação com seus senhores. Assim, constatamos que, no geral, os poucos africanos e escravos crioulos de cor mais escura que conseguiram se alforriar, as condições para esses foram mais onerosas, em comparação aos de pele mais clara, quer seja no que se refere ao valor pago pela liberdade ou mesmo a prazos mais dilatados e condições mais duras.

Quanto a faixa - etária, em que idade eram os escravos libertados? A rigor, deste cedo a comunidade escrava alimentava o sonho e lutava para que o maior número de seus membros pudessem nascer e viver "como se de ventre livre houvessem". Só que, foram relativamente poucos os que assim conseguiram chegar lá por meios legais. Do universo de 115 alforrias registradas, 47, ou seja, 41%, se enquadravam na categoria de escravos adultos, com idade entre 13 e 49 anos, os considerados em fase produtiva. Quanto as crianças, entre 0 e 12 anos, foram 22 as emancipadas no período em tela. Já os considerados velhos, acima de 50 anos, atingiram, em números exatamente, 28 cartas, estando o restante sem nenhuma especificação.[42]

---

[42] Ver. Livros de Notas. Cartas de Liberdade. Cartório do primeiro ofício, C.G, 1858 - 1888. No item "faixa - etária" nos utilizamos dos critérios de classificação de Kátia Mattoso. Em favor dessa classificação, a historiadora greco - baiana argumenta que nas cartas o sufixo "inho", ao lado da cor, acompanhava as crianças escravas até 12 anos. Os considerados velhos seriam os com mais de 50 anos. Já a faixa adulta, que abrangia os anos de vida produtiva, se situaria entre 13 e 49 anos. Grosso modo, encontramos um vocabulário mais ou menos similar para Campina Grande no mesmo período. Ver.

Em relação a este último aspecto, a título de comparação, em estudo para a região escravista do Espírito Santo, a historiadora Vilma Paraiso Almado, constatou um percentual de 11,2% de escravos considerados idosos que conseguiram a alforria. Com base nesta amostragem, a autora endossa a idéia generalizadora de Kátia Mattoso, segundo a qual "o percentual de alforriados em parte alguma ultrapassa 10% do total".[43]

Para o município de Campina Grande este raciocínio não se aplica. Como se percebe dos dados, o número de escravos alforriados acima de 50 anos, atingiu o patamar de 24% do universo pesquisado, o que demonstra, entre outras coisas, o pragmatismo de muitos senhores locais, que após passarem toda uma vida explorando o trabalho de homens e mulheres escravizados, os jogavam ao relento, nas ruas. Podemos imaginar as dificuldades que a forra Eugênia, 70 anos, enfrentou para articular novas estratégias de sobrevivência ao ser libertada. Ou então o seu parceiro, Antônio, 70 anos, de nação Angola, libertado no mesmo ano por seu senhor. Nessas horas, os arranjos de solidariedade estabelecidos no interior da comunidade escrava se tornavam mais do que importantes no amparo a velhice desses negros africanos[44]

Quanto à modalidade, a maior parte das alforrias em Campina Grande se deu de forma gratuita. Das 115 alforrias registradas, 70 estão incluídas nesta classificação. Porém, se juntarmos às 45 alforrias compradas as 27 gratuitas condicionais, constataremos que houve um certo equilíbrio entre as manumissões onerosas e gratuitas.

A alforria, quando comprada, podia ser paga com recursos provenientes do próprio escravo, de parentes ou então de terceiros. Selecionamos alguns exemplos a este respeito.

Mattoso, Kátia M. de Queiroz Op. cit. pp. 64/65. Quanto ao debate em torno das teorias raciais no Brasil da segunda metade do dezenove, ver especialmente. Schwarcz, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. S.P, Comp. das Letras, 1993.pp.11/66.

[43] Almada, Vilma Paraiso Ferreira. *Escravismo e transição: O Espirito Santo (1850/ 1888)*. R.J, Graal, 1984.p.186.

[44] Livro de Notas, Carta de Liberdade. Cartório do 1° Oficio, C.G, 1876.

Mesmo não sendo legalmente permitido ao escravo acumular bens - pelo menos até 1871 - pois a legislação escravista o classificava como propriedade e, portanto, destituído de personalidade jurídica e civil, na prática social, costumeira, eles conseguiam formar um pecúlio, através de seu trabalho, ou ainda via legado, recompensa, doação, roubos etc. Era com o produto desse pecúlio, que alguns poucos conseguiam juntar, que eles pagavam o valor da alforria. Em algumas situações era comum o proprietário reconhecer que recebeu o valor em "moeda legal e corrente". Foi o caso da forra Luiza Maria da Conceição, 46 anos, que pagou 300 mil réis pela sua carta de liberdade, no ano de 1863. Em outras ocasiões, os escravos pagavam o valor estipulado pela alforria em bens. No ano de 1861, o crioulo Benedito, filho da liberta Joana, fez uma petição no sentido que sua carta fosse lançada no livro de nota. A proprietária do mesmo justificou o seu gesto dizendo que o libertava "pelos bens que me dá o dito escravo os quais são os seguintes: duas cargas de lã, duas (ilegível), um poltro e uma poltra".[45]

Era comum parentes e amigos se mobilizarem para conseguir alforriar algum membro de sua comunidade. Foi o caso da escrava Maria, propriedade de Francisco Pereira Pinto, que pagou 200 mil réis em moeda legal e corrente pela carta de liberdade de seu filho Manuel, "mulatinho" de 3 anos. Outro caso envolvendo parentesco, foi o da "mulatinha" de nome Felicidade, que foi libertada em troca de 180 mil réis, dado por seu pai natural, de nome Francisco Chaves de Albuquerque, em 1865.[46]

Além da iniciativa própria ou de parentes, os escravos podiam ser alforriados por terceiros. Em 7/8/1874, Baltazar Gomes Pereira Luna passou cartas a suas escravas Alexandrina, Manuela e Severina, cujos valores foram pagos em nome das libertas, pela sociedade maçônica Segredo e Lealdade.[47]

Passemos agora a analisar os motivos e as justificativas que os senhores alegavam nas cartas, no sentido de legitimar seus gestos. Com isso

---

[45] Livro de Notas, Cartas de Liberdade. Cartório do 1º Ofício, C.G, 1861 - 1863.
[46] Livro de Notas, Cartas de Liberdade. Cartório do 1º Ofício, C.G, 1859 - 1865.
[47] Livro de Notas, Carta de Liberdade. Cartório do 1º Ofício, C.G, 1874.

procuraremos entender um pouco da mentalidade senhorial e a forma como os próprios escravos buscavam - a partir de mecanismos legais permitidos pela sociedade - alargar os seus espaços de sobrevivência através de estratégias de negociação, cumplicidade e porque não dizer, esperteza, nas relações com seus senhores. A alforria, conforme salientamos a pouco, era vista pelo senhor como uma doação, um ato de generosidade. Numa sociedade hierarquizada, com fortes traços estamentais, em que o próprio direito e a prática social costumeira legitimavam a posse e a exploração de alguns homens sobre outros, não se deve estranhar essa mentalidade. Ao evocar motivos tais como "o amor que devota ao escravo", ou então os "bons serviços prestados" por estes últimos, os senhores buscavam teatralizar o seu domínio ao máximo - não só perante si, seus pares e os próprios escravo, mas também à sociedade como um todo.

Em determinadas ocasiões, algumas atitudes senhoriais poderiam soar, aos ouvidos e sensibilidade dos mais desavisados, como algo estranho e repugnante. Em 1859, Francisco Pereira Pinto alegou que alforriava o "mulatinho" Manuel "pelo amor a Deus e a liberdade e porque a minha escrava Maria pagou 200 mil réis em moeda legal e corrente".[48]

Essa justificativa, meio inusitada, de enfeixar , num mesmo discurso, valores aparentemente tão díspares como Deus, o Amor, a Liberdade e o vil metal, é contraditória apenas em termos. Em verdade, ela nos indica que a mentalidade escravista operacionalizava a percepção das relações sociais entre os homens com critérios diferentes dos nossos, ou, como afirma uma historiadora: "Hoje, o dinheiro está associado às relações frias do comércio, de negócios, em que não há envolvimento afetivo, e também ao campo do profano. Sempre se procura distinguir e situar em polos às vezes opostos o que é feito por amor ou fé do que é feito por dinheiro". Na sociedade escravista em análise,

[48] Livro de Notas, Carta de Liberdade. Cartório do 1º Ofício, C.G. 1859.

ao contrário, esses termos podiam ser complementares, às vezes convivendo lado a lado, interagindo assim fatores econômicos, políticos e culturais.[49]

Se na perspectiva dos senhores, a promessa da alforria visava prender os escravos a uma vida de trabalho e obediência, para estes últimos restava a possibilidade de explorar as brechas possíveis. Isto poderia se dar, por exemplo, na formação do preço das alforrias pagas, quando a ação dos escravos era importante, no sentido de rebaixá-los ao máximo, em relação aos preços de mercado. Outrossim, não duvidamos que a vida de alguns senhores ou senhoras que concediam alforrias com a condição de prestação de serviços, até a morte, tenham tido, por isso mesmo, suas vidas encurtada em função da eficiente ação desses mesmos escravos.

É, portanto, duvidoso, que a alforria fosse uma prática instituída e programada exclusivamente pelos senhores, a não ser como ideal. Percebemos em suas entrelinhas, a presença astuta e sorrateira dos escravos, prontos a reivindicarem melhores condições de vida em seus enfrentamentos, sutis, é verdade, com os proprietários. De outra forma, não conseguiríamos explicar cenas sugeridas pela leitura das cartas. As alforrias, antes de serem registradas em cartório, muitas vezes eram estabelecidas através de um acordo verbal, entre o senhor e o escravo. Só que, pela própria experiência, os escravos sabiam que estes acordos eram muito precários, podendo ser rompidos de forma unilateral e arbitraria pelos senhores. É por isso que os libertandos se preocupavam em, sempre que possível, tomar a iniciativa de registrá - las por escrito. Mesmo que este ato não impedisse totalmente a revogação das alforrias, como vimos em páginas atrás, pelo menos o ato dava um mínimo de garantia e segurança aos mesmos, já que o registro dificultava a reescravização.

Ainda em 1863, Josefina Candida do Amor Divino passou carta de alforria em nome do escravo Manuel, "cabra", de 36 anos. A proprietária alegou que, em setembro do ano anterior, recebeu a última parcela pela alforria, e por

[49] Bellini, Lígia. "Por amor e por interesse: A relação senhor - escravo em Cartas de alforria". IN. Reis,

um "descuido" não a registrou naquela data, "lapso" esse que encorajou Manuel a entrar em ação, no sentido de garantir seu direito, o que finalmente conseguiu fazer valer, com o registrado de sua carta em Cartório naquele mesmo ano. Mais sintomático ainda foi um outro caso. Em 13/11/1874, alguns dias antes dos escravos entrarem em cena no Quebra - Quilos, Luiza, Rozana e Francisco, escravos que foram de Alexandrina Gomes dos Santos, fizeram um requerimento junto ao Juiz municipal de Campina Grande, no sentido de que suas respectivas cartas de liberdade fossem lançadas no livro de notas "para maior garantia e segurança de seus direitos." Tudo isso nuança e relativiza os tão decantados motivos que levavam os senhores a justificarem suas iniciativas, como sendo de "livre e espontânea vontade e sem constrangimento algum", funcionando como mais uma de tantas outras pistas para se acompanhar a movimentação escrava.[50]

3 - Liberdades: As ações de liberdade

Com o passar do tempo, além das alforrias tradicionais, novas possibilidades de se alcançar a liberdade começaram a se delinear no horizonte, e os escravos procuraram agarrá-las com unhas de dentes, baseados, de um lado, no longo aprendizado anteriormente estabelecido e transformado em experiência partilhada entre os membros da comunidade e, de outro, na exploração de novos caminhos advindos com as transformações históricas em curso ao longo da década de setenta do século XIX. Se até então era, prioritariamente, no âmbito das relações pessoais e privadas entre senhores e escravos que se dava o desenlace da maioria das mencionadas alforrias, a partir de então novas arenas vão se constituindo em campo de batalha para os candidatos à liberdade. A este respeito, não é de estranhar o crescente número de iniciativas dos escravos, ao procurar litigar a liberdade com seus senhores nas barras dos tribunais locais pelos mais variados

---

João José. (Org.) *Escravidão e invenção da liberdade.* S.P, Brasiliense, 1988.p.85.

motivos, e assim fazendo, exploravam esses novos espaços , mediatizados pelas instâncias do Estado, no caso, o aparelho jurídico.

Apesar dos riscos e dificuldades que tinham que enfrentar - uma batalha que, a priori, não se tinha a certeza de vitória ou derrota - os escravos souberam aproveitar a conjuntura que então se iniciava, articulando-se para, através de um curador, levar adiante a sua causa em defesa ou busca da liberdade. Conseguimos localizar para os primeiros anos da década de setenta, um conjunto de ações jurídicas levadas a cabo pelos escravos e seus potenciais aliados, contra senhores e prepostos. Nestas, eles alegavam diversas razões para contestarem a condição de cativos e assim pleitearem a liberdade: maus tratos, apresentação de um pecúlio, manutenção de liberdade, não registro na matrícula geral de 1872, reescravização ilegal etc.[51]

Neste contexto, se destacam os processos em que escravos e escravas afirmam que são livres porque entraram no Brasil depois de 1831, ou seja, um momento em que o tráfico de africanos foi legalmente proibido pela primeira vez. Pelos objetivos que aqui nos movem, vamos nos ater a dois desses casos, a não só pelo que trazem em si, em termos de riqueza de detalhe, mas também pela possibilidade que temos de, partindo deles, ampliar a nossa compreensão da própria visão que escravos, senhores e outros agentes sociais tinham do cativeiro e da liberdade, num momento em que a instituição escravista começava a perder, de forma crescente, a sua legitimidade.

---

[50] Livro de Notas, Cartas de Liberdades. Cartório do 1° Ofício, C.G., 1863 - 1874.

[51] Ver. Ações cíveis de liberdade de escravos. SEDHIR. C.G, 1870-1879.Mesmo existindo como possibilidade, o agenciamento da justiça pelos escravos ganha uma nova dimensão histórica a partir da segunda metade do século XIX, particularmente com as novidades trazidas pela Lei número 2.040 de 28 de setembro de 1871. Para Campina Grande não localizamos nenhum caso de ação de liberdade antes de 1870, embora não descartemos a sua ocorrência, algo que só uma futura pesquisa poderá esclarecer. De qualquer maneira, o material que pesquisamos é suficiente para um trabalho de maior fôlego, projeto esse a que pretendemos nos dedicar em breve. Para estudos que utilizam esse tipo de fonte, e nos quais nos inspiramos para as reflexões que se seguem, ver, dentre outros. Chalhoub, Sidney. *Visões da Liberdade.* S.P, Comp. das Letras, 1990; Grinberg, Keila. *Liberata: A lei da ambigüidade.* R.J, Relume - Dumará, 1994; Abrahão, F.A. *As ações de liberdade de escravos do tribunal de Campinas.* Campinas, C.M.U., 1992; Pena, Eduardo Spiller. O jogo da face: *A astúcia escrava frente aos senhores e a lei na Curitiba provincial.* Curitiba, UFPR, 1990. (Dissertação de Mestrado); Nequete, Lenine. *Escravos e Magistrados no Segundo Reinado.* Brasília, Fundação Petrônio Portella, 1988.

Em dias do mês de novembro de 1871, Maria, mulher escrava, saiu da propriedade em que era cativa, no distrito de Fagundes, e veio a cidade de Campina Grande para tratar de sua liberdade. Ainda no dia dezessete daquele mês e ano, ela compareceu perante o Juízo municipal de órfãos afirmando ser livre, pois teria entrado no Brasil em 1840, portanto, depois da promulgação da Lei de 7 de novembro de 1831, que tornou ilegal, pela primeira vez, o tráfico negreiro para o país e considerava os africanos livres. Ao receber a petição em nome da escrava, o juiz titular, Irinêo Ceciliano Pereira Joffily, tomou as devidas providências e, três dias depois, 20/11/1871, nomeou depositário e curador da escrava, respectivamente, José Dias da Costa Precipício e Manoel Vicente de Magalhães. O próximo passo seria notificar o pretenso senhor da escrava. Este se chamava José Jeronimo Pereira da Silva, dono do "Engenho São José" e Capitão reformado da Guarda Nacional. Mesmo irritado com a atitude desafiadora de Maria, não restou ao proprietário outra saída, senão constituir a Firmino Gomes da Silveira como seu procurador e advogado.[52]

A partir daí se iniciou uma luta jurídica e política em torno da liberdade ou do cativeiro de Maria, com lances e contralances dramáticos, cujo desfecho era, àquela altura, difícil de se prever, por qualquer uma das partes e personagens envolvidas no processo.

O curador de Maria tratou logo de apresentar as razões que fundamentavam a sua causa, o chamado libelo civil. Por sua vez, o representante do senhor optou pela tática da intimidação, colocando em suspeição a idoneidade do juiz de Órfãos, acusando - o duplamente; de ser parcial e inimigo capital de seu cliente, devendo, por isso mesmo, ser substituído pelo suplente imediato. Essa querela inicial não era de só menos importância. Afinal de contas cabia a esse tipo de

---

[52] Ver. Autuamento de uma copia de ação de liberdade da affricana Maria contra seu senhor o Capitão Jozé Jeronimo Pereira da Silva. SEDHIR, C.G. 1872. O texto da Lei de 7 de novembro de 1831 se encontra reproduzido em. *Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas*. Brasília, Senado Federal, 1988.pp.60/62. Essa lei foi motivo de muita controvérsia, principalmente depois que outra lei referente ao mesmo tema, a de 4 de setembro de 1850, foi aprovada e proibiu definitivamente o tráfico negreiro para o Brasil. A grande polêmica, de cunho jurídico e político, era saber se, com a vigência da nova lei, os dispositivos da antiga continuariam valendo ou não, questão essa que inclusive aparece com uma certa

juiz receber a denúncia, instruir e acompanhar toda a ação. Em suas mãos, o processo poderia ser protelado ou acelerado, dependendo para isso de fatores tais como a legislação em vigor, a formação profissional, as suas convicções pessoais, os personagens envolvidos, a conjuntura que cercava cada situação etc. Daí a insistência, do senhor e seu advogado, em retirar de cena um juiz notoriamente sensível aos pleitos dos escravos.

Para levar adiante seu plano, o mencionado advogado trouxe para depor a favor de sua tese, três pesos - pesados, representantes típicos das elites proprietários locais. O mais notório dentre eles, sem dúvida, era Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque, que como testemunha de defesa do réu respondeu, basicamente, a duas perguntas.

À primeira, se havia inimizade entre ou não entre o juiz e o réu, se deu ao luxo de tergiversar, dizendo não saber se eram inimigos ou amigos. Quanto à segunda, se o Juiz recusado tinha interesse na causa do recusante, sua postura foi totalmente diferente. Dessa vez foi taxativo, ao afirmar, sem meias palavras, que o dito Juiz era uma espécie de "militante da liberdade", quando se tratava de questões referentes a alforrias. Para justificar o que dizia, evocou em seu favor um caso semelhante, envolvendo a ele, Alexandrino, e o Juiz Irinêo Joffily: um escravo seu, de nome Jozé, veio a Juízo reivindicar a liberdade a que achava que tinha direito; só que, segundo Alexandrino, era público e notório que Jozé era "reconhecidamente cativo", o que fez com que Irinêo - sentindo as dificuldades de sustentar a tese da liberdade do negro em depósito - renunciasse, alegando que a razão "se dera de suspeito e si negara proferir seu julgamento o mesmo dissera que em questões de liberdade não dava sentença contra os escravos", assertiva essa que convenceu a testemunha que, de fato, este seria imparcial em se tratando de assuntos dessa natureza.[53]

---

freqüência nas ações analisadas por nós, quer seja para justificar ou negar a liberdade de africanos em litígio. Para a recuperação dos pressupostos gerais desse debate, ver. Nequete, Lenine. Op. cit.pp.175/242.

[53] Ver. Autuamento... Op.cit. Se havia ou não inimizade entre Jozé Jeronimo Pereira da Silva(o suposto senhor de Maria) e Irinêo Joffily, não sabemos ao certo. Quanto a deste último com Alexandrino Cavalcanti, era líquida e certa e desde então só fez aumentar. O primeiro era um dos mais destacados liberais, o outro era o mais importante chefe conservador do município. Enquanto Alexandrino manteve -

Aqui podemos dizer, que falou mais alto os interesses e a solidariedade de classe de dois escravocratas, que, em diferentes momentos, se viram na incômoda posição de terem seu poder senhorial, publicamente questionado, por escravos que levaram adiante o seu desejo de liberdade, perante um juiz que era tido por demais liberal nessas questões, segundo seus desafetos. Daí a estratégia dos dois de anular esta vantagem inicial que pendia, pelo menos em tese, a favor da escrava Maria, detalhe esse que não podia ser desconsiderado naquele caso litigioso.[54]

Apesar dos esforços e da bem montada estratégia do réu para tirar de cena o juiz titular de Orfão, a iniciativa não surtiu efeito. Em sentença datada de 23/03/1872, um outro personagem que fazia parte da engrenagem do aparelho judicial, o juiz de Direito, de nome João da Matta Correia Lima, alegando falta de provas, não deu provimento a contestação e manteve em seu cargo o juiz de órfão titular, Irinêo Joffily, ficando esse encarregado de prosseguir com os trâmites legais da ação de liberdade.

O primeiro ***round*** dessa luta parecia ter sido ganho pela escrava Maria. Só que a alegria dela durou pouco, pois, em função do fim do quadriênio do mandado do juiz titular, este foi substituído por um seu suplente, o bacharel Bento José Alves Vianna, membro de influente família e um dos mais destacados escravocratas locais.[55]

Resolvido esse primeiro impasse, o processo propriamente dito começou pra valer a partir desse instante. Neste sentido, a principal personagem da nossa história entra, pela primeira vez, de corpo e alma, ao ser chamada pelo

---

se, até o fim, um escravocrata empedernido, Irinêo (em que pese suas contradições pessoais e políticas) foi cada vez mais assumindo posturas abolicionistas e republicanas, algo a se destacar naquele acanhado ambiente social. Ver. José, Joffily. *Entre a monoarquia e a República: Idéias e lutas de Irinêo Joffily.* Livraria Kosmos, R.J, 1982.pp.93/163.

[54] Ver. Autuamento...Op.cit. No caso em tela, ao contrário do anterior, podemos dizer que "uma mão lavou a outra", já que a amizade entre estes dois proprietários era antiga, e a partir desse episódio carregado de perigos, se consolidou. Aliás, do ponto de vista dos interesses dos senhores, as ações de liberdade eram momentos de reafirmação de uma identidade de classe, ameaçada por inimigos cada vez mais ousados, os escravos e seus aliados.

[55] Segundo o historiador Elpídio de Almeida, Irinêo Joffily foi juiz municipal de Orfãos de Campina Grande entre outubro de 1868 e março de 1872, informação essa que coincide com os dados do processo em análise. Ver. Almeida, Elpídio, Op. cit.p. 177.

juiz para se submeter a um auto de perguntas. Vale à pena acompanhar com interesse redobrado a sua fala e seus argumentos.

Maria, como tantos outros escravos e escravas que vieram da África para as Américas, só sabia o seu primeiro nome e informou que havia chegado "no Brasil do ano de mil oitocentos e quarenta para cá", não sabendo dizer com precisão a sua idade, apenas que na ocasião da dita chegada devia ter entre dez e doze anos de vida.[56]

Quando perguntada acerca das circunstâncias da viagem empreendida por ela da África para o Brasil, forneceu importantes pistas para uma melhor compreensão da realidade do tráfico negreiro naquele momento histórico. Entre fragmentos de lembranças e esquecimentos, a africana Maria vai tecendo seu drama, afirmando "ter vindo em huma imbarcação cujo nome não sabe com muitos outros companheiros digo com poucos companheiros imbarcados na cidade de Luanda a noite e dezembarcando nas cinco-pontas na cidade do Recife em uma manhã". A história dessa personagem singular, está inserida no contexto maior do tráfico clandestino de africanos para as américas. A acreditarmos em sua narrativa, a sua viagem se deu no momento em que, formalmente, o Brasil havia acabado com esse tipo de negócio e, ao mesmo tempo, os ingleses aumentavam a pressão diplomática, política e militar contra o "infame comércio", comércio esse que ligava há muito tempo os dois continentes do atlântico - sul. Se embarcou em um porto da cidade africana de Luanda, Maria deveria ser originaria de Angola, área colonial portuguesa que forneceu os maiores contigentes de escravos para o Brasil, durante mais de dois séculos, obedecendo a duas grandes rotas de interesses, sendo uma para o Rio de Janeiro e outra para Pernambuco. Esta última serviu como centro de redistribuição de escravos para as províncias ao norte da Bahia, a exemplo da Paraíba.[57]

---

[56] Ver. Autuamento...Op.cit. Maria, no momento em que entrou com a sua ação de liberdade, tendo nascido entre 1828 - 1830, devia ter entre 41 e 43 anos de vida.

[57] Ver. Autuamento...Op.cit. Há toda uma nova historiografia que vem repensando os vínculos entre as sociedades escravistas das Américas, o tráfico negreiro e os interesses dos Estados africanos. Para o Brasil, alguns estudos recentes são fundamentais, no sentido se compreender esta nova problemática, inclusive o

Mesmo que a lei regencial de 7 de novembro de 1831 tenha se transformado em uma "lei para inglês ver", no sentido de que foi exaustivamente burlada e desrespeitada, o fato é que a partir de então traficantes e demais agentes envolvidos nesse processo, tiveram de redefinir estratégias de atuação para manterem seus negócios em pleno funcionamento, pelo maior número de anos possível. Neste sentido, procuraram se acercar de determinados cuidados, como, por exemplo, promoverem embarques e desembarques à noite, de preferência em praias e enseadas estrategicamente situadas, no sentido de dificultar a atuação das autoridades nacionais e agentes internacionais, responsáveis por sua repressão. A este respeito, o historiador Marcus Joaquim de Carvalho calculou que desembarcaram em alguma praia do litoral de Pernambuco, no período compreendido entre 1836 e 1850, de 40 e 50 mil africanos clandestinos. Cada Tumbeiro trazia em seu interior, em média, 350 escravos, numa viagem que durava aproximadamente vinte e seis dias, isto se não acontecesse nada de anormal no referido percurso.[58]

Retomando os passos da africana, podemos, a esta altura dos acontecimentos, fazer um paralelo entre a sua acidentada trajetória com a vida de um outro africano excepcional, Mahommah Garbo Baquaqua, este bem mais conhecido em função da publicação de sua biografia, no ano de 1854, pelo abolicionista americano Samuel Moore, recentemente traduzida entre nós. Como Maria, Baquaqua entrou no Brasil muito jovem e de forma clandestina, no ano de 1845, sendo, portanto, legalmente um africano livre. Tanto ele como ela,

---

papel ativo que os escravos desempenharam na derrocada do "infame comércio". Ver. Manolo, Florentino. *Em costas negras: uma história do tráfico negreiro entre a África e o Rio de Janeiro(Séculos XVIII e XIX).* S.P, Comp. das letras, 1997; Alencastro, Luiz Felipe de. *O Trato dos viventes: formação do Brasil no atlântico Sul.* S.P, Comp. das letras, 2000; Rodrigues, Jaime. *O infame comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1808 - 1850).* Campinas, UNICAMP, 1994 (Dissertação de Mestrado).

[58] Ver. Carvalho, Marcus J.M. de. *Liberdade: Rotinas e rupturas do escravismo.Recife,1822-1850.* Recife, Ed. UFPE,1998.pp.95/142. Ainda segundo esse autor, as praias preferidas dos traficantes pernambucanos, em matéria de desembarques clandestinos, eram: Barra de Catuama, Itamaracá, Pau Amarelo, Cabo de Santo Agostinho, Porto de Galinhas, Barra de Sirinhaém, A Foz do Rio Formoso, Tamandaré e Una.

foram alvo de guerras e alianças estabelecidas entre as elites africanos e os traficantes europeus e brasileiros.[59]

Embora tenham partido em anos e portos distintos da África, a experiência histórica da escravidão os uniu num só destino. Ambos chegaram em alguma praia nas imediações da cidade do Recife, em algum dia pela manhã, entretanto o desembarque só foi consumado após a noite lançar "seu manto negro sobre a terra e sobre o mar".[60]

Depois de agradecerem a Providência(ou algum dos deuses e orixás de suas religiões de origem) por terem sobrevivido aos tormentos da longa travessia e assim novamente poderem respirar o ar puro, começou ali para eles, e tantos outros que vieram antes e depois, o longo e doloroso processo de conversão da condição de africanos boçais em escravos ladinos. Nesse momento, cada um tomou o seu caminho específico. Baquaqua foi comprado por um senhor do Recife e depois revendido a um cruel padeiro, tendo, depois de muito sofrimento e luta, sido vendido para o Rio de Janeiro, após o que andou pelas bandas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, na condição de marinheiro, de onde retornou para o Rio, tendo conseguido fugir de forma espetacular para Nova York, quando finalmente, com a ajuda de abolicionista do

---

[59] Baquaqua, africano de origem mulçumana, nasceu em 1824, na região do Golfo de Benin, outro grande centro exportador de escravos para o Brasil, em particular a Bahia de finais do século XVIII e começo do XIX. Vítima de intrigas palacianas, foi transformado em escravo e vendido para o Brasil em 1845, quando devia ter uns 21 anos. Ver.Moore, Samuel(Org.). *Mahommah Garbo Baquaqua. Biografia e narrativa do ex - escravo afro - brasileiro*. Brasília, Ed. UNB, 1997. Para uma história do tráfico entre o Golfo de Benin e o Brasil, ver. Verguer, Piere. Fluxo e refluxo do tráfico entre a Golfo do Benin e a Bahia de todos os santos: Séculos XVIII e XIX. S.P, Corrupio, 1987.

[60] Referindo - se a terrível experiência da viagem transatlântica no interior do tumbeiro, Baquaqua afirma: "Que horror!Ó! Quem pode descrever? Ninguém pode verdadeiramente descrever seus horrores como o pobre dasafortunado, miserável, que ali foi confinado. Ó amigos da humanidade, tende piedade do pobre africano, que tem sido enganado e vendido para longe de seus amigos e de sua casa; e condenado aos porões de um navio negreiro para esperar ainda mais horrores e misérias numa distante terra, entre religiosos e benévolos". Nesta ponto, como de resto em outras passagens da narrativa, a dor e o sofrimento do africano Baquaqua se confundem com os sentimentos de compaixão e revolta do abolicionista - copilador Samuel Moore. Aliás, é interessante observar o quanto essas cenas lembram as imagens histórico - literárias construídas pelo poeta romântico brasileiro Castro Alves, em seu "O navio negreiro: tragédia no mar", como se ambas fossem informadas por uma mesma matriz imagética e discursiva. Ver. Moore, Samuel(Org.) Mahommah Baquaqua Gardo.Op.cit.p.84; Alves, Castro. *Esteira de Espumas*. R.J,Ediouro,1997.pp.46/56. Sobre as matrizes religiosas e filosóficas do ideário abolicionista moderno, remetemos ao monumental. Davis, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. R.J, Civilização Brasileira, 2001.pp.227/491.

lugar, conseguiu a sonhada liberdade, acontecimento esse que não significou ainda o fim de sua saga, pontilhada de dor e esperança. Quanto a Maria, a sua vida seguiu outras trilhas e rumos, tão tumultuados quanto os de Baquaqua.[61]

Antes de se tornar propriedade de Jozé Jeronimo Pereira da Silva, Maria passou por várias mãos e experiências. Primeiro ela foi vendida a um senhor de Engenho do sul de Pernambuco, para onde rumou em seguida. Haveria de passar pouco tempo nessa propriedade pernambucana, pois, com um mês, foi trocada por "uns bois" com João Prudencio. Este era um especialista em negociar seres humanos, já que saiu de Serra Redonda, termo de Campina Grande, em busca dessa peculiar mercadoria. Ao retornar para a sua casa, vendeu Maria e outros escravos também "a trouco de gados" a João Pereira de Araújo, proprietário do "Engenho Jardim", em Fagundes.[62]

Como podemos perceber, os interesses que vinculavam traficantes e escravistas eram muitos e se ramificavam por muitos lugares, ligando, por caminhos diversos, grupos das duas províncias vizinhas ao longo da segunda metade do século XIX. Quer dizer, sem essas redes terrestres e a cumplicidade das autoridades e parte da população, a continuação do tráfico clandestino de escravos seria impensável. Por outro lado, evidencia também a dureza que eram esses primeiros momentos para a vida daqueles africanos recém desembarcados num país estranho, obrigados a fazerem longas caminhadas em baixo de chuva ou de sol, tendo a morte a espreitá-los no horizonte.

Após escapar com vida a esses primeiros tempos, Maria fixou residência na propriedade "Jardim" por muitos anos. Foi nessa última, que ela completou o

---

[61] Após a sua emancipação, em 1847, Baquaqua ainda viajou para o Haiti e o Canadá, tornando-se cidadão deste último país. Ver. Moore, Samuel(Org.) Op.cit.pp121/122.

[62] Ver. Autuamento...Op.cit. Quando se casou com uma das filhas de João Pereira de Araújo, o Capitão Jozé Jeronimo Pereira da Silva fez, literalmente, um bom negócio. Seu sogro, além da tradicional patente da Guarda Nacional, era uma das maiores fortunas do lugar e membro da fina flor da classe dominante local. Para se ter uma idéia de seu patrimônio, quando de seu inventário em 1852, declarou possuir 41 escravos, avaliados em 12 contos de réis. Um outro membro de sua família, o Tenente - Coronel Manuel Pereira de Araújo, tinha, em 1848, 31 escravos. Aliás, os casamento por conveniência eram uma praxe entre membros da escravocracia campinense, uma fórmula de concentrar a propriedade num mesmo grupo social. Ver. Inventário ***post-mortem***. João Pereira de Araújo, Cartório do 3° Ofício, C.G, 1852; Inventário ***post-mortem.*** Manuel Pereira de Araújo, Cartório do 3° Ofício, C.G, 1848.

ciclo de "aclimatação" ao seu novo modo de vida na escravidão. Em seu depoimento, ela lembra alguns dos eventos chaves deste difícil ritual de passagem, em relação ao aprendizado da língua, dos novos costumes na terra de brancos e, acima de tudo, o paulatino processo de internalização da condição de cativa. Afirma ela, por exemplo, que "levou muito tempo a aprender a doutrina Chistam depois do que foi batizada na povoação de Fagundes deste termo pelo Padre Manoel, sendo seus padrinhos um portuguez de nome João do Rêgo". Quando seu senhor morreu, ela passou para o domínio da viúva deste. É dessa fase um dos mais importantes episódio de sua vida, o casamento com o escravo Bartholomeo, também pertencente a sua senhora. Aqui é interessante observar a maneira peculiar como alguns africanos vivenciavam o fluxo do tempo. Quando inquerida sobre sua idade, Maria não soube dizer com precisão quantos anos tinha, mas em relação ao época em que se deu seu casamento, ela utilizou um outro critério, diferente, porém preciso. Segundo ela, seu matrimônio com Bartholomeo se deu no "anno do primeiro collera". Mesmo não seguindo uma lógica linear, a sua noção de tempo obedecia a uma certa coerência interna, cujos marcos eram certos acontecimentos selecionados por sua memória, por sua vez assentada numa certa tradição cultural. No caso em tela, ela certamente estava se referindo ao ano de 1856, quando da incursão do primeiro surto do ***cólera - morbus,*** que só em Campina Grande matou oficialmente 1.547 pessoas, incluindo aí 152 escravos. Todos os cronistas são unânimes em destacar o impacto que esta doença causou no imaginário da época, com o seu assustador cortejo triunfal de mortos por todos os lados, a tal ponto que contribuiu para que uma nova sensibilidade em torno da morte e do morrer ganhasse os corações e mentes dos vivos daquela sociedade. È muito provável que, no mesmo ano em que casou, Maria tenha perdido algum parente ou amigo próximo, devido a passagem avassaladora da peste por estas plagas.[63]

---

[63] Ver. Autuamento...Op.cit. Sintoma desses novos tempos, foi a aprovação de uma lei provincial em 1857, que passou a proibir, a partir daquela data, a realização dos costumeiros enterros em igrejas. Concomitante a isso, observa - se uma verdadeira febre de construção de cemitérios por vilas e cidade da

Apesar de tudo, Maria não só sobreviveu ao primeiro e segundo surtos do ***cólera*** (este último ocorrido em 1862) como também de outras terríveis epidemias, que de quando em quando teimavam em grassar a região, a exemplo da febre amarela e da varíola. Nesse meio tempo, teve cinco filhos, sendo que dois deles moravam com ela, e os três restantes com parentes de seu antigo e atual senhor. Portanto, quando resolveu ir a juízo este seu gesto não foi solitário. Não era só a sua sorte que estava em jogo, mas também a liberdade de seus rebentos, algo que deve tê-la encorajado e ajudado a superar o receio de ser castigada por seu senhor, conforme afirmou ao final de seu depoimento.[64]

Como Maria passou para o domínio de Jozé Jeronimo Pereira da Silva? Por herança, após a morte da sogra desse último, uma das vias de se ter escravos naquela sociedade. Como não passava pela cabeça dele perder a libertanda, tratou logo de agir, no sentido de desmontar a versão dela. Para isso, seu advogado arrumou novas testemunhas e apresentou documentos que supostamente comprovavam dois fatos: que a africana havia entrado no Brasil antes de 7/11/1831 e, por extensão, era propriedade legal de seu constituinte.

As duas pessoas que compareceram em audiência para deporem a favor do senhor, foram como que escolhidas a dedo. O primeiro se chamava Manoel Bezerra Monteiro,71 anos, o segundo, José de Barros de Araújo, de 55 anos. Um desempenhava as funções de vaqueiro na propriedade de um irmão do réu

---

então província da Parahyba do Norte. Ver. Câmara, Epaminondas. *Datas Campinenses*. C.G, Ed. Caravela, 1998.p.44. Sobre as transformações da cultura em torno da morte e do morrer na Paraíba e no Brasil oitocentista ver, respectivamente. Silva, José Carlos Barros. *Na hora de nossa morte: As práticas governamentais de assistência ao morto*. J.P, UFPB, 1996.pp.77/106.(dissertação de mestrado); Reis, João José. *A morte é uma festa: Rituais fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. S.P, Comp. das Letras, 1991.

[64] Ver. Autuamento...Op.cit. Dos cinco filhos que a libertanda Maria teve em vida, dois viviam com ela. Um se chamava Antonio e a outra Francisca. Outros dois, de nomes Bernardo e Maria, pertenciam a Manoel Pereira, e um último, que se chamava Amaro, morava com Jeronimo Paz Barboza. Este é um bom exemplo de que, mesmo constituindo famílias e vários laços de convivência social, os escravos e escravas sempre estavam expostos a esse tipo de situação, em que seus membros eram brutalmente repartidos e separados. Referindo-se à experiência histórica dos negros americanos no chamado período da reconstrução, o historiador Eric Foner afirma que "está claro que fortes laços familiares existiram durante a escravidão, mas sempre foram vulneráveis as rupturas", reflexão essa que, a rigor, serve para a

"a muitos annos", o outro era morador a "uns trinta ou quarenta annos em terras de seu compadre, o Capitão José Jerônimo da Silva", ou seja, o próprio senhor em litígio. Não podemos afirmar bem com certeza do porque destes dois terem vindo depor. Porém, é possível dizer, com uma certa margem de segurança, que esse tipo de ocasião reforçava os vínculos de dependência da política do favor, um dos pilares das relações cotidianas daquela sociedade verticalizada, um importante elemento mediador nas relações entre os proprietários e a clientelagem. Embora variando aqui e ali, os depoimentos dos dois convergiam numa informação básica para as pretensões do proprietário. Afirmaram que sabiam "por ver" que Maria foi comprada no ano de 1831 por João Pereira de Araújo e passada posteriormente para o réu, a título de herança. Em complemento a essas falas, o advogado do réu anexou aos autos do processo a cópia de duas escrituras de venda e revenda da dita escrava, uma datada de 23/01/1830 e a outra de 23/09/1831. Com isso, ele esperava reforçar o argumento de que não só o seu cliente era senhor de fato e de direito Maria, como esta última havia chegado ao Brasil antes de 7/11/1831, quando o tráfico ainda era permitido legalmente e, portanto, ela não se enquadrava na categoria de africana livre.

A reação do Curador de Maria não se fez esperar. Para se contrapor aos últimos lances do advogado do réu, trouxe à público um verdadeiro trunfo, uma testemunha fundamental para o possível êxito na ação de sua curatelada. Chamava - se Jozé, vulgo Quixaba, africano liberto, 50 anos pouco mais ou menos, morador no distrito de Fagundes, onde vivia de agricultura. Este foi, nada mais nada menos, do que companheiro de viagem de Maria no "tragequito da africa para o Brazil", afirmando que, na época em que esse fato se deu, já não se admitia a importação de escravos, pois o tráfico estava extinto há muitos anos.[65]

---

experiência negra no Brasil oitocentista. Ver. Foner, Eric. *"O significado da liberdade"* In *Revista Brasileira de História*. S.P, Anpuh/Marco zero, Vol. 8, nº 16, Março/Agosto de 1988.pp. 9/36.

[65] Ver. Autuamento...op.cit. Mesmo tendo dito isto com muita convicção, Jozé não soube precisar o ano da referida viagem, detalhe esse que pode ter influenciado na sentença final do juiz de Direito encarregado do veredicto, o que mais uma vez remete as noções próprias de tempo dos africanos no Brasil.

Seu depoimento reforça e, em alguns aspectos, amplia a versão de sua companheira, particularmente o momento do desembarque e os acontecimentos imediatamente posteriores. Por exemplo, ele detalha melhor a rede de interesses que se formava em torno do tráfico ilegal. Ao chegar no litoral pernambucano, o navio em questão foi vistoriado por soldados, que não localizaram os africanos clandestinos, por estes terem sido cuidadosamente escondidos no porão, ou até por cumplicidade. Passado este momento, os traficantes aguardaram a noite chegar e começaram a fazer o desembarque com canoas, em seguida colocando a "valiosa carga" numa propriedade da vizinhança, onde funcionava uma espécie de armazém de venda de escravos.

Jozé e Maria, juntamente com mais dois africanos de nomes Luiza e Francisco, foram vendidos num mesmo lote, ao sogro do réu, senhor João Pereira de Araújo. Só que este último vendeu ele, Jozé, a um outro proprietário, morador em Fagundes.

Para concluir o seu depoimento, o liberto Jozé evocou a favor da liberdade de sua companheira de viagem e de cativeiro até anos atrás, um argumento estratégico, qual seja, o de que ele próprio havia conseguido sua alforria a pouco mais de um ano "não si tendo o seu ex - senhor Luiz Gonzaga de Araújo oposto a sua liberdade, por estar conhecido que elle testemunha não podia ser escravo em face da lei". Ora, raciocinou Jozé, se as coisas haviam assim se passado com ele, não teria porque ser diferente em relação a Maria, já que a situação dela era semelhante.

Logo após o depoimento do africano Jozé, aconteceu algo que bem expressa as dificuldades que se poderiam colocar no meio do caminho de escravos e escravas em busca de sua liberdade na Campina de então. Em 06/07/1872, o curador de Maria, Manoel Vicente de Magalhães, requereu a sua demissão do caso "pelo deslexo que tem havido da parte do official, bem como das testemunhas, que constantemente se recuzão a não depor, não obstante diversas intimações que lhe tem sido feitas". De fato, ele deveria ter suas razões, pois das quatro testemunhas convocadas para depor, apenas o liberto

Jozé compareceu em juízo, o que de certa forma enfraqueceu a força de seu discurso.

A questão agora era encontrar quem substituisse, o mais rápido possível, o curador demissionário e assim desse prosseguimento a ação. No dia 13/7/1872, o juiz substituto de Órfãos nomeou para a tarefa a Irinêo Joffily, que inexplicavelmente declinou do convite. Após essa recusa, Jovino Limeira Dinoá é finalmente investido do cargo de curador de Maria, em 15/7/1872, num momento crucial do processo, as chamadas "razões finais" das partes em litígio.[66]

Acompanhar as argumentações e contra - argumentações desses intrincados discursos jurídicos é, também, perceber o estado de espírito daquela sociedade em relação a noções e valores básicas de sua organização política e social, em um contexto histórico de transformações, ou seja, as delicadas questões ligadas a legitimidade e continuidade da instituição escravista.

Coube ao curador de Maria iniciar a discussão, não poupando retórica do começo ao fim de sua argüição, no sentido de impressionar a assistência acerca da justeza do pleito da "autora opprimida pelos annos, e por um injusto cativeiro", que atinge não só a sua pessoa como também a seus cinco filhos, "os quais gemem também sob os mesmos ferros do captiveiro". Aliás, é interessante observar que é cada vez mais recorrente nesses debates a curiosa distinção que se faz entre um cativeiro justo, e seu contraponto, um cativeiro injusto, onde alguns escravos permaneciam ilegalmente sob o jugo de seus senhores. Foi seguindo esse raciocínio, antes de entrar propriamente no mérito da questão, que o defensor legal da libertanda fez um longo arrazoado de natureza filosófica e histórica em torno da escravidão e da liberdade, em cujos passos se percebem ecos de uma discussão em pleno curso envolvendo políticos,

---

[66] Ver. Autuamento...Op.cit. Encontramos poucas referências sobre a vida de Jovino Limeira Dinoá, apenas de que era bacharel pela Faculdade de Direito do Recife. Ligado ao Partido Liberal local, foi eleito vereador para a câmara municipal entre 1873-1876, justamente na legislatura que testemunhou os episódios em torno do Quebra - Quilos. Foi, de longe, o advogado que mais defendeu escravos em litígio com seus senhores em Campina Grande, a ponto de um seu desafeto afirmar que ele estava se

proprietários, advogados, letrados, escravos, libertos e outros setores da sociedade imperial.[67]

Assim, a argumentação do advogado e curador de Maria vai toda no sentido de retirar a escravidão do plano da natureza para inseri-la no campo da história, lembrando que "todos os homens nascem livres, mais a lei do mais forte, o direito da guerra, a ambição, o amôr de dominar, o luxo etctra, introduzirão" o cativeiro. Ao mesmo tempo, evoca leis, decretos e tratados dos mais variados "povos civilizados", em diferentes estágios de sua evolução histórica, para demonstrar a condenação internacional ao tráfico negreiro e, acima de tudo, a justeza da tese segundo a qual haveria mais fortes razões a favor da liberdade do que da escravidão.

Em relação ao Brasil, em função da evolução dos costumes e da legislação recente, a escravidão também já não se justificaria plenamente. A sua manutenção "não tem outro fundamento que a imposibilidade de indennização a todos os senhores e o risco de lansar de xofre na sosiedade e no gozo de ampla liberdade milhares de individuos embrutecidos e degradados pela escravidão, e contidos por uma severa disciplina". Aqui, o raciocínio do curador de Maria se demonstra bastante ambíguo e contraditório. Se por um lado, ele parecia estar convencido do direito à liberdade da africana, por outro, não conseguia escapar de todo das malhas de um imaginário da escravidão, em construção naquele momento histórico, que tendia a coisificar os homens e mulheres escravizados, em função da experiência embrutecedora do cativeiro.

---

especializando neste tipo de causa, conforme veremos na próxima ação analisada. Ver. Almeida, Elpídio de.Op.cit.pp.136/137.

[67] Ver. Autuamento...Op.cit. Os rábulas e bacharéis de Campina Grande pareciam estarem antenados com as discussões acerca do direito e da política e sua relação com o futuro da instituição escravista no Brasil. Tanto é assim que, além do emaranhado de leis, decretos e ordenações que reproduziam em seus pareceres, citavam também, a favor ou contra a liberdade, autoridades no assunto, tais como Perdigão Malheiros e outros jurisconsultos de destaque. Ver. Chalhoub, Sidney. Op. cit. 95/174. Por outro, se é verdade que a distinção em torno de um cativeiro justo de outro injusto, no que se a situação física e moral dos escravos, remonte ao período colonial, o fato é que essas questões só adquirem um novo patamar histórico na segunda metade do século XIX, em especial com o surgimento da explosiva "questão do elemento servil", como ainda teremos oportunidade de melhor demonstrar no capítulo seguinte. Para a recuperação dos antecedentes desse debate, ver. Vainfas, Ronaldo. Ideologia e escravidão. Petrópolis, Vozes, 1986.

Ou então, ele imaginava que os fins justificavam os meios, qualquer argumento valendo em nome de uma boa causa. Em outras palavras, combinando em um grau variado persuasão com convicção, o curador ia estabelecendo um diagnóstico da "questão do elemento servil" e assim fazendo ele buscava endossar(de forma consciente ou não, pouco importa) uma solução que cada vez mais ganhava força naquele momento, ou seja, a tese da emancipação gradual dos escravos no Brasil. Nesta perspectiva, a defesa e o princípio da anterioridade da liberdade, inspirada no Direito natural, não negava, necessariamente, o respeito a propriedade privada. Daí também uma certa preocupação com a ordem social, na medida em que, implicitamente, se manifestava o medo de que essa massa de homens e mulheres, mantida durante anos sob a dureza da escravidão, não tivesse como sobreviver na condição de cidadãos e trabalhadores dentro da nova ordem em construção, debate esse que inquietava parte da elite política e intelectual oitocentista.

Prosseguindo em sua exposição de motivos, Jovino Limeira Dinoá procurou analisar as provas dos autos, pondo em evidência as contradições e falhas da versão que sustentava a tese do senhor e, ao mesmo tempo, destacou a sua convicção de que Maria estava em cativeiro injusto, sendo, portanto, uma mulher de ventre livre.

A réplica do advogado senhorial não se fez esperar. Ela foi fulminante, eivada de uma forte dose de pragmatismo. Mesmo reconhecendo a máxima segundo a qual todos os homens deviam gozar a liberdade "visto como, tendo todos a mesma origem e sendo todos dotados das mesmas faculdades", este lamenta a sorte dos escravos, pois no Brasil ainda existia escravidão, o "homem é propriedade do homem, não obstante a repulsa da nossa razão, das doutrinas do Chisto". O que aconteceu com a aprovação da Lei 2.040 de 28/9/1871, segundo ele, foi que ela apenas reformou uma instituição que existia desde tempos imemoriais, tendo o legislador mantido o direito dos senhores sobre os seus cativos. Em outros termos, para o nosso rábula a escravidão ainda era um mal necessário e, portanto, a propriedade privada continuava a se sobrepor a

qualquer veleidade ética e filosófica em torno da liberdade natural, até que provassem o contrário. Além do mais, ainda de acordo com seu raciocínio de ferro, "a presunpção plenissima de direito", segundo a qual a prova incube a quem se opõe a liberdade, não se aplicava ao caso da africana em questão, pois ela jamais havia gozado daquela situação, estando, pelo contrário, sempre em estado de cativeiro desde que chegou nas terras brasílicas.

A sentença final do juiz de Direito, após pesar os prós e contras, foi a favor das razões do senhor, julgando dessa maneira a africana "sem direito a liberdade, que pretende". Conforme determinava a lei, houve apelação ex-ofício e o processo subiu para um novo julgamento, em segunda instância, no Tribunal da Relação do Recife, em 21/08/1872.[68]

Não sabemos bem ao certo que fim levou a vida da africana Maria, porquanto nesse momento a documentação se encerra abruptamente. È até possível que lhe tenha ocorrido o pior, e seus temores de sofrer duros castigos tenham se confirmado, depois de seu inglório retorno à escravidão e as garras de seu senhor. Pode ter ocorrido dela ter revertido o quadro e o teor da sentença anterior, após o retorno da ação civil à justiça campinense, e desse modo tenha saboreado a vitória com seus cinco filhos e demais irmãos de cativeiro. Porém, qualquer que tenha sido o desfecho (para o bem ou para o mal), o que importa reter é que um dia a sua pungente história existiu e assim nós pudemos, mesmo que em forma de fragmentos, recuperar alguns de seus densos, e tensos, momentos. O seu exemplo talvez não fosse isolado, e pode estar a indicar um processo histórico bem mais profundo, com reflexos particulares no então longínquo e periférico município de Campina Grande, ou seja, a corrosão da política tradicional de domínio senhorial no Império escravista brasileiro como um todo, com claras implicações nas formas e estratégias de resistência e luta escrava então adotadas.

---

[68] Ver. Autuamento...Op.cit. O próprio juiz de Direito recorreu de sua sentença, conforme vemos pela Lei do ventre livre, que estabeleceu em seu artigo 7º, inciso 2: "Haverá apelação ***ex-offício*** quando as decisões forem contrárias à liberdade". Ver. Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871. *A abolição no parlamento: 65 anos de luta. 1823 - 1888.* Brasília, Senado Federal, 1988.pp.486/491.

Já a comovente história do africano Bernardo pelos movediços caminhos da liberdade, começou - pelo menos para nós - em 1870. Um fato particular o impulsionou a fugir do "Engenho Conceição" (de propriedade de seu senhor, o Capitão João de Deus Barros), para Campina Grande e aí ser ouvido em juízo acerca de sua liberdade. Por ocasião do inventário da viúva do Capitão, foi declarado que o dito escravo tinha 40 anos, o que, feitas as contas, abria a possibilidade dele comprovar ter entrado no Brasil depois da lei de 7 de novembro de 1831. E foi justamente isso que ele fez, agenciando para a sua causa uma lista de pessoas que poderiam auxiliá-lo neste momento crucial de sua vida.[69]

Quando ouvido pelo juiz de Órfão em 07/10/1870, Bernardo afirmou que chegou ao Brasil entre 1831 e 1832, e contava então com 5 anos de idade, "segundo ouvio dizer depois de maior". Recordava - se mais, que o navio em que veio com "muitos outros negros" zarpou do porto de Luanda em direção a Pernambuco, quando "depois de muitos dias de navegação" desembarcaram à noite, em Porto de Galinhas. Depois, foram vendidos e obrigados a empreenderem uma longa caminhada em direção a "Fazenda Cachoeira", propriedade de João Lúcio de tal, situada na vila pernambucana de Brejo da Madre de Deus. Aí foram batizados coletivamente, tendo como padrinhos os também escravos Albano e Antonia. Com a morte de seu primeiro senhor, em

---

[69] Ver. Acção de liberdade do affricano Bernardo que move contra seo senhor o capitão João d' Deos Barros. SEDHIR, C.G,1872. Este é um dos mais espichados e complexos casos pesquisados por nós, uma renhida disputa entre as partes envolvidas, que se estendeu de 1/10/1870 a 18/2/1874. Para se ter uma idéia do que ficou registrado por suas dezenas de páginas manuscritas, logo no começo o advogado e curador do africano Bernardo, de nome Firmino Gomes da Silveira, teve que contestar a decisão do então juiz substituto de Orfãos, Manoel Gustavo de Faria Leite, um notório escravista local, que simplesmente se recusou a dar provimento a denúncia, alegando descumprimento dos tramites e prazos legais da parte acusatória, e com isso autorizou a devolução do escravo ao seu suposto senhor. Com a contestação, o processo subiu para o Tribunal da Relação do Recife. Após o embate aí verificado entre as partes, o desembargador deu parecer favorável ao escravo, ou seja, reconheceu os fundamentos da denúncia. Assim, a causa retornou ao seu foro de origem, e pôde efetivamente ser reiniciada. A dificuldade agora era encontrar um novo curador para Bernardo, pois o primeiro renunciou, fato que costumava se repetir em outras ações. Após mais três tentativas, inclusive com gente mudando de lado, a causa foi assumida em 28/6/1873 pelo nosso já conhecido Jovino Limeira Dinoá, que pôs em funcionamento toda a sua verve em defesa de seu curatelado. Em síntese, talvez essa história traduza como nenhuma outra, a idéia de que, na medida em que os anos setenta do oitocentos avançavam, a lei se transformava, dentre outras coisas, num verdadeiro terreno de conflitos e disputas entre senhores e escravos.

1840, Bernardo foi vendido, pela viúva, ao Capitão João de Deus Barros, seu atual e pretendido proprietário.

O curador, Domingos Limeira Dinoá, conseguiu duas testemunhas especiais, que corroboraram, em linhas gerais, a versão de seu curatelado. Tratava-se dos africanos já libertos, de nomes Jacinto e Filipe, ambos com 48 anos, residentes no termo de Campina Grande "há muito tempo". Seus depoimentos se revestiam de especial importância, pois ambos vieram no mesmo navio negreiro de Bernardo.[70]

Mesmo tendo passado tantos anos da "grande calunga", os dois ***malungos*** conseguiram reativar lembranças, que, naquela instante, poderia ser de muita valia para arrancar do cativeiro terrestre um companheiro de travessia marítima, em busca da liberdade. Uma passagem nos chamou, particularmente, a atenção. Essa se refere ao momento em que, após terem sido vendidos, ainda em Pernambuco, para diferentes senhores, os escravos recém desembarcados "dispedirão-se chorando pela muita amizade que tinhão e por serem da mesma nação", um flagra do quanto esses momentos poderiam significar, em termos de dispersão e, ao tempo, início de construção de novas identidades para os africanos no Brasil. Assim sendo, os escravos choravam nessas ocasiões devido a brusca separação de entes queridos, pessoas essas que, provavelmente, nunca mais reencontrariam em vida. Esta é a explicação mais plausível para essas lacrimejantes e dolorosas cerimônias. Porém, talvez exista um motivo menos óbvio e mais profundo por trás de tudo isso. É que em algumas sociedades e lugares da África - coincidentemente as regiões de origem dos africanos que vinham para Pernambuco e a Paraíba, no contexto do

---

[70] Ver. Acção de liberdade do affricano Bernardo...Op.cit. Para algumas testemunhas, esta não teria sido a primeira vez que os dois libertos compareceram em juízo para ajudar velhos companheiros que permaneciam no cativeiro, o que mais uma vez comprova os vínculos de solidariedade no âmbito da comunidade escrava. Para desqualificar os argumentos dos libertos, o advogado do senhor se utilizou de um verdadeiro golpe baixo. Segundo ele, os depoimentos de Jacinto e de Filipe "de nada poderia aproveitar-lhe visto como africanos, inteiramente barbaros não podem de maneira alguma precisar a ephoca em que chegarão e se precisarem-na evedentemente mentem as suas consciencias, se é que elles tem consciencia do que nesta matéria fasem". Quer dizer, em momentos de disputas e conflitos agudos como esses, todo um arsenal de esteriótipos era subitamente reativado e acionado contra os afro - brasileiros.

tráfico e da escravidão daquele momento histórico - havia a crença de que os brancos praticavam o canibalismo, raciocínio esse que não deixa de ter sua dramática lógica política e cultural.[71]

Ao contrário da ação de liberdade anteriormente analisada, desta vez o desfecho foi favorável ao libertando Bernardo. Em sentença datada de 18/02/1874, o juiz de Direito recém nomeado, Antonio da Trindade Antunes Meira Henriques, considerando o que dos "autos consta, as disposições do direito e jurisprudência dos tribunais a respeito", julgou procedente o pedido de Bernardo, que passou a gozar do direito à liberdade. Certamente que para proferir a sentença, esse graduado magistrado também levou em consideração todo o ambiente em que o processo se desenrolou, inclusive suas convicções pessoais e políticas.

Devemos agora sintetizar os aspectos principais destas duas histórias passadas na Campina Grande do início dos anos setenta do século XIX. A primeira coisa que chama a atenção do historiador, é que uma lei, no caso, a de 1831, vista por muitos como letra morta, estava se tornando algo cada vez mais vivo, pelo menos na ótica de alguns escravos que a reivindicaram para legitimar uma luta pela liberdade. O que antes serviu para encobrir a prática clandestina de importação de escravos africanos, era agora acionado para se barganhar a possível alforria, perante a mesma justiça que durante tantos anos acobertou crimes. Os exemplos de Maria e Bernardo poderiam ser multiplicados, sugerindo assim uma tendência. Todavia, eles podem nos ensinar mais alguma coisa.

Por trás de todo aquele cipoal jurídico que eram as ações de liberdade, se manifestavam pequenas guerras em surdina, travadas em torno de diferentes concepções e experiências sobre a liberdade e a escravidão, contribuindo assim para que os próprios escravos também fizessem suas leituras e cálculos políticos, realidade essa que não passou desapercebida aos olhos de alguns

---

[71] Ver. Acção de liberdade do affricano Bernardo...Op.cit. Para uma reflexão mais detalhada sobre essas questões, ver. Slenes, Robert.W. "Malungu, Ngoma vem: África coberta e descoberta no Brasil" In. *Revista da U.S.P.* número 12, 1991 - 1992.pp. 48/67. Karasch, Mary. Op.cit.p.78.

contemporâneos. Foi o caso de Francisco de Assis Pereira Rocha Junior, advogado do senhor do africano Bernardo, na fase em que o processo ainda se encontrava no Recife, por volta do mês de setembro de 1872. Depois de uma de suas tantas investidas contra a ousadia cada vez acentuada de escravos até então tidos como bem comportados e obedientes a seus senhores, o mencionado bacharel fez uma apaixonada defesa da manutenção da ordem e segurança pública, tendo como pressuposto de sua fala a preservação do direito da propriedade escrava ameaçada, por mais que isso pudesse repugnar de algum modo "as idéias do século" das luzes. Do contrário seria o caos, pois, segundo a sua perspectiva "a rebeldia é sempre a consequencia immediata nestes negocios, e Deus queira, que muito em breve não tenhamos de lamentar grandes desgraças!", raciocínio esse que, visto em retrospectiva, se mostraria premonitório, em relação ao que ainda estava por vir nos anos subsequentes, em termos de ação escrava em Campina Grande.[72]

Tudo isso coincidiu e convergiu com a conjuntura que antecedeu o Quebra - Quilos em Campina Grande. Se por um lado, é verdade que muitos escravos continuaram a buscar a liberdade por mecanismos já conhecidos e convencionais, a verdade é que houve aqueles mais impacientes, que se aproveitaram do momento crítico vivido por aquela sociedade, para fazer valer seus direitos a uma vida melhor e mais digna, pondo em prática outros métodos

---

[72] Ver. Acção de liberdade do affricano Bernardo...Op.cit. Ainda a respeito das leituras que alguns escravos faziam daquela conjuntura, valeria a pena reproduzir um trecho do depoimento da escrava Maria, cuja história serviu de mote para muitas das reflexões desenvolvidas até aqui. Perguntada pelo juiz de Orfão porque só então, em novembro de 1872, ela tinha ido alegar a sua liberdade em juízo, já que estava a tanto tempo em cativeiro ilegal, a africana respondeu que, além do medo de ser castigada por seu senhor a "razão foi a lei que apareceu a favor da liberdade não tendo vindo antes por que os seus parseiros diserão-lhe que o juis não lhe valia", algo absolutamente sintomático para um bom entendedor. Aqui submerge toda uma rede de solidariedade que costumava estar por trás de cada uma das histórias envolvendo escravos e seus companheiros em busca da dificil liberdade. Era esse suporte, muito mais do que qualquer outra coisa, que ajudava a ampliar o leque de possíveis alianças e empurrava os homens da lei a, não só se sensibilizarem com a causa, mas assumirem posições mais conseqüentes, que muitas vezes iam bem além do que seus preceitos conservadores normalmente estabeleciam, algo que inclusive deve ter acontecido com a história em tela, envolvendo o africano Bernardo, o que relativiza as noções de vitória e derrota em se tratando desses casos. Ver. Autuamento de uma copia da acção de liberdade da affricana Maria contra seu senhor o Capitão Jozé Jeronimo Pereira da Silva. SEDHIR. C.G, 1872.

de ação, também assentados numa certa tradição política e cultural estabelecida pacientemente ao longo do tempo.

Dito tudo isso, podemos agora retornar ao ponto em que deixamos os escravos no Quebra - Quilos, lá no final do primeiro capítulo, arriscando uma possível leitura para os significados históricos que eles buscaram imprimir naquele movimento, a partir do momento em que resolveram entrar em cena. É o que perseguiremos no próximo capítulo.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

TERCEIRO CAPÍTULO
SOMBRAS EM MOVIMENTO OU OS ESCRAVOS NO QUEBRA-QUILOS

1 - A Ação

Como fizemos ver no primeiro capítulo deste trabalho, convencionou-se estabelecer a data de 31/11/1874 como sendo o início do Quebra - Quilos. Portanto, entre o começo da sedição e a entrada em cena dos escravos, aproximadamente um mês havia se passado, detalhe esse que não pode ser desconsiderado para efeito de análise. Nesse intervalo de tempo, os mesmos mediram os prós e contra e as implicações de uma ação coletiva. Diante de um quadro de acirramento das tensões sociais, eles procuraram tirar partido da situação, facilitada pelo afrouxamento do controle e vigilância de senhores e autoridades em Campina Grande. Naquela conjuntura, a senha para o levante foi dada por um grupo de cativos pertencente a diferentes proprietários locais, que se dirigiu imediatamente para uma propriedade de nome Timbaúba.

A escolha desse alvo não se deu por acaso. Como já lembramos em outra parte, logo após o episódio do arrombamento da cadeia de Campina Grande, esta ficou acéfala, em termos de autoridades constituídas, por um certo tempo. Alguns desses indivíduos buscaram abrigo em suas propriedades rurais, nos arredores da cidade. Foi o caso do presidente da Câmara municipal, o liberal Bento Gomes Pereira Luna, que juntou sua parentela e se abrigou no dito lugar, propriedade de sua família. Além de Bento Luna, o escrivão da Coletoria de rendas, o secretário e o procurador da Câmara também lá se refugiaram.[1]

---

[1] Para o que se segue, ver. Summario de culpa por sedição. Auto de perguntas feitas a Raymundo Theodorico Jose Dorneles em 21/1/1875. AN, RJ, 1875; Luna, Mauro. "Campina Grande: Notas e datas subsidiárias para a sua futura história". In. Mendes, João. (Org.) *Anuário de Campina Grande*. C.G, 1925. pp. 5/13. Algumas palavras sobre estas fontes. O primeiro, negociante e funcionário público, membro da loja maçônica Segredo e Lealdade, foi uma espécie de testemunha participante, não só em relação aos acontecimentos chaves do Quebra - Quilos, como particularmente sobre a história dos escravos nesse movimento social. Era genro do presidente da Câmara de Campina Grande, Bento Luna, e foi um dos indivíduos feito prisioneiro no episódio do sítio Timbaúba, que será narrado e detalhado melhor em momentos diferentes do capítulo. O seu depoimento é um dos mais minuciosos, por isso mesmo preferimos partir da data que ele estabelece, para a entrada em cena dos escravos, ou seja, 29/11/1874, e não 04/12/1874, como afirma o juiz de Direito da Comarca, Antonio Henrique Antunes Meira, conforme

O "sossego" da família Luna e amigos durou pouco. Na noite de 29/11/1874, a fazenda em que estavam foi cercada por um grupo de 30 a 40 escravos, armados de cacetes, foices e armas de fogo. Capitaneados pelos negros Firmino e Manoel do Carmo, o grupo começou a gritar pelos que se encontravam nas casas da propriedade. Daí a pouco foram saindo um por um, tendo à frente o próprio Bento Luna. Neste momento se iniciou uma tensa conversa entre as partes. De um lado, os escravos, que, de forma ameaçadora, diziam ser livres a partir daquele momento e, por isso mesmo, queriam os "papéis da liberdade". De outro, autoridades amedrontadas, querendo ganhar tempo ao máximo, afirmando que não tinham como garantir a liberdade daqueles escravos rebeldes.

Ao perceberem que poderiam estar sendo enganados, os escravos, com palavras e gestos ameaçadores, obrigaram os que se ali encontravam a saírem das casas, após o que todos foram feitos prisioneiros. Uma por uma das ditas autoridades foi amarrada no lombo de cavalos e, sob forte vigilância, obrigado a marchar de volta à cidade, no sentido de irem em busca dos tão desejados papéis.

A distância a separar o sítio Timbaúba da cidade de Campina Grande era de, aproximadamente, duas léguas, ou, o que dá no mesmo, treze quilômetros. É possível que, nesse trajeto, novos escravos tenham se juntado ao grupo original, pois essa era uma área formada por importantes propriedades escravistas.

Diferentemente dos populares, que chegaram alguns dias antes gritando "abaixo os impostos" e "morra maçons, viva a religião católica", os escravos entraram na cidade entoando suas próprias palavras de ordem de "viva a

---

já chamamos a atenção do leitor no final do primeiro capítulo. Quanto a Mauro Luna, foi um importante letrado das primeiras décadas do século XX, herdeiro de uma tradicional família local, neto de Bento Luna. Foi um dos mentores do Anuário do qual seu artigo é parte, publicação essa que teve destacado papel no estabelecimento de um certo imaginário sobre a cidade de Campina Grande, imagem essa ligada a idéia do moderno e do progresso. Praticamente todos os autores que escreveram posteriormente sobre o Quebra - Quilos, em especial a ação dos escravos, se referem a estas duas falas, porém sem o devido cuidado da contextualização crítica.

liberdade", como que a expressar novas demandas sociais e políticas em um contexto histórico maior. Após isso, se deslocaram para a residência do procurador da câmara, Raymundo Theorico José Dornellas e se apropriaram do "livro da emancipação dos escravos". Enquanto isso um novo contingente de escravos, liderado por um liberto de nome Benedito, engrossou as fileiras dos sublevados. Juntos, sempre acompanhados dos prisioneiros, os escravos foram à presença do Vigário Calixto Correia da Nóbrega para tratar da liberdade deles e de seus filhos, pois queriam daquele religioso "o livro onde estavam pintados os escravinhos novos".[2]

O Vigário tentou apaziguar os ânimos, afirmando que aquela não era a melhor maneira de se conseguir a liberdade, aconselhando que as "ovelhas desgarradas" retornassem ao domínio de seus senhores. Parece que os escravos não se deram por vencidos, pois continuaram a lutar pela liberdade e saíram em direção à vila de Alagoa Nova, distante apenas alguns quilômetros de Campina, para aí se reunirem a novos cativos que os aguardavam.

Ao tomarem conhecimento do que se passava em Campina Grande por aqueles dias, os proprietários locais não perderam tempo e, em que pese as dificuldades de momento, procuraram se articular, no sentido de perseguir os escravos insurrecionados, antes que fosse tarde demais. Para isso, juntaram milícias particulares e o que naquele contexto restava de forças públicas, para reprimir o levante. A partir desse momento, as notícias escasseiam e os escravos saem de cena de forma, aparentemente, tão espetacular como haviam entrado, no movimento do Quebra - Quilos.

Dentre os estudiosos que posteriormente transformaram o Quebra - Quilos em objeto de estudo e preocupação intelectual, Armando Souto Maior foi dos poucos, senão o único, que tentou uma interpretação para os acontecimentos que acabamos de narrar. Segundo ele,

---

[2] Ver. Luna, Mauro. Op.cit. p.10.

"Aparecem negros e mulatos entre os quebra - quilos, porém a liberdade tão desordenadamente procurada com a destruição de papéis cartoriais, é mais conseqüência do que causa".[3]

Se a leitura que fazemos dessa passagem estiver correta, para o historiador pernambucano a aparição dos escravos no Quebra - Quilos deveria ser creditada mais a um impulso de momento, quase que instintivo, em busca da liberdade. Nesta perspectiva, os escravos teriam sido vítimas inertes das circunstâncias históricas em que estavam mergulhadas, indo a reboque de acontecimentos cuja lógica não era determinada nem tampouco controlada por eles, levando assim a um processo de diluição de uma experiência social específica, no contexto mais geral do mencionado movimento social.

Do nosso ponto de vista, esta é uma maneira equivocada de se encarar os fatos, pois nega aos escravos um mínimo de autonomia e coordenação racional de suas ações enquanto sujeitos sociais e históricos. Sendo assim, o nosso caminho aqui será outro, já que acreditamos piamente que é possível cercar estes acontecimentos de uma nova inteligibilidade, ou seja, é preciso fazer uma leitura na contra - mão da história, resgatando desse modo uma experiência que foi esquecida na poeira do tempo.

Para avançar na hipótese de que, ao entrarem em cena, os escravos imprimiram significados particulares ao Quebra - Quilos, nos baseamos em novas evidências empíricas e num certo procedimento de investigação e explicação histórica que, articulados organicamente, podem, ao final, lançar uma nova luz sobre os acontecimentos em tela. Neste sentido, a nossa

---

[3] Maior, Armando Souto. *Quebra-Quilos: Lutas sociais no outono do Império.* 2ª Ed., S.P, Companhia. Editora. Nacional, 1978.pp.199/202. Outros autores que mencionam a participação dos escravos no Quebra - Quilos, porém pouco avançam na interpretação, são os seguintes. Almeida, Elpídio. *História de Campina Grande.* 2ª Ed, J.P, Ed. UFPB, 1978.pp.211/213; Jurema, Aderbal. *Insurreições negras no Brasil.* Recife, Ed. Mozart, 1935. pp.51/56; Sá Ariane Norma de Menezes. *Escravos, libertos e livres: A Paraíba na segunda metade do século XIX.* S.P., USP, 1994.pp.113/114. (Dissertação de Mestrado); Joffily, Geraldo Irenêo. "O Quebra - Quilos: A revolta dos matutos contra os doutores(1874)".In. *Revista de História.* Vol. L.I.V, S.P, 1976.pp. 108/110; Moura, Clovis. *Rebeliões da Senzala.* 3ª Ed., S.P, Ed. L.E.C.H, 1981.p.82; Goulart, José Alipio. *Da Fuga ao Suicídio: Aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil.* R.J, Conquista,1972.p.155; Luna, Luiz. *O negro na luta contra a escravidão.* R.J, Catedra, INL, 1976.p. 213.

estratégia obedecerá, daqui por diante, a um duplo movimento de análise, buscando estabelecer as necessárias "pontes" entres as particularidades históricas locais e sua inserção, sempre que possível, em uma certa tradição de lutas desenvolvidas pelos escravos africanos e afro- descendentes no Brasil da segunda metade do século XIX.

2 - Uma Insurreição de Escravos? Sobre os Significados históricos.

Os acontecimentos de Campina Grande se deram num momento bastante particular da história da escravidão e da experiência negra no Brasil oitocentista. Naquela conjuntura histórica, final da década de sessenta e primeiros anos da década de setenta, o aprendizado político dos escravos já ia longe, atingindo um novo patamar que se expressava em novas e, muitas vezes, ousadas estratégias de lutas individuais e coletivas, cujas repercussões preocupavam cada vez mais setores da elite brasileira, empenhados com a manutenção da ordem pública e em particular com o delicado problema do encaminhamento da chamada questão do "elemento servil", processo esse que, em maior ou menor grau, atingiu todas as províncias escravistas do Império, gerando uma espécie de efeito bumerangue, em relação a um conjunto de idéias e experiências que migravam e circulavam por diferentes lugares, sendo assim permanentemente resignificado.

O Brasil era, àquela altura, o último grande bastião dos interesses escravocratas do continente. Após a violenta destruição pelos escravos haitianos da mais próspera colônia francesa - a ilha de São Domingos, com o seu sistema de ***plantation***, na passagem do século XVIII para o XIX - nunca mais a história da escravidão americana foi a mesma. Ao longo do século XIX, por diferentes caminhos, as diversas sociedades escravistas do Novo Mundo, empurradas pela própria pressão escrava e a emergência do abolicionismo, procuraram encaminhar projetos de reforma ou superação do sistema. Foi assim no Caribe britânico, holandês e francês, primeiro com a proibição do tráfico negreiro, depois a abolição com formas variadas de indenização dos governos

metropolitanos em relação aos proprietários locais. Nos E.U.A., a extinção do comércio internacional de escravos em 1807 significou, numa primeira fase, estabilização e até uma certa expansão das atividades e interesses escravocratas, especialmente os do velho sul com seu ***ethos*** aristocrático, transformando esse país na maior nação escravista da face da terra, com uma população que ultrapassava a casa de 4.000.000 almas cativas. Porém, passado esse momento de euforia(que durou algumas décadas) adveio uma violenta guerra civil entre os anos de 1861-1865, acarretando, dentre outras coisas, a abolição da "peculiar instituição" na terra de ***Tio Sam*** e um profundo abalo na convicção ideológico das demais classes dominantes da região. Até Cuba e Porto Rico, as duas últimas possessões escravistas do carcomido e decadente Império espanhol, procuravam sobreviver a esse vendaval histórico, através da adoção da Lei Moret de 1870, uma precária solução de compromisso para atender múltiplos interesses sociais e políticos em disputa, inclusive os dos trabalhadores escravizados.

Ainda hoje é difícil calcular os reais efeitos dessa complexa conjuntura internacional sobre senhores e escravos, no panorama político-cultural da sociedade imperial brasileira da segunda metade do oitocentos. Uma coisa, porém, é certa: ela existiu e, na interação com fatores internos, ajudou a conformar aquele ambiente histórico.

Neste sentido, e retomando o raciocínio anunciado em parágrafos anteriores, podemos afirmar que aquele contexto veio trazendo novas inquietações e expectativas para o conjunto da sociedade brasileira, particularmente depois da guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870. Até então o problema da reforma do elemento servil havia sido protelado, mas agora era chegada a hora da verdade, e um intenso processo de embates se iniciou, envolvendo senhores, escravos, libertos, políticos, jurisconsultos etc, levando a uma crescente perda de hegemonia e uma quebra na legitimação da instituição. O grande temor de segmentos das elites proprietárias era de que toda essa discussão pública, por linhas retas ou tortas, chegasse aos ouvidos dos escravos e se transformasse

em ações políticas em forma, por exemplo, de revoltas coletivas generalizadas. Exageros à parte, o fato é que, mesmo que não se tenha reproduzido por aqui algo semelhante a revolução haitiana ou mesmo a Guerra de secessão americana, nem por isso a situação era menos tranqüilizadora para as classes dominantes brasileiras de então. Vejamos em maior detalhe como o alvorecer da década de setenta do século XIX foi vivenciado em algumas das mais importantes províncias do Império, atentando para a forma como os próprios escravos se apropriaram dessa conjuntura, em sua dimensão local, nacional e até internacional.[4]

A província do Rio de Janeiro, incluindo aí também a Corte, era um campo privilegiado para a movimentação escrava, em que pese toda a sofisticada malha de controle social implantado na vida cotidiana. Esse aspecto da questão se explica por diversas razões. Além das fazendas de café do Vale do Paraíba, os engenhos de açucar da região e a produção de alimentos, os escravos eram empregados em diversas atividades urbanas, formando, no conjunto, a segunda maior população escrava de todo o Império. Ao seu redor, se situava um dos mais importantes portos das Américas, por onde entravam e saíam diariamente mercadorias, homens e idéias, não só das outras províncias como também de diversas partes do mundo. O que contribuía para transformar aquele lugar num verdadeiro caldo de cultura e experiências históricas. Por outro lado, não devemos esquecer que aí também se localiza o centro do poder, o coração político dos interesses escravocratas. Para lá se dirigiam, na condição de deputados, senadores, ministros e conselheiros, os representantes das diversas elites regionais, experiência essa que lhes permitiam formar uma visão de conjunto da sociedade e da classe da qual faziam parte.

---

[4] Para uma visão de conjunto do quadro nacional e internacional, em especial a movimentação escrava, em termos de resistência política e cultural, ver. Klein, Herbert.S. *A escravidão africana - América latina e Caribe.* S.P, Brasiliense, 1987; Linebaugh, Peter. "Todas as montanhas atlânticas estremeceram". *R.B.H*, número 6,1984.pp.7/46.; Scott, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba.* R.J, Paz e Terra, 1991; Eric, foner. *Nada alem da liberdade.* R.J., Paz e Terra, 1988; Reis, João José - "Nos achamos em campo a tratar da liberdade: a resistência negra no Brasil oitocentista". In. Mota Carlos Guilherme (ORG). *Viagem incompleta: a experiência brasileira.* VOL. 1, S.P, Ed. Senac, 2000.pp. 243/263.

Os escravos cariocas tinham já por essa época uma larga tradição acumulada de lutas e resistência ao cativeiro. Por várias partes da província se espalhavam os seus quilombos, verdadeiras hidras de mil e uma cabeças, a tirar periodicamente o sono de proprietários e autoridades responsáveis por zelar e manter a ordem e segurança pública. Os escravos vindos do norte, em função do tráfico interprovincial em pleno curso naqueles anos, acrescentavam novos elementos de rebeldia em uma já rica cultura de matriz afro - americana. Por tudo isso, e muito mais, é que eles não ficaram indiferentes a todo esse quadro histórico que os cercavam, em especial num momento em que se travavam acirrados debates que extrapolavam em muito o estreito ambiente parlamentar, debates esses referentes ao presente e ao futuro da instituição escravista da "nação" brasileira.

Sintomático a esse respeito, era a maneira como essas mesmas notícias chegavam aos ouvidos dos escravos. Toda a discussão que levaria ao encaminhamento e posterior aprovação da chamada Lei do ventre livre, colocou os escravos de algumas comarcas da província em estado de alerta. Ainda em 1870, como nos lembra a historiadora Lana Lage, as autoridades do município de Campos remeteram correspondência ao Chefe da polícia alertando a este último sobre uma possível sublevação de escravos, cujo comportamento estava se tornando cada vez mais ameaçador perante seus senhores. Suspeitava-se que este estado de espírito se devia a uma possível leitura libertária que os cativos do município estavam fazendo da conjuntura, ou seja, para eles não era apenas o destino de seus futuros filhos que estava em jogo mas sim o de toda a escravaria, que estaria prestes a ser livre, sendo que o único obstáculo para a consumação desse processo era ganância de seus senhores.[5]

Em São Paulo o clima era ainda mais inquietante. Uma verdadeira onda negra parecia atravessar de ponta a ponta a mais importante região cafeeira do

---

[5] Para o Rio de Janeiro, Ver - Lima, Lana Lage da Gama. *Rebeldia Negra e Abolicionismo*. R.J, Achiamé, 1981.pp. 87/100; Gomes Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas: Mocambos e Comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - Século XIX*. R.J, Arq. Nacional, 1995.pp. 323/402.

Império, onde estavam encravados poderosos interesses escravistas. E este quadro tendeu a se agravar com a chegada em massa dos temidos escravos das províncias do norte, tais como os de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Bahia etc. Este ambiente de tensões sociais se transformou num campo fértil para a disseminação do temor senhorial em relação a fugas, formação de quilombos, aumento da criminalidade e boatos e mais boatos em torno de levantes reais ou imaginados. Este medo branco tendia a adquirir a sua temperatura máxima quando, em determinadas situações, as lutas dos escravos convergiam de alguma maneira com a pregação radicalizada de certos indivíduos ou grupos socialmente desenraizados. É o que parece ter acontecido em Campinas, entre dezembro de 1871 e janeiro de 1872. Segundo a polícia, um sujeito de nome Vespasiano Rodrigues da Costa(condutor de armas da nação para o Mato Grosso) toda vez que passava por esse município do oeste paulista não perdia a oportunidade de, em reuniões clandestinas com escravos da região e arredores, se apresentar como enviado do Conde D'Eu e de outros benfeitores da Corte. Nestes encontros, em que fazia questão de mostrar a grande quantidade de armas que tinha consigo, costumada pregar mensagens subversivas, aconselhando os escravos a se levantarem contra seus senhores para adquirirem a liberdade. Ainda de acordo com a mencionada fonte, foi arquitetado um miraculoso plano de revolta para o dia 1º de janeiro de 1872, que consistiria em incendiar uma fábrica de pólvora, localizada a alguns quilômetros de distância da cidade, cujas chamas cumpririam um duplo objetivo: atrair a atenção da população e ao mesmo tempo servir como sinal para os escravos armados tomarem conta da cidade, e em seguida assaltarem os seus estabelecimentos comerciais, inclusive o Banco Mauá. Porém, para a má sorte dos revoltosos, o dito plano foi delatado por um dos conspiradores e a polícia conseguiu se antecipar aos supostos fatos, evitando desse modo que o caldo entornasse definitivamente. Mesmo repelido a tempo, esse episódio parece ter deixado marcas profundas no imaginário das elites da província. Pelo menos é o que se pode depreender de uma fala do deputado Alves dos Santos, um dos

representante de São Paulo na Assembléia Geral do Império. Ainda em 1875 esse parlamentar se queixou dos "resultados muito funestos" de certos dispositivos da Lei do ventre livre. Nesse sentido, segundo ele, os escravos estavam cada vez mais sublevados, a tal ponto que preferiam cometer crimes e sofrerem as penas de galés a continuarem sofrendo no cativeiro. Para evitar que esse quadro continuasse a se repetir, pondo em risco a ordem pública e os sagrados interesses da "lavoura", o nobre deputado apresentou um projeto que visava acabar com esse tipo de pena, na verdade um estímulo para os escravos, substituindo-a por açoites. O mais curioso e interessante em toda essa história, é que para sensibilizar seus pares a votar favoravelmente na proposta, o dito parlamentar tenha lembrado justamente do medo causado pelo plano da insurreição geral de escravos de Campinas do ano de 1872, plano esse maquinado pelo "cometa" de nome Vespasiano Rodrigues da Costa.[6]

Merece destaque nessa discussão, alguns episódios passados em Minas Gerais, a província que possuía a maior população escrava em princípios dos anos setenta, e onde os interesses escravocratas estavam consolidados a muito tempo. Aí também os escravos se movimentavam perigosamente aos olhos da classe senhorial. Além de negros aquilombados, sugestivamente chamados de "a rapaziada sujeita dos matos", nessa província os demais escravos procuraram se aproveitar da conjuntura e de uma tradição de resistência que remontava ao período colonial, para insinuar planos de revoltas em alguns municípios, a exemplo de Juiz de Fora e Leopoldina. Nesta última, estava marcado para acontecer na noite de São João do ano de 1871 um

---

[6] Ver. Annaes do Parlamento Brazileiro. Câmara dos Deputados. Sessão de 2/8/1875. Tomo IV. R.J, Typografia Nacional, 1875. Temores e rumores acerca de planos ou revoltas de escravos aparecem em outros municípios paulistas, tais como Pindamonhangaba, Jundiaí e Mogi-Mirim, onde, segundo uma testemunha "os escravos estavam tomados de certa altivez, a que não eram habituados", o que resumo bem a atmosfera social em que estavam mergulhadas as regiões escravistas cafeeiras nas duas décadas que antecederam a abolição. Ver, dentre outras, as seguintes obras que reconstituem as múltiplas tensões históricas desse período em São Paulo. Costa, Emília Viotti. *Da Senzala à Colônia.* 3ª ed., S.P, Brasiliense, 1989.pp. 321/348; Queirós, Suely Robles Reis de. *Escravidão Negra em São Paulo.* R.J, José Olympio.I.N.L.,1977.pp.128/198; Azevedo, Celia. Maria Marinho. *Onda negra, Medo Branco: O negro no Imaginário das elites - Século XIX.* R.J, Paz e Terra, 1987.pp. 175/214; Machado, Maria Helena. - *O Plano e o pânico: Os movimentos sociais na década da abolição.* S.P, Ed. USP, 1994.pp. 143/173.

levante da escravatura local, descoberto a tempo de ser abortado pelas autoridades.[7]

A província do Espírito Santo - juntamente com o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais - fazia parte do quadrilátero cafeeiro e escravocrata do centro - sul imperial. Em busca de terras virgens e devolutas, arrancadas no mais das vezes à força das tribos indígenas, grupos de fazendeiros fluminenses e mineiras migraram para o sul do Espírito Santo e aí lançaram as bases, a partir da segunda metade do século XIX, da economia cafeeira local. Muitos desses senhores vieram acompanhados de seus escravos, que trouxeram consigo experiências de lutas que foram recriadas no novo contexto em que eles e seus descendentes passavam a viver.

Dentre as várias histórias envolvendo os escravos capixabas no período em tela, algumas nos chamaram a atenção mais de perto. Depois de interpretarem de forma bastante particular os eventos ligados à independência, às leis anti- tráfico de 1831 e 1850, esses mesmos cativos voltaram à carga alguns anos depois. Corria a boca pequena, por vários pontos da província, que uma associação secreta de escravos estaria articulando para o dia 21/07/1871 um levante, cujo objetivo básico era conseguir a liberdade, estratagema esse mais uma vez descoberto antes de se consumar pelo delegado de polícia de Cachoeiro do Itapemirim, um dos mais prósperos municípios escravistas daquela província.[8]

Não foram só as regiões cafeeiras do centro - sul que testemunharam a crescente ousadia escrava por esses tempos. Mais ao sul, nos pampas gaúchos, os escravos também deram o ar de sua graça naquela conjuntura de mudanças, principalmente por se tratar de um lugar de fronteiras, não só geográficas mas também culturais, o que contribuía ainda mais para a

---

[7] Ver. Goulart, José Alípio.Op.cit.pp.176/180. Como alguns historiadores vêem chamando a atenção já de algum tempo, era relativamente comum planos ou revoltas escravas coincidirem com certas datas celebrativas do calendário civil ou religioso, escolhas essas movidas por uma determinada lógica política e cultural. Ver. Reis, João José. "Quilombos e revoltas escravas no Brasil". In. *Revista da USP. Dossiê povo Negro - 300 anos.* nº 28, S.P., USP, 1995/1996. pp. 14/39.

inquietação da escravaria das charqueadas e alguns centros urbanos do Rio Grande do Sul. Durante o conflito da Tríplice Aliança contra o Paraguai, na região do Prata, espalhou-se a notícia de que a guerra estava sendo feita para acabar com a escravidão, o que encorajou alguns escravos da província a fugirem para os países vizinhos ou então formarem novos quilombos. Passada a guerra, o município de Pelotas foi palco de mais uma insurreição. Na noite de 11/04/1873, um grupo de escravos acompanhado de homens livres, saiu as ruas dando vivas à liberdade e à república, após o que entraram em confronto com policiais e paisanos, tendo esses últimos conseguido debelar o movimento, depois de muito esforço e emprego da força bruta.[9]

Outra área fronteiriça de importante concentração escrava era a do Mato Grosso. Nesta província, mais uma vez durante o período da guerra contra o Paraguai, as fileiras do mais importante quilombo local - o do Rio Manso, nas cercanias de Cuiabá - foram engrossadas com a adesão de negros fugidos, índios e até soldados desertores, situação essa que gerava um verdadeiro pavor a autoridades e elites proprietárias. Tanto é assim, que depois do fim da guerra as forças militares se deslocaram do combate ao inimigo externo(Solano Lopez e seus homens) para o inimigo interno, os quilombolas e seus aliados. De fato, em 1871 uma nova operação de guerra foi montada para destruí-los, objetivo alcançado apenas parcialmente, com muitas dificuldades e após violentos combates. Alguns meses depois remanescentes do dito quilombo se reagruparam e voltaram a infernizar a vida das elites mato-grossenses ainda por um bom tempo.[10]

---

[8] Ver. Almada, Vilma Paraiso Ferreira de. *Escravismo e trasicão: O Espírito Santo (1850/1888).* R.J, Graal, 1984.pp. 134/174.

[9] Ver. Piccolo, Helga.I.L. "A Resistência escrava no Rio Grande do Sul: Reação ou afirmação?" In *Estudos ibero-americanos.* Vol. 16, nº 01 e 02, Pucrs, 1990.pp. 241/251; Mastri, Mário - "Pampa Negro". In. Reis, João José e Gomes, Flávio dos Santos - (Organizadores). *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil.* S.P, Comp. das letras, 1996. pp. 291/331.

[10] Ver. Volpato, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão: Vida Cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850/1888.* S.P, Marco Zero, 1993. pp. 182/197. Sobre o impacto da guerra do Paraguai nos escravos brasileiros como um todo, Ver - Sousa, Jorge Prata de. *Escravidão ou Morte: Os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai.* R.J, Mauad - Adesa, 1996.

Nem na aparente solidão da floresta os escravos estavam de todo isolados de notícias e fatos que circulavam ao seu redor, dentro e fora das fronteiras do Brasil de então. A este respeito, o historiador Eurípedes Funes conta-nos a história dos quilombolas do baixo Amazonas, nos confins do extremo norte do Império, e que em parte sobrevivem até hoje, em que pese a miséria que estas comunidades estão atualmente mergulhadas. Uma das mais interessantes e sugestivas passagens dessa história, feita de lutas e resistência, se deu, outra vez, durante a guerra do Paraguai. Aproveitando o momento de divisões e comoção social, os mocambeiros pediram paz e liberdade, alegando que, caso não fossem atendidos, fugiriam para a vizinha Guiana Holandesa, para aí se juntarem aos negros livres, pois sabiam que lá não mais existia a escravidão. Esse episódio mais uma vez comprova que os escravos do Brasil, a exemplo de seus irmãos de cativeiro espalhados pelas Américas, eram exímios leitores da realidade que os circundavam e sabiam como poucos se aproveitar daquelas conjunturas em que os seus opressores estavam divididos, para assim fazer avançar suas lutas.[11]

Relativamente próxima dessa complexa região geo-política ao extremo norte do Império, ficava a província do Maranhão. Foi nesta última que se formou um dos mais importantes e originais quilombos em terras brasileiras. Como se já não bastasse a espetacular jornada insurrecional do negro Cosme e seus três mil comandados na época da Balaiada, trinta anos depois os escravos maranhenses reapareceriam com força redobrada na história política da província, a partir da formação de um quilombo com características abolicionistas. Tratava-se de um quilombo existente no município de Viana, cuja população era formada por mais de quatrocentas pessoas. Em dias de julho de 1867, os quilombolas saíram de seus redutos, fortemente armados, com a intenção de invadir e saquear fazendas e engenhos das proximidades. Numa dessas investidas, obrigaram o administrador de uma propriedade a redigir uma carta dirigida às autoridades estabelecidas. Na carta, eles exigiram que todos

[11] Ver. Funes, Eurípedes A. "Nasci nas matas, nunca tive senhor - História e memória dos Mocambos do

os cativos da província fossem libertados, dando como ultimato o dia 15 do mês seguinte, ou seja, agosto daquele mesmo ano. Caso a exigência não fosse cumprida, ameaçavam reagir com mais ousadas ações, para fazer valer o direito de serem emancipados. Para intimidar ainda mais as elites e seus representantes, prometiam lançar mão de mais de mil armas de fogo para alcançar os seus objetivos. Estes episódios, segundo o historiador Mathias R. Assunção, tiveram forte repercussão em várias áreas da província, contribuindo para aumentar, ainda mais, o crescente clima de insubordinação da escravaria. Com muita dificuldade, os agentes da repressão conseguiram conter o perigo, pelo menos momentaneamente, já que durante a década de setenta os remanescentes desses negros mocambeiros continuaram a agir, com outras armas e estratégias políticas de busca coletiva da liberdade.[12]

Uma das escravarias mais desabusadas e rebeldes estava localizada na província de Sergipe, fenômeno esse que estava relacionado a alguns fatores históricos. Originalmente, essa mesma província fazia parte da Capitania da Bahia, tendo sido posteriormente desmembrada e se transformado na província de Sergipe d'Rei. A exemplo dos escravos baianos, os sergipanos eram quase todos de origem sudanesa, estes últimos conhecidos pela série de revoltas que ajudaram a organizar na primeira metade do século XIX. Essa tradição de rebeldia política e cultural teve continuidade com os cativos de Sergipe até as últimas décadas da escravidão. Em muitas dessas ocasiões, as iniciativas de resistência dos escravos chegavam a tirar o sono das autoridades e proprietários, que viviam no mais das vezes em permanente sobressalto.

A exemplo de muitos aquilombados de outras províncias do Brasil, os de Sergipe mantinham uma rede subterrânea de contatos com grupos e indivíduos da sociedade em que viviam, em particular os negros que permaneciam nas senzalas e cidades, algo de fundamental importância para a sua sobrevivência no tempo. Com isso eles estabeleciam contatos, trocas comerciais e, acima de tudo, ficavam a par do movimento das forças da repressão, além de receberem

---

baixo Amazonas". IN. Reis, João José e Gomes, Flávio dos Santos. (Organizadores) Op. cit. pp. 467/497.

novos adeptos. A documentação de época está repleta de referências a esse tipo de situações envolvendo negros rebeldes, cuja tática de luta chegava a causar angústias coletivas no seio da elite dominante. Referindo-se a um desses muitos episódios, um periódico local do ano de 1872 assim se reportou ao fato: "a audácia (dos quilombolas, L.M.L.) tinha chegado a tal ponto de muitas vezes em grupo de dez a doze armados e bem montados entrarem em vilas e povoados, disparando suas armas às portas das autoridades".[13]

Tudo isso é interessante, porque demonstra que em determinadas conjunturas históricas as ações dos quilombolas poderiam levar a uma insurreição e vice-versa, ou seja, o objetivo de uma revolta escrava poderia ser o internamento nos matos, para a partir daí se formar um mocambo, algo que pode ter movido alguns dos escravos que participaram do Quebra - Quilos, conforme teremos oportunidade de retratar na conclusão desse trabalho.

Apesar de todo o processo de decadência que vinha experimentando desde pelo menos o final do século XVIII, Pernambuco ainda era a quinta mais importante província escravista do império. Isto não apenas no aspecto econômico, mas também político. Das fileiras de suas elites saíram não só ministros e conselheiros de Estado, como também figuras de destaque do movimento abolicionista, sendo o caso mais notório, embora não único, o de Joaquim Nabuco, que contribuíram para moldar os projetos de "nação" ao longo do século XIX.

Tanto na Capital, o Recife, como em vários municípios do interior, a discussão em torno da reforma da instituição escravista levou a calorosos debates entre escravocratas e emancipacionista, quer seja na imprensa, nos parlamentos locais e até, em algumas ocasiões, ganharam timidamente as ruas, a exemplo do que aconteceu durante o processo de confecção e votação da Lei do ventre livre. No Gabinete conservador, chefiado pelo Visconde do Rio

---

[12] Ver. Assunção, Matthias. R. "Quilombos Maranhenses". In.Id.Ibid .pp. 433/466.

[13] *Jornal de Aracaju* - 1872. Apud. Moura, Clovis. Op. cit. p. 123. Para a história dos escravos sergipanos e sua tradição de rebeldia, é útil consultar também. Figueiredo, Ariosvaldo. *O negro e a violência do branco: O negro em Sergipe.* R.J, J. Álvaro, 1977; Mott, Luiz R.R. "Rebeliões escravas em Sergipe". In *Estudos Econômicos.* nº 17, S.P, I.P.E, 1987.pp. 111/130.

Branco, coube a seu ministro da agricultura, o pernambucano Theodoro Machado F.P. da Silva, encaminhar o projeto para a discussão no Parlamento . Mas ou menos por essa época, julho de 1871, um grupo de proprietários ligados ao setor açucareiro da freguesia de Una redigiu uma representação, lida em plenário pelo Deputado Joaquim de Souza Reis, em que se afirma:

"os abaixo assinados, proprietários e agricultores da Freguesia de Una, termo e Comarca do Rio Famoso, da província de Pernambuco, sobremaneira assustados pela publicação da proposta do governo relativa ao elemento servil, e antevendo as funestas consequências que da sua transformação em lei do Estado resultariam para o país em geral, e mais diretamente e particularmente para a indústria açucareira, usam do direito de petição (...) para levar a esse augusto recinto a expressão dos seus receios e temores".[14]

Mesmo que ao final o mencionado projeto de lei tenha contado com o voto favorável da maioria da bancada parlamentar da província, como de resto de quase toda as demais do norte, essa reação de um "clube da lavoura" interiorana bem expresso o clima de apreensões difusas geradas por aquele tipo de situação. A preocupação maior era com a intervenção indevida - na ótica desses setores sociais - do Estado, traduzida no "protetorado dos juizes de órfãos e promotores públicos" nas relações de senhores e escravos, em especial os dispositivos referentes ao Fundo de Emancipação e a alforria compulsória, feitas em grande parte à revelia do dono. Além, claro, da repercussão que toda essa discussão poderia gerar nos corações e mentes de escravos propensos à rebelião.

O temor de certos setores da açucarocracia local, em relação à insubordinação de escravos, tinha sua razão de ser. Mesmo com a derrota, já nos anos trinta do dezenove, do quilombo de Malunguinho, o mais importante da província por aqueles tempos, notícias de fugas e movimentação de cativos era o que não faltavam, bastando para isso dar uma olhada nos jornais de época. Com auxílio ou não das sociedades abolicionistas então fundadas, eles

continuavam a lutar pela liberdade e confabular sobre possíveis revoltas em plena segunda metade do século.[15]

E assim, nesta breve incursão histórica por alguns aspectos da rebeldia escrava no Brasil oitocentista, finalmente retornamos à província da Parahyba do Norte, que além de fazer fronteira com Pernambuco, mantinha vínculos vários com a mesma. A segunda metade do século XIX, a década de setenta em especial, também chegou trazendo preocupações para autoridades e elites paraibanas, geradas, em parte, devido ao influxo dessa complexa e delicada conjuntura política, social e econômica. Precisamos agora compreender como tudo isso se expressou localmente e entender como os próprios escravos traduziram esse estado de coisas, e assim definitivamente avançarmos na nossa preocupação central, que é compreender a participação dos escravos campinenses no Quebra - Quilos. Comecemos por um episódio aparentemente prosaico, mas que naquele campo específico de configuração de forças históricas e sociais, poderia adquirir um sentido todo especial. Vamos a ele.

Naquele ano de 1871 a população local esperava ansiosamente por chuva. Estas expectativas se justificavam plenamente, já que os últimos três anos haviam sido de estiagem, com seu correlato cortejo de dificuldades para o dia-a-dia das camadas mais pobres, expresso na perda da colheita agrícola, fome, encarecimento dos gêneros de primeira necessidades etc. Por outro lado, estes eram motivos de preocupação para as elites e autoridades encarregadas da manutenção da ordem, pois nesta hora as fraturas ficavam mais expostas, na medida em que as tensões sociais tendiam a se manifestar com mais nitidez. Por suas características sócio-econômicas, o antigo município de Campina Grande chegava a atrair nestes períodos de estiagem grandes contigentes de

---

[14] Ver. Millet, Henrique Augusto. *Os Quebra-Kilos e a crise da lavoura.* 2ª Ed., S.P, Global - I.N.L., 1987.pp. 134/136.

[15] Ver .Eisenberg, Peter L. *Modernização sem mudança.* R.J, Paz e Terra, 1977.pp. 169/200. Este autor informa que em 1872 existiam cinco sociedades de caráter emancipacionista na província de Pernambuco. Quanto a revolta de escravos, há noticia de duas, que teriam ocorrido ao final dos anos sessenta daquele século, no município do Cabo e em Recife. Para a história do quilombo de mulunguinho, ou Catucá, consultar. Carvalho, Marcus Joaquim M. de. "O quilombo de Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco". In. Reis, João José e Gomes, Flavio dos Santos (organizadores) Op. cit.pp. 407/432.

sertanejos fugidos da fome e da miséria. Em aqui chegando, se transformavam em novos focos de potencial perigo. Daí a preocupação de delimitar os seus passos, no sentido de evitar desordens sociais, reforçando a vigilância das áreas mais vulneráveis, como, por exemplo, as feiras. No começo de 1871, todos estes ingredientes se combinaram, transformando a cidade e seus arredores num campo fértil para a proliferação de notícias pouco alvissareiras para os seus segmentos dominantes. O mês de março chegou, e com ele veio, não as águas, mas sim a intensificação desse quadro de apreensões múltiplas.

A este respeito, dizia-se que alguns indivíduos andavam pelos povoados próximo ao distrito de Fagundes, pregando e "seduzindo a povos para lançarem as mãos das armas para não obedecerem as leis do governo por ser despota e querem cativar ao povo, já por meios de empostos, perceguição e recrutamento forçado", palavras essas que podem ter exaltado os ânimos de alguns e levado preocupações a outros. Não sabemos se, de fato, o "povo" se levantou naquela momento contra a opressão do governo. Não sabemos também ao certo, se nessa proclamação ao "povo" os escravos estavam incluídos. Em todo caso, podemos dizer que a partir daí um grupo deles procurou traduzir a metáfora do "cativar ao povo" de acordo com suas próprias expectativas, em um episódio ocorrido poucos dias depois.[16]

Na noite de 25/03/1871, um sábado, "differentes escravos de pessoas da povoação de Fagundes", depois de um dia de exaustivo trabalho, se reuniram na casa de um deles e "ali puzeram a beberem aguardente". Daí a pouco chegou no lugar pessoas livres, que imediatamente se juntaram ao grupo de

---

[16] Ver. Relatório - Delegacia de Polícia da Cidade de Campina Grande, em 03 de maio de 1871. Arquivo Público da Paraíba, J.P, CX. 056. 1871. Quanto às secas que atingiram a região por esse tempo, os chamados "homens bons" da Câmara local assim desfilaram seu rosário de queixas perante o presidente da província: "Esta camara sente noticiar a vossa excelencia que a secca neste municipio tem trazido uma mizeria tão grande a classe pobre, que se vossa excelencia por sua munificencia não a socorrer terá o municipio de prezenciar o quadro triste e afflitivo de ver morrer a fome grande numero de sêos filhos! Com effeito a fome já se vai tornando tão intenca, e tão aterradôra que familias inteiras vão se alimentando com as mui poucas batatas e raizes agrestes que existem nos campos. E assim esta camara pede a vossa excelencia um lenitivo a esse estado excepicional a que trez seccas consecutivas reduzio este municipio" Ver. Ofício da Câmara municipal da cidade de Campina Grande ao presidente da província em 9 de maio de 1870. APP, J.P, cx.056, 1870.

cativos, dando assim prosseguimento a bebedeira, agora alegrada por instrumentos musicais e cantoria. Neste momento, alguém mais entusiasmado teve a idéia de sugerir que todos ali presentes dessem "alguns vivas", sugestão essa que foi acatada pela maioria. O divertimento prosseguiu, chegando até a madrugada do domingo, após o que todos se dispersaram "sem que houvessem mais novidade", indo cada um para suas respectivas casas. Esse evento, de conotações aparentemente tão prosaicas, poderia ser mais uma das tantas algazarras envolvendo escravos e homens livres pobres, esquecido no limbo da história. Para sorte dos historiadores, algum tempo depois o subdelegado de Campina Grande resolveu investigar mais detidamente o que de fato havia se passado naquele fim-de-semana. Para tanto, se fez acompanhar de uma tropa e saiu em direção ao palco dos supostos acontecimentos, aí chegando já no dia 18/04/1871. Antes de instaurar qualquer processo formal, o Alferes Ricardo Antonio da Silva Barros, procurou sondar a diferentes moradores do lugar, afim de se cientificar da natureza e circunstância dos fatos. Ao perceber que não se tratava de simples boatos, a referida autoridade policial - no afã de manter a ordem e mostrar serviço a seus superiores hierárquicos, no caso o Chefe de Polícia e o presidente da província - tratou logo de inquirir vários pessoas e assim formar um juízo mais exato do ocorrido. O primeiro aspecto a se destacar, é que desde o início dos procedimentos investigativos nota-se uma preocupação, quase que obsessiva, no sentido identificar quem estava por trás de todo o ocorrido, pois os escravos, qual crianças, eram facilmente "seduzidos" por homens livres, os reais agentes racionais da história. Qual seja, para a autoridade policial eles não passavam de gente reificada, embrutecida pelos ares da escravidão, imagem essa mais ou menos recorrentes. Não é por acaso, que logo aparece o nome do principal suspeito, um tal de Jovino Carneiro Machado Rios. Segundo algumas testemunhas, era público e notório que este último andava pelos povoados de Queimados e Catuama, próximos de Fagundes, incitando o povo a se amotinar contra o governo e, ao mesmo tempo,

a se opor a cobrança de impostos. Era também sabido que ele andava aconselhando os escravos para que se levantassem contra seus senhores.[17]

A partir dessa última informação, o subdelegado chegou a localizar quatro escravos, que teriam sido protagonistas do episódio já narrado acima, fato esse ocorrido na noite do dia 25 para o dia 26 de março do ano supra citado. Suas falas nos ajudam a recompor com uma maior riqueza de detalhes alguns daqueles acontecimentos. Ao ser interrogado no dia 24/04/1871, Domingos afirmou ter 38 anos de idade, casado, natural da Vila de Cabaceiras, da província da Parahyba do norte, agricultor, escravo de diversos herdeiros, e morador em Fagundes, termo de Campina Grande. Em sua casa, que ficava no círculo da povoação de Fagundes, funcionava também uma pequena taberna, onde conseguia ganhar uns trocados extras e receber freqüentemente os amigos e parceiros. Vejamos como ele se referiu aos episódios daquela noite, ao ser interrogado pela autoridade policial:

"Respondeu que estando em sua caza em um dia de sabado nos últimos dias do mez de marco proximo passado e que alli chegarão os escravos de nome Vicente (...), Julião (...), Joaquim, e os livres Francisco Gomes dos Santos, conhecido por Xico Preto, e José Felipe de Oliveira, dizendo que queria beber aguardente (...) e que depoiz de terem bebido a dita aguardente entrarão em um digo convidarão para darem uns vivas sendo este convite feito aos outros pelo escravo Vicente, e dicerão todos reunidos em voz alta Viva a bella sociedade da rapaziada, Viva a liberdade e Viva a republica o que elle interrogado disse que não queria tais vivas em sua caza e elles então calarão-se (...) com tais vivas e que logo depoiz mandarão vir violões e outros

---

[17] Ver. Relatório...Op.cit. Conseguimos reunir poucas informações sobre a vida desse misterioso e intrigante personagem, Jovino Machado Carneiro Rios. Ao que tudo indica, morava na rua do Seridó, onde tinha um estabelecimento comercial. Uma testemunha afirma que ele esteve envolvido em distúrbios de rua, ocorridos no primeiro dia de janeiro de 1874, envolvendo de um lado a sociedade católica, possivelmente uma Irmandade religiosa, e de outro a loja maçônica Segredo e Lealdade, havendo inclusive confronto armado entre membros das duas entidades, numa espécie de prenúncio do que iria acontecer de forma amplificada ao final desse mesmo ano com o Quebra - Quilos. O mais interessante, é que a sociedade católica aceitava em suas fileiras escravos, o que pode ser mais um indício da razão porque estes procuraram o Vigário calixto para tratar da liberdade, como veremos mais à frente. Ver. Summario...Auto de perguntas feitas a Raymundo Theodorico Jose Dornellas em 21/1/1875...Op.cit.

instrumentos e que travarão um pequeno divertimento levando toda a noite do dia de sabado, tendo terminado o divertimento no dia seguinte".[18]

A partir daí se iniciou uma longa querela em torno dos ditos "vivas" e seus muitos significados. Como era de se esperar, o subdelegado quis saber quem de fato estava por trás de tudo aquilo, já que na, sua ótica, os escravos por si só eram incapazes de entenderem o real significado das palavras que haviam gritado em coro. Quando indagado a este respeito, o escravo Domingos afirmou que, porquanto ouvisse falar que o indivíduo Jovino Carneiro Machado Rio andasse estimulando algumas pessoas para gritarem à República, atribuía tudo isso a boatos, já que o mesmo Jovino havia desistido de semelhante proclamação. Se essa versão de Domingos estiver correta, foram os escravos que acrescentaram, por conta e risco próprio, as duas outras palavras de ordens, o que não deixa de ser significativo para uma interpretação mais acurada dos fatos.

No mesmo dia, o escravo Vicente foi interrogado. Este era propriedade de José Rodrigues Pereira, tinha 38 anos, solteiro, também natural da província da Parahyba do norte e morador em Fagundes, onde "vive de servir ao senhor". Em relação aos fatos mencionados, confirmou, em linhas gerais, o que seu parceiro Domingos já havia dito em juízo, acrescentando, porém, importantes informações. Contou que, num dos últimos dias do mês de março, convidou aos também escravos Julião e Joaquim para irem a casa de Domingos, com o intuito de tomarem aguardente e participarem de um pequeno divertimento. Daí a pouco chegaram Francisco Gomes dos Santos e José Felipe de Oliveira e se juntaram ao grupo de escravos na bebedeira. Quando já estavam um tanto ébrios, começaram a gritar em "altas vozês" as polêmicas palavras de ordem, "entendendo elles que com estes vivas não offendessem do governo e que logo

---

[18] Ver. Relatório... Op.cit. Segundo uma historiadora da escravidão carioca, as tavernas "eram lugares muito importantes de socialização dos escravos; eles eram freqüentemente presos por beber, jogar, dançar, brigar, guardar coisas roubadas e, em geral, por fazer uma algazarra turbulenta que perturbava a tranqüilidade dos vizinhos da taverna". A esta longa lista de atividades lúdico-cultural, acrescentaríamos a confabulação política sobre planos e projetos de rebeliões. Ver. Karasch, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808/1850).* S.P, Comp. das letras, 2000.p. 395.

depoiz seguirão cada um destes para suas cazas sem que ocorresse novidade". Disse também desconhecer qualquer reunião, pública ou particular, em que pessoas estivessem incitando os escravos a se levantarem contra seus senhores. Quanto ao misterioso Jovino, disse que este o chamou certa vez, não para incitá-lo à insubordinação, mas, pelo contrário, aconselhando para que "deizasse disso poiz hera crime que elles estavão praticando".[19]

Outro que também foi interrogado em 24/04/1871, foi o escravo Julião, 44 anos, solteiro, natural da província de Pernambuco, agricultor e morador no Fagundes. Em relação ao fato objeto da investigação policial, respondeu que quando saiu da casa do seu senhor, Antonio Clemente Pereira, já no Domingo pela manhã, 26/03/1871, se deparou com uma bebedeira na casa de seu parceiro, Domingos. Ao ser convidado pelos que lá se encontravam, entrou a tomar aguardente e se incorporou com entusiasmo na farra. Num certo momento deram os tais vivas, após o que retirou-se "elle interrogado para fora da bebedeira, seguindo a seu destino". Quanto aos supostos mentores deste e de outros acontecimentos, negou reconhecer qualquer participação do dito Jovino ou qualquer outra pessoa livre.

O último a ser ouvido foi o escravo Joaquim, de 40 anos de idade, solteiro, natural da vizinha província de Pernambuco. Confirmou que o episódio se deu mesmo no dia 25/03/1871, e que sabia por "vêr que divercos escravos incluzive o interrogado derão diverços vivas, nos quais proferirão os seguintes Viva a bella união, Viva a liberdade, e viva a republica". Mais uma vez, o zeloso inquiridor, e guardião da ordem pública, quis saber com quem ele, Joaquim- e

---

[19] Ver. Relatório... Op.cit. Salta aos olhos o desprezo dessa e de outras autoridades em relação aos escravos, sentimento esse incorporado algumas vezes por historiadores da escravidão no Brasil. Nessa dimensão, os escravos são destituídos de qualquer possibilidade de organizar e pensar o seu mundo com valores e idéias próprias, inclusive acerca da justiça. Neste sentido, todo o esforço da autoridade policial encarregada de investigar os fatos de que estamos tratando aqui, foi de desqualificar os quatro escravos, pois, na sua ótica enviesada, estes últimos seriam incapazes de entenderem os sentidos "reais" de termos como República e Liberdade. Daí a tentativa de buscar algum "subversivo" iluminado como o responsável por todo o ocorrido. Mal percebendo ele que os cativos, sempre que possível, manipulavam astutamente a lei para, pelo menos, salvar a pele, algo que ocorreu inclusive nesse caso. Para uma discussão sobre aspectos gerais dessa problemática, ver. Chalhoub, Sidney. Visões da liberdade. S.P, Comp. das letras, 1990.pp.35/43.

os demais presentes à bendita reunião - havia aprendido tais idéias, tendo como resposta um vago e estratégico "não sei". Neste, e em um outros depoimentos, ficamos sabendo de um outro importante detalhe, que ajuda a esclarecer o que estava em jogo naquele episódio. É que ao amanhecer do dia seguinte ao ocorrido, o subdelegado de Fagundes, o Capitão José Constantino Cavalcanti de Albuquerque, se dirigiu a dita taberna com o intuito de acabar com a "festa" dos escravos. Ao saber que os homens da polícia estavam a caminho, o escravo Vicente e seus companheiros de farra - ainda sob o efeito inebriante da cachaça amiga - começaram a gritar em alto e bom som que ninguém iria dispersá-los. E mais, prometeram que no sábado seguinte iriam se reunir novamente e dar novos e redobrados vivas, desafiando por fim o dito subdelegado a vir impedir os seus intentos, algo que, mesmo que não tenha se consumado, bem demonstra a ousadia daqueles cativos.

Não foi sem razão que o subdelegado, encarregado das investigações, concluiu o seu trabalho afirmando que, após os interrogatórios, mandou recolher os quatro escravos "a um quarto que serve de prisão na povoação de Fagundes por 24 horas". No outro dia os fez entregar "aos seus senhores fazendo uma grande advertencia a elles a respeito de que seos escravos não continuem com semelhantes abuzos".[20]

A essa altura dos acontecimentos alguns comentários se fazem necessário a toda esse caso, em que pese o caráter lacuna da fonte em certos momentos e o desencontro de informações em outros. O que chama a atenção no primeiro momento da análise da questão em foco, é a distância temporal da data em que os fatos teriam se dado e o início das investigações. Só depois de quase um mês foi que o subdelegado saiu de Campina Grande em direção a Fagundes, no sentido de saber o que de fato havia acontecido. A explicação mais plausível para isso, talvez se deva ao fato dos proprietários locais terem tentado minimizar os possíveis efeitos que notícias e fatos daquele teor poderiam gerar quando se tornassem matéria de domínio público, ainda mais

[20] Ver. Relatório...Op.cit.

em um ambiente social crítico, como o vivido naqueles tempos. Tanto é assim, que o próprio subdelegado do distrito, o Capitão José Constantino Cavalcante de Albuquerque, não tomou nenhuma providência formal, mesmo sabendo de comentários que começavam a circular, sendo necessário a vinda de um seu colega de profissão lotado na sede do município, o Alferes Ricardo Antonio da Silva Barros, a quem coube por fim instaurar, com as devidas precauções que as circunstâncias exigiam, um processo investigativo.

De qualquer maneira, seja quais tenham sido as divergências entre autoridades e senhores em como lidar com o episódio, o fato é que tudo isso demonstra que não se tratava de algo de só menos importância. Particularmente para o que nos interessa no presente capítulo, podemos destacar alguns aspectos dessa história. A primeira observação diz respeito as estratégias construídas socialmente com a intenção de controlar os passos cotidianos dos escravos, cuja complexidade poderia levar a justaposição ou atritos entre o poder privado do senhor e as instâncias do aparelho estatal. Para os senhores talvez fosse mais cômodo e prático resolver um problema daquele tipo, no âmbito de seu domínio pessoal. Já o subdelegado, por encarnar a autoridade constituída, preferiu usar de outro estratagema, prendendo os ditos escravos por 24 horas e, acima de tudo, advertindo os proprietários para que fatos como aqueles não voltassem a se repetir, pelo que poderiam significar, pelo exemplo, para a perturbação da dita ordem e segurança pública. Mesmo que naquele tipo de sociedade os limites entre estes dois universos fossem muitas vezes tênues, nem por isso eles deixavam de existir. Neste sentido, em certas situações históricos os cativos sabiam muito bem tirar partido dessas divisões nos espaços da vida social, ao estabelecerem e lutarem persistentemente por direitos ligados, por exemplo, à liberdade. No entanto, para eles a liberdade não era um valor abstrato. Ela poderia se materializa em pequenas conquistas, tais como a possibilidade de se encontrarem com seus companheiros de cativeiro para se divertirem, sem o prévio consentimento de seus senhores e distante - pelo menos por alguns instantes - dos olhares dos

agentes mantenedores da ordem escravista. Nesses encontros e desencontros, histórias e tramas iam se tecendo, instituindo desse modo um sutil processo de politização do cotidiano, experiências essas que eram reelaboradas permanentemente e que, em determinados contextos históricos, poderiam alimentar projetos e movimentos coletivos mais amplos .

O mais enigmático em toda essa história foi uma das palavras de ordem pronunciada pelos escravos de Campina Grande naquela noite-madrugada de 25/03/1871. Quanto as idéias de liberdade e República, não é muito difícil entender, já que por essa época avolumava-se cada vez mais a crítica social à instituição escravista, em função de um processo desligitimação em pleno curso. Ao mesmo tempo, as restrições e críticas políticas ao poder monárquico eram retomadas de maneira sistemática, levando inclusive a constituição de grupos que passavam a atuar e intervir na arena pública, quer seja como partidos ou não, cujo tradição estava arraigada no passado da região. Idéias essas que transitavam pela sociedade, sendo traduzidas de acordo com o vocabulário e a experiência dos diversos sujeitos em suas práticas sociais específicas. Porém, naquela contexto, a que os escravos se referiam quando evocavam a "bella sociedade da rapaziada"? Seria essa uma sociedade secreta? Uma associação abolicionista? Ou seria simplesmente um termo de tratamento, usado para expressar a convivência e amizade entre os próprios escravos? Por enquanto, não temos elementos empíricos o suficiente para decifrar essa charada proposta pelos escravos campinenses. De qualquer maneira, podemos deixar no ar uma possível solução para o enigma. Já vimos anteriormente que os escravos da província de Minas Gerais usavam um termo semelhante para se referirem aos negros quilombolas. Aqui podemos fazer um paralelo com a história local. Mais ou menos por essa mesma época, havia um grupo de escravos fugitivos que rondava matagais e montanhas nos arredores de Campina Grande, nomeados na documentação oficial como os temidos "negros do mato" e que, conforme veremos ainda, haveriam de desempenhar um importante papel na estratégia adotada pelos escravos no Quebra - Quilos.

Se a nossa suposição fizer sentido, então é possível estabelecer nexos subterrâneos entre esses acontecimentos em torno dos "vivas" e os de novembro de 1874, a partir da recuperação de uma certa tradição política e cultural em curso.

Outro ponto pouco claro, diz respeito a identidade do suposto mentor intelectual do episódio. Como já salientamos anteriormente, todo o esforço do subdelegado foi no sentido de incriminar Jovino Carneiro Machado Rio. Tivesse ou não incitado os escravos a promoverem os mencionados vivas, o fato é que essa espécie de "ovelha desgarrada" das elites locais preferiu não dar o ar de sua graça, cabendo aos cativos transformar o que era apenas retórica em gesto político efetivo, alvo da investigação dos responsáveis pela defesa do status quo. É possível que ele tenha se envolvido em mais um dos tantos conflitos políticos e familiares típicos daquela sociedade, com seus inimigos procurando comprometê-lo em atitudes políticas tidas por subversivas. De todo modo, admitindo que ele fosse alguém simpático ao ideário abolicionista, destacando-se assim do conjunto de sua classe, agia de forma individual e avulsa, já que, a rigor, a primeira entidade abolicionista da província só surgiu dois anos depois, em 1873, na cidade de Areia.

Em meados do século XIX Areia era um dos mais prósperos municípios da Paraíba. Em função da riqueza produzida na agricultura dos engenhos de açúcar e seu comércio, formou- se uma influente lá aristocracia cujos interesses estavam fortemente assentados na exploração dos trabalhadores escravos. Por isso mesmo, experimentou um razoável desenvolvimento de seu núcleo urbano, ponto de convergência da vida social e cultural do lugar. Alguns potentados locais puderam enviar seus filhos para estudarem fora da província, a exemplo das Faculdades de Direito do Recife e a de Medicina da Bahia, celeiros da formação de boa parte da elite política e intelectual das províncias do norte do Império. Um desses filhos da terra que saiu para estudar, e voltou com um canudo de "doutor" nas mãos e idéias novas na cabeça, foi Manoel José da Silva, considerado orgulhosamente por seus biógrafos como sendo o segundo

paraibano com formação por uma Faculdade de Medicina, da província. Em 1862, ele retornou da Bahia com um diploma, não de médico, mas sim de farmacêutico. Além do clima acadêmico que imperava naquela secular instituição de ensino superior baiana, é provável que o ambiente social de Salvador, marcadamente caracterizado pela presença negra e escrava, tinha ajudado a conformar a sua personalidade, funcionando com seus exemplos e contra-exemplos comparativos em relação à cidade em que nasceu e foi criado. Depois de uma experiência frustada na profissão que abraçou, logo após o seu retorno resolveu dividir os ossos-do-ofício com a militância política em torno da causa da emancipação dos escravos. Para isso, se juntou a um grupo de amigos - formado por profissionais liberais, alguns poucos proprietários, intelectuais da sociedade local etc - e, ainda sob o impacto dos desdobramentos da Lei do ventre livre, fundou no ano de 1873 uma entidade denominada "A emancipadora Areiense".[21]

A data de fundação da associação não poderia ter sido melhor escolhida, 7/09/1873, de acordo com as intenções e o ideário social e ideológico daquele grupo de pessoas. A exemplo do projeto da independência, a libertação dos escravos deveria ser uma causa de dimensão nacional. Da mesma maneira que o país se livrou do jugo colonial português na primeira parte do século, a nação agora independente deveria completar a segunda parte da obra civilizacional, acabando assim com a nódoa da escravidão no país. Devido a sua importância, segundo o grupo, esse processo deveria ser dirigido por homens distintos e de bons costumes, e conduzido de forma ordeira e gradual.

O objetivo principal da associação, está assim expresso no artigo 2º de seus estatutos: "O fim desta associação é única e exclusivamente proteger os

---

[21] Essa entidade enfrentou em seus primeiros anos de existência dificuldades de diversas tipos. Tanto é assim que se viu obrigada a uma reestruturação de seus objetivos e métodos de atuação, processo esse que se deu em 1883, quando se iniciou uma nova etapa de sua história rumo a abolição da escravatura no município, cuja data se deu em 3/5/1888, e não em 13/8/1888. Esse "pioneirismo" de Areia, em âmbito provincial, ainda hoje é motivo de regozijo para os historiadores tradicionais. Para a versão "oficial" da

escravos em tudo que disser respeito a seu bem estar, promovendo-se ao mesmo tempo os meios de sua emancipação".[22]

A atuação da entidade se centraria na luta legal pelas alforrias, promoção de debates sobre o tema, denúncia de abusos da parte de senhores e autoridades contra escravos etc. Quanto aos escravos, eram visto por esses letrados como seres embrutecidos, testemunhos mudos ou então, quando muito, atores coadjuvantes de um drama histórico cujos personagens principais não eram eles próprios, mas sim filantrópicos cristãos bem intencionados. De qualquer maneira, apesar de seu caráter moderado e legalista - pelo menos em seus primeiros anos de existência - é possível que a criação e atuação da "A emancipadora areiense" tenha, por si só, embalado ainda mais os sonhos de liberdade dos escravos, não só de Areia, como também de todos os municípios localizados próximos de seus limites territoriais, caso de Campina Grande, já que seus estatutos previam uma área de atuação bem mais ampla.

---

trajetória da entidade e seu principal mentor, ver. Almeida, Elpídio. *Areia e a abolição da escravatura: O Apostolado de Manoel da Silva.* Recife, Oficinas do Jornal do Comércio, 1946.

[22] Ver. Estatutos da Associação Emancipadôra da Cidade de Areia. APP,J.P,cx.058,1873. Um outro artigo dos estatutos da "A emancipadora areiense" explicita ainda mais o seu projeto político e ideológico em relação à escravidão: "Artº. 6. Nenhum sócio poderá ser considerado tal, sem que em um livro dos santos evangelhos preste o seguinte juramento: "Juro perante Deus e os homens proteger a causa da liberdade dos escravos, de accôrdo com o que dispõe os presentes estatutos e as leis em vigor". Um rumoroso caso iniciado em 1874, e que se arrastou pelo menos até 1878, dá bem a medida das relações que então existiam entre Areia e Campina Grande, municípios que disputavam a primazia econômica e política do interior da província. Tudo começou quando Mariana Felizarda Archanjo de Almeida - mulher viúva de um proprietário residente em Areia, o finado João de Almeida Costa - resolveu descer a serra da Borborema, rumo a Campina Grande, onde em aí chegando registrou no cartório as cartas de alforria de, nada mais nada menos, que 11 escravos do espólio de seu ex-marido, ato esse revestido de todo o cerimonial que a ocasião exigia. Talvez ela tenha sido levada a esse gesto - além das estratégias silenciosas traçadas pelos próprios escravos - devido as novas idéias que então começavam a ganhar corpo, divulgadas localmente pela imprensa e por entidades como a "Emancipadora Areiense". Algum tempo depois, essa mesma mulher resolveu se casar em "segundas nupcias" com o Capitão Benjamim da Costa Gouveia. Foi quando seus problemas começaram e "sobrou" para alguns dos escravos libertos anteriormente. É que o dito Capitão resolveu, de forma unilateral, reduzir "ao mais injusto captiveiro" a Raimunda, Romana, Joviniano, Salustio, Alberto e Ignacio, 6 dos alforriados pela viúva. A partir daí se instaurou uma acirrada disputa, movida por vários sentimentos e interesses, envolvendo a liberdade ou reescravização desses últimos personagens. Além de sua importância intrínseca, esse caso nos chamou a atenção para a fluxo de pessoas e notícias então estabelecido entre os dois mencionados municípios, o que também envolvia suas respectivas escravarias, ainda mais naquelas circunstâncias históricas. Ver. Acção de manutenção de liberdade dos escravos que foram de Mariana Felizardo Archanjo de Almeida contra seu marido, o Capitão Benjamim da Costa Gouveia. SEDHIR, C.G, 1876.

Tentamos até aqui entender os contextos geral e específico da movimentação escrava em suas múltiplas conexões com Quebra - Quilos. Mais uma vez, esse ambiente histórico funcionou como condicionante para a ação de homens e mulheres escravizados na mencionada revolta popular. Naquela conjuntura, alguns continuaram a permanente e paciente luta do dia-a-dia pela liberdade, o que não quer dizer, de maneira nenhuma, que estavam acomodados. Porém, outros avaliaram que aquela era uma boa hora para alçar vôos mais arriscados politicamente. No começo deste capítulo apresentamos o cenário e os personagens da nossa história. Pedimos agora juntar os argumentos até aqui narrados e buscar desvendar novos aspectos daquela trama histórica.

Temos insinuado em algumas passagens deste trabalho a importância da Lei do ventre livre para se compreender, de forma mais adequada, os possíveis significados que os escravos de Campina Grande imprimiram ao Quebra - Quilos, pois ambos são processos mais ou menos correlatos no tempo. Uma possível alternativa para aprofundarmos esse ponto, seria começar buscando descobrir como a mencionada lei foi recebida em Campina Grande e a partir daí entender como os próprios escravos a interpretaram, desde o ano de 1871 até finais de 1874, ano em que eclodiu o movimento.

A divulgação de leis que, direto ou indiretamente diziam respeito a vida dos escravos, era cercada de todo cuidado por parte das elites e autoridades constituídas. Para a má sorte destes camadas dominantes, os escravos tinham o "mau costume" e a mania de as interpretarem à sua maneira. E quase sempre enxergavam mais além do que, em princípio, elas lhes garantiam ou asseguravam. Assim foi com as Leis anti-tráfico de 1831 e 1850. Com a Lei do ventre livre em 1871 não foi diferentes, pois apesar de todas as precauções elas terminaram chegando aos ouvidos dos cativos, que desde então procuraram utiliza-las a seu favor, num momento em que a comunidade dos homens livres estava dividida em relação ao futuro da escravidão. Apesar disso, toda a representação da Paraíba, tanto na Câmara como no Senado,

votou favorável a supra citada lei, uma tendência, alias, de quase toda a bancada parlamentar das demais províncias do norte. Durante todo o processo de discussão e aprovação da mesma - a maior batalha parlamentar até então travada na história política do Império, segundo José Murilo de Carvalho - as notícias terminaram circulando nas casas - Grandes, na imprensa, nas ruas e encruzilhadas da vida. Em Campina Grande o texto da Lei foi publicado poucos dias depois de sua sanção pela princesa Isabel. Temos notícia que este fato se deu no começo do mês de outubro, exatamente num sábado, durante a realização da tradicional feira, no mercado novo. Conforme vimos no segundo capítulo, a feira e seus arrabaldes era um dos espaços a que os escravos tinham acesso, chegando a freqüentá-lo com uma certa assiduidade. Este processo se dava de várias formas: eles poderiam vir acompanhados de seus senhores, ou mesmo sós, para aí encontrar conhecidos, oferecer serviços, transacionar os produtos resultantes de sua economia própria ou de pequenos furtos, levando e trazendo notícias dos mais variados tipos.[23]

Podemos imaginar o reboliço psicológico que tudo aquilo gerou na cabeça de alguns escravos. Saber que estava ali, naquela "papel", a possibilidade de se livrarem do cativeiro, ou, pelo menos, melhorarem de vida. Só que logo, logo, eles perceberam que a coisa não seria nada fácil, pois o significado e uso da lei se transformaria, a partir de então, em alvo de novas e acirradas disputas diárias, tendo a seu lado nesse processo de lutas alguns aliados, mas também poderosos inimigos que procuravam fazer de tudo para defender a sua propriedade e sua dominação tradicional ameaçadas.

Também no capítulo anterior tivemos oportunidade de acompanhar algumas destas histórias, através das ações de liberdade movidas por escravos contra seus senhores. Mesmo sendo bastante expressivas para a caracterização de um processo histórico mais amplo, sabemos que essas

---

[23] A informação de que a chamada Lei do ventre livre foi publicada na feira de Campina Grande, se encontra em. acçao de liberdade da escrava Joaquina contra seo senhor Manuel de Barros. SEDHIR, C.G, 1871. Ainda teremos oportunidade de explorar com maior acuidade esse importante documento. Quanto as observações do historiador mineiro sobre a referida lei, ver. In. Carvalho, José Murilo de. *Teatro de sombras: A política imperial.* S.P, Ed. Vértice, 1988. pp. 50/83.

histórias são apenas a ponto do ***Iceberg***, já que outros tantos não vieram a público, ou pelo menos não tiveram qualquer tipo de registro para a posteridade, ficando assim submersas no enigmático oceano da história. Porém, outras extrapolaram em muito a arena de disputa dos tribunais locais, chegando a ter uma repercussão bem maior. Foi o que aconteceu certa vez em Pilar, município litorâneo e canavieiro da província, com um polêmico caso. Tudo começou quando Manoel Soares, sobrinho de uma senhora chamada Ana Joaquina, se dirigiu à Coletoria de Renda local para matricular alguns escravos pertencentes a sua tia, conforme estabelecia a nova Lei dos nascituros. Acontece que o interessado não trouxe a procuração da proprietária dos escravos, sua octogenária tia, o que levou o funcionário da repartição pública a se recusar a fazer as ditas matrículas. Essa dúvida foi reforçada pelo fato de que corriam rumores de que a velha pretendia libertar a seus cativos em breve. Porém, o sobrinho não iria desistir facilmente. Sem perder tempo, Manoel Soares conseguiu, não se sabe com que métodos, que sua tia passasse procuração, documento com o qual ele retornou à coletoria. O Coletor, mais uma vez, recusou-se a fazer o registro, alegando dessa vez que o prazo estabelecido para os senhores matricularem seus escravos havia se exaurido. Para preservar seu direito à propriedade dos escravos em litígio, o sobrinho de Dona Ana recorreu, através de um processo administrativo, ao presidente da província, o conservador Silvino Elvídio Carneiro da Cunha. Este, de pronto, atendeu aos reclamos do senhor ameaçado, alegando que o mencionado dispositivo não se aplicava ao caso em tela, já que a culpa teria sido do funcionário, e não do proprietário. E assim foi aberto um novo prazo e os escravos foram matriculados.[24]

A partir daí o conflito se tornou público e ganhou as páginas de dois importantes jornais da cidade da Parahyba, polêmica essa que se arrastou

---

[24] Em seu artigo 8º, Inciso II, a Lei do ventre livre estabelecia que: "Os escravos que, por culpa ou omissão dos interessados, não forrem dados à matrícula até um anno depois do encerramento desta, serão por este facto considerados libertos". No caso em tela, o prazo fatal foi 30/06/1873. Ver. *A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas*. Vol. 1, Brasília, Senado Federal, 1988. pp. 486/491.

durante alguns meses do ano de 1874, dividindo parte da "opinião pública" da capital e outros municípios da província. De um lado, o jornal O Despertador, matutino de tendência liberal, denunciando os abusos cometidos pelo suposto proprietário, com o apoio da mais alta autoridade da província, contra indivíduos considerados legalmente livres. De outro, o Jornal da Parahyba, orgão conservador, tentando rebater as críticas do adversário e, ao mesmo tempo, buscando justificar o ato de seu benemérito maior. Neste combate entre a propriedade e a liberdade, não sabemos bem até onde ia a convicção e o oportunismo de ocasião dos contendores. O fato é que, episódios como esses, independentemente das intenções dos articulistas, bem expressam o clima e a temperatura política que então se vivia, particularmente em relação aos mecanismos sociais e ideológicos legitimadores da instituição escravista, cada vez mais questionados.[25]

Portanto, quando resolveram se levantar naquele 29/11/1974, os escravos campinenses tinham todo esse processo em curso como pano de fundo. A partir de um complexo mecanismo de mediações históricas e sociais, de alguma maneira eles levaram tudo isso em consideração, atitudes essas bem diferentes das imaginadas pelo historiador Armando Souto Maior, que caracterizou aquela participação como um gesto desordenado em busca de um vago desejo de liberdade. Se é possível até pensar que alguns escravos, de fato, tenham sido movidos por esse tipo de sentimento, este não parece ter sido o caso da maioria. È preciso que se resgate a racionalidade de suas ações. Então precisamos responder a outras questões ainda em aberto.

Para isso precisamos retomar os fatos. O primeiro ato dos escravos no Quebra - Quilos se deu quando eles se dirigiram ao denominado sítio Timbaúba. Há indícios que contatos prévios tenham sido estabelecido entre os escravos que permaneceram nas senzalas dessa propriedade e os lideres da rebelião, através de vínculos de parentesco e amizade, o que certamente facilitou as coisas. A escolha desse alvo não foi, portanto, aleatória. Eles bem

[25] Acompanhamos essa polêmica através do *Jornal da Parahyba*, edição de 04/11/1874, B.N, R.J, 1874.

sabiam que lá se encontravam personagens-chaves para os objetivos que pretendiam alcançar com aquele gesto extremo, porém, calculado. Afinal de contas, ali estavam o presidente e o secretário da câmara, o chefe da coletoria de rendas, guardiões dos tão desejados papéis referentes à liberdade. Neste sentido, não era só João Carga d'água e sua gente que procurava por papéis. Os negros também tinham suas razões para se apropriar de alguns deles.

E se aquelas autoridades - não por acaso todos proprietários de escravos - achavam que podiam fazer aos negros Firmino e Manuel do Carmo(e seus demais companheiros) de "trouxas" se enganaram redondamente. Quando perceberam que aqueles senhores estavam querendo enganá-los, os escravos não se fizeram de rogados: exigiram que todos saíssem do interior da propriedade e, apesar do adiantar da hora, se preparassem para retornarem à cidade de Campina Grande. Antes de empreenderem a viagem de volta, os escravos aproveitaram a ocasião para, mesmo que simbolicamente, irem à forra contra séculos de humilhação e violência, dispensando àqueles senhores o mesmo tratamento "cinco estrelas" a que estes mesmos proprietários estavam acostumados a dispensá-los no dia-a-dia. Algumas testemunhas são unânimes em afirmar que os negros estavam muito agitados, pronunciando impropérios e xingando os senhores ali transformados em prisioneiros, além de ameaçarem atirar em quem tentasse fugir. Este ritual de inversão de papéis sociais, deve ter prosseguido durante todo o tempo em que durou a viagem.[26]

Ao chegarem na sede do município, aos brados de "viva a liberdade", os escravos se dirigiram a casa de um dos prisioneiros e se apropriaram de um dos livros que procuravam. Em seguida, foram para a residência do Vigário. Começava aí o segundo ato de um drama cujo desfecho ainda estava longe de seu fim. Quando se depararam com a dita autoridade eclesiástica, os escravos afirmaram, desta feita, estarem em busca do "livro de assuntos de baptismo das crias livres". Mais uma vez, a postura do prelado foi ambígua e contraditória. Quanto a atitude dos cativos, foi bastante coerente, ou seja, negociar na base

da pressão. Afinal de contas, naquele tipo de sociedade os membros da Igreja, particularmente os representantes do baixo clero, desempenhavam um importante papel na mediação de certas relações cotidianas entre senhores e escravos. Por outro lado, não devemos esquecer que o texto da Lei do ventre livre estabelecia relevantes funções aos párocos locais, sendo que o seu empenho era fundamental para o pleno funcionamento da Lei.[27]

Para melhor compreendermos essa cena, precisamos recuar um pouco no tempo, recuperando uma história passada uns anos antes. Vamos a ela. A escrava Joaquina estava particularmente feliz naquele sábado de outubro de 1871. Pela primeira vez na vida ia dar a luz à uma criança que nasceria livre, pois ela sabia, por meio de diversas pessoas, que a Lei recém publicada lhe garantia esse direito. Com esse objetivo em mente, foi ao estabelecimento comercial de Antonio Martins de Souza com o intuito de comprar "Alfazemas ou couzas semelhantes" para o bebê que estava por vir. Ao chegar na loja foi logo cumprimentada pela mulher do comerciante, que a parabenizou pela boa nova. As duas chegaram, inclusive, a comentar o caso de uma parceira de cativeiro de Joaquina, cuja filha havia nascido livre no último dia do mês de setembro daquele ano da Graça de Nosso Senhor Jesus Cristo, apenas, portanto, dois dias depois da sanção da Lei dos nascituros. Tudo isso só fazia aumentar ainda mais as expectativas de Joaquina em relação ao breve nascimento de sua criança.

Como Antonio Martins de Souza sabia do que seu parente e proprietário de Joaquina, de nome Manoel de Barros, era capaz de fazer para manter sob seu domínio mais uma cria escrava, mesmo que à revelia da lei, tomou coragem e resolveu procurar o Vigário Calixto Correia da Nóbrega e lhe contou o caso. Esta medida preventiva era importante, na medida em que cabia esse pároco

---

[26] Ver, Auto de perguntas feitas a Raymundo Theodorico José Dornellas e Antonio Martins de Souza. Summario de culpa por sedição, A.N., R.J., 1875.

[27] Ver - Auto de perguntas feitas a Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque, Summario de culpa por sedição, A.N. R.J., 1875.

registrar, num livro à parte, todos os filhos de escravas que nascessem a partir da publicação oficial da nova Lei, na circunscrição de Campina Grande.[28]

Parece que as piores previsões se cumpriram, frustrando os projetos da escrava Joaquina. Quando retornou para a casa de Manoel de Barros, ela passou a ser pressionada de todas as maneiras. Seu senhor chegou a dizer que ia "quebrala de cacete se ella revellasse qualquer couza que fosse em contrarêo ao que elle lhe tinha ordenado", ou seja, se ela continuasse a achar que seu filho seria livre. Alguns dias depois, a criança veio ao mundo e de fato foi registrada como se escrava houvesse nascido. Como essa história era conhecida "por muitas pessoas" na cidade, o juiz municipal de Órfãos, Irinêo Joffily, recebeu denúncia em que "Manuel de Barros, morador em São Januario deste termo fisera baptizar como escrava a uma filha de sua escrava Joaquina, nascida depois da lei de 28 setembro do corrente ano", após o que instaurou o respectivo processo e convocou testemunhas para a averiguação dos fatos. Na medida em que a investigação avança, ficamos sabendo que o crime teria sido feito em comum acordo com o Vigário Calisto da Nóbrega. Para se defender da acusação que lhe era imputada, o prelado anexou aos autos um documento por escrito em que, dentre outras coisas, sentenciava:

"Repilo a escravidão, e faço votos a Deus, para que ella seja extincta em nosso pais (...). Esta vigararia, Ilmo. senhor, deseja de todo o seo coração vêr (antes de findar seos dias) o nosso pais livre da escravidão, para que sabe perfeitamente que Deus não criou o homem para ser escravo, e afirma a V. Sª., que tem empregado todos os seos cuidados, e dado os mais terminantes aos seos reverendos estallados, para que se não deem os factos dos quais he falsamente acusado".[29]

---

[28] No já mencionado artigo 8º, Inciso 5, a Lei 2.040 é clara: "Os parochos serão obrigados a ter livros especiaes para o registro dos nascimentos e óbitos dos filhos de escravas, nascidos desde a data desta lei. Cada omissão sujeitará os parochos à multa de 100$000". Ver. *A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas.* Vol. 1. Brasília, Senado Federal, 1988.p. 490.

[29] Ver. Acção de liberdade da escrava Joaquina contra seu senhor Manuel de Barros. SEDHIR, C.G, 1871. Este não parece ter sido um caso isolado. No mesmo processo, o reverendo José Ambrozio da Costa Ramos é acusado de também batizar, como escrava, a filha ingênua de uma cativa de Rufino Pereira de Barros, no lugar São Pedro, termo de Campina Grande.

Apesar da retórica anti-escravista que o Vigário articulou para a sua defesa, a verdade é que também pesava contra ele sérias acusações e evidências em relação ao seu procedimento no caso da escrava em tela. Todas as testemunhas arroladas, a começar de seu amigo pessoal Antonio Martins de Souza, são mais ou menos unânimes em dizer que ele sabia das intenções do senhor de Joaquina e, mesmo assim, registrou a criança na condição de escrava, admitindo assim que ela nasceu antes da vigência da mencionada lei, quando era público e notório o contrário. Até o próprio sacristão da Igreja Matriz, Antonio Bernardo Lopes da Cunha, sabia que a criança era livre. Só o padre parecia não saber, preferindo dar ouvidos à versão de Manoel de Barros. Nessa história toda, quem arcou com o prejuízo maior foi Joaquina, que passou a ter mais um bom motivo para se indignar com toda aquela situação de injustiça e opressão. Tudo isso pode estar também a revelar que os proprietários locais, apesar da crise da instituição, ainda continuavam fortemente apegados aos valores da escravidão. Para isso, alguns não pensaram duas vezes antes de burlarem a Lei, com o intuito de preservarem seu poder de mando ameaçado, uma frente de luta específica contra a qual os escravos teriam que se deparar quando do Quebra- Quilos. Cumpre aqui lembrar que esse não era um caso isolado. Uma historiadora pernambucana encontrou, por essa mesma época, vários exemplos de ingênuos registrados ilegalmente por senhores da província vizinha, contando inclusive com a cumplicidade de padres e burocratas[30].

Outrossim, essa postura, no mínimo ambivalente, diante de mais uma situação limite, continuou a perseguir o Vigário de Campina Grande pelos anos seguintes. Já vimos um pouco disso quando do desenrolar dos acontecimentos em torno do Quebra - Quilos. A sua reação perante os escravos que o procuraram para tratar da liberdade não foi muito diferente, embora tenha tido seus lances particulares. Além de fazer sua pregação costumeira contra a maçonaria e o governo ateu de D. Pedro II, no apogeu da chamada Questão

[30] Ver, Vasconcelos, Sylvana Maria Brandão. *A reforma social de 1871 em Pernambuco*. Recife, UFPe,

Religiosa, o Vigário também foi acusado, no inquérito instaurado contra os sediciosos, de pronunciar do púlpito as seguinte palavras: "Escravos, fugi do jugo de vossos senhores, se acaso forem maçons o pai, o marido e o senhor".[31]

Ora, naquele contexto de convulsão social em que a cidade estava mergulhada, os escravos buscaram nas palavras do vigário legitimidade para seus gestos em busca da liberdade. Só que, do mesmo modo que havia feito em relação a João Carga D'água e seu grupo, o reverendo procurou tergiversar e apaziguar os ânimos daqueles escravos mais exaltados, tornando-se, mais uma vez, um intransigente defensor da ordem escravista. Em vez do apoio esperado pelos escravos, o que ele fez foi persuadi-los a se dispersarem, afirmando que não era com atitudes de rebeldia que iriam conseguir se emancipar do jugo dos senhores. Apesar disso, os escravos não se deram por vencidos e, em vez de retornarem para as suas casas, conforme o desejo expresso do Vigário, continuaram a lutar pela liberdade. Tanto é assim, que saíram em direção à Alagoa Nova, vilarejo próximo onde pretendiam se encontrar com um outro grupo de cativos levantados que lá os aguardavam para novas investidas.

Tanto o episódio do sítio Timbaúba como este último envolvendo o Vigário local no curso da jornada escrava no interior do Quebra - Quilos, podem ser evidências de que os escravos fizeram uma leitura própria da Lei do Ventre Livre. Se para alguns abolicionistas esta funcionou como um dique para conter a mobilização política contra a escravidão; se ela foi manipulada à exaustão por senhores e funcionários públicos, civis e eclesiásticos, inescrupulosos, a ponto de tornar-se uma farsa histórica; se ao aprova-la intenção de alguns burocratas

---

1992. Pp. 101-134.

[31] Aqui é possível fazer um paralelo com um outro importante momento da história da resistência negra no Brasil oitocentista. Na chamada insurreição do Queimado, município do Espírito Santo, os escravos também acreditaram na promessa de liberdade acenada por um padre capuchinho local. Este asseverou que, caso ajudassem a construir o prédio de uma igreja, teriam como recompensa a alforria. Depois de muito trabalho e esforço para erguer o templo, um grupo deles, em número de 200, foi ao encontro da boa nova, num dia de missa em homenagem a São José, no ano de 1849. Como logo perceberam que haviam sido enganados, os escravos iniciaram uma das mais intensos levantes da história da província, brutalmente esmagada pelos agentes da ordem, resultando ao final em penas de açoites e enforcamentos. Para uma análise mais detalhada desse episódio, ver. Almeida, Vilma Paraíso Ferreira de. Op.cit.pp. 169/172.

reformistas foi de operacionalizar a transição disciplinada, e sem sobressaltos, do trabalho escravo para o trabalho livre, tudo isso é possível que tenha ocorrido historicamente em alguma medida. Afinal de contas, a lei sempre foi objeto de disputas permanentes. Nas mãos dos escravos, no entanto, ela poderia adquirir sentidos e significados radicalmente diferentes do que muitos imaginavam. É o que parece ter acontecido em Campina Grande ao tempo do Quebra - Quilos. Neste sentido, eles viraram a Lei de ponta-cabeça, pelo avesso, estabelecendo uma leitura libertária de seus principais dispositivos, tencionando-a ao máximo, e assim fazendo buscaram legitimar um processo de busca da alforria, de forma coletiva e organizada, mesmo que para isso tivessem tido que entrar em confronto, mais ou menos aberto, com senhores e autoridades, para reafirmar a liberdade de homens, mulheres e crianças mantidos em injusto cativeiro. Se há evidências de que os senhores estavam descumprindo a lei, conforme vimos através de vários exemplos, também os escravos procuraram usar de estratégia similar para manipulá-la em benefício próprio. Faz sentido, mais uma vez, o fato de terem procurado, justamente, os Livros que, na nova realidade pós censo de 1872, garantiam, ou não, a posse de cativos - no caso, os de Matrícula e Classificação de escravos e o do Registro de nascimentos e óbitos de ingênuos - para se apropriarem dos mesmos e destruírem-nos. De fato, esses papéis foram queimados. Com isso, alguns senhores se viram, posteriormente, em situação de embaraço para comprovar que eram donos legítimos de seus escravos. Quanto a estes últimos, temos notícias que lançaram mão dessa nova brecha para, ardilosamente, obterem a liberdade. Foi o que aconteceu com Nicolau, Paulino, Miguel, Domingos, Manoel, Antonio, Thereza e Ursula, que se aproveitaram de um descuido de seu senhor e roubaram a cópia do registro da matrícula de 1872, cópia essa que ele guardava em casa a sete-chaves. Quando do novo registro, em 1876, o proprietário dos escravos, de nome Joze O. de Vasconcelos, teve que entrar com uma ação na justiça para comprovar legalmente o seu domínio. Com efeito, apesar de todo o seu esforço, através de um advogado contratado e

testemunhas arroladas, não obteve êxito e, dessa forma, os oito cativos acima foram declarados livres.[32]

Alguns escravos se envolveram no movimento porque perceberam uma deterioração em suas condições de vida, agravadas em função de aspectos particulares da conjuntura. Nunca é demais lembrar, que se vivia então a crise da economia algodoeira, devido a recuperação da produção americana no período posterior à Guerra-civil e outros problemas internos. Como geralmente acontecia nestas situações históricas, os produtores tendiam a buscar saída através da intensificação dos mecanismos de exploração econômica e opressão social dos trabalhadores escravizados, no sentido de recuperar seus lucros provenientes da produção agrícola. Isto poderia significar mais extração de sobre-trabalho e extensão da jornada de trabalho, mais e maiores castigos físicos, vigilância redobrada na liberdade de movimento etc. Se tudo isso poderia estar se passando em Campina Grande(e como vimos, havia fortes evidências nesse sentido) pior ainda para os escravos era a possibilidade de

---

[32] Ver. Acção de Joze de O. Vasconcelos contra os seus escravos Nicolau, Paulino, Miguel, Domingos, Manoel, Antonio, Thereza e Ursula, afim de reformar o instrumento de matricula. Museu Histórico. C.G, 1877. Aqui gostaríamos de fazer um pequeno registro historiográfico. No bojo do processo de revisão da história da escravidão e da experiência negra no nosso país, a problemática da Lei, com seus usos e significados, não poderia ficar de fora. Coube ao historiador Sidney Chalhoub, em texto seminal, um importante papel nessa empreitada intelectual e política, especialmente sua refinada leitura da chamada Lei do ventre livre de 1871. Até então havia, em linhas gerais, duas grandes matrizes interpretativas sobre a história dessa lei e seus vínculos com a crise da escravidão na segunda metade do século XIX. Primeiro, os que procuravam contabilizar os seus efeitos mais imediatos, caracterizando-a ao final, hora como um sucesso, hora como um fracasso, dependendo do ponto de vista adotado. De outro lado, os que a situavam no contexto maior de transição do trabalho escravo para o trabalho livre ou, o que dá no mesmo, a formação do mercado de trabalho livre no Brasil. Nesta segunda perspectiva, a lei era vista como a expressão político- ideológico da hegemonia de setores da elite proprietária em aliança com a burocracia imperial, cabendo aos escravos, em grande medida, um papel secundário no processo histórico. Para Sidney, estas posturas são, em maior ou menor grau, equivocadas, na medida em que não levam na devida conta a participação ativa dos escravos na confecção e utilização da referida Lei. Ainda de acordo com seu raciocínio, a Lei do Ventre Livre, para além de qualquer visão reducionista, foi, em seus principais despositivos, uma conquista dos cativos, às expensas da própria classe dominante. Acima de tudo, eles passaram a politizar a lei, em sua manipulação cotidiana, algo que se mostrou fundamental para o desmoronamento da instituição escravista no Brasil. Ver. Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil.* 2ª Ed., R.J, Civilização Brasileira, 1978.pp. 112/146; Gebara, Ademir. *O mercado de trabalho livre no brasil (1871 - 1888).* S.P, Brasiliense, 1986.pp. 11/75; Chaloub, Sidney.Op.cit.pp.95/174. Para uma leitura "teleológica" da Lei do Ventre Livre e seus efeitos sobre os escravos pernambucanos, bem diferente da nossa nesse aspecto, ver. Vasconcelos, Sylvana Maria Brandão de.Op.cit. Uma discussão das questões mais gerais acerca das complexas relações da lei com história e os

serem vendidos para as fazendas de café do centro-sul. Por aqui, bem ou mal, ao longo de décadas eles haviam pacientemente construído espaços de sobrevivência no interior do sistema, com os quais estavam mais ou menos acostumados. Não que com isso eles vivessem no melhor dos mundos. Não se trata disso. Porém, era fato que o tráfico interprovincial, em pleno vigor na década de setenta, poderia romper bruscamente com um quadro histórico e humano, significando uma verdadeira reviravolta na vida dos escravos. A este respeito, vale a pena situar melhor a questão no seu devido contexto.

Naquela conjuntura de transformações, a população escrava de Campina Grande se viu bruscamente reduzida a cada ano que passava. Para se ter uma idéia desse quadro, basta dizer que se em 1850 o município contava com 3.446 escravos, em 1872 este número caiu para 1.105. Dito com outros termos, em pouco mais de duas décadas a população escrava foi reduzida em quase setenta por cento. É certo que muitos fatores contribuíram para isso - estiagens, mortalidade, alforrias etc - porém não há dúvidas de que um dos mais importantes foi a transferência desses escravos em direção a outras regiões, propiciada pelo tráfico interno. Nesta perspectiva, os proprietários locais aproveitaram a ocasião para ganhar uns bons contos de réis com esse lucrativo negócio de seres humanos e, de quebra, se livrarem de alguns cativos particularmente indesejáveis.[33]

---

conflitos sociais, se encontra em. E.P. Thompson. *Senhores e caçadores*. R.J, paz e Terra, 1987. pp.348/361.

[33] Nunca saberemos ao certo o número exato de escravos exportados das províncias do norte para as do sul, em função, por exemplo, do contrabando, aliás uma reclamação constante das autoridades alfandegária encarregadas de fiscalizar esse tipo de negócio. De qualquer maneira, foram levas e mais levas de crianças, mulheres e homens vendidos, principalmente dos setores agrícolas mais vulneráveis à crise econômica, como também de núcleos urbanos, tendo sido a década de setenta o auge desse processo. Levando em consideração essas ressalvas, Sidney Chalhoub, baseado em dados demográficos levantados pelo historiador Robert Slenes, chega a afirmar que foi em torno de 200.000 o contigente de negros envolvidos no tráfico interprovincial entre as duas regiões do Império do Brasil, entre 1850 e 1881. No que se refere a aspectos locais dessa questão, a historiadora Diana Soares de Galliza mostrou que, se em 1870 apenas 10 escravos passaram legalmente pela alfândega, em 1874 esse número chegou a 140, um que pode estar a demonstrar uma tendência. Ver. Chalhoub, Sidney. Op.cit. p.43. Galliza, Diana Soares de. *O declínio da escravidão na Paraíba(1850-1888)*.J.P, Ed. UFPB, 1979.p.115. Para queixas sobre embarque clandestino de escravos paraibanos para o sul, via Pernambuco, Ver. Parahyba - Seccao do Contencioso do tesoureiro provincial, 14 de julho de 1878, APP, J.P, CX. 003, 1878.

Este parece ter sido o caso do nosso velho conhecido Alexandrino Cavalcante de Albuquerque, que se envolveu intensamente com o comércio intra e interprovincial de escravos então praticado no período em foco. Se para estes senhores essa era, fundamentalmente, uma operação contábil de custo/benefício, para os escravos submetidos aquele tipo de transação econômico-financeira, este poderia ser um momento crucial de suas existências, algo que ia muito além do que meras cifras monetárias, envolvendo também sentimentos, valores e projetos de vida. Vamos exemplificar melhor esse processo resgatando fragmentos de uma história passado por aqueles dramáticos tempos.

No ano de 1873 o senhor Alexandrino Cavalcante resolveu vender, para as bandas do sul, quatro de seus escravos. Como sempre costumava fazer nessas situações, ele contratou um preposto de sua confiança para facilitar as coisas. De posse de uma procuração, esse intermediário se dirigiu para a capital da província, a cidade da Parahyba do Norte. Ao chegar ao primeiro destino da rota, o mesmo se apresentou perante um português de nome João Pedro de Mello, chefe e principal acionista da firma comercial Mello e Cia. Esta firma se especializou em comprar escravos nas praças locais, no sentido de exportá-los para as províncias do centro-sul. Para atrair clientes, além dos contatos pessoais, o seu proprietário costumava estampar anúncios de compra e venda de escravos nos principais jornais da praça. Dessa vez, em seguida às operações de praxe, os escravos foram embarcados para o Recife, de onde rumaram "com destino ao Rio de Janeiro, em hum dos paquetes da Companhia Brasileira em fins de julho a princípio de agosto próximo passado", cujo ponto final da linha foi alguma fazenda de café ao redor da corte imperial.[34]

---

[34] Para que o leitor possa melhor se situar, essa história se baseia num ofício reservado do chefe de polícia da província da Paraíba, endereçado a seu colega de Pernambuco. Na correspondência, o mesmo expressa a suspeita de que os quatro escravos teriam embarcados clandestinamente para o Recife. A suspeita se devia ao fato do representante legal de Alexandrino não ter apresentado, às autoridades da tesouraria provincial, a documentação necessária para a retirada dos respectivos passaportes. De fato, constatou-se depois, através de uma certidão negativa expedida pela coletoria de Campina Grande, que nenhum dos mencionados escravos haviam sido matriculados. Esta era, portanto, uma operação duplamente criminosa, qual seja: subtração de impostos e redução de libertos ao cativeiro. Ver. Ofício expedido pelo chefe de

Para Luiza, Francisca, Angelica e Valentim - os quatro escravos e escravas embarcados - aquela viagem pode ter tido os mesmos efeitos traumáticos que a longa travessia da África para Brasil significou para os seus pais e avós em décadas passadas. Com efeito, eles poderiam estar deixando para trás pessoas e lugares com os quais haviam aprendido a conviver, partindo para uma realidade, em grande medida, desconhecida. O itinerário rumo a capital deve ter sido feito de duas maneiras: a pé ou então no lombo de burros. Seja qual tenha sido o modo da viagem, não deve ter sido nada fácil para eles, pois foram obrigados a caminhar quilômetros e mais quilômetros de estrada, durante horas e horas, expostos a vários perigos. Concluída a parte por terra, a jornada prosseguiu, desta vez por mar, em navios que nem sempre obedeciam às condições de higiene e salubridade adequadas. Os que chegavam vivos ao porto do Rio de Janeiro eram aguardados ansiosamente por um comissário, que os redistribuía para as fazendas de café e engenhos de açúcar do Vale do Paraíba e Oeste Paulista. Aí deveriam reiniciar o duro aprendizado de reconstrução de suas vidas com os novos companheiros de cativeiro, formando a comunidade dos temidos negros do norte, o avesso político destes negócios da escravidão.[35]

Se o destino final dos quatro escravos acima referidos parece ter sido esse, a história de dois outros escravos do mesmo Alexandrino teve um outro desfecho. Os dois cativos, chamados Antonio Ignacio e Firmino, também iam ser vendidos por um homem da confiança do mencionado proprietário para o Rio de Janeiro, um ano antes, ou seja, em 1872. Só que, em vez de rumarem pela capital, eles seguiriam uma outra rota terrestre, via a cidade de Goiana - PE e daí diretamente para o Recife. Porém, os escravos resolveram reagir a tempo e assim fazendo buscaram mudar seus destinos, através de uma

---

polícia da província da Parahyba do Norte ao chefe de polícia da província de Pernambuco. APP, J.P, cx 002, 1873. Reservado no 44.

[35] Ver. Chauloub, Sidney. Op. cit. pp. 48/68.

tentativa de assassinato contra o sujeito encarregado de vendê-los. Logo depois eles fugiram, escapando por algum tempo de sua triste sina.[36]

Aqui podemos estabelecer possíveis nexos históricos entre o tráfico interprovincial e o levante dos escravos no momento do Quebra - Quilos. É provável que alguns escravos tenham sido impelidos para aqueles acontecimentos em função dos efeitos particulares que o tráfico estava gerando no seio da comunidade escrava. Neste sentido, pensamos que episódios, como os narrados acima, fizessem parte de uma tendência mais ampla, que associada a outros fatores, poderia criar um clima propicio a ações coletivas mais articuladas. Em outras palavras, os escravos se aproveitaram de uma conjuntura específica para freiar um tipo de situação ameaçadora, e assim preservar direitos tecidos ao longo do tempo. Coincidência ou não, o fato é que, nos anos que se seguiram imediatamente ao levante, a população escrava de Campina grande tendeu a se estabilizar, interrompendo por algum tempo o intenso fluxo de transferência de cativos para outras regiões.[37]

Divergem as fontes quanto ao número de escravos que tomaram parte do levante em Campina Grande. Uma testemunha ocular, o procurador da Câmara municipal, assegurou que este número oscilou entre 30 e 40, uma cifra calculada por baixo, pois possivelmente ele se referiu apenas ao grupo que cercou o sítio Timbaúba. No outro extremo se encontra o escritor Mauro Luna, afirmando que "os escravos agregaram-se em número de quase quatrocentos". Nesse caso, o problema é que autor não cita a documentação que usou para embasar esta assertiva. Muito provavelmente ele partiu de informações orais de um de seus parentes ou outro contemporâneo dos acontecimentos, que ao se referirem a fatos já longínquos no tempo, tenham destorcido e exagerado nos números, até para melhor justificar a repressão. Embora não tenhamos como,

---

[36] Ver. Summario de crime de tentativa de morte. Autor Queixozo. Antonio freire de Andrade. Reos escravos d'Alexandrino Cavalcante de Albuquerque, Antonio Ignacio e Firmino. Cartório da 1ª vara Criminal, C.G, 1872. Retomaremos esse caso mais adiante.

[37] O número de escravos de Campina chegou a se estabilizar, com uma pequena oscilação para cima. Enquanto que em 1872 este número era de 1.115, quatro anos depois, em 1876, existiam 1.206 escravos.

por enquanto, resolver de uma vez por todas essa disparidade numérica, acreditamos que a verdade esteja a meio termo entre um dado e outro, tendo passado de cem os rebelados, isso se somarmos os vários grupos de cativos que em algum momento se envolveram nos acontecimentos. De todo modo, qualquer que seja a explicação mais plausível, são dados significativos por si só e, acima de tudo, quando comparados ao conjunto da população escrava do município.[38]

Outra ordem de dificuldade, para quem se dispõe a reconstituir os passos dos escravos no Quebra - Quilos, é o caráter lacunar e a forma, muitas vezes genérico, de como as poucas fontes compulsadas se referem a estes participantes. Ciente destas dificuldades, buscaremos em seguida traçar um pequeno perfil de cada um dos principais líderes da rebelião, a partir de um conjunto de evidências diretas e indiretas. Esperamos que com essa caracterização, possamos melhor entender as motivações específicas daqueles personagens e, ao mesmo tempo, entender como numa determinada conjuntura histórica eles viram seus destinos individuais intrinsecamente entrelaçados a um movimento coletivo que, em muitos aspectos, alterou não só suas vidas como também a de outros.

Um dos escravos mais temidos, especialmente por senhores e autoridades policiais e judiciais, de Campina Grande e redondezas nos primeiros anos da década de setenta do século XIX era o Firmino. O seu primeiro senhor se chamava Damião Delgado, morador do lugar Três Irmãs, termo pertencente ao município. Foi na propriedade desse seu primeiro senhor que se deu parte de sua socialização, particularmente em suas lides cotidianas ligadas ao trabalho na agricultura. Sua vida sofreu uma importante mudança

---

Ver. Lima, Luciano Mendonça de. *Pregando peças, cativando sonhos: escravidão e resistência em Campina Grande*. C.G, UFPB, 1989.p.02. (Monografia de conclusão de Bacharelado em História).

[38] Ver. Id. Ibid.pp.44/52. Como já vimos, os números da participação dos escravos no Quebra - Quilos são problemáticos, no que se refere fontes disponíveis, já que uma das testemunhos subestima essa participação e a outra, pelo contrário, superdimensiona. Aqui arriscamos um cálculo alternativo. Se juntarmos, aos quarenta escravos inicialmente envolvidos no episódio do Timbaúba, os outros que entraram na luta na cidade e os que aguardavam na vila de Alagoa Nova, então teríamos um número

quando, ainda jovem, foi vendido para Alexandrino Cavalcante de Albuquerque, sendo assim obrigado a se afastar de parentes e amigos. Apesar da troca de senhor, de vez em quando ele ia visitar seus antigos parceiros, inclusive o seu irmão, Manoel do Carmo. Porém, sua vida começou a tomar um novo rumo quando seu novo senhor resolveu vendê-lo para fora da província, em outubro de 1872.[39]

Alexandrino, como grande comerciante e fazendeiro, estava acostumado a rotina do comércio de compra e venda de escravos, quer seja no mercado local ou o comércio interprovincial, conforme já vimos em outros momentos. Desta vez ele resolveu contratar os serviços de Antonio Freire de Andrade, agricultor e negociante, morador no lugar denominado Marinho, termo de Campina Grande. A tarefa deste último consistia em "dispôr de alguns escravos, e animaes vaccun e cavallar" para serem vendidos na vizinha província de Pernambuco, recebendo em troca uma comissão dos lucros auferidos com o negócio. Tudo caminhou mais ou menos bem para os interesses dos dois senhores até a noite do dia 7/10/1872. De fato, os escravos Firmino e Antonio saíram da residência de seu senhor e, acompanhados de uma boiada e um vaqueiro de nome Manoel Dias Correia, se dirigiram para pernoitar na propriedade do dito Antonio Freire, de onde na manhã do dia seguinte este esperava seguir viagem normal. Ocorre que, naquela mesma noite, algo de estranho começou a se passar: os dois escravos passaram a tramar a morte do preposto de seu senhor. As testemunhas arroladas no processo contaram que ele, Antonio Freire, se achava deitado em uma rede na sala de sua casa. Por volta das nove horas da noite, os dois escravos começaram a circular pela sala. Depois de tomarem umas "lapadas" de aguardente, um deles resolveu acender

---

intermediário, que talvez tenha ultrapassado a casa dos cem, algo bastante expressivo para qualquer parâmetro que se estabeleça, em termos de movimentos insurrecionais, no Brasil oitocentista.

[39] Ver. Summario de culpa de tentativa de morte. Autor queixozo. Antonio Freire de Andrade, Reos escravos de Alexandrino Cavalcante de Albuquerque, Antonio Ignacio e Firmino. Cartório da primeira varal criminal, C.G, 1872. Alguns estudos recentes vêem mostrando o quanto podia ser crucial para o escravo o momento da mudança de senhor, implicando aí melhoria ou deterioração em suas condições de vida, em termos de castigos, perspectivas de alforria, espaços de lazer, formação de família, aspectos

um cigarro no único candeeiro aceso do recinto. Num determinado momento o facho de luz se apagou e os negros aproveitam a ocasião para agir. Ao que tudo indica, foi Firmino, armado de uma pequena faca, quem primeiro investiu contra o corpo do comerciante. Este último, ao perceber tardiamente a trama em curso, mal teve tempo de gritar - "e o negro não matou-me?". Firmino ainda conseguiu desfechar dois certeiros golpes, sendo que o primeiro atravessou um dos braços e atingiu o estômago da vítima e o outro cortou a sua coxa, o que deixou o infeliz "nesta mesma occazião a serôlla com que estava o mesmo offendido na occzião de ser ferido a qual estava toda insanguentada e tinha dous buracos feitos com instrumento cortante e perfurante, sendo um delles (o do lado de fora) mais largo e o do lado de dentro mais estreito". Apesar de alguns vizinhos terem gritado "segure os negros", ambos tiveram tempo suficiente para correrem e saírem pela porta da cozinha, e em seguida se embrenharem nos matagais próximos. Passados alguns dias, ao tomarem conhecimento que a vítima havia escapado com vida, os dois escravos prometeram voltar para acabar o serviço, ou seja, dar cabo da sua existência, dessa vez com uma arma de fogo. Quando foi informado disso, Antonio Freire de Andrade ficou tão assustado que, por precaução, resolveu se mudar para a casa de seu sogro, de nome Manoel Felipe, onde se recuperou de sua convalescência algum tempo depois, tendo, com muito esforço, voltado a ativa.[40]

Quando da abertura do processo, as autoridades policiais e judiciárias procuraram ao máximo desqualificar os dois escravos, buscando incriminá-los num grau máximo de culpa. Nesta estratégia de produção da "verdade", qualquer argumento valia. Nas palavras do juiz de Direito, Firmino e Antonio

---

materiais etc. Ver. Pena, Eduardo Spiller. *O jogo da Face: A astúcia escrava frente aos senhores e a lei na Curitiba provincial.* Curitiba, UFPR, 1990.pp. 277/322.

[40] Ver. Summario de crime de tentativa de morte.Op.cit. Apesar do susto, este sujeito continuou a se envolver com os negócios da escravidão em anos posteriores a esses acontecimentos, comprando ou vendendo escravos, como nos exemplos abaixo. Ver. Escritura de venda do escravo Teodózio que faz Antonio Freire de Andrade a José Paulo de Souza Marinho; Escritura de venda que faz Mariano Alves Monteiro do escravo Simplicio a Antonio Freire de Andrade. *Livro de Notas para escritura de compra, venda e troca de escravos.* Cartório do primeiro Ofício, C.G, 1874 - 1875.

teriam sido movidos por "motivos frívolos" e, quais "tigres furiosos", investiram selvagemente contra a "pobre" vítima. Para nossa sorte, um dos acusados, o escravo Antonio, foi preso e ele próprio se encarregou de apresentar a sua versão dos fatos, apesar de todo o constrangimento e pressão a que foi submetido, na delegacia e em juízo.

Durante o interrogatório, realizado já no ano seguinte ao ocorrido, em 26/02/1873, Antonio procurou se eximir de qualquer culpa, jogando toda a responsabilidade em seu parceiro, que afinal de contas ainda estava foragido. Quando lhe foi perguntado o porque de Firmino ter cometido o crime:

"Respondeo que não lhe disse a razão de ter dado as facadas, mais elle interrogado supõe ter sido por ter o mesmo Antonio Freire declarado que hia vender a elle interrogado e seo companheiro que serião vendidos mesmo em Goianna, e ainda por ter dito o mesmo Freire que havia surral - os por ter desapparecido uma toalha". Ainda nessa mesma linha de raciocínio, perguntado se tinha receios que seu senhor o vendesse para o sul, Antonio Ignacio "Respondeu que tinha (...), e que quando soube no Marinho que hia ser vendido por lhe dizer Firmino só teve dezejos de fugir para vir vêr alguma couza que havia deichado".[41]

Estes são detalhes importantes, que nos permitem recompor, com uma certa densidade, os significados mais amplos dessa história. Como podemos observar que, longe de terem sido movidos por "motivos frívolos", Firmino e Antonio tinham fortes razões para lançar mão de um recurso extremo, como uma última tentativa de interferirem no curso de suas vidas, prestes a tomar um rumo radicalmente diferente, caso prosseguissem na viagem para Goiana, interior de Pernambuco, e daí para o sul. Tudo isso, combinado com a ameaça de alguém que, mesmo não sendo seu legítimo senhor, se achava no direito de castigá-los. Por outro lado, o que mais chama a atenção em tudo isso, é que Alexandrino, o legítimo senhor dos escravos, não tenha comunicado em nenhum momento que estes seriam vendidos. Ao que tudo indica, Firmino e

[41] Ver. Summario de crime de tentativa de morte.Op.cit.

Antonio achavam que a tarefa de tanger bois naquele dia era parte de suas rotinas de trabalho, se encerrando quando chegassem ao lugar Marinho, para em seguida retornarem a casa. Mesmo sabendo que um dia poderia acontecer com eles o que antes já havia se passado com seus parceiros, ambos devem ter ficado surpresos e angustiados quando naquela noite souberam que iam ser vendidos para as fazendas de café do sul, o pesadelo de muitos escravos locais. Foi a partir desse momento que eles, possivelmente, começaram a arquitetar um plano, no sentido de reverter a situação. Àquela altura, nem a ameaça expressa de surrá-los evitou o desejo de atentar contra a vida de Antonio Freire de Andrade, e assim mudar os seus destinos.

Por que Alexandrino Cavalcante omitiu este detalhe perante seus escravos? Como já fizemos ver, este era um comerciante experimentado neste tipo de negócio e talvez tenha sonegado a informação para evitar o pior, ou seja, que eles fugissem ou mesmo tentassem assassiná-lo. Seus cálculos não estavam de todo errados. Neste caso, quem terminou arcando com o ônus foi o seu preposto, cuja existência quase foi subtraída por desrespeitar algumas regras básicas da política de domínio tradicional da sociedade escravista. Ao final do processo, o escravo Antonio foi sentenciado com a pena de 100 açoites e ainda por cima se viu obrigado a carregar, ao pescoço, um ferro pelo prazo de 6 anos. Quanto a Firmino, jamais foi preso pela polícia, passando a ser considerado, a partir de então, um fora-da-lei, caçado como se fosse uma "fera", termo esse textualmente utilizado pelas autoridades, para se referir ao mesmo. Ao mesmo tempo, nunca mais deu sossego aos mantenedores da chamada tranqüilidade pública.

Em fins de agosto de 1874 novamente vamos nos deparar com o velho Firmino envolvido em outro rumoroso crime. Dois dias depois do fato, a vítima, Manoel Joaquim Velho,de quarenta e um anos, declarou perante o delegado que:

"Quem lhe tinha dado o tiro nelle tinha sido o escravo Firmino de propriedade de Alexandrino Cavalcante d' Albuquerque; elle o vira e até fallara

com elle, e vendo-o armado e como que com arma engatilhada receiou e procurou fugir-lhe pondo-se na carreira, mas que mesmo não lhe pode escapar ter recebido um tiro e um ferimento na couxa da perna esquerda".[42]

Desta vez, devido à gravidade do ferimento, a vítima veio a falecer no dia 04/09/1874. Antes de morrer, porém, chegou a confessar, para parentes e vizinhos, que quem estava por trás do atentado que sofreu era Manoel Pereira de Araújo. Posteriormente, na medida em que as testemunhas foram aparecendo, ficamos sabendo que Arthur Cavalcante de Albuquerque, sobrinho de Alexandrino Cavalcante de Albuquerque, também teria sido cúmplice, na condição de mentor intelectual do crime. Como pano de fundo desse contencioso, uma rixa pessoal entre os dois acusados e a vítima, envolvendo, dentre outras coisas, denúncia de furto de animais e traições amorosas. Ao que tudo indica, esta era a versão mais plausível para o ocorrido. Mais uma vez, um certo código de honra era acionado para resolver contendas e injúrias pessoais. Mas isso era apenas parte de uma história muito mais interessante e complexa.

Assim, tendo sido ou não contratado para fazer um serviço "sujo" para um desses potentados, a verdade é que Firmino não foi um mero fantoche em mais uma história em que seu nome esteve envolvido. Provavelmente ele tinha boas razões para agir daquele modo. Como vimos acima, desde o crime de ferimento cometido na pessoa de Antonio Freire de Andrade, Firmino andava escondido, fugindo da polícia e de seu senhor, carregando com ele a fama de mau. Sempre que sentia que estava sendo perseguido ou vigiado, prometia vingança e retaliação contra quem quer que fosse. Neste contexto, não causa estranheza que uma testemunha tenha mencionado que Firmino disse a alguém que tentou matar Manoel Joaquim Velho porque este andava "espionando-o" nos matos. Isto quer dizer que o falecido estava passando informações para que a polícia o localizasse e prendesse. Portanto, isso era motivo mais do que suficiente para justificar, da ótica do escravo, a agressão, pois com as denúncias ele corria o

---

[42] Ver. Summario de culpa por crime de morte - Ex. Officio. Autora a Justiça Pública, Reos Manoel Pereira de Araújo, Artur Cavalcante de Albuquerque e Firmino, escravo. Cartório da 1ª Vara Criminal, C.G, 1874.

sério risco de ser apanhado e, desse modo, voltar ao domínio de seu antigo senhor.

Por outro lado, uma outra testemunha detalhou melhor o encontro entre réu e vítima, encontro esse que nos leva a outras questões. Quando passou próximo à casa de Manoel Joaquim Velho, Firmino o avistou e imediatamente fez questão de saudá-lo, dizendo, não sem uma pitada de ironia, "a Deus seo Manoelzinho", perguntando em seguida por sua saúde. Mal o sujeito teve tempo de responder, já que logo em seguida foi fulminado por um tiro à queima roupa.

Esta passagem merece uma reflexão. Sabemos o quanto a sociedade escravista buscava estabelecer uma série de normas e convenções sociais, que deveriam pautar as relações entre senhores e escravos. Neste sentido, além do trabalho e da obediência, era exigido dos escravos atitudes e posturas de deferência e respeito para com os senhores e os homens livres de uma maneira geral na cotidianidade. Só que isso era uma meta, um ideal, que nem sempre resistia às injunções e conflitos da vida diária. Em certas situações históricas os escravos poderiam "representar" esse papel social, de um ser aparentemente passivo e inerte que a ideologia senhorial desejava. Mas, ao mesmo tempo, esse "tipo ideal" muitas vezes se transformava em algo bem diferente do desejado, redundando em atitudes tais como a inversão de símbolos da vida senhorial, do deboche ou então pura e simplesmente com agressões diretas a alvos da ordem social. A cena que acabamos de descrever acima sintetiza bem esse raciocínio. Se quisesse, Firmino poderia ter utilizado uma estratégia até bem mais prática e eficiente para atingir seu objetivo, atirando de uma tocaia e em seguida desaparecendo sorrateiramente, para assim evitar o flagrante. Mas não foi isso o que ele fez, conforme ficou claro pelo relato. Preferiu, ao contrário, vestir uma espécie de "máscara social", representando uma atitude de subserviência e reverência(postura comportamental essa talvez esperada pela própria vítima) para em seguida se tornar o seu algoz, ou seja, um assassino.

Personagens como Firmino - e tantos outros escravos Brasil afora - mesmo com todas as suas ambigüidades pessoais e históricas, estão bem distantes das

imagens estereotipadas que uma certa historiografia ajudou a construir, transformando-os em prisioneiros, quer seja da vontade senhorial, quer seja de engrenagens econômicas e sociais do sistema escravista. Aqui, estamos nos referindo às abordagens clássicas de Gilberto Freyre e Fernando Henrique Cardoso que, embora sejam diametralmente opostas em muitos aspectos, no que diz respeito ao reconhecimento do papel dos escravos como sujeitos de sua própria história, terminam se irmanando na incompreensão da lógica de suas lutas. A título de exemplo, valeria a pena lembrar a forma como os dois inserem os escravos nos movimentos políticos e sociais das camadas livres da sociedade. Em relação às províncias do norte patriarcal da época do Império, o sociólogo pernambucano chega a afirmar que os escravos iam a reboque dos proprietários e senhores nas tradicionais, e sangrentas, lutas de famílias, guerreando fielmente ao lado de seus respectivos clãs. Quanto ao sociólogo paulista, estudando a sociedade gaúcha e suas contradições internas no século XIX, constata que os negros se transformavam em verdadeiras "massas de manobra" no interior de movimentos articulados por setores de elite, como foi o caso da Farroupilha. Quer dizer, por diferentes caminhos, ambos os autores acabam destituindo de qualquer racionalidade e autonomia o agenciar escravo na confecção de seu próprio destino, incluindo aí a sua participação em eventos de outros grupos sociais[43].

Mas retomemos ao ponto em que estávamos anteriormente. A história de Firmino coloca o historiador da escravidão diante de outras questões importantes. Por exemplo, ela nos remete ao delicado problema do armamento de escravos em certas circunstâncias sociais e históricas. Podia acontecer dos senhores armarem seus escravos para resolver rixas pessoais e políticas contra desafetos. O perigo era essas armas se voltarem contra os próprios senhores. No caso de Firmino, é bem possível que a mesma arma de fogo que utilizou para matar ao dito Manoel Joaquim Velho tenha sido a mesma com que se

---

[43] Ver, Freyre, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 31ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. P. 343; Cardoso, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. P. 147.

apresentou à frente do grupo que prendeu e ameaçou membros da classe dominante local durante o Quebra - Quilos, no sentido de exigir a liberdade de seus companheiros de cativeiro. Assim, por mais uma das tantas ironias da história, a mesma mão que antes "afagava" era a mesma que depois poderia apedrejar, digo melhor, atirar.

Ao longo dos anos em que permaneceu foragido, Firmino foi adquirindo fama e se tornou um verdadeiro "terror" para os responsáveis pela manutenção da ordem pública. Desde pelo menos 1872, vivia embrenhado nos matagais e serras ao redor de Campina Grande. Como ele sobrevivia? Por que sempre escapava das investidas da polícia, quando iam prendê-lo?

O delegado responsável pelo inquérito policial instaurado para apurar a morte de Manoel Joaquim Velho, o Capitão João Peixoto de Vasconcelos, nos dá uma importante pista. Em ofício datado de 01/09/1874, a referida autoridade comunica ao Chefe de polícia da província acerca das dificuldades para capturar Firmino e, ao mesmo tempo, traça uma espécie de "ficha de maus antecedentes" do mesmo:

"Esse negro é criminozo a 3 annos pouco mais ou menos, o seu senhor Alexandrino, possui outros escravos espalhados em algumas fazendas, onde seus parceiros o acoita, e não sabe-se lugar certo de sua rezidencia, e tem escapado a algumas diligências que tenho procedido; em companhia do escravo Firmino, anda também um negro de nome Manoel do Carmo, criminoso de tentativa de morte neste termo".[44]

Alguns dias depois essa mesma autoridade volta a se lamentar, batendo na mesma tecla:

"A poucos dias sabendo, que estes negros tinham sido vistos na fazenda de seo senhor Alexandrino no Riachão duas leguas desta cidade imediatamente dirige-me apressadamente com um official de justiça e a força de meo comando para dito lugar, varegei(?) todas as cazas e lugares, que desconfiava encontral-os, porem não foi possivel encontra-los. A tres annos pouco mais ou menos, 2

ditos negros frequentão este termo, e me consta, que tem se feito muitos desatinos,(...), só elles sendo protegidos d'alguns, podem a tanto tempo iludirem a policia, que consta-me que qualquer movimento de força são elles avizados".[45]

Tudo isso se passava mais ou menos às vésperas da eclosão do Quebra - Quilos. É possível que Firmino tenha desempenhado um papel fundamental na articulação e convencimento de seus companheiros para a luta. Nesse intervalo de tempo, ele adquiriu experiência de manipular armas de fogo, conheceu melhor o terreno por onde transitava com tanta desenvoltura e, acima de tudo, não perdeu o contato com a escravaria que permanecia nas senzalas, estabelecendo assim uma extensa rede subterrânea de solidariedade e cumplicidade. Se para as classes dominantes locais ele representava o terror, para os seus parceiros o mesmo poderia ser um exemplo de ousadia e busca de liberdade por outros caminhos, particularmente num momento em que senhores e autoridades estavam acuados por todos os lados, sem grandes meios de defender a ordem pública ameaçada por outros perigos sociais, naqueles meses finais do ano de 1874.

Quanto a Manoel do Carmo, já mencionado anteriormente, foi outro líder de destaque na organização da insurreição dos negros em Campina grande. Este escravo pertencia ao proprietário de um engenho chamado "Canabraba", no lugar denominado Lucas, distante aproximadamente três léguas da cidade. Era irmão do escravo Firmino e, a exemplo desse, também estava envolvido em crimes de morte. Os dois nasceram na mesma casa senhorial, estabelecendo desde então vínculos de parentesco e amizade que nem a venda de um deles foi capaz de acabar. A este respeito, é sugestivo que a primeira pessoa a quem Firmino procurou, depois de ferir gravemente a Manoel Joaquim Velho, foi exatamente a seu mano. Compunham uma espécie de "dupla do barulho", tendo

---

[44] Ver. Ofício da Delegacia de Polícia da Cidade de Campina Grande ao Chefe de polícia da província em 1° de setembro de 1874. APP, J.P, CX.060, 1874.

[45] As peripécias do escravo Firmino não se reduziram apenas a dois crimes. Em outra ocasião, ele teria armado uma emboscada contra o subdelegado local, de nome Antonio Nunes Viana. Ver. Ofício da Delegacia de Polícia da cidade de Campina Grande ao Chefe de polícia da província em 9 de setembro de 1874. APP, J.P, CX. 060, 1874.

aprontado vários "desatinos" contra seus inimigos pessoais e sociais antes de se envolverem no Quebra - Quilos, onde aparecem comandando o grupo que cercou a propriedade Timbaúba, transformando os que lá se encontravam em seus prisioneiros. Desde que entraram na criminalidade passaram a engrossar as fileiras de um grupo a que a documentação de época denomina de "negros do matto", o contraponto da sinistra figura do capitão do mato. Ao que tudo indica, tratava-se de escravos há algum tempo fugidos das fazendas circunvizinhas, que periodicamente faziam pequenas incursões por propriedades e outros espaços públicos, tendo se juntado aos rebeldes quando do levante. Esses "negros do matto" seriam os famosos membros da "sociedade da bella rapaziada", a quem os escravos de Fagundes deram entusiasmados vivas naquela noite de 25/03/1871.E assim aos poucos o cerco vai se fechando e a nossa interpretação ganha cada vez mais inteligibilidade e tecitura.[46]

Outro que teve seu nome indelevelmente ligado aos eventos foco da nossa análise, foi o negro liberto Benedito, que em 1874 devia ter mais ou menos vinte sete anos de idade e vivia do seu ofício de sapateiro. Como muitos ex- escravos do Brasil oitocentista, teve sua trajetória marcada por muitas contradições, típicas de quem vivia uma experiência social que estava a meio termo entre a escravidão e a liberdade. Sua alforria foi conquistada depois de muito esforço e barganha com seu antigo senhor. Mesmo depois de liberto, essa mesma sociedade continuava a esperar dele obediência, trabalho e humildade. Por outro lado, mesmo formalmente livre dos aspectos mais terríveis do cotidiano do cativeiro, ele constatava que muitos de seus conhecidos ainda permaneciam escravos. Prova maior desse drama Benedito tinha na sua própria casa, pois embora sua mãe, de nome Catarina, fosse uma liberta como ele, sua mulher era escrava de Bento Gomes Pereira Luna, justamente um dos que foram aprisionados pelos revoltosos, o que mais uma vez nos remete à questão de que não foi mera coincidência o fato dessa propriedade ter sido o primeiro alvo da ação escrava. Com isso talvez ele tenha antevisto naquele quadro de

[46] Ver. Summario de culpa por crime de morte. Autora a justiça pública. Reos. Manoel Pereira de Araújo,

desordens difusas, uma chance de arrancar para a liberdade não só sua esposa, mas também a seus novos e velhos companheiros ainda imersos nas malhas da escravidão.[47]

Apesar de tudo, Benedito possuía algumas vantagens relativas que outros não tinham. Estas advinham de sua profissão, particularmente úteis em momentos de comoção social. Os sapateiros, embora tenham uma jornada de trabalho solitário no interior de suas oficinas são, ao mesmo tempo, seres bastante sociáveis, dados a grandes algazarras. Após um dia de trabalho, muitos costumavam se dirigir para as tabernas e vendas para beberem, conversarem sobre as últimas novidades, acertar ocasionais encomendas com fregueses etc. Tudo isso fazia com que eles tivessem uma visão de mundo muito peculiar, fenômeno esse a que os historiadores vêm chamando a atenção. Por isso mesmo, eram tidos como folgados, irrequietos, amantes da liberdade e, quando escravos, dados a fugir. No ano de 1870 um jornal da capital da província estampou por vários dias em suas páginas o retrato vivo de um desses representantes típicos da categoria: "Fugio em outubro de 1864 o escravo Pedro, mulato claro, de 19 a 20 annos quando fugio, assignava o nome e lia alguma cousa, sapateiro, estatura regular, feições miudas, bem parecido, cabellos louros e cacheados, olhos bonitos, nariz afilado, dentes alimados, boca e orelhas pequenas, sambista, gosta de andar calçado, inculca-se forro, paxola"[48].

Artur Cavalcante de Albuquerque e Firmino, escravo, Cartório da 1ª Vara Criminal, C.G, 1874.

[47] Ver. Summario de culpa por crime de furto. Autora a justiça publica. Reos. Sebastião Augusto de Souza e Benedicto de Figueirêdo. Cartório da primeira vara criminal. C.G, 1886. Prova de que a vida não era nada fácil para Benedito é que, mesmo passados mais de uma década depois do fim do Quebra - Quilos, o mesmo tinha ainda que apelar para pequenos furtos, no sentido de sobreviver e manter a fama de folgado. Em 1886, juntamente com outro companheiro de diversões e infortúnios, foi denunciado pelo promotor público nos seguintes termos: "Marcolino Ferreira Guimarães e seo filho Francisco Ferreira Guimarães tendo-se aboletado em caza de Targino de tal, próximo a esta cidade, espuserão ao ar, n'um estaleiro da mesma caza, uma porção de carne, de sua propriedade e que destinavão a venda. Os denunciados, que alias são useiros e veseiros na arte de furtar, na madrugada do dia 14 do corrente mez tirarão para si contra a vontade de seos donos a referida carne que foi encontrada pela polícia em caza do proprio denunciado Salustiano".

[48] Ver. *Jornal da Parahyba.* 3/01/1870, B.N, R.J, 1870. Foram vários os movimentos que contaram com a participação de escravos cuja profissão era sapateiro, a exemplo do Levante do Malês na Bahia de 1835. Um famoso personagem, que se destacou na luta contra a escravidão no Brasil do século XIX, que também

Não sabemos ao certo se quando escravo Benedito teve um currículo de vida tão multifacetado como o de Pedro, seu companheiro de cativeiro e profissão. De qualquer maneira, resta pouca dúvida quanto ao fato de que essa peculiaridade terminou se transformando num importante fator para que tivesse participado do planejamento e execução do movimento, funcionando na cidade como uma elo de ligação entre os outros grupos de escravos vindos das propriedades rurais do município. Na documentação pesquisada, aparece como o principal agitador do grupo que se agregou ao movimento com a chegada dos prisioneiros do sítio Timbaúba à Campina Grande, sendo por isso mesmo indiciado e preso a mando do delegado encarregado das investigações preliminares sobre o Quebra - Quilos, como se depreende do seguinte trecho: "Em cumprimento da portaria supra do Illm°. Sr. Dr. Juiz de Direito d'esta Comarca, certifico, que o indivíduo de nome Benedicto José Domingues de Figueredo, foi recolhido a cadeia desta cidade d'ordem do Illm° Sr. Tenente Coronel delegado d'este termo, como cabeça do crime de insurreição (...). Cadeia da Cidade de Campina Grande, 24 de janeiro de 1875 - O carcereiro da mesma José Silvestre d'Araújo". Curiosamente Benedito terminou se beneficiando do fogo cruzado de palavras e interesses que se seguiu, envolvendo de um lado o juiz de Direito e, de outro, o Chefe de polícia, tendo como pano de fundo divergências políticas e justaposição de autoridade resultante do clima de desordens sociais então reinante. Por isso mesmo, alguns dias depois foi posto em liberdade, conforme as irritadas palavras de um outro magistrado local: "Cumpre-me ainda levar ao conhecimento de V.S., que o indivíduo de nome Benedicto de tal, recolhido à cadeia publica como cumplice na insurreição por ter animado, e excitado aos escravos, o que ventilou-se do

---

exerceu o ofício de sapateiro por algum tempo, foi o "rábula da liberdade", o fascinante ex-escravo e abolicionista Luiz Gama. Sobre esse último, ver. Azevedo, Elciene. *Entre escravos e doutores: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, UNICAMP, 1997.(Dissertação de mestrado). Finalmente, para uma bela abordagem da "notável reputação" dos sapateiros como trabalhadores politicamente rebeldes, ver. Hobsbawm, Eric J. e Scott, Joan W. "Sapateiros politizados". In. Hobsbawm, Eric J. *Mundos do trabalho*. 2ª Ed., R.J, Paz e Terra, 1987.pp. 149/189.

inquerito, que a tal respeito procedeu o Tenente coronel delegado de policia, foi com outros posto em liberdade[49]".

3 – Imagens da repressão

Numa situação histórica de intenso perigo social, o que menos as elites dominantes desejavam era uma insurreição de escravos. Como buscamos demonstrar ao longo do primeiro capítulo do presente trabalho, as classes dirigentes locais se viram numa posição bastante delicada quando do Quebra - Quilos. Por isso mesmo, a entrada em cena dos cativos campinenses causou um forte impacto político, em que os sentimentos de medo e surpresa se misturaram no imaginário senhorial. Mais uma vez, quem melhor expressou esse estado de espírito foi o juiz de Direito local, o Sr. Antonio da Trindade de A.M. Henriques. Qual não foi seu espanto quando os escravos se insurgiram "querendo impor sua liberdade a seus senhores", aproveitando-se das "circunstancias críticas em que estes se achavam sob as ruínas da ordem". Em sua visão de magistrado - mas também de proprietário de escravos que o era - caberia aos cativos, como mera extensão da vontade e do capricho de seus donos, defendê-los de qualquer ameaça pessoal. Para sua desgraça(e a de seus pares de classe como um todo)os escravos se recusaram a cumprir esse papel de subserviência que a ideologia senhorial lhes reservava. Em vez disso, o que os negros fizeram foi o contrário, ou seja, se aproveitaram da conjuntura e pegaram em armas para mudar os seus destinos, inclusive contra seus próprios algozes de classe.[50]

---

[49] Benedito, até onde sabemos, foi o único dos implicados no levante efetivamente preso. Mesmo tendo ficado à disposição da justiça até 23/01/1875, não chegou a ser interrogado, o que não deixa de ser lamentável para os objetivos que nos movem no presente trabalho. Ver. Documentos de nºs 17 a 18. Apud. *Resposta do Juiz de Direito da Comarca de Campina Grande, Bacharel Antonio da Trindade de A.M. Henriques ao relatorio do Chefe de policia Manoel Caldas Barreto sobre os movimentos sediciosos havidos nesta provincia, apresentado ao Exm°. Sr. Presidente da mesma, Sr. Silvino Elvidio C. da Cunha em 23 de fevereiro de 1875.* Parahyba. Typhografia Conservadora - Rua Visconde de Pelotas, nº 24. 1875, A.N, R.J, 1875.

[50] Apud. *Quebra-Kilos - Relatório do Commandante das Forças imperiaes estacionadas na Província da Parahyba do Norte*. Publicações do Arquivo Nacional, Vol. XXXIV, 1937. p. 119.

Diante desse quadro de subversão dos padrões de convivência social, não restava outra alternativa, ainda na perspectiva daquela autoridade, a não ser o ritual da punição exemplar, que restabelecesse a hierarquia senhorial, violentamente rompida pela "petulância" de escravos insubordinados. Essa obra de engenharia política deveria ser executada com todo rigor, mesmo que para isso fossem contrariados interesses de alguns proprietários tomados individualmente. Aqui falou mais alto a lógica de raciocínio do magistrado - ainda mais num momento em que seus poderes foram reforçados desde a Reforma judiciária de 1871 - encarregado da defesa da ordem geral, que não era apenas e simplesmente o somatório de vontades senhoriais privadas. Daí ele ter defendido a abertura formal de um processo para investigar e punir os responsáveis pela rebelião, pois tratava-se de um crime contra a segurança pública de uma sociedade da qual se considerava o guardião por excelência, ou ainda, em suas palavras: "Campina é o lugar, onde maiores crimes se tem dado; pois que (...) os escravos insurgirão - se, e praticão grandes crimes". Não é por acaso que esse mesmo juiz ficou extremamente contrariado com a atitude do Chefe de polícia da província, Manoel Caldas Barreto, que ao chegar a Campina Grande e dar prosseguimento às investigações iniciadas pelo delegado local, mandou soltar um dos principais suspeitos de liderar a insurreição, o negro Benedito.[51]

Outra autoridade de peso, que comungava em grande parte dessa tese, era o juiz municipal, o bacharel Bento José Alves Viana, duble de magistrado e proprietário, que também defendeu uma devassa pública, no sentido de evitar a impunidade e o mal exemplo para outros escravos, conforme podemos deduzir de um trecho de sua fala reproduzida a seguir: "Outro tanto succede, com

[51] Carta do juiz de Direito da Comarca de Campina Grande em 7/12/1874. Apud. Annaes da Câmara do Parlamento Brazileiro. Camara dos Deputados. Sessão de 17/4/1875. Livro 1, Tomo 1/Apêndice, R.J, Typografia Nacional, 1875. Embora pertencessem ao Partido Conservador da província, esses dois bacharéis deviam ter divergências acumuladas ao longo do tempo, o que a eclosão do Quebra - Quilos só fez agravar, gerando em seguida aos acontecimentos acusações mútuas. Neste ponto, cada um deles tinha diferentes estratégias de enfrentar o momento crítico de uma ordem pública ameaçada, inclusive da parte dos escravos. Para o ponto de vista do Chefe de polícia quando de sua chegada à cidade, ver. *Carta do*

relação (...) a insurreição de grande numeroso d'escravos, que teve lugar na mesma ephoca, e que poz em alarme toda esta Comarca. São crimes gravissimos, e que não devião ser esquecidos, por uma autoridade especialmente encarregada de sindical-os, e punil-os".[52]

Quanto aos senhores, tomados individualmente e como um todo, não foi menos impactante os efeitos que o movimento dos escravos lhes causou. A este respeito, de acordo com um cronista local: "Houve senhores, como o capitão Alexandrino, senhor de 40 escravos, que passou dois dias escondido num quarto do seu engenho; Balthazar Luna, preso em sua fazenda Cacimbas, foi obrigado a marchar tres leguas a pé, de cabeça descoberta sob insultos e motejos os mais atrozes que a rebeldia ditava a uma récua de negros atrevidos".[53]

Ao que tudo indica, o levante gerou uma espécie de "racha" no interior do bloco dominante, em relação à melhor estratégia a ser seguida no sentido de derrotar e esmagar o movimento de subversão da ordem. Enquanto algumas autoridades - a exemplo dos juizes de Direito e o Municipal - defendiam o procedimento de punição baseado em toda uma parafernália do ritual jurídico e político, os senhores, mais apegados a uma perspectiva mais pragmática, preferiam resolver esse tipo de contenda no âmbito de seus domínios particulares. Até porque, na ótica destes últimos, este caminho evitaria o constrangimento da exposição pública, com a intervenção indevida do aparelho estatal em seu pleno direito de propriedade, com tudo que uma operação como essa implicava, a exemplo dos gastos e prejuízos que teriam que arcar com as

---

Chefe de polícia enviada ao presidente da província, Campina Grande 20 de janeiro de 1875. Copia-Reservada. A.N,R.J,1875.

[52] Documento nº 18. Apud. *Resposta*...Op.cit.

[53] Ver. Baptista, Pedro. "O Carga d'Água". In. Villar, Euclides. (ORG.) *Almanaque de Campina Grande.* Livraria Campinense, C.G, 1933.pp. 247/250. Em longa carta, de caráter sigiloso, remetida ao presidente da província, um contemporâneo, morador de Campina Grande, expressou toda a sua preocupação com o estado de coisas reinante, ao se queixar que "os negros insurgidos não prendeu-se ainda nenhum, nem mesmo os criminosos foram incomodados", um sintoma de que, mesmo tendo-se passado alguns meses dos acontecimentos, o medo ainda era uma realidade difusa no município. Ver. *Carta de Antonio da Costa Gadêlha enviada ao presidente da província,* Campina Grande, 18 de janeiro de 1875. Copia-Confidencial. A.N,R.J, 1875.

custas processuais, inutilização temporária de sua valiosa mão-de-obra no tempo em que durasse as investigações, penas excessivas etc.

Neste embate de visões, prevaleceu as posições mais imediatas dos senhorias, não sem as devidas tensões e embaraços advindas de um processo como esse. Não por acaso, coube ao maior potentado local, o Coronel Alexandrino Cavalcante de Albuquerque, organizar as forças da repressão. Este senhor tinha todos os motivos do mundo para proceder dessa forma, a começar do fato elementar de que nove de seus escravos engrossaram as fileiras do movimento, a começar do nosso já conhecido Firmino. Para salvar a sua pele e seus interesses, lançou mão de mecanismos os mais inusitados possíveis. Na hora de maior perigo não pensou duas vezes, apelando para uma aliança política e social em que até grupo de Quebra - Quilos era bem vindo, no sentido de combater um mal ainda maior. Pois foi isso que ele fez, ao perceber o real perigo que, naquela conjuntura, o levante dos escravos poderia significar para a sua segurança pessoal e política.

Para isso estabeleceu a seguinte estratégia: através do delegado em exercício, Salvador Clementino da Costa, mandou chamar, diretamente de Queimadas, um grupo capitaneado por Manoel de Barros, o mesmo que alguns dias antes havia arrombado a cadeia da cidade para livrar a seu pai da prisão e em seguida feito outras estrepolias. Como havia uma relação dependência e reciprocidade entre Alexandrino e os Barros, relação essa reafirmada ao longo dos anos, estes últimos uniram forças e formaram uma espécie de milícia e vieram em direção ao local dos acontecimentos, com o objetivo explicito de reprimir os escravos rebelados. Quando preso e interrogado em função do episódio do arrombamento da cadeia, o mesmo Manoel de Barros assim se reportou aos fatos: "Respondeo que veio (para Campina Grande, L.M.L.) quando se havião retirado as autoridades, e a chamado de Alexandrino Cavalcante d'Albuquerque para o fim de acabar com a insurreição de uns

escravos que se tinham levantados declarando estarem livres, depois do que elle interrogado retirou-se".[54]

Ao chegar à cidade, Neco de Barros e seu bando conseguiu novas armas e mais munições com um comerciante local já conhecido nosso, Antonio Martins de Souza. Sobre essa passagem, este último assim descreveu o momento do encontro: "Respondeu que quando os negros de Alexandrino Cavalcante d'Albuquerque se levantarão, vindo o Manoel de Barros Souza com um grupo a chamado do mesmo Alexandrino e do Capitão Salvador para o fim de conter os ditos negros, nessa occazião o mesmo Manoel de Barros com o seu grupo foi a casa delle interrogado e o constrangeu a dar polvora e chumbo, o que elle interrogado fez dando-lhe por essa coacção dita polvora e nessa mesma occazião, vendo Manoel de Barros na venda delle interrogado tres espingardas lazarinas, restante de outras que tinha para negocio as pedio, dizendo que precizava dellas". Dessa forma ia se materializando uma ampla e heterogênea frente de pessoas, grupos e interesses momentaneamente irmanados na repressão aos escravos: fazendeiros, comerciantes, polícia, milícias particulares, grupo de Quebra - Quilos e, quem sabe, até capitão do mato.[55]

---

[54] Ver. Summario de culpa por arrombamento de cadeia. Cartório do 3° Ofício, C.G, 1875. Quanto à articulação para reprimir o levante dos scravos, o próprio Alexandrino se encarregou de detalhar, sem nenhum constrangimento, a sua versão dos acontecimentos: "Elle testemunha mandou um criado, digo mandou um recado a João de Barros pedindo-lhe gente para dispersar esses negros, e ao mesmo tempo o capitão Salvador que estava em exercício do cargo de Delegado dirigio-se a Queimadas para reunir gente para o mesmo fim e voltando com essa gente da qual fazia parte João de Barros e Manoel de Barros seguirão esses escravos e os dispersarão". Ver. Summario... Auto de perguntas feitas a Alexandrino Cavalcante de Albuquerque em 31/12/1874, Op.cit. Um jornal de tendência Liberal e oposicionista da Capital, O Publicador, ironizou esse gesto ao se referir aos acontecimentos de Campina: "Alexandrino Cavalcante chama-lhes(a Manoel de Barros e seus comparsas, L.M.L) seo salvadôr, regeneradôr do socego das familias, e verdadeiro heróe da humanidede pelo desinteresse com que se prestou a destruir a insurreição dos seus escravos." Ver. O Publicador. 25 de fevereiro de 1875. Parahyba do Norte. Correspondencia(1)- Campina Grande. Apud. *Quebra-kilos. Relatorio do Commandante*...Op.cit.p.158.

[55] Ver. Auto de perguntas feitas a Antonio Martins de Souza em 18/1/1875.Summario...Op.cit. Uma testemunha ocular chegou a identificar, no meio dos populares de Campina Grande, um sujeito chamado Carolino de tal, cuja profissão era capitão de campo, outra denominação para os caçadores oficiais de escravos fugidos. Teria ele se engajado na tarefa de conter os escravos alguns dias depois? Não duvidamos que isso tenha acontecido, em função da frente de interesses que se articulou, no calor da hora, para reprimir a rebelião negra em curso.

Podemos vislumbrar alguns momentos dessa história de intensa violência que se abateu sobre os escravos, dando a palavra a um deles, que viu a coisa de perto. Chamava-se Thomé, 21 anos de idade, solteiro, filho de Roza, escrava de seu senhor, João de Barros, natural de Campina Grande, de profissão agricultura. Já vimos em outras partes deste trabalho, alguns lances da vida desse cativo. Mesmo tendo sido vendido a Alexandrino Cavalcante desde 1873, continuava a acompanhar e viver com seus antigos senhores, o que talvez se deve a um acordo prévio entre as partes. Além de ter participado da surra que seus senhores arquitetaram contra uma mulher pobre em 1872, ele se envolveu em mais dois episódios durante o transcurso do Quebra - Quilos. O primeiro deles foi o arrombamento da cadeia, na noite de 23 para 24 de novembro de 1874. Uma testemunha chamou a atenção para uma passagem bastante intrigante desse último caso. Sobre as circunstâncias de Thomé ter vindo ao não constrangido com seu senhor para consumar o dito arrombamento, um dos acusados do crime, José Tenorio de Barros, respondeu que "não sabe, pois não vio nem ouvio dizêr, mais lhe parecêo que o mesmo Thomé não vinha com muito gosto porque vinha um pouco zangado, ao passo que todos os mais vinhão contentes e cassuando, vindo o mesmo Thomé callado".[56]

O segundo episódio se deu dias depois, quando a repressão aos escravos já estava em curso, e lá estava novamente Thomé contrariado, fazendo parte do grupo de seu senhor, Neco de Barros. Mais uma vez, essa história não teve um desfecho favorável para o escravo. Referindo-se ao que tinha se passado nesse dia, o próprio Thomé relembrou o momento dramático de uma verdadeira caça humana aos negros rebeldes, fugidos da polícia:

"Respondeu que a mandado de Neco de Barros foi com Manoel Nunes e Antonio de Barros filho de Antonio de Barros, e com effeito assistio a estes surrarem dito Sypriano com um cacête, e que nessa occazião mandou que elle interrogado capasse o negro, ao que elle não anuio e que indo fazel - o Manoel Nunes, um tiro disparado do matto feriu a elle respondente com uns caroços de

[56] Ver. Summario de culpa por arrombamento de cadeia. Op.cit.

xumbo na porta do lombo direito acima das cadeiras, sendo tratado ditos ferimentos nesta cidade em caza de Manoel Nunes por quatro dias sendo esse tratamento feito por seu João Cavalcanti e Alex Cavalcanti, indo apenas vê-lo por duas vezes o senhor Alexandrino".[57]

É bom que se diga que o negro Thomé alegou, firmemente, que as vezes em que acompanhou seus senhores sempre foi em obediência aos mesmos, e não por vontade própria. Obviamente que isso poderia ser uma boa estratégia para se safar de mais uma dura pena que poderia estar a caminho. Poderia também ser uma orientação de seu advogado, em combinação com seu novo senhor, para convencer a justiça acerca da inocência do réu, evitando assim maiores prejuízos e constrangimentos. Porém, é possível lançar uma luz diferente sobre tudo isso. Ao não aceitar, de bom grado, acompanhar o seu senhor no dia do arrombamento da cadeia, atitude essa expressa de forma silenciosa, porém eficiente e, acima de tudo, se recusar peremptoriamente a praticar um ato de extrema violência(qual, seja, o decepamento do orgão sexual) contra um seu parceiro, naquele momento perseguido por participar de uma rebelião, talvez o nosso Thomé estivesse expressando um desejo difuso no seio da escravaria Campinense. Não nos esqueçamos de que, pelo menos desde 1872, este último vivia num estado de quase "clandestinidade", passando parte do tempo na casa do senhor, e outras vezes refugiado nos matagais próximos da cidade, acompanhando, à sua maneira, toda a movimentação dos famosos "negros do matto", que como vimos, podem ter desempenhado um importante papel no movimento. É possível que, naqueles dias em que Campina ficou por alguns instantes de ponta-cabeça, ele preferisse estar do outro lado da arena em que momentaneamente ficou, ou seja, ficar solidário e se envolver, juntamente com seus companheiros de cativeiro, na luta que naquele momento se travava abertamente pela liberdade.

Desse modo, podemos concluir este trabalho afirmando que, embora os escravos tenham sido os últimos a entrar na cena histórica, foram os primeiros a

---

[57] Summario de culpa por arrombamento de cadeia. Op.cit.

sofrer os efeitos sistemáticos da repressão ao Quebra - Quilos. Com a chegada, proveniente da Corte, das forças comandadas pelo Coronel Severiano da Fonseca, em dezembro daquele ano, a sorte do movimento estava selada. Estas mesmas forças, juntamente com os agentes locais, intensificaram o processo de punição exemplar aos populares, levando à paz dos cemitérios por um bom tempo.

CONCLUSÃO

É chegada a hora de reatar os fios dessa trama. Ao debruçar o nosso olhar sobre o Quebra-Quilos no antigo município de Campina Grande, vimos passar à nossa vista muitas histórias e experiências sociais e políticas, sendo que, no curso dos acontecimentos, algumas se cruzaram, outras se excluíram, outras tantas caminharam quase que paralelas umas em relação às outras. No contexto maior, buscamos priorizar a participação dos escravos no movimento, evento esse que contemporâneos e historiadores relegaram a último plano. Neste sentido, todo o esforço argumentativo do trabalho foi no sentido de, ao fazer uma leitura a contrapelo, recuperar fragmentos dessa história, que nos permitisse estabelecer novos parâmetros interpretativos para o tema em foco. Conforme nossa exposição procurou deixar claro ao longo do texto, o Quebra-Quilos se constituiu numa revolta popular que contou com a adesão das mais variadas camadas sociais pobres e livres das quatro províncias do norte do Império então conflagrado, tais como os pequenos comerciantes, agricultores, feirantes, moradores, agregados, vaqueiros, rendeiros, artesãos, desocupados etc.

Em grande medida, os escravos se aproveitaram dessa conjuntura e algum tempo depois se agregaram ao movimento. Embora estabelecessem formas de solidariedade no dia-a-dia e partilhassem muitos aspectos da vida cotidiana, particularmente as agruras da miséria vivida no interior daquela sociedade, isso por si só não foi motivo suficiente para que escravos e pobres livres atuassem em conjunto, na luta contra os seus inimigos comuns, qual seja, grandes proprietários e os agentes do Estado responsáveis pela manutenção da ordem imperial ameaçada, fenômeno esse que se deu em outros momentos históricos. O que teria acontecido dessa vez?

Uma possível razão - além, obviamente, da complexa e contraditória conjuntura que informou o movimento - talvez esteja no fato de que os interesses e o ideário escravistas ainda era forte o suficiente para juntar numa

mesma frente defensiva a grandes proprietários e agricultores e pequenos negociantes remediados. Já vimos em páginas anteriores, que a estrutura de posse escrava às vésperas do Quebra-Quilos em Campina Grande era "elástica" o suficiente, o ponto de que(além dos grandes escravistas monopolizadores) o perfil médio do proprietário típico local ser o do sujeito que possuía entre 1 e 4 escravos. Estes últimos muitas vezes mantinham uma dependência direta do trabalho de seus poucos cativos, realidade essa que se acentuava em momentos de crises econômicas e sociais, caso da década de setenta, com os problemas que atingiam o algodão, a produção e comércio de alimentos e o próprio declínio e desligitimação da instituição escravista. Neste sentido, é possível pensar que, jutamente com os potentados tradicionais e autoridades, alguns sediciosos que inicialmente aderiram ao movimento tenham visto com um certo ar de preocupação e espanto a entrada em cena dos escravos em 29/11/1874, quando havia se passado quase um mês do início das manifestações populares. Em situações limites de comoção social, como parece ter sido o caso, prevaleceu entre "grandes" e "pequenos" o instinto de sobrevivência política na defesa da manutenção de um certo modo de vida ameaçado, contra um inimigo maior. Assim, podemos dizer os escravos entraram na "festa" sem serem convidados, quase que à revelia de tudo e de todos, só não do forte desejo de liberdade e dignidade tecido e alimentado ao longo e do fundo dos tempos. Nestes termos, em grande medida eles tiveram que trilhar um caminho próprio, com palavras de ordem e estratégias de lutas específicas.[1]

---

[1] O clima de hostilidade difusa contra os escravos parece ter permanecido, mesmo depois de passado quase uma década dos acontecimentos em torno do Quebra-Quilos. É o que podemos depreender de um rumoroso caso de furto verificado em 1882. Este foi o ano do falecimento do padre Santino Maciel de Ataide, que deixou em testamento dinheiro, prata e ouro para ser dividido entre as suas 5 filhas menores. Só que antes que isso acontecesse uma beata freqüentadora da casa, em combinação com o tutor das meninas, passou a mão na cobiçada mala e se apropriou do botim das herdeiras. O mais interessante em tudo isso é que quando, num certo dia, o tutor combinava o golpe com a sua comparsa, uma das 6 escrava escravas que o padre possuía, de nome Benedicta, se aproximou dos dois para ouvir a conversa e foi repreendida nos seguintes termos "em converça de branco negro não se metia". Ver, Summario por crime de furto. Autora a justiça publica. Reos Sebastião Francisco de Mello e Joaquina Maria da Conceição. Cartório da primeira vara criminal, CG, 1882.

E mais, ao assim agirem os escravos campinenses - conforme buscamos demonstrar através de evidências diretas e indiretas - articularam, no contexto de um movimento de homens livres, uma insurreição. Mas o que é uma insurreição? É a mais espetacular forma de resistência escrava coletiva, uma luta pela liberdade, como nos ensina o historiador americano Eugene Genovese. Só que, vista em perspectiva histórica, uma insurreição(ou rebelião) poderia adquirir diferentes significados e ser movida por objetivos variados, a exemplo de destruir o sistema como um todo, corrigir excessos e manter a opressão em limites suportáveis, conseguir a liberdade para um grupo específico de escravos, reformar pontualmente determinados aspectos da escravidão etc.[2]

À exceção do primeiro item(a destruição do sistema) podemos dizer que, em maior ou menor grau, as outras características estiveram presentes no movimento de Campina Grande. Ao se aproveitarem de uma conjuntura histórica em que as elites, e os homens livres de uma maneira geral, estavam divididas, os escravos lutavam contra os efeitos perversos de mais opressão e exploração advindos do rearranjo das atividades econômicas locais, em particular o algodão. Também lutavam contra as conseqüências terríveis do tráfico interprovincial para suas vidas e vida dos seus familiares e parceiros. Acima de tudo, lutavam para preservar, alargar e conquistar a liberdade, em particular com as novas e contraditórias possibilidades abertas pela chamada Lei do ventre livre de 1871.

Ao fim e ao cabo, podemos afirmar, com uma boa dose de certeza, que as ações escravas no interior do Quebra-Quilos podem ser lidas como uma "resposta mental e emocional(...) de um grupo social a muitos acontecimentos inter-relacionados", tudo isso assentado num mundo político e cultural em

---

[2] Ver, Genovese, Eugene. *Da rebelião à revolução*. SP, Global, 1983, pp.25/61. Pelo Código criminal de 1831 insurreição é considerado um crime contra a segurança pública do Império, assim definido em seu artigo 113 "Julgar-se-ha commetido este crime, reunindo-se vinte ou mais escravos para haverem a liberdade por meio da força", variando a pena de morte a açoites. Ver, Pierangelli, José Henrique. *Códigos penais do Brasil. Evolução histórica*. Bauru, Jalavi, 1980, pp.199/200.

construção e que informou fortemente aqueles eventos, dando-lhes uma inteligibilidade toda especial.[3]

Assim, ao cativarem seus sonhos de liberdade e dignidade naquele momento histórico, os escravos pregaram uma grande peça em seus senhores. O susto foi tal que pode ter levado alguns contemporâneos mais temerosos a adotarem a tática do silêncio, jogando na lata do lixo da história as evidências maiores dessa presença, no sentido de evitar o pânico entre a população, numa conjuntura em que a ordem pública esteve seriamente abalada.[4]

Para concluir de uma vez por todas essa dissertação que já foi longe demais, gostaríamos de resgatar mais uma das tantas histórias de que é feito a história humana. Porquanto tenhamos nos esforçado em esclarecer aspectos negligenciados da participação escrava no Quebra-Quilos, a nuvem de fumaça histórica que se formou em torno deles não foi de todo dissipada, restando ainda muitos pontos opacos que carecem de respostas e que estão a nos desafiar. Uma das questões mais intrigantes é saber o que teria acontecido exatamente aos escravos após a jornada de repressão então empreendida por senhores e autoridades de Campina Grande. Podemos aventar algumas possibilidades.

Fazendo coro com o desejo de senhores e autoridades contemporâneos dos acontecimentos, o historiador Elpídio de Almeida chega a afirmar, sem grandes rodeios, que os escravos "retornaram às senzalas" humilhados e derrotados. Essa assertiva merece reparos e comentários. Se é plausível pensar que alguns cativos envolvidos no movimento tenham retornado(de forma voluntária ou compulsória) ao domínio de seus antigos senhores, por outro lado é possível imaginar um destino diferente para muitos deles. Alguns podem ter

---

[3] A citação se encontra em, Thompson, E P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. RJ, Zahar, 1981, p.15.

[4] Aqui, guardadas as devidas proporções, podemos fazer um paralelo histórico com o que estava acontecendo mai ou menos por essa mesma época nas regiões cafeeiras de São Paulo, quando, devido ao crescente processo de acirramento das tensões e conflitos sociais, muitas notícias envolvendo planos ou revoltas efetivas de escravos foram censuradas e abafadas pelas autoridades responsáveis por zelar a ordem pública. Ver, Machado, Maria Helena P T. *O plano e o pânico*. RJ, Ed. UFRJ; SP, Ed. USP, 1994, pp. 175/246.

aproveitado a confusão reinante para fugir, desaparecer um bom tempo e só depois voltarem a seus lugares de origem. Outros podem ter formado ou engrossado as fileiras de comunidades de fugitivos já existentes nas montanhas e matagais próximos da cidade.[5]

É justamente para esse último ponto que queríamos chamar a atenção do leitor. Existem hoje no Estado da Paraíba, espalhadas por diferentes pontos de seu atual território, várias comunidades negras remanescentes da época da escravidão ou então de um período imediatamente posterior à abolição. Dentre essas, destacamos uma que mesmo não sendo a mais conhecida, é a mais sugestiva para o que temos em mente. Trata-se dos negros de Pedra d'água, cujas origens podem estar ligadas à história dos escravos no Quebra-Quilos. Esse grupo social e étnico sobrevive a duras penas em um território que é parte do município de Ingá. Ainda hoje esta é uma área íngreme, pois montanhosa e cheia de mata fechada. Nas últimas décadas sua história tem sido pautada por uma crônica feita de muita luta e resistência contra as investidas de diversos agentes ao seu redor, em especial os proprietários sedentos por novas terras e poder. Apesar de todas as dificuldades, os seus membros têm sido capazes de recriar os vínculos responsáveis pela preservação da comunidade. E um dos fatores mais importantes para a sua continuidade no tempo é a relação mantida com a memória coletiva do grupo, um depositário ativo dos mais velhos, compartilhada com as novas gerações. No contexto dessa tradição, como a origem histórica do grupo é contada?[6]

---

[5] Segundo Alexandrino Cavalcante de Albuquerque, o maior escravista de Campina Grande,(que como vimos, passou por maus lençóis ao ver 9 de seus escravos envolvidos na rebelião) após serem dispersados os cativos teriam voltado "todos as casas de seus senhores", assertiva essa que o historiador campinense repete acriticamente quase 100 anos depois. Ver, Summario... auto de perguntas feitas a Alexandrino Cavalcante de Albuquerque em 31/12/1874; Almeida, Elpídio de. *História de Campina Grande*. 2 ed, JP, Ed. UFPB, 1979, p.148.

[6] Existem pelo menos 11 comunidades negras cadastradas no Estado, que possivelmente se formaram à época ou então imediatamente após o fim da escravidão. A mais conhecida de todas é a dos negros do Talhado, originária de um quilombo formado na serra do mesmo nome, no hoje município sertanejo de Santa Luzia de Sabugi. Em 1959 ficou conhecida em todo o Brasil devido ao curta metragem Aruanda, uma produção do cineasta paraibano Linduarte Noronha, considerado um dos marcos inaugurais do cinema novo no Brasil. Ver, Ratts, Alecsandro J. P. "(Re)conhecer quilombos no território brasileiro". In.

É unânime nas falas de todos os membros da comunidade a referência a um mesmo ancestral comum, figura essa revestida de uma aura mística e heróica, que se chamava Manuel Paulo Grande, um descendente de escravos conhecedor dos poderes mágicos das rezas e orações, e que costumava se transformar em vários tipos de animais. Quando do Quebra-Quilos esse personagem se envolveu efetivamente no movimento, inclusive quebrando pesos na feira de Ingá, vila limítrofe com Campina Grande, o epicentro dos acontecimentos. Conta-nos uma de suas descendentes que Manuel foi perseguido como bicho e como "bicho" reagiu. No instante em que força policial estava no seu encalço, ele chegou em sua residência e no chão da sala "furô um buraco, ficô quiném tatu dento de casa" onde permaneceu escondido por mais de oito dias, sempre auxiliado pela mulher, de nome Fulozina. Com o posterior retorno dos milicos, Manuel usou de um estratagema e resolveu se transformar num gato preto, o que lhe possibilitou pular pela janela na velocidade de um cometa, e assim conseguiu furar o cerco montado. Logo em seguida se refugiou nos matagais próximos e nunca mais foi alcançado, tendo aí se juntado com os "negros do mato".[7]

Toda narrativa acima é muito interessante e comportaria uma análise à parte. Ele mais uma vez nos permite reavivar a brutal repressão que se abateu sobre o movimento, mas através dela podemos auscultar outras histórias. Já vimos que nos arredores de Campina Grande existia um grupo de escravos fugitivos conhecidos como "negros do matto", e que podem ter desempenhado um importante papel como elo de ligação entre os escravizados que permaneciam nas senzalas e os cativos que resolveram se levantar no momento em que eclodiu o Quebra-Quilos. Após a repressão aos escravos, empreendida por proprietários e autoridades, alguns desses negros podem ter retornado aos matagais e aí permanecido internados. Se a nossa hipótese fizer

---

Fonseca, Maria Nazareth Soares(Org). *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte, Autêntica, 2000, pp.309/326.

[7] Ver, Lima, Elizabeth Christina de Andrade. *Os negros de Pedra d'água: Um estudo de identidade étnica*. Campina Grande, UFPB, 1992, 21/36.(Dissertação de mestrado). Agradeço a autora por ter permitido o acesso direto as entrevistas feitas com os moradores da comunidade.

sentido, é possível que eles tenham originado alguns quilombos, particularmente em áreas de difícil aceso. Estes mocambos podem ter posteriormente se transformado em comunidades negras, a exemplo da de Pedra d'água. Neste processo, duas importantes aspirações históricas dos escravos e seus descendentes no brasil se cruzaram: a luta pela liberdade e o acesso autônomo e coletivo à terra.

Nesta tentativa de restabelecer os tênues nexos que ligam o ontem e o hoje somos levados a crer que existe um encontro marcado entre a nossa geração e as que nos precederam. Porém, para que esse encontro não se fruste em sua frágil realização, o historiador precisa estar atento aos sinais que o passado de quando em quando emite ao presente, sinais esses muitos vezes enviados em forma de linguagem cifrada e alegórica, pois por trás destes despojos se escondem experiências humanas feitas de dor e sofrimento, mas também de altivez e coragem. Ao recontar a história do Quebra-Quilos a partir da ótica dos escravos campinenses esperamos ter aberto uma porta estreita pela qual possa penetrar estilhaços de esperança e de vida.[8]

[8] Ver, Benjamin, Walter. *Obras escolhidas*. Vol.I, SP, Brasiliense, 1985, pp.222/232.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1 - FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS

A- Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
Correspondência do Ministério da Justiça do Império do Brasil com a Presidência da Paraíba do Norte. 1874-1876 (Diversos).

B- Arquivo Público da Paraíba - João Pessoa.
Documentos Manuscritos: Período Imperial. 1850-1888 (Diversos).

C- Arquivo do Museu Histórico de Campina Grande.
Ações Cíveis de Liberdade de Escravos. 1875.

D- Arquivo do Setor de Documentação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba - Campus II. Campina Grande.
Ações Cíveis de Liberdade de Escravos. 1870-1879.
Relações de Matrículas de Escravos de Campina Grande. 1876 (Avulsos).

E- Cartório do 1º Ofício de Campina Grande.
Livros de Notas. 1858-1888.

F- Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.
Inventários Post Mortem. 1848-1888.

G- Cartório da 1ª Vara Criminal de Campina Grande.
Processos-Crimes. 1872-1888.

2 - FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

A- Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
Annaes do Parlamento Brazileiro. Camara dos Deputados. Typografia Nacional. Livro I, Tomo I, 1875.

B- Arquivo do Núcleo de documentos e informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba - Campus I. João Pessoa.

Relatórios de Presidentes da Província da Paraíba. Época do Império. 1869-1877.

C- Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
A Nação. 1875.
Jornal da Parahyba. 1870-1875.

Quebra-Kilos. Relatorio do Commandante das Forças Imperiaes Estacionadas na Provincia da Parahyba do Norte. Publicações do Arquivo Nacional, Vol. XXXIV, 1937.
Recenseamento Geral do Império do Brasil. 1872.Vol.6, 4 parte, R.J, B.N, Seção de livros raros.
Resposta do Juiz de Direito da Comarca de Campina Grande, Bacharel Antonio da Trindade de Antunes Meira Henriques ao Relatorio do Chefe de Policia Manoel Caldas Barreto sobre os movimentos sediciosos havidos nesta Provincia, apresentado ao Exmº. Sr. Presidente da mesma, Dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha em 23 de fevereiro de 1875. Parahyba do Norte. Typografia Conservadora.1875.

D- Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba- João Pessoa.

A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas(1823-1888). Vol.I. Brasília: Senado Federal, 1988.
Falas do Trono: Desde o ano de 1823 até o ano de 1889. Brasília: INL, 1977.

3 - **TESES, DISSERTAÇÕES, MONOGRAFIAS E PERIÓDICOS:**

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Falas de astúcia e de Angústia: A seca no imaginário nordestino(1877-1922).* Campinas: UNICAMP, 1987.(Dissertação)

ALMANAQUE DE CAMPINA GRANDE. Diretor Euclides Vilar. Campina Grande: Livraria Campinense, 1933.

ANUARIO DE CAMPINA GRANDE DO ANO DE 1925. Diretor João Mendes. Recife: Gráfica do Jornal do Comércio, 1925.

AZEVEDO, Elciene. *Entre escravos e doutores: A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo.* Campinas: UNICAMP, 1997.(Dissertação)

CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. Campinas: UNICAMP, 1989.(Tese)

CIÊNCIA HISTÓRICA. João Pessoa: DH/ UFPB, n 3, 1990.

CLIO. Recife: DH/UFPE, Vol.1, n 14, 1993.

COSTA, Dora Isabel Paiva da. *Posse de escravos e produção no agreste paraibano: Um estudo sobre Bananeiras(1830-1888).* Campinas, UNICAMP, 1992.(Dissertação)

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. *A maldição do trabalho: Homens pobres, mendigos, ladrões...no imaginário das elites nordestinas(1850-1930).* João Pessoa: UFPB.(Dissertação)

ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS. Recife: FUNDAG, Vol. VI, 2 ed., 1988.

ESTUDOS ECONÔMICOS. São Paulo: IPE/USP, Vol. 13, n 1, 1983.

ESTUDOS ECONÔMICOS. O protesto escravo I. SÂO Paulo: IPE/USP, Vol. 17, Número especial, 1987.

ESTUDOS ECONÔMICOS. O protesto escravo II. São Paulo: IPE/USP, Número especial, 1988.

ESTUDOS IBERO-AMERICANOS. Porto Alegre: DH/PUCRS, Vol. XVI, n 1 e 2, 1990.

HISTÓRIA. São Paulo: DH/UNESP, n 1, 1982.

HISPANIÇ AMERICAN HISTORICAL REVIEW. VOL. 57, n 3, 1977.

LIMA, Elisabeth Cristina de Andrade. *Os negros de Pedra D'Agua: Um estudo de identidade étnica.* Campina Grande: UFPB, 1992.(Dissertação)

LIMA, Luciano Mendonça de. *Pregando peças, cativando sonhos: Escravidão e resistência em Campina Grande(1850-1888).* Campina Grande: UFBB, 1989. (Monografia)

MAIA, Clarissa Nunes. *Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas: O controle social sobre os escravos em Pernambuco no séc. XIX(1850-1888).* Recife: UFPE, 1995.(Dissertação)

PENA, Eduardo Spiller. *O jogo da face: a astúcia escrava frente aos senhores na Curitiba provincial.* Curitiba: UFPR, 1990.(Dissertação)

REVISTA ARIÚS. Campina Grande: Mestrado de Sociologia Rural/UFPB, Vol. 7, n 6, 1995.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. São Paulo: ANPUH, N 6, 1984.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. Escravidão. São Paulo: ANPUH/Marco zero, Vol. 8, nº 16, 1988.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÒRIA. Política e cultura. São Paulo: ANPUH/Marco zero, Vol. 12, n 23/24, 1992.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO. Parahyba do Norte: Imprensa Official, Vol. 4, 1912.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO. Parahyba do Norte: Imprensa Official, Vol. 6, 1928.

REVISTA DE HISTÓRIA. São Paulo: FFLCH/USP, n 135, 1996.

REVISTA PROJETO HISTÓRIA. São Paulo: DH/PUC, n 12, 1995.

REVISTA USP. São Paulo. Dossiê Quinhentos anos de América, n 12, 1991/1992.

REVISTA USP. São Paulo. Dossiê Brasil/África, n 18, 1993.

REVISTA USP. São Paulo. Dossiê Povo negro-300 anos, n 28, 1995/1996.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. *"Nas fronteiras da independência": Um estudo sobre os significados da liberdade na região de Itu (1779-1822).* Campinas: UNICAMP, 1993.(Dissertação)

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1808-1850).* Campinas: UNICAMP, 1994.(Dissertação)

SÁ, Ariane Norma de Menezes. *Escravos, libertos e livres: A Paraíba na segunda metade do século XIX.* São Paulo: USP, 1994.(Dissertação)

SILVA, José Carlos Barros. *Na hora de nossa morte: As práticas governamentais de assistência ao morto.* João Pessoa: UFPB, 1996.(Dissertação)

SILVA, Josefa Gomes de. *Latifúndio e algodão em Campina Grande: Modernização e miséria.* Recife: UFPE, 1985.(Dissertação)

VARIA HISTÓRIA. Belo Horizonte: DH/UFMG, n 13, 1994.

VASCONCELOS, Silvana Maria Brandão de. *Ventre livre, mãe escrava: A reforma social de 1871 em Pernambuco.* Recife: UFPE, 1991.(Dissertação)

VIANA, Marly de Almeida Gomes. *A estrutura de distribuição de terras no antigo município de Campina Grande (1840-1905).* Campina Grande: UFPB, 1985.(Dissertação)

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: Escravos e forros no município de São Paulo (1850-1888).* São Paulo: USP, 1989.(Dissertação)

4 - **LIVROS:**

ABRAHÃO, Fernando Antonio. *As ações de liberdade de escravos do Tribunal de Campinas.* Campinas: Centro de Memória/UNICAMP, 1992.

ALANIZ, Anna Gicelle García. *Ingênuos e libertos: Estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição (1871-1895).* Campinas: Centro de memória/UNICAMP, 1997.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____(Org). *História da vida privada no Brasil.* Vol.II. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALGRANTI, Leila M. *O feitor ausente.* Petrópolis: Vozes, 1988.

ALMADA, Vilma Paraiso Ferreira de. *Escravismo e transição: O Espírito Santo (1850-1888).* Rio de Janeiro: Graal, 1984.

ALMEIDA, Elpídio de. *História da Paraíba.* 2 ed. João Pessoa: Ed. UFPB, 1979.

_____. *Areia e a abolição da escravatura.* Recife: Jornal do Comércio, 1946.

ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba.* 3 ed. João Pessoa: Ed. UFPB, 1997.

_____. *Brejo de Areia.* Rio de Janeiro: MEC, 1958.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no nordeste.* São Paulo: Brasiliense, 1963.

ARAÚJO, Fátima. *Paraíba: Imprensa e vida (1826 a 1986).* 2ª ed. Campina [illegible]

ALVES, Castro. *Esteira de espumas.* Rio de janeiro: Ediouro, 1997.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites-Século XIX.* São Paulo: Paz e Terra, 1987.

BASTIDE, Roger. *As américas negras.* São Paulo: Difel, 1977.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas.* Vol.I. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Obras escolhidas.* Vol.II. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CÂMARA, Epaminondas. *Os alicerces de Campina Grande.* Campina Grande: Edições Caravela, 1999.

_____. *Datas campinenses.* Campina Grande: Edições Caravela, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo.* Petrópolis: Vozes, 1979.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil meridional.* 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: A elite política imperial.* Brasília: Ed. UNB, 1981.

_____. *Teatro de sombras: A política imperial.* São Paulo: Vértice, 1988.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: Rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850.* Recife: Ed.UFPE, 1998.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Prelúdio da cachaça.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil-século XIX.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888).* 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Tumbeiros: O tráfico de escravos para o Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia.* 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: A rebelião dos escravos de Demerara em 1823.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: Os escravos libertos e sua volta à África.* São Paulo: Brasiliense, 1985.

DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida ab origine: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local-1905/1930.* João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora, 1996.

EISEMBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: A indústria açucareira em Pernambuco(1840-1910).* Rio de Janeiro: Paz e Terra/UNICAMP, 1977.

_____. *Homens esquecidos: Escravos e trabalhadores livres no Brasil. Séculos XVIII e XIX.* Campinas: Ed. UNICAMP, 1989.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos.* 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *O negro e a violência do branco: O negro em Sergipe.* Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1977.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____& GÒES, José Roberto. *A paz das senzalas.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FONSECA, Maria Nazareth Soares(Org). *Brasil afro-brasileiro.* Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FONER, Eric. *Nada além da liberdade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3 ed. São Paulo: Kairos, 1983.

FREITAS, Marcos Cezar de(Org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro à sociedade de classes*. Vol.I. São Paulo: Ática, 1978.

FREIRE, Antonio. *Revolta do Quebra-Quilos(causas e origens)*. João Pessoa: CEFET-PB, 1971.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 31ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

GALLIZA, Diana Soares de. *O declínio da escravidão na Paraíba(1850-1888)*. João Pessoa: Ed. UFPB, 1979.

GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil(1871-1888)*.São Paulo: Brasiliense, 1986.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida: O mundo que os escravos criaram*.Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Da rebelião à revolução*. São Paulo: Global, 1983.

GERSON, Brasil. *A escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

_____. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOULART, Alípio. *Da fuga ao suicídio: Aspectos da rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista/INL, 1972.

GRINBERG, Keila. *Liberata, a lei da ambigüidade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GURJÃO, Eliete de Queiroz(Org). *Imagens multifacetadas da história de Campina Grande*. Campina Grande: SEC, 2000.

HAHNER, June. *Pobreza e política: Os pobres urbanos no Brasil-1870/1920*. Brasília: Ed.UNB, 1993.

HOBSBAWN, Eric. *Rebeldes primitivos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
_____. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

HOLLANDA, Sérgio Buarque de(Dir). *História geral da civilização brasileira*. Tomo II, Vol. 4, 4 ed. São Paulo: Difel, 1985.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1997.

IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difel, 1962.

JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros*. São Paulo: Boitempo, 2000.

JOFFILY, Geraldo Irineo. *O Quebra-Quilos: A revolta dos matutos contra os doutores-1874*. Brasília: Thessaurus, 1977.

JOFFILY, Irineo. *Notas sobre a Paraíba*. Brasília: Thessaurus, 1977.

JOFFILY José. *Entre a Monarquia e a República: Idéias e lutas de Irineo Joffily*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1982.

JUREMA, Aderbal. *Insurreições negras no Brasil*. Recife: Ed. Mozart, 1935.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro(1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, Herbert S. *A escravidão africana: América latina e Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KOWARICH, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LARA, Silvia H. *Campos da violência: Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro(1750-1808)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA, Lane Lage da Gama. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

LUNA, Luiz. *O negro na luta contra a escravidão*. 2 ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1976.

MACHADO, Maria Helena P.T. *Crime e escravidão: Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas(1830-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *O plano e o pânico: Os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de janeiro: Ed.UFRJ; São Paulo: Ed.USP, 1994.

MAESTRI, Filho Mário José. *Depoimentos de escravos brasileiros*. São Paulo: Ícone, 1988.

MAIOR, Armando Souto. *Quebra-Quilos: Lutas sociais no outono do Império*. São Paulo: Ed. Nacional,INL; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de pesquisas sociais, 1978.

MARIZ, Celso. *Apanhados históricos da Paraíba*. 3 ed. João Pessoa: A União, 1994.

_____. *Ibiapina, um apóstolo do nordeste*. 2 ed. João Pessoa: Ed. UFPB, 1982.

MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELO, Evaldo Cabral de. *O norte agrário e o Império*. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 1984.

MELLO, Marco Antônio Lirio de. *Reviras, batuques e carnavais: A cultura de resistência dos escravos em Pelotas*. Pelotas: Ed. UFPel, 1994.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: A Lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP,1999.

MILLET, Henrique Augusto. *O Quebra-Quilos e a crise da lavoura*. 2ª Ed. São Paulo: Global; Brasília: INL, 1987.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Nordeste Insurgente(1850-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Crise agrária e luta de classes(1850-1889)*. Brasília: Ed. Horizonte, 1980.

MOORE, Samuel(Comp). *Mahommah Gardo Baquaqua: Biografia e narrativa do ex-escravo afro-brasileiro*. Brasília: Ed. UNB, 1997.

MOTA, Carlos Guilherme(Org). *Viagem incompleta: A experiência brasileira*. Vol.I. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Rebeliões da senzala*. 3 ed. São Paulo: LECH, 1981.

MOURA, Denise A. Soares de. *Saindo das sombras: Homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Centro de memória/UNICAMP, 1998.

NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1966.

NEQUETE, Lenine. *Escravos & magistrados no segundo reinado*. Brasília: Fundação Petrônio Portella, 1988.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: Saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

OCTÁVIO, José. *A escravidão na Paraíba: Historiografia e história*. João Pessoa: A União, 1988.

PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial: Jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

PIERANGELLI, José Henrique. *Códigos penais do Brasil: Evolução histórica*. Bauru: Ed. Jalovi, 1980.

PINHEIRO, Paulo Sérgio(Org). *O Estado autoritário e os movimentos populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PINTO, Irineo Ferreira. *Datas e notas para a história da Paraíba*. João Pessoa: Ed.UFPB, 1977.

PORTO, Waldice Mendonça. *Paraíba em preto e branco*. João Pessoa: A União, 1978.

PRADO,JR. Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*, 18ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra em São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos Malês(1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *A morte é uma festa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. (Org). *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____& SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____& GOMES, Flávio dos Santos(Orgs). *Liberdade por um fio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RUDÉ, George. *A multidão na história*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil(1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, Maria J. V. *A balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo: Ática, 1983.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhias das Letras, 1993.

_____. *As barbas do imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial(1850-1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: edusc, 2001.

SCOTT, Rebecca J. *A emancipação escrava em Cuba*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SLENE, Robert W. *Na senzala uma flor.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte.* Rio de Janeiro: Mauad/ADESA, 1996.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII.* Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. (Org). *História da vida privada no Brasil.* Vol.I. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A formação da classe operária inglesa.* Vol.I. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Senhores e caçadores.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

UCHÔA, Baulanger de Albuquerque. *Subsídios para a história eclesiástica de Campina Grande.* Rio de Janeiro: Edições do Governo Diocesano, 1964.

VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: Os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial.* Petrópolis: Vozes, 1986.

VERGUER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: Dos Séculos XVIII a XIX.* São Paulo: Corrupio, 1987.

VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808: O Império luso-brasileiro e os Brasis.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

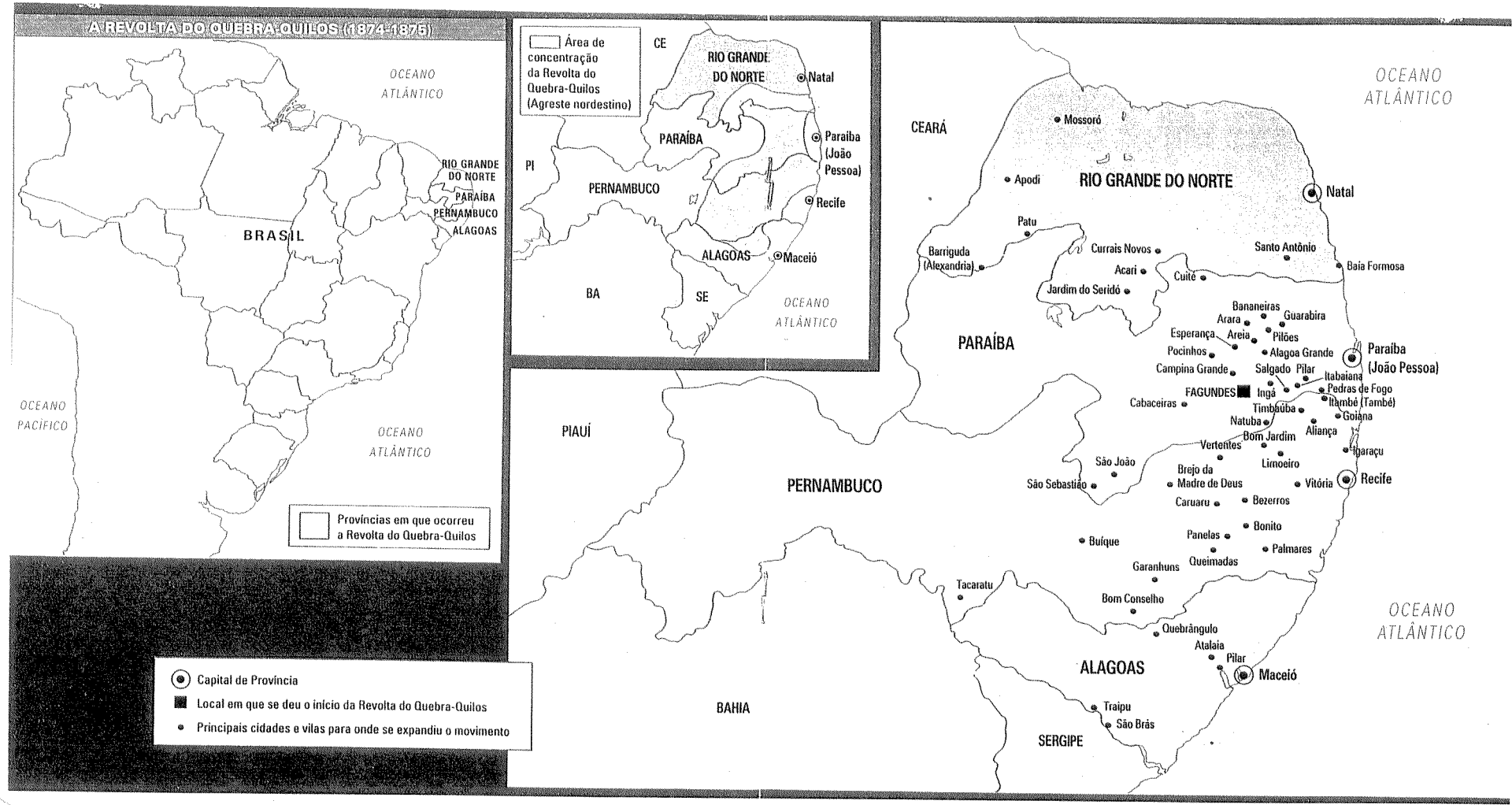
VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão.* São Paulo: Ed. Marco Zero, 1993.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão.* Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1975.

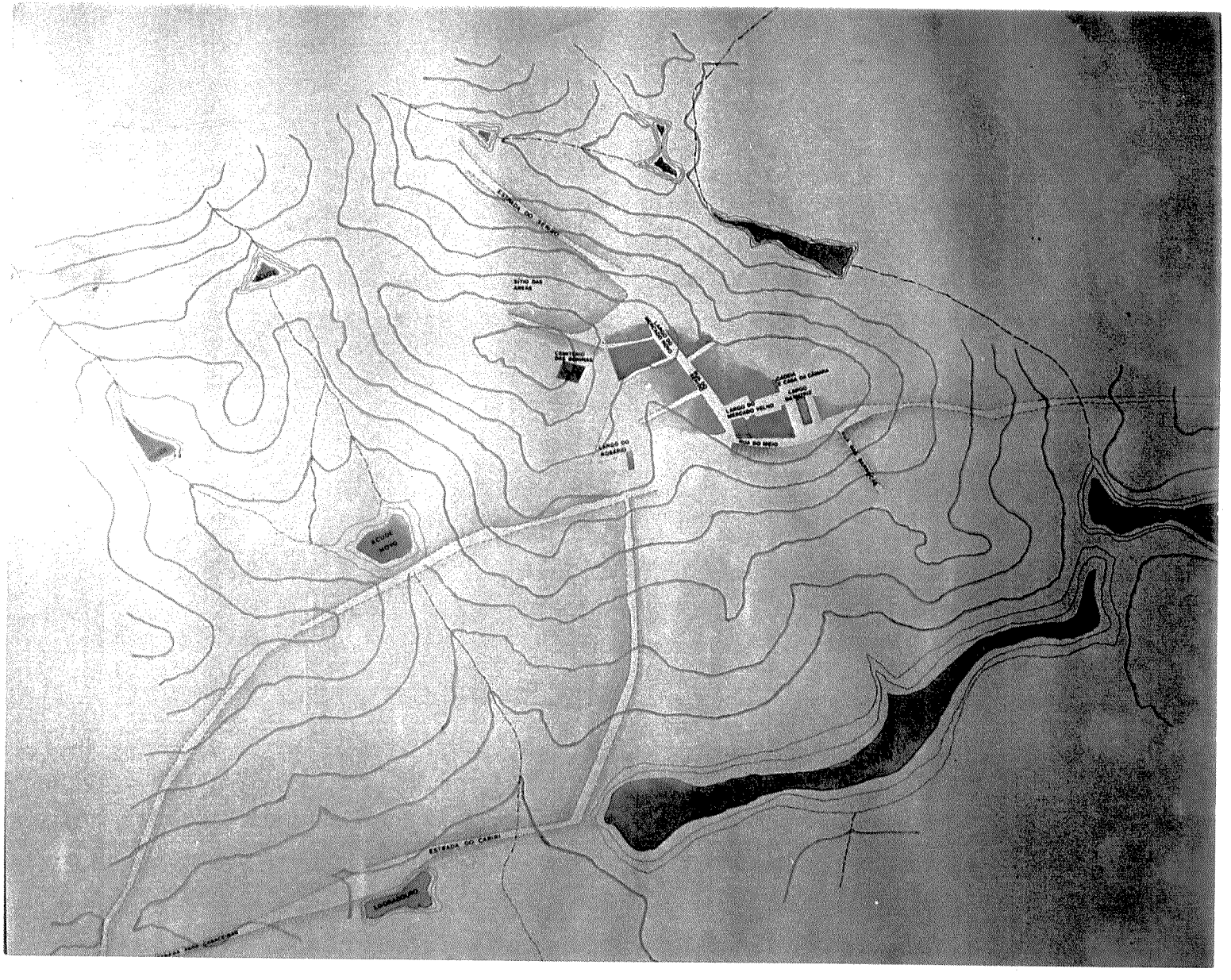
XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade.* Campinas: Centro de memória/UNICAMP, 1996.

ANEXOS

As províncias do Norte do império e as áreas conflagradas pelo Quebra-Quilos.



Fonte: MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Revolta do Quebra-Quilos*. São Paulo: Ática, 1995.



Fonte: Museu Histórico de Campina Grande.